

7

Como Andam Curitiba e Maringá



Série: **Como Andam** as REGIÕES METROPOLITANAS

Como Andam Curitiba e Maringá

Como Andam as Regiões Metropolitanas – Volume 7

ISBN 978-85-60133-74-1



9 788560 133741



MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Elcione Diniz Macedo

GERENTE DE CAPACITAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

ORGANIZAÇÃO

Eglaísa Micheline Pontes Cunha

Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO DAS EQUIPES REGIONAIS

RM BELÉM: José Júlio Ferreira Lima
RM BELO HORIZONTE: Luciana Teixeira de Andrade
RM CURITIBA: Rosa Moura
RM FORTALEZA: Luis Renato Pequeno
RM GOIÂNIA: Aristides Moysés
RM MARINGÁ: Ana Lúcia Rodrigues
RM NATAL: Maria do Livramento Miranda Clementino
RM PORTO ALEGRE: Rosetta Mammarella
RM RECIFE: Maria Ângela de Almeida Souza
RM RIO DE JANEIRO: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
RM SÃO PAULO: Lúcia Maria Machado Bógus
Suzana Pasternak
RM SALVADOR: Gilberto Corso Pereira
Inaiá Maria Moreira de Carvalho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTRO DE ESTADO

Marcio Fortes de Almeida

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Inês da Silva Magalhães

SECRETÁRIO NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS (INTERINO)

Benny Schasberg

SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Leodegar da Cunha Tiscoski

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA

Luiz Carlos Bueno de Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN

Alfredo Peres da Silva

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB

Marco Arildo Prates da Cunha

7

Como Andam Curitiba e Maringá

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RM CURITIBA

Rosa Moura

COORDENAÇÃO REGIONAL RM MARINGÁ

Ana Lúcia Rodrigues

Ministério das Cidades

Como Andam Curitiba e Maringá. Organização Egláisa Micheline Pontes Cunha e Roberto Sampaio Pedreira – Brasília. Ministério das Cidades, 2008.

7 vol. Como Andam as Regiões Metropolitanas. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades

404 p.

1. Desenvolvimento urbano – Brasil. 2. Espaço metropolitano – Brasil. 3. Políticas públicas. I. Ministério das Cidades, ed. II. Cunha, Egláisa Micheline Pontes e Pedreira, Roberto Sampaio, org.

O Ministério das Cidades, por meio do **Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC**, tem realizado progressivamente atividades com o objetivo de capacitar agentes públicos e sociais, para implantação das políticas e dos programas de desenvolvimento urbano, e empreendido esforços junto ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a utilização e gestão de sistemas de informação.

Com vistas a ampliar o escopo dessas atividades, é com grande satisfação que apresento aos municípios brasileiros a **Coleção Estudos e Pesquisas do PNCC**, que visa dar conhecimento ao público brasileiro de estudos e pesquisas importantes para subsidiar a formulação e a utilização de instrumentos e ações voltados para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Pretende-se, por meio de publicação sistemática, oferecer e compartilhar, com o público em geral, estudos e pesquisas elaborados por especialistas renomados, selecionados, mediante parcerias, pelo Ministério das Cidades, para o aprofundamento de temas que exigem a construção de diagnósticos e que possibilitem mais acúmulo teórico e técnico, com vistas a sua condução prática e política no âmbito do Ministério das Cidades.

O primeiro trabalho a ser apresentado na Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades é a série: **Como Andam as Regiões Metropolitanas**, composta de 11 volumes, que oferece a exame um estudo sobre a hierarquização e a identificação dos espaços urbanos, assim como propõe a construção de uma tipologia para as cidades brasileiras. O trabalho desenvolvido sob a responsabilidade do Observatório das Metrôpoles – que reúne pesquisadores de diversas universidades brasileiras, os quais cumprimento pelo trabalho realizado – apresenta um olhar analítico sobre onze Regiões Metropolitanas (São Paulo, Salvador, Fortaleza, Natal, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém e Goiânia) e um aglomerado urbano (Maringá), traçando suas características geofísicas, socioocupacionais e socioespaciais.

Sem dúvida, os conteúdos e diagnósticos apresentados ao longo desta série contribuirão para ampliar e qualificar a discussão em torno de políticas públicas que resultem no aprimoramento das propostas de regulação e gestão de cooperação e intervenção articulada nas Regiões Metropolitanas, com vistas à melhoria das condições de vida das populações das metrôpoles.

Marcio Fortes de Almeida
Ministro das Cidades

Apresentação

A institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras obedeceu a duas fases. A primeira, nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo. Reguladas por legislação federal, foram criadas nove Regiões Metropolitanas – RM's, incluindo os principais centros nacionais – particularmente capitais de estados – e suas áreas de polarização direta, constituídas por municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica. Visaram à realização de serviços comuns de interesse metropolitano¹, de modo a constituir uma unidade de planejamento e gestão, e deveriam organizar-se sob um arcabouço padrão estruturado em dois conselhos, o deliberativo e o consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. Com ela, findava um modelo que criou regiões sobre as quais os Estados Federados não tinham autonomia para intervenção, e se abriam possibilidades de inserção das regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Além de regiões metropolitanas, o texto constitucional admitiu outras categorias de organização regional, como as aglomerações urbanas e as microrregiões. Mantendo e adequando os objetivos

1 Segundo a Lei Complementar /: I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III – uso do solo metropolitano; IV – transportes e sistema viário; V – produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal; VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

da etapa anterior, as unidades criadas deveriam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esse processo de metropolização, ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de alteração dos limites das RMs existentes, incluindo ou mesmo excluindo municípios, desencadeou um contínuo ciclo de institucionalização de novas unidades regionais, com diferentes portes de população, considerando até pequenas aglomerações urbanas, e quase sempre classificadas como metropolitanas. Parte dessas regiões têm crescido a taxas anuais superiores a 3% ao ano, com expansão expressiva, até mesmo nos pólos, enquanto outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. São regiões com distintos pesos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia. Muitas delas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social, e também redobrada complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social e municipal. É o caso dos grandes complexos urbanos, como o que articula num processo único as regiões de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista, além de outras aglomerações urbanas vizinhas.

As leis estaduais que vêm instituindo tais unidades mantêm em seu escopo orientações mínimas para organização do sistema de gestão e, em alguns casos, além da área metropolitana, identifica áreas de expansão – como nas legislações do Estado de Santa Catarina, denominada “área de expansão metropolitana”; nas do Estado de Minas Gerais, “colar metropolitano”; e na do Estado de Goiás/Distrito Federal, “região de desenvolvimento integrado”- RIDE/DF.

Em 2003, o Brasil registra 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas², com a possibilidade da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)³ do Distrito Federal somar-se a este conjunto, pelo porte metropolitano da cidade principal.

Em geral, as unidades metropolitanas estão concentradas nas regiões Sul (Santa Catarina, com seis unidades; Paraná, com três; e Rio Grande do Sul, com uma RM) e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais possuem, respectivamente, três e duas unidades;

2 Esse cálculo considera uma única unidade a RM e sua respectiva área de expansão, colar metropolitano ou região de desenvolvimento integrado. Não inclui a RM de Aracaju que, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º, e a RM de Manaus, constituída em 2006.

3 As RIDEs estão previstas nos artigos , inciso IX, e , inciso IV da Constituição Federal. Sua institucionalização compete à União por envolver municípios de mais de uma unidade federativa.

Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem uma unidade cada um). No Nordeste, o Ceará, Pernambuco e Bahia já possuíam, cada qual, sua unidade metropolitana; e foram institucionalizadas, por leis estaduais, novas unidades em Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte, totalizando sete unidades na Região. No Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste foi institucionalizada a RM de Goiânia. Nessa Região, a RIDE do Distrito Federal, criada em 1998, incorpora, além do Distrito Federal, municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais⁴.

As diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas, dificultando a comparação entre elas. Como permanecem ausentes projetos estaduais de regionalização, e diante da inexistência de critérios definidos pela Constituição Federal ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias espaciais a serem instituídas pelos estados e instruem demarcações e classificações regionais, a maior autonomia adquirida para promover a regionalização, inevitavelmente, vem induzindo distorções no âmbito da hierarquização dessas categorias.

Embora todas as unidades apresentem um padrão de ocupação que se particulariza por transcender limites político-administrativos municipais, descrevendo manchas contínuas assentadas sobre municípios autônomos, sua delimitação não expressa contornos conexos ao fato urbano das espacialidades de aglomeração sobre as quais incidem, sequer confere aderência à precisão conceitual que identificaria a unidade metropolitana, a partir do padrão funcional, diante das demais categorias disponíveis para classificação das unidades regionais⁵.

Nota-se, assim, uma lacuna acerca das relações metropolitanas de forma que a ação integrada por entes federativos no espaço metropolitano demanda um marco legal nacional que articule esta ação regulando a inter-relação entre os municípios integrantes dessas regiões, e suas relações com os governos estadual e federal.

4 Outras RIDEs localizam-se nos Estados de Pernambuco/Bahia (Petrolina/Juazeiro) e de Piauí/Maranhão (Teresina/Timon).

5 O Estado do Rio Grande do Sul foi o que demonstrou melhor compreensão conceitual, mantendo como metropolitana apenas a unidade regional polarizada por Porto Alegre e instituindo duas aglomerações urbanas, a de Caxias do Sul e a de Pelotas.

Classificação e Tipologias

Os estudos que resultaram nesta Série voltaram-se para identificar entre as regiões metropolitanas institucionalizadas e outros grandes espaços urbanos, aqueles que efetivamente se constituem como “metropolitanos”, classificando, tipificando e indicando, nesses espaços, a área específica onde ocorre o fenômeno metropolitano; isto é, está voltado à identificação e caracterização dos espaços metropolitanos brasileiros, em sua dimensão sócio-territorial e em seu desempenho institucional, tendo como objetivos:

- a) Organizar uma base de indicadores para a classificação e identificação dos espaços metropolitanos brasileiros, considerando-os como unidades territoriais particulares, devido às funções de maior complexidade por eles exercidas na rede urbana nacional. Tal identificação foi possível a partir da análise de indicadores econômicos, sociais e territoriais representativos do fenômeno metropolitano, e possibilitou dirimir dúvidas quanto ao uso adequado dos conceitos de “metrópole” e de “região metropolitana”, muitas vezes empregada de forma não pertinente ao espaço institucionalizado.
- b) Desenvolver uma tipologia de espaços segundo a forma e o conteúdo, ordenados em uma escala de acordo com o grau de importância na rede urbana brasileira. A análise incidiu sobre os pontos focais dessa rede: metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e capitais de estados que não conformem aglomerações.
- c) Identificar os territórios socialmente vulneráveis no interior das áreas metropolitanas e seu diagnóstico, a partir da análise do ponto de vista das dimensões fundamentais da vida social daqueles espaços onde se concentram os segmentos da população que vivem em situação de acúmulo de privações, inclusive quanto à degradação ambiental e às dificuldades técnicas de conexão às redes de infraestrutura e serviços públicos.
- d) Analisar as condições institucionais e fiscais das unidades municipais que compõem as áreas onde se expressa o fenômeno metropolitano, de modo a avaliar sua capacidade de responder à implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

Buscando atingir estes objetivos foram construídos dois produtos. O primeiro contemplou a classificação e demarcação espacial da intensidade do fenômeno da metropolização, com base nos seguintes procedimentos:

- I) Classificação dos grandes espaços urbanos brasileiros para a identificação das metrópoles e respectivas aglomerações metropolitanas, tendo como universo de análise as metrópoles e/ou regiões metropolitanas institucionalizadas, aglomerações urbanas polarizadas por capitais de estados e as capitais de estados que não conformam aglomerações.
- II) Identificação das unidades de caráter metropolitano e não-metropolitano.
- III) Classificação dos municípios segundo o nível de integração na dinâmica de relações que se estabelece entre os municípios da aglomeração;
- IV) Elaboração de uma tipologia dos municípios dos espaços metropolitanos, segundo os indicadores sociais;
- V) Identificação e análise dos territórios socialmente vulneráveis das aglomerações metropolitanas.

O segundo produto desenvolveu uma avaliação do quadro institucional dos municípios e a identificação das ações de cooperação intermunicipal, assim como a análise do desempenho fiscal dos municípios que compõem os espaços metropolitanos.

Esses produtos possibilitaram uma análise sociourbana de doze espaços metropolitanos quanto às desigualdades sociais e urbanas na escala intra-metropolitana (diagnóstico social e urbano do território segmentado em espaços, segundo a sua vulnerabilidade). Essas análises compõem a *Série Como Andam as Regiões Metropolitanas*, na forma desta primeira *Coleção de Estudos e Pesquisas* do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, do Ministério das Cidades.

A Série Foi Organizada da Seguinte Forma:

O **Volume 1** – *Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos* - define uma hierarquia para os espaços urbanos, tendo como pressupostos a centralidade, medida por indicadores do grau de importância, complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e as relações que transcendem a região.

No **Volume 2**, apresenta-se o trabalho de pesquisa sobre *Tipologia das Cidades Brasileiras*, cujo objetivo foi o de identificar e classificar os municípios brasileiros. Os demais volumes específicos estão dispostos da seguinte forma:

Volume 3 – Como Anda São Paulo

Volume 4 – Como Anda Salvador

Volume 5 – Como Anda Fortaleza

Volume 6 – Como Andam Natal e Recife

Volume 7 – Como Andam Curitiba e Maringá

Volume 8 – Como Anda Porto Alegre

Volume 9 – Como Anda Rio de Janeiro

Volume 10 – Como Anda Belo Horizonte

Volume 11 – Como Andam Belém e Goiânia

Sumário

Curitiba

CAPÍTULO 1

1. Institucionalização e Posição da Região Metropolitana de Curitiba no Contexto Metropolitano Nacional _____ 1
 - 1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano _____ 1
 - 1.2. A RMC Comparativamente às demais RMs _____ 5

CAPÍTULO 2

2. Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba _____ 17
 - 2.1. Consolidação da RMC como Pólo na Economia Paranaense _____ 19
 - 2.2. Distribuição Inter-Regional e Intrametropolitana do VAF _____ 22
 - 2.3. Produto Interno Bruto Municipal e Vetores de Crescimento Regional _____ 26
 - 2.4. Concentração e Dispersão da Indústria _____ 30
 - 2.5. O Incremento dos Setores Comércio e Serviços _____ 36
 - 2.6. Distribuição Setorial e Espacial da Ocupação e das Empresas _____ 39
 - 2.7. Desconcentração ou Expansão do Aglomerado Metropolitano? _____ 45

CAPÍTULO 3

3. Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana _____ 51
 - 3.1. Ocupação e Renda _____ 56
 - 3.1.1. Participação no Mercado de Trabalho _____ 56
 - 3.1.2. Estrutura Socioocupacional e Tipologia Socioespacial _____ 57

3.1.3. Renda Familiar _____	69
3.2. Demografia _____	70
3.2.1. Dinâmica de Crescimento e Características da População _____	70
3.2.2. Análise dos Componentes Demográficos _____	73
3.2.3. Estrutura Etária e Composição por Sexo _____	80
3.3. Educação _____	85
3.3.1. Escolaridade da População _____	86
3.3.2. Freqüência e Adequação Escolar _____	89
3.4. Moradia _____	93
3.4.1. Condições da Moradia _____	94
3.4.2. Padrões de Conforto Domiciliar _____	101
3.4.3. Necessidades Habitacionais _____	103
3.5. Mobilidade e Transportes _____	107
3.5.1. Movimento Pendular da População _____	107
3.5.2. Transporte Coletivo Intrametropolitano _____	110
3.6. Incidência de Homicídios _____	112

CAPÍTULO 4

4. Condições Institucionais de Cooperação Entre os Municípios Metropolitanos _____	117
4.1. Quadro Institucional da Gestão _____	117
4.2. Representação em Conselhos _____	122
4.2.1. Características Gerais dos Conselhos Municipais _____	126
4.2.2. Análise Qualitativa dos Conselhos Municipais _____	127

CAPÍTULO 5

5. Desempenho Fiscal dos Municípios _____	133
5.1. Estrutura das Receitas e Despesas _____	134
5.2. Indicadores de Receita _____	141
5.3. Indicadores de Despesa _____	144
5.4. Indicadores de Investimento e de Endividamento _____	148

CAPÍTULO 6

6. Considerações Finais _____	155
Referências Bibliográficas _____	159
Anexos _____	165

Maringá

Introdução _____ 183

CAPÍTULO 1

1. O Contexto Histórico e a Institucionalização da Região Metropolitana de Maringá _____	185
1.1. Caracterização do Quadro Histórico e Institucional da Área Metropolitana _____	189
1.2. Considerações sobre o Desenvolvimento Socioeconômico da Região Metropolitana de Maringá _____	193
1.3. Condição Social da Metrôpole _____	195
1.4. Situação dos Municípios da RMM em Relação ao IDH-M – 2000 _____	196
Referências Bibliográficas _____	199

CAPÍTULO 2

2. Características Geofísicas e Infra-estruturas Urbanas do Recorte Político-institucional da Região Metropolitana de Maringá _____	201
2.1. Localização e Características Geofísicas _____	201
2.2. Infra-estruturas Urbanas de Saneamento Básico e Desigualdade Socioambiental _____	204
2.2.1. Abastecimento de Água _____	206
2.2.2. Coleta e Disposição do Esgoto _____	207
2.2.3. Coleta e Disposição do Lixo _____	209
2.2.4. Drenagem _____	210
Referências Bibliográficas _____	211

CAPÍTULO 3

3. As Tipologias Socioocupacional e Socioespacial: As Desigualdades Sociais da Região Metropolitana de Maringá _____	213
Referências Bibliográficas _____	222

CAPÍTULO 4

4. Demografia no Capitalismo: Desigualdade Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá _____	225
4.1. Situação de Domicílio, Taxa de Urbanização, Taxa Geométrica de Crescimento e Densidade Demográfica _____	225
4.2. Longevidade e Mortalidade _____	231
4.3. Estrutura Etária da População _____	231

4.4. Situação de Vulnerabilidade Social _____	234
4.5. Distribuição da População por Cor _____	234
Referências Bibliográficas _____	237
Anexos _____	238

CAPÍTULO 5

5. Aspectos da Habitação na Região Metropolitana de Maringá _____	245
5.1. Quanto ao Nível de Integração _____	250
Conclusão _____	253
Referências Bibliográficas _____	253
Anexos _____	254

CAPÍTULO 6

6. Educação na Região Metropolitana de Maringá _____	261
6.1. Analfabetismo _____	261
6.2. Ensino Fundamental e Médio _____	266
6.3. Ensino Superior _____	268
Conclusão _____	269
Referências Bibliográficas _____	270
Anexos _____	271

CAPÍTULO 7

7. Renda e Trabalho _____	283
7.1. Indicadores de Pobreza para Região Metropolitana de Maringá entre 1991 e 2000 _____	286
7.2. Renda Familiar Per Capita da RMM em 2000 _____	287
7.3. População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa na RMM em 2000 _____	293
Referências Bibliográficas _____	294
Anexos _____	296

CAPÍTULO 8

8. Mobilidade e Transporte para uma População Crescente: a Segregação pela Ausência de Integração _____	303
8.1. Imigração _____	303
8.2. Mobilidade e Transporte _____	307
Referências Bibliográficas _____	315
Anexos _____	316

CAPÍTULO 9

9. Alguns Aspectos da Violência na Região Metropolitana de Maringá _____	323
Referências Bibliográficas _____	331

CAPÍTULO 10

10. Gestão e Desempenho Institucional dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá____	333
10.1. Aspectos Políticos e de Gestão _____	334
10.2. Planejamento Municipal _____	334
10.3. Existência de Consórcios Intermunicipais _____	334
10.4. Quadro de Funcionários _____	338
10.5. Atividades Terceirizadas e Atividades Informatizadas _____	338
10.6. Democratização da Gestão Municipal _____	338
10.7. Situação de Moradias/Loteamentos Urbanos _____	340
10.8. Incentivos de Atração de Atividades Econômicas e Capacitação Profissional _____	341
10.9. Instrumentos Legais de Justiça e Segurança Pública _____	341
10.10. Equipamentos de Cultura, Lazer e Serviços _____	341
Conclusão _____	342
Referências Bibliográficas _____	343
Anexos _____	344

CAPÍTULO 11

11. Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá _____	357
Conclusão _____	363
Referências Bibliográficas _____	363
Anexos _____	365

Lista de Tabelas

Curitiba

TABELA 1.1 – Indicadores para Classificação e Categorização das Unidades	7
TABELA 1.2 – Distribuição da População, Atividades, Crescimento e Pendularidade entre os Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC	10
TABELA 1.3 – Volume Populacional do Conjunto de Municípios Classificados por Condição Social, Segundo Nível de – RMC - 2000	15
TABELA 2.1 – Participação do Conjunto de Municípios, Segundo Nível de Integração, no Valor Adicionado Fiscal Total do Estado do Paraná – RMC – 2003	23
TABELA 2.2 – Participação no VAF Setorial do Paraná, Segundo Nível de Integração - 1989/1996/2003	25
TABELA 2.3 – Participação do Conjunto de Municípios, Segundo Níveis de Integração, no PIB Total do Estado do Paraná – RMC – 2003	27
TABELA 2.4 – Composição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria Segundo Gêneros Industriais – RMC – 1990/2001	31
TABELA 2.5 – Programação das Intenções de Investimento Segundo Municípios da RMC – 1995-2000	33
TABELA 2.6 – Índice de Concentração Hirschman-Herfindal sobre o VAF Industrial, Segundo Estratos de Municípios – RMC – 1990-2000	34
TABELA 2.7 – Empregos Formais e Participação no Total do Emprego Formal do Paraná, Incremento e Variação 1990-2003, Segundo Nível de Integração – RMC	39
TABELA 2.8 – Empregos Formais Total e na Indústria, Participação Setorial e Variação 1990/2003, Segundo Nível De Integração – RMC – 2000	40

TABELA 2.9 – Total de Empresas e Participação em Relação ao Total da RMC e do Estado, Segundo Nível de Integração – RMC – 1990/2000 _____	42
TABELA 2.10 – Empresas por Setor e Total, Segundo Número de Empregados e Participação em Relação ao Total da RMC e do Estado – 2000 _____	44
TABELA 3.1 – População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Taxa de Atividade, População Ocupada e Taxa de Desocupação, Segundo Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração – RMC – 2000 _____	56
TABELA 3.2 – População Ocupada Segundo Categorias Socioocupacionais – RMC – 2000 _____	59
TABELA 3.3 – Participação Percentual do Município-Pólo no Total de Ocupados e Variação da Participação em Pontos Percentuais, Segundo Grupo Socioocupacional – RMC – 2000 _____	62
TABELA 3.4 – Número de Ocupados, Distribuição dos Grupos, Composição Socioocupacional e Quociente Locacional Segundo Tipos Socioespaciais – RMC – 2000 _____	63
TABELA 3.5 – Número de Domicílios Particulares Permanentes Total e em Aglomerados Subnormais, Segundo Tipos Socioespaciais – RMC – 2000 _____	67
TABELA 3.6 – Famílias por Classe de Rendimento Familiar Mensal <i>Per Capita</i> , Segundo Nível de Integração - RMC – 2000 _____	70
TABELA 3.7 – Incremento Populacional, Grau de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento Anual, Segundo Nível de Integração – RMC – 1991 e 2000 _____	71
TABELA 3.8 – Indicadores de Longevidade e Mortalidade – Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 1991/2000 _____	74
TABELA 3.9 – Indicadores de Fecundidade – Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 1991/2000 _____	76
TABELA 3.10 – Imigrantes de Data Fixa por Origem, Segundo Nível de Integração – RMC – 1995-2000 _____	78
TABELA 3.11 – População Residente por Grupos Etários Seleccionados e Índice de Idosos, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 _____	81
TABELA 3.12 – População Residente e Distribuição da População por Cor ou Raça, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 _____	84
TABELA 3.13 – População Residente e Pessoas com Algum Tipo de Deficiência, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 _____	85
TABELA 3.14 – Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler, e Sem Instrução ou Com Até 3 Anos de Estudo, Taxa de Analfabetismo, e Pessoas de 18 Anos e Mais Com 11 e Mais Anos de Estudo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 _____	86
TABELA 3.15 – Responsável pela Família sem Instrução ou com até 3 Anos de Estudo e com 11 e Mais Anos de Estudo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 _____	88

TABELA 3.16 – Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola e Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	90
TABELA 3.17 – Pessoas de 7 a 14 e de 18 a 25 Anos de Idade que Frequentam Escola e Série Adequada, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	92
TABELA 3.18 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	95
TABELA 3.19 – Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos ou sem Sanitário, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	97
TABELA 3.20 – Domicílios com Adequação no Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário e Coleta de Lixo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	98
TABELA 3.21 – Domicílios em Aglomerados Subnormais, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	100
TABELA 3.22 – Domicílios com Acesso a Bens, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	102
TABELA 3.23 – Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Cedidos ou Alugados e Déficit Habitacional, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	104
TABELA 3.24 – População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000	108
TABELA 3.25 – Taxa e Número de Homicídios, e Variação 1998-2002 – Regiões Metropolitanas do Brasil	113
TABELA 3.26 – Total de Vítimas de Homicídios, por Sexo Segundo Grupos Etários – Regiões Metropolitanas ¹ Do Brasil – 2002	115
TABELA 5.1 – Composição Relativa da Estrutura da Receita dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %)	134
TABELA 5.2 – Composição Relativa da Estrutura da Despesa dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)	137
TABELA 5.3 – Estrutura da Despesa dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)	139
TABELA 5.4 – Fontes de Financiamento do Investimento dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)	139
TABELA 5.5 – Indicadores Financeiros da Receita, por Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %)	141
TABELA 5.6 – Indicadores Financeiros da Despesa, Por Municípios, Segundo Nível de Integração - RMC – 2003 (Em %)	145
TABELA 5.7 – Indicadores de Endividamento e Capacidade de Investimento, por Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %)	149'

Maringá

TABELA 1 – Áreas de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá – 2000	187
TABELA 2 – Evolução do IDH-M da Região Metropolitana de Maringá, 1991-2000	195
TABELA 3 – Situação dos Municípios da RMM	196
TABELA 4 – População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Desocupada e Taxas de Atividade e de Desocupação Segundo Tipos Socioocupacionais – Região Metropolitana de Maringá – 2000	213
TABELA 5 – População em Idade Ativa, População Ocupada Total e Segundo Categorias Socioeconômicas – Região Metropolitana de Maringá – 2000	215
TABELA 6 – Distribuição das Categorias Socioeconomicas por Tipos (Absoluto e Densidade Relativa) – Região Metropolitana de Maringá – 2000	220
TABELA 7 – Distribuição Percentual das Categorias Socioeconomicas por Tipos – Região Metropolitana de Maringá – 2000	220
TABELA 8 – Composição Socioeconômica dos Tipos Região Metropolitana de Maringá – 2000	221
TABELA 9 – Densidade – Região Metropolitana de Maringá – 2000	221
TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Segundo a Estrutura Etária da população 1991–2000	238
TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Segundo indicadores de Longevidade e Mortalidade, 1991 – 2000	238
TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores de Fecundidade, 1991 e 2000	239
TABELA 13 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000	239
TABELA 14 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica – 2000	240
TABELA 15 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Cor e a Distribuição da População Segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 1991 e 2000	240
TABELA 16 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente Total, Grupos Etários Selecionados e Índice de Envelhecimento - 2000	241
TABELA 17 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População residente total e Razão de sexo por faixas de idade – 2000	241
TABELA 18 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000	242

TABELA 19 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Área e Densidade Demográfica – 2000 _____	242
TABELA 20 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente Total e Pessoas com algum Tipo de Deficiência – 2000 _____	242
TABELA 21 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Cor ou Raça e a Distribuição da População Segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 1991 e 2000 _____	243
TABELA 22 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos, 1991 e 2000 _____	254
TABELA 23 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros – 2000 _____	255
TABELA 24 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Segundo o Acesso a Bens – 2000 _____	255
TABELA 25 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Segundo as Condições de Moradia – 2000 _____	256
TABELA 26 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo e Percentuais de Ruas sem Pavimentação – 2000 _____	256
TABELA 27 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros – 2000 _____	257
TABELA 28 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000 _____	257
TABELA 29 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Cedidos ou Alugados, Domicílios em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional – 2000 (%) _____	258
TABELA 30 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes de Tipo de Apartamento – 2000 _____	259
TABELA 31 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Analfabetismo por Faixa Etária da População, 1991 e 2000 _____	271
TABELA 32 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores Utilizados no IDH-M Educação 1991–2000 _____	272
TABELA 33 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Analfabetismo Funcional por Faixa Etária da População, 1991 e 2000 _____	273
TABELA 34 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Nível Educacional da População entre 15 e 17 anos, 1991 e 2000 _____	274

TABELA 35 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Nível Educacional da População entre 18 e 24 anos, 1991 e 2000 _____	275
TABELA 36 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler – 2000 _____	276
TABELA 37 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000 _____	276
TABELA 38 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 a 17 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000 _____	276
TABELA 39 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Responsável pela Família Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudo – 2000 _____	277
TABELA 40 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler – 2000 _____	277
TABELA 41 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000 _____	278
TABELA 42 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 7 a 14 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000 _____	279
TABELA 43 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 a 17 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000 _____	280
TABELA 44 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Responsável pela Família Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudo – 2000 _____	281
TABELA 45 – Número de Famílias por Classe de Renda Mensal em Maringá e Curitiba, Segundo Tipo Socioespacial – 2000 _____	290
TABELA 46 – Renda Per Capita em Municípios das Regiões Metropolitanas de Maringá e de Curitiba, 2000 _____	290
TABELA 47 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores de Pobreza, 1991 e 2000 _____	296
TABELA 48 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Classe de Renda Mensal do Responsável em Salário-Mínimo – 2000 _____	297
TABELA 49 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Rendimento Médio no Trabalho Principal em Salário-Mínimo – 2000 _____	297
TABELA 50 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade – 2000 _____	298
TABELA 51 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação – 2000 _____	298
TABELA 52 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Número de Ocupados com Rendimento no Trabalho Principal – 2000 _____	299

TABELA 53 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo População por Faixa de Renda Familiar Per Capita – 2000	300
TABELA 54 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo Rendimento Médio no Trabalho Principal em Salário-Mínimo – 2000	301
TABELA 55 – Meio de Transporte Utilizado pelos Funcionários em Maringá – 2002	313
TABELA 56 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000	316
TABELA 57 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000	316
TABELA 58 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000	317
TABELA 59 – Nível de integração metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000	317
TABELA 60 – Nível de integração metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000	318
TABELA 61 – Áreas de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000	319
TABELA 62 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000	320
TABELA 63 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000	321
TABELA 64 – Ano de Instalação e Ano de Ingresso dos Municípios na Região Metropolitana de Maringá – 2005	344
TABELA 65 – Nível de Instrução dos Prefeitos e Vice-prefeitos, Partido Atual e Reeleição dos Prefeitos por Municípios – Região Metropolitana de Maringá – 2005	344
TABELA 66 – Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta, Indireta e Funcionários Inativos, por Municípios Região Metropolitana de Maringá – 2001 – 2005	345
TABELA 67 – Existência de Lei Orgânica, Plano Estratégico e existência de Planejamento Municipal, Região Metropolitana de Maringá – 2005	346
TABELA 68 – Existência de Legislação e Instrumentos de Planejamento Urbano, por Município Região Metropolitana de Maringá – 2005	346
TABELA 69 – Existência de Consórcios Intermunicipais de Saúde. Região Metropolitana de Maringá – 2005	347

TABELA 70 – Existência de Serviços Terceirizados Região Metropolitana de Maringá – 2005	347
TABELA 71 – Tipo de Atividades Informatizadas, por Municípios da Região Metropolitana de Maringá – 2005	348
TABELA 72 – Existência de Cadastro Imobiliário, com Indicação de Algumas Características do Cadastro por Municípios Região Metropolitana de Maringá – 2005	348
TABELA 73 A – Existência de Conselhos Municipais, por Área de Atuação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005	349
TABELA 73 B – Existência de Conselhos Municipais, por Área de Atuação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005	350
TABELA 73 C – Existência de Conselhos Municipais, por Área de Atuação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005	351
TABELA 74 – Existência de Favelas, Cortiços e Loteamentos Irregulares e Clandestinos, ou Assemelhados, Cadastro, Grau de Abrangência do Cadastro E Número de Unidades Cadastradas por Municípios. Região Metropolitana de Maringá – 2005	352
TABELA 75 – Existência de Órgão Específico na Área de Habitação, Cadastro de Famílias Interessadas em Programas Habitacionais e Conselho de Habitação, e Existência de Lei com Indicação do Lote Mínimo, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá	353
TABELA 76 – Existência e Tipo de Programa ou Ação na Área de Habitação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005	353
TABELA 77 – Total de Licenças para Construção e Total de Alvarás de Habitação Concedidos, por Municípios – Região Metropolitana de Maringá – 2004	354
TABELA 78 – Existência e Tipo de Incentivos para Atrair Atividades Econômicas e Existência de Programas ou Ações de Capacitação Profissional	354
TABELA 79 – Tipo de Instrumentos Legais de Justiça e Segurança Pública Existentes, e Existência de Guarda Militar, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005	354
TABELA 80 – Tipo de Estabelecimentos Culturais e de Lazer Existentes e de Banda de Música e de Orquestra, por Municípios - Região Metropolitana de Maringá – 2005	355
TABELA 81 – Tipo de Estabelecimentos Selecionados de Comércio, Serviços e Lazer Existentes, por Municípios- Região Metropolitana de Maringá – 2005	355
TABELA 82 – Indicadores Selecionados para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros	365
TABELA 83 – Regiões Metropolitanas do Grupo 6 na Hierarquização dos Espaços Metropolitanos	366
TABELA 84 – Média do PIB Per Capita/1996 – Regiões Metropolitanas do Grupo 6	367
TABELA 85 – População e PIB Per Capita – Região Metropolitana de Maringá	367
TABELA 86 – População e PIB Per Capita Segundo Média com e sem Cidade Pólo – Região Metropolitana	367

TABELA 87 – PIB 1999 – 2002 Per Capita – Preços de 2002 _____	368
TABELA 88 – PIB 1999 – 2002 e Variação % no Período _____	368
TABELA 89 – Receita, Despesa, Endividamento e Capacidade de Investimento – RMM _____	369
TABELA 90 – Estrutura da Receita, da Despesa, e Capacidade de Investimento por Município – Região Metropolitana de Maringá _____	370

Lista de Quadros

Curitiba

QUADRO 1.1 – Composição da Região Metropolitana de Curitiba _____	1
QUADRO 1.2 – Nível de Integração dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba _____	13
QUADRO 3.1. – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Região Metropolitana de Curitiba (Exclui Curitiba) _____	53
QUADRO 3.2 – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Município de Curitiba – Região Metropolitana de Curitiba _____	55
QUADRO 4.1 – Leis e Normas que Deram Suporte à Atuação da COMEC _____	119

Lista de Gráficos

Curitiba

GRÁFICO 3.2 – Número de Vítimas por Homicídios, Segundo Níveis de Integração – RMC – 1998-2002 _____	116
---	-----

Maringá

GRÁFICO 1 – Origem da Força de Trabalho que se Emprega em Maringá – 2002 _____	312
---	-----

Lista de Mapas

Curitiba

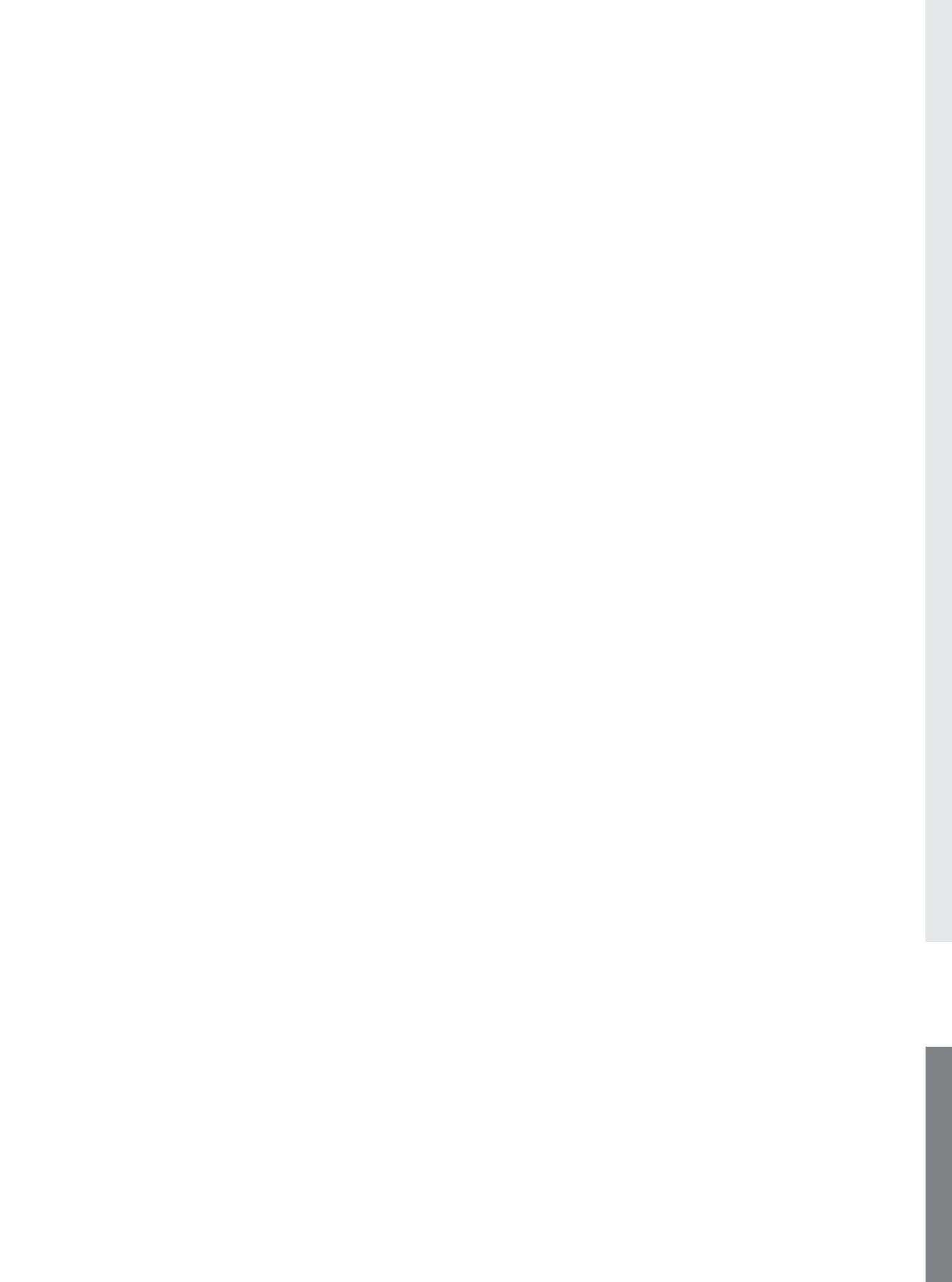
MAPA 1.1 – Divisão Político Administrativa da Região Metropolitana de Curitiba – 2006 _____	165
MAPA 2.1 – Participação do Município no VAF Total do Estado – RMC – 1975 e 2003 _____	166

MAPA 3.1 – Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AED – Região Metropolitana de Curitiba _____	167
MAPA 3.2 – Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AED – Aglomerado Metropolitano _____	168
MAPA 3.3 – Taxa de Desocupação, Segundo AED – RMC – 2000 _____	169
MAPA 3.4 – Tipologia Socioespacial – RMC – 2000 _____	170
MAPA 3.5 – Taxa de Pobreza, Segundo AED – RMC – 2000 _____	171
MAPA 3.13 – Adequação Idade/Série de Pessoas entre 7 e 14 anos, Segundo AED – RMC – 2000 _____	172
MAPA 3.14 – Inadequação Fundiária, Segundo AED – RMC – 2000 _____	173
MAPA 3.15 – Abastecimento de Água, Segundo AED – RMC – 2000 _____	174
MAPA 3.16 – Instalação Sanitária, Segundo AED – RMC – 2000 _____	175
MAPA 3.17 – Domicílios Particulares Permanentes em Aglomerados Subnormais, Segundo AED – RMC – 2000 _____	176
MAPA 3.18 – Domicílios com Todos os Bens de Uso Difundido, Segundo AED – RMC – 2000 _____	177
MAPA 3.19 – Déficit Habitacional Relativo, Segundo AED – RMC – 2000 _____	178
MAPA 3.20 – Movimento Pendular em Direção ao Polo, Segundo AED – RMC – 2000 _____	179
MAPA 3.21 – Movimento Pendular, Segundo AED – RMC – 2000 _____	180
MAPA 5.1 – Autonomia da Receita do Município – RMC – 2003 _____	181
MAPA 5.2 – Gasto Social do Município – RMC – 2003 _____	182

Maringá

MAPA 1 – Áreas de Expansão Demográfica da Região Metropolitana de Maringá – 2000 _____	188
MAPA 2 – Localização da Região Metropolitana de Maringá na Mesorregião Norte Central no Estado do Paraná – 2002 _____	202
MAPA 3 – A Acessibilidade à Água Encanada e ao Banheiro por Pessoas da Região Metropolitana de Maringá em suas Residências – 2000 _____	208
MAPA 4 – Tipologias Sócioocupacionais da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000 _____	217
MAPA 5 – Percentual de Famílias por Classe de Renda Mensal Per Capita que Recebem até ½ Salário Mínimo da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000 _____	219
MAPA 6 – Relação Entre as Principais Centralidades da Região Sul do Brasil em 1978 _____	227
MAPA 7 – Relações Entre as Centralidades do Estado do Paraná em 1993 _____	228

MAPA 8 – População Residente por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000_____	230
MAPA 9 – Índice de Envelhecimento da Região Metropolitana de Maringá por AEDs – 2000 ____	231
MAPA 10 – Distribuição da População da Região Metropolitana de Maringá Segundo a Cor (Negro – Pardo) por AEDs – 2000 _____	236
MAPA 11 – Déficit Habitacional por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000_____	246
MAPA 12 – Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Carência de Água nos Municípios da Região Metropolitana de Maringá – 2000 _____	248
MAPA 13 – Percentual de Domicílios que Possuem Todos os Bens de Uso Difundido por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000_____	252
MAPA 14 – Taxa de Analfabetismo dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá por AEDs em 2000 _____	263
MAPA 15 – Percentual de Pessoas de 7 a 14 anos que Frequentam Escola em Série Adequada na Região Metropolitana de Maringá por AEDs – 2000 _____	267
MAPA 16 – Percentual de Famílias por Classe de Renda Mensal Per Capita que Recebem até meio Salário-Mínimo por AEDs – RM Maringá – 2000 _____	288
MAPA 17 – Grau de Formalização de Trabalho por AEDs – RM Maringá – 2000 _____	292
MAPA 18 – Proporção de Imigrantes de Data Fixa da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000 _____	309
MAPA 19 – Percentual de Pessoas que Trabalham ou Estudam Fora do Local de Moradia por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000_____	311



7

Como Anda Curitiba

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS



ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RM CURITIBA

Rosa Moura

1. Institucionalização e Posição da Região Metropolitana de Curitiba no Contexto Metropolitano Nacional

1.1. Institucionalização e Configuração do Espaço Metropolitano

A Região Metropolitana de Curitiba – RMC, foi criada em 1973, no corpo da lei federal 14/73. Atualmente, agrega 26 municípios: os 14 originais, cinco desmembrados desses e sete municípios integrados aos limites regionais por legislações estaduais (Quadro 1.1 e Mapa 1.1).

QUADRO 1.1 – Composição da Região Metropolitana de Curitiba

Instituição Original ¹	Municípios Desmembrados	Inclusão por Legislações Estaduais
Almirante Tamandaré	Campo Magro	
Araucária		
Balsa Nova		
Bocaiúva do Sul	Tunas do Paraná	
Campina Grande do Sul		
Campo Largo		
Colombo		
Contenda		
Curitiba		
Mandirituba	Fazenda Rio Grande	
Piraquara	Pinhais	

QUADRO 1.1 – Composição da Região Metropolitana de Curitiba (continuação)

Instituição Original ¹	Municípios Desmembrados	Inclusão por Legislações Estaduais
Quatro Barras		
Rio Branco do Sul	Itaperuçu	
São José dos Pinhais		
		Adrianópolis ³
		Agudos do Sul ⁴
		Cerro Azul ²
		Doutor Ulysses ²
		Lapa ⁵
		Quitandinha ²
		Tijucas do Sul ²

Fonte: Legislações

Notas: (1) Lei complementar federal nº 14/73.

(2) Lei estadual nº 11.027/94.

(3) Lei estadual nº 11.096/95.

(4) Lei estadual nº 12.125/98.

(5) Lei estadual nº 13.512/02.

Em 1970, a RMC sequer contava com um milhão de habitantes e, em três décadas e meia, passou a abrigar mais de 3,1 milhões de moradores, segundo estimativas do IBGE para 2004. A ocupação do espaço regional já na primeira década transcende os limites territoriais do município-pólo, configurando uma aglomeração contínua que incorpora à dinâmica metropolitana os municípios de seu entorno imediato.

Nessa época, o Estado do Paraná passava por mudanças na agropecuária – modernização da base técnica de produção, expansão de culturas, comercialização de *commodities* e agroindustrialização – e por um processo de intensa concentração fundiária, com expressivos fluxos migratórios na direção dos centros urbanos, particularmente para Curitiba e entorno. A industrialização, que tinha maior expressividade no interior do Estado, intensifica-se no espaço metropolitano, com a introdução dos ramos modernos na linha da metalmecânica, como parte do processo de desconcentração da atividade econômica a partir de São Paulo.

Nos anos 1970 e 1980, Curitiba sediou grandes grupos econômicos, particularmente na Cidade Industrial de Curitiba. Araucária, município limítrofe, recebeu a Refinaria da Petrobrás, alcançando a segunda maior participação no valor adicionado fiscal (VAF) da Região (NOJIMA *et al.*, 2004).

O impacto inicial do crescimento populacional e da intensificação no uso do solo metropolitano foi simultâneo ao processo ininterrupto de planejamento urbano em Curitiba, iniciado nos finais dos anos 1960. A implementação do planejamento criou elementos que valorizaram a terra urbana e a moradia do pólo e elevaram o custo de melhorias e tributos locais, tornando o processo de ocupação seletivo e induzindo o crescimento da ocupação de segmentos mais pobres para áreas periféricas internas e principalmente externas aos seus limites administrativos. Áreas nas quais haviam disponíveis lotes mais compatíveis ao poder aquisitivo desses segmentos, e cuja distância era coberta por um sistema de transporte coletivo que facilitou a comutação diária entre o local de moradia e o de trabalho.

Nos anos 1990, a alteração da composição original da estrutura industrial, incorporando novos segmentos, sustentada por uma política estadual de atração de novos investimentos, reforçou o espaço metropolitano, que disponibilizava vantagens locais da proximidade do mercado do Sudeste e do Porto de Paranaguá, oferta de infra-estrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias, dentre outros fatores que se somaram à concessão de incentivos fiscais e financeiros.

Os investimentos econômicos foram realizados particularmente nos municípios de São José dos Pinhais, que foi contemplado com a localização das duas maiores montadoras automotivas (Renault e Volkswagen/Audi) e que recebeu uma série de investimentos em comércio e serviços, além da adequação do aeroporto internacional; Campo Largo (que por pouco tempo sediou a Chrysler, tendo vivido o impacto da condição efêmera desse investimento); Araucária e Curitiba (com a modernização e ampliação de segmentos existentes); assim como pequenas inversões nos demais municípios limítrofes ao pólo.

Acompanhando o reforço à atividade industrial, os setores Comércio e Serviços demonstram maior incremento em toda a década. O último, fortemente concentrado no pólo, voltou-se particularmente às empresas e ao mercado constituído pelos empreendimentos, pelo fluxo de executivos e profissionais especializados que se intensificou e pelos novos habitantes da cidade, que demandam serviços mais complexos e sofisticados, peculiares ao mundo globalizado. Curitiba passou a ter visibilidade entre as cidades que desempenham papel relevante no cenário econômico nacional, adicionando à sua condição de “cidade-modelo” a de “metrópole-competitiva” (FIRKOWSKI, 2001). Atividades desses setores também se espalharam entre os municípios metropolitanos. São José dos Pinhais destaca-se por apresentar-se como nova centralidade desse espaço regional transformado.

Além dos supermercados, hipermercados, *shopping centers*, e do setor de hotelaria, os elementos mais expressivos e reveladores das mudanças em curso relacionam-se às atividades de publicidade e propaganda, moda, bancos, serviços especializados para empresas, eventos e feiras relacionados às demandas do turismo de negócios, livrarias, além de atividades que se fazem presentes de modo imaterial, como as novas demandas por serviços por meio eletrônico, centros de compras 24 horas, além de outros valores urbanos recém-incorporados à vida do curitibano (FIRKOWSKI, 2001).

A “desconcentração” da atividade econômica, ou “concentração dispersa entre municípios”, alterou substancialmente o perfil da economia metropolitana, com transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes (IPARDES, 2005a). Ademais, reforçaram o aglomerado metropolitano como o espaço econômico de maior relevância no Paraná (IPARDES, 2005b).

A estratégia de atração da atividade econômica acabou por reforçar os fluxos migratórios para a Região, acentuando a desigualdade, já que mesmo com o crescimento da oferta de empregos, grande contingente de mão-de-obra permanece fora do mercado. O processo de ocupação, da forma intensa e contínua como ocorreu na área metropolitana de Curitiba nessas três décadas, não se fez acompanhar pela implementação de um processo regional de planejamento e gestão, e as políticas públicas foram insuficientes para viabilizar o atendimento às novas e crescentes demandas. Novas ocupações se adensaram em parcelas territoriais de municípios economicamente menos dinâmicos e financeiramente dependentes de transferências de recursos, como os provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), muitas vezes em áreas de mananciais de abastecimento hídrico de toda a região ou ambientalmente vulneráveis.

A fronteira de periferação da ocupação metropolitana, iniciada com o extravasamento da ocupação de Curitiba sobre seus limites imediatos nos anos 1990, transcende o conjunto de municípios limítrofes e insinua-se na direção de outros, próximos a esses. Em 2000, a RMC já apresenta uma extensão da mancha contínua de ocupação, que incorpora as sedes municipais da maioria dos municípios vizinhos a Curitiba, e porções de municípios mais distantes – incluindo os classificados como de níveis muito alto, alto e médio, quanto à integração na dinâmica metropolitana.

Essa área, embora contínua, é bastante desigual, tanto no que se refere à inserção dos municípios na dinâmica da economia regional, quanto nas condições socioambientais.

Sob efeitos do processo de internacionalização da economia, a ocupação seletiva que formatou o espaço metropolitano de Curitiba torna-se mais acentuada, agregando um diferencial. Atualmente, parcelas das classes de rendimentos médio e alto estão optando pelas mesmas áreas periféricas, até então redutos de população de menor renda, atraídas pela oferta de condomínios de luxo, perfeitamente conectados a Curitiba. Nas periferias também se localizam os novos distritos industriais que conformam o pólo automotivo do Estado do Paraná, além de grandes empreendimentos comerciais, empresariais e de serviços.

As municipalidades menos dinâmicas não se encontram capazes de responder às exigências de modernização postas por esses empreendimentos, quanto aos padrões de competitividade e atratividade às atividades modernas, permanecendo excluídas do processo, abrigando a população pobre e as atividades segregadas. A pobreza também pontua o interior do pólo metropolitano, que responde pelos contingentes mais elevados de famílias carentes e domicílios inadequados, entre os municípios da RMC (IPARDES, 2005a).

1.2. A RMC comparativamente às demais RMs

Para posicionar Curitiba perante as principais aglomerações metropolitanas do Brasil, foram considerados os resultados dos estudos voltados às unidades institucionalizadas (regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento - RIDE). Criadas por diferentes legislações, configuram unidades regionais bastante distintas, o que justificou a realização, no âmbito dos produtos demandados pelo Ministério das Cidades, de estudo visando identificar aquelas que efetivamente se constituem como “metropolitanas”, por meio de sua classificação; demarcar espacialmente a intensidade do fenômeno de integração dos municípios na dinâmica da aglomeração; dimensionar o nível de concentração de atividades nessas espacialidades; e caracterizar socialmente o conjunto.

O universo dessa pesquisa constituiu-se das 26 regiões metropolitanas institucionalizadas até o ano de 2003, das regiões integradas de desenvolvimento do Distrito Federal e de Teresina/ Timon, das aglomerações urbanas não institucionalizadas, desde que polarizadas por capitais de Estados e das capitais que não configuram aglomerações, num total de 37 espaços urbanos. Os 471 municípios que compõem esses espaços são a unidade de pesquisa.

O trabalho empregou o conceito de aglomeração urbana para as unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica. Difere do entendimento de região metropolitana que, nesse trabalho, corresponde a uma porção definida institucionalmente. Considerou metrópole, a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana.

Este entendimento orientou a classificação das unidades, que teve como pressupostos a centralidade, definida por indicadores do grau de importância, aferindo a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente as de maior complexidade, e a centralidade que transcende a região. Para tanto, valeu-se de informações sobre o volume populacional e de atividades, fluxos, e oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da “nova economia”, disponíveis para todo o território nacional.

Entre as 37 unidades consideradas foram identificadas, por meio de dois processos classificatórios, seis categorias que expressam relativa homogeneidade. A categoria 1 inclui apenas a RM de São Paulo, com os resultados mais expressivos em todos os indicadores. A RM do Rio de Janeiro, com a segunda maior pontuação em todos os indicadores, também compõe, individualmente, a categoria 2, com elevado desnível entre sua posição e a de São Paulo. Na categoria 3 enquadram-se as RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. Na categoria 4, as RMs de Campinas, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis, assim como Manaus. Estas quatro categorias foram consideradas como “metropolitanas”, dado que apresentam indicadores com mais expressividade que os das demais categorias.

Na categoria 5 incluem-se as RMs Norte/Nordeste Catarinense, Baixada Santista, Natal e Londrina, configurando um perfil de espaço metropolitano emergente, além das RMs de São Luís, Maceió e João Pessoa, as aglomerações de Aracaju¹ e Cuiabá, e a capital Campo Grande. Na categoria 6, as RMs Vale do Itajaí, Maringá, Foz do Itajaí, Vale do Aço,

1 A RM de Aracaju, embora criada em 1995, ainda não havia obtido a ratificação da adesão dos municípios por parte das Câmaras de Vereadores, conforme exige seu artigo 5º.

Carbonífera e Tubarão, a RIDE Teresina e as capitais Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Palmas e Boa Vista.

A leitura comparativa da posição da RMC perante as demais RMs do Brasil situa a Região na sexta posição do *ranking* (tabela 1.1), incluindo-a entre as oito unidades da categoria 3 (OBSERVATÓRIO, 2005c). Tem o índice fatorial de 0,119 e a somatória de 27 pontos no conjunto de indicadores, apresentando um distanciamento maior entre sua pontuação e a da RIDE de Brasília – em posição imediatamente superior na hierarquia (índice 0,146) – do que entre ela e a RM de Salvador, em posição imediatamente abaixo (índice 0,103).

TABELA 1.1 – Indicadores para Classificação e Categorização das Unidades

Unidades	Indicadores							Somatória dos Indicadores	Índice Fatorial	Categoria
	População Estimada 2004 (mil hab.)	Nº Agênc. Bancár. 2003	Operações Banc. e Finan. 2003 (R\$ milhão)	Massa Rendim. Mensal 2000 (R\$ milhão)	Empregos Formais Ativ. Ponta 2002	Passag. Tráfego Aéreo 2003 (mil)	Sedes 500 Maiores Empresas 2004			
São Paulo	19.127,4	2.211	290.370,4	9.088,6	575.693	15.892,6	178	42	1	1
Rio de Janeiro	11.298,5	1.104	70.874,4	4.902,1	182.045	7.885,1	60	35	0,425	2
Belo Horizonte	5.287,7	450	28.606,2	1.843,9	92.762	3.106,9	21	28	0,174	3
Porto Alegre	3.984,0	458	26.813,1	1.700,0	80.972	2.520,9	31	28	0,162	3
Brasília	3.370,3	215	44.982,7	1.432,1	40.276	5.908,9	8	28	0,146	3
Curitiba	3.110,5	288	24.926,3	1.267,8	70.746	2.339,7	14	27	0,119	3
Salvador	3.291,0	220	10.977,6	941,1	40.062	2.881,6	17	26	0,103	3
Recife	3.551,8	213	9.143,9	938,2	35.265	2.239,8	5	24	0,087	3
Fortaleza	3.283,7	158	11.757,5	755,3	21.885	1.473,8	6	24	0,070	3
Campinas	2.580,4	281	13.254,2	1.122,4	75.732	652,6	17	24	0,096	4
Manaus	1.592,6	68	2.659,3	368,9	38.810	1.083,5	18	22	0,053	4
Vitória	1.593,4	128	5.628,5	530,6	11.262	1.121,8	11	22	0,048	4
Goiânia	1.964,2	131	5.259,9	684,2	17.959	753,5	5	20	0,047	4
Belém	2.004,3	78	3.529,6	491,4	9.869	1.096,8	4	20	0,040	4
Florianópolis	912,3	118	3.345,5	400,4	12.890	1.112,1	2	19	0,032	4
Norte/Nord. Catarinense	1.003,0	109	3.488,3	318,0	34.178	182,1	6	20	0,032	5

TABELA 1.1 – Indicadores para Classificação e Categorização das Unidades (continuação)

Unidades	Indicadores							Somatória dos Indicadores	Índice Fatorial	Categoria
	População Estimada 2004 (mil hab.)	Nº Agênc. Bancár. 2003	Operações Banc. e Finan. 2003 (R\$ milhão)	Massa Rendim. Mensal 2000 (R\$ milhão)	Empregos Formais Ativ. Ponta 2002	Passag. Tráfego Aéreo 2003 (mil)	Sedes 500 Maiores Empresas 2004			
Baixada Santista	1.608,5	143	7.300,7	646,5	7.913	–	2	17	0,034	5
Natal	1.214,8	57	2.462,8	304,3	6.760	658,4	2	17	0,023	5
Londrina	728,1	75	2.561,1	260,1	10.502	293,0	4	17	0,020	5
São Luís	1.199,2	57	2.271,4	245,7	3.809	365,4	1	15	0,018	5
Maceió	1.093,1	53	2.256,3	245,3	4.094	452,5	1	15	0,018	5
Cuiabá	767,3	57	2.211,8	266,9	4.778	572,0	1	14	0,017	5
Campo Grande	734,2	64	2.358,1	261,9	4.685	470,2	1	14	0,016	5
João Pessoa	1.026,8	60	2.421,1	244,8	4.610	185,9	1	14	0,016	5
Aracaju	792,1	60	2.465,3	191,8	5.503	239,4	1	15	0,014	5
Vale do Itajaí	612,8	90	3.240,9	228,3	11.465	–	1	14	0,015	6
Teresina	916,6	42	1.567,0	192,8	5.142	175,7	1	14	0,012	6
Maringá	539,1	54	1.654,9	178,9	6.535	173,4	1	14	0,011	6
Foz do Itajaí	437,8	39	878,1	152,3	4.370	290,1	1	12	0,009	6
Vale do Aço	596,2	40	732,2	135,0	1.868	86,1	1	12	0,007	6
Carbonífera	348,8	50	1.001,0	112,3	3.469	7,9	1	12	0,005	6
Porto Velho	380,9	19	590,6	102,1	1.641	170,5	0	9	0,003	6
Macapá	326,5	12	415,7	71,9	786	302,9	0	8	0,003	6
Rio Branco	284,6	14	570,6	66,9	1.178	124,1	0	8	0,001	6
Palmas	187,6	16	703,7	49,2	1.049	115,3	0	8	0,000	6
Boa Vista	236,3	11	641,6	60,1	595	67,4	0	7	0,000	6
Tubarão	343,5	46	625,6	99,0	2.178	–	0	8	0,004	6

Fontes: IBGE, BC, MTE, DAC, Revista Exame

Os indicadores destacam a RMC em relação aos demais espaços quanto ao número de agências bancárias (288 unidades, em 2003), colocando-a na quinta posição, tendo logo a seguir a RM de Campinas (com 281). Esse é o indicador que mais aproxima a RMC das regiões metropolitanas consagradas nas primeiras posições dos *rankings*: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

A RMC mantém-se na sexta posição quanto ao total das operações bancárias e financeiras (R\$ 24.926,2 milhões, em 2003), com valores muito próximos aos da RM de Porto Alegre (R\$ 26.813,0 milhões); quanto à massa de rendimentos mensal (R\$ 1.267,8 milhões em 2000), sendo outra vez seguida pela RM de Campinas (R\$ 1.122,3 milhões); e quanto ao total de empregos formais em atividades de ponta (70.746 empregados em 2002), pouco abaixo da RM de Campinas (75.732).

Coloca-se na sétima posição quanto ao volume de passageiros aéreos, em 2003 (2.339.696), superando Recife (2.239.806 passageiros), importante destino turístico do litoral nordestino; em sétimo lugar, quanto ao número de empresas incluídas entre as 500 maiores do Brasil (14), posição intermediária entre as RMs de Salvador e de Campinas (17) e a RM de Vitória (11); e em nona posição no que se refere à população, superando a ordem dos 3,1 milhões de habitantes em 2004.

Internamente, Curitiba concentra com certa primazia todos os indicadores. Das 288 agências bancárias, 232 situavam-se em Curitiba; em São José dos Pinhais havia 15 agências, sendo seguido por Colombo, com 6 (tabela 1.2). Chama-se atenção para a inexistência de agências em 6 municípios da Região e à presença de uma única unidade em 7 municípios. Repete-se a concentração no que se refere às operações bancárias e financeiras, com o município de Curitiba realizando 95,1% das operações, seguido por São José dos Pinhais, com 1,8%, depois por Campo Largo e outros municípios com participações inferiores a 1%.

A massa de rendimentos apresenta grau de concentração um pouco menor, com 77,6% do total dos salários e outros rendimentos circulando em Curitiba, 5,1% em São José dos Pinhais, 3,4% em Colombo, e proporções menores nos demais.

TABELA 1.2 – Distribuição da População, Atividades, Crescimento e Pendularidade entre os Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC

Município Segundo Nível de Integração	Indicadores											
	População Estimada 2004	Número Agências Bancárias 2003	Total Oper. Bancárias / Financ. 2003 (R\$ milhão)	Massa de Rendimento Mensal 2000 (R\$ mil)	Empregos Formais Ativ. de Ponta 2002	Passag. Tráfego Aéreo 2003	Total Sedes 500 Maiores Empresas 2004	Participação VAF Total do Paraná (%) 2003	Taxa Crescim. Pop. Total 1991/2000	Pessoas Trabalhavam ou Estudavam em Outro Mun. 2000	% Pessoas Trabalhavam ou Estudavam em Outro Mun. 2000	Percentual Ocupados Não-Agrícolas 2000
Curitiba (Pólo)	1.727.010	232	23.717.293,99	983.850	48.588	0	12	26,64	2,13	29.577	2,67	97,67
Almirante Tamandaré	105.848	1	12.421,65	17.448	798	0	0	0,35	5,66	23.190	41,86	92,51
Colombo	216.966	6	101.619,02	43.295	1.771	0	0	0,79	5,09	41.197	34,56	93,55
Fazenda Rio Grande	82.312	1	4.545,39	12.218	315	0	0	0,20	10,91	12.558	32,59	96,27
Pinhais	117.078	4	141.379,47	30.173	3.372	0	0	1,16	3,55	24.441	36,00	98,39
São José dos Pinhais	243.750	15	457.726,32	63.602	9.940	2.339.696	1	6,64	5,43	24.296	17,98	93,20
Nível Muito Alto	765.954	27	717.692	166.735	16.196	2.339.696	1	9,14	5,46	125.682		
Araucária	110.956	5	126.624,88	22.816	1.577	0	1	13,29	4,87	9.708	15,89	85,76
Piraquara	94.188	1	13.885,84	15.225	215	0	0	0,11	9,89	17.457	39,17	92,46
Nível Alto	205.144	6	140.511	38.041	1.792	0	1	13,41	6,75	27.165		
Campina Grande do Sul	42.376	1	6.558,84	7.347	327	0	0	0,14	6,73	5.286	24,11	85,92
Campo Largo	103.176	5	162.668,11	24.802	1.545	0	0	1,34	2,80	8.726	14,37	88,29
Campo Magro	24.657	0	0,00	4.565	38	0	0	0,04	5,95	3.468	25,52	78,81
Itaperiçu	23.751	0	0,00	2.582	3	0	0	0,04	6,83	2.296	23,56	89,19
Mandirituba	19.695	2	24.718,25	4.023	209	0	0	0,15	3,10	1.142	10,71	67,41
Quatro Barras	19.318	2	30.330,31	4.762	1.071	0	0	0,33	5,57	2.528	22,97	93,26

TABELA 1.2 – Distribuição da População, Atividades, Crescimento e Pendularidade entre os Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC
(continuação)

Município Segundo Nível de Integração	Indicadores											
	População Estimada 2004	Número Agências Bancárias 2003	Total Oper. Bancárias / Financ. 2003 (R\$ milhão)	Massa de Rendimento Mensal 2000 (R\$ mil)	Empregos Formais Ativ. de Ponta 2002	Passag. Tráfego Aéreo 2003	Total Sedes 500 Maiores Empresas 2004	Participação VAF Total do Paraná (%) 2003	Taxa Crescim. Pop. Total 1991/2000	Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	% Pessoas Trabalham ou Estudam em Outro Mun. 2000	Percentual Ocupados Não-Agrícolas 2000
Nível Médio	232.973	10	224.276	48.080	3.193	0	0	2,03	4,29	23.446		
Balsa Nova	11.012	0	0,00	2.090	48	0	0	0,45	3,43	1.318	20,07	68,32
Rio Branco do Sul	30.265	2	20.232,74	5.251	108	0	0	1,03	0,70	1.815	10,39	71,56
Nível Baixo	41.277	2	20.233	7.341	156	0	0	1,47	1,34	3.133		
Adrianópolis	6.018	1	807,49	810	0	0	0	0,00	-2,69	146	3,89	50,48
Agudos do Sul	7.808	1	1.129,47	1.112	3	0	0	0,00	1,56	260	5,94	46,92
Bocaiúva do Sul	9.697	0	0,00	1.682	4	0	0	0,02	1,68	743	13,54	59,54
Cerro Azul	16.496	2	16.326,01	2.024	7	0	0	0,01	0,18	132	1,32	31,38
Contenda	14.267	2	12.358,64	2.749	29	0	0	0,07	4,50	901	9,99	48,37
Doutor Ulysses	6.517	0	0,00	516	0	0	0	0,01	2,12	70	1,65	16,91
Lapa	44.287	4	66.074,72	9.791	263	0	0	0,32	0,46	910	3,34	63,15
Quitandinha	15.710	0	0,00	2.511	2	0	0	0,01	0,65	733	7,40	36,07
Tijucas do Sul	13.305	1	9.555,33	2.095	513	0	0	0,04	2,06	461	5,83	49,87
Tunas do Paraná	3.992	0	0,00	494	0	0	0	0,02	2,67	0	0,00	72,49
Nível Muito Baixo	138.097	11	106.252	23.783	821	0	0	0,49	1,02	4.356		
TOTAL	3.110.455	288	24.926.256	1.267.830	70.746	2.339.696	14	53,19	3,14	213.359		

Fontes: IBGE, BC, MTE, DAC, REVISTA EXAME, SEFA-PR

Das 14 empresas incluídas entre as 500 maiores do Brasil, 12 encontram-se em Curitiba, uma em São José dos Pinhais e outra em Araucária. São José dos Pinhais também se sobressai por sediar o aeroporto internacional da Região. Nos empregos formais em atividades que se destacam como indicativas de segmentos de ponta da “nova” economia, a distribuição adquire outro contorno: Curitiba responde por 68,7% desses empregos; São José dos Pinhais, por 14,1%, e Pinhais, por 4,8%, com os demais municípios demonstrando menores valores.

Essas informações apontam para a RMC um grau de concentração intermediário das atividades, já que em mais de um dos indicadores selecionados o pólo responde por percentuais inferiores a 75% – proporção considerada primaz e representativa de pólos concentradores –, perfazendo essa participação em conjunto com um ou no máximo dois municípios.² É o caso de empregos formais em atividades de ponta, no qual Curitiba soma-se a São José dos Pinhais para superar os 75% (atingindo assim 82,7%) e de população, para a qual os quatro municípios mais populosos não somam essa referência.

As 37 unidades em análise, do universo nacional da pesquisa, foram classificadas conforme o nível de integração dos municípios à dinâmica da aglomeração. Esses níveis foram captados por indicadores de evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade, características ocupacionais, presença de funções específicas e indispensáveis à circulação de pessoas e mercadorias (portos e aeroportos), e a capacidade de geração de renda pela economia local, tomando como referência a participação do município na composição do PIB total da unidade. Por meio deles foi delimitada a abrangência efetiva da aglomeração em cada unidade pesquisada.

Excluindo os 37 pólos, dos demais 434 municípios 187 apresenta níveis muito baixo ou baixo de integração na dinâmica da aglomeração, podendo ser considerados como não integrados ou em integração embrionária à dinâmica da aglomeração, e 98 colocam-se numa posição intermediária quanto à integração nessa dinâmica. Os 148 municípios classificados nos níveis alto e muito alto reuniam, em 2004, aproximadamente 28 milhões de pessoas, representando 34,2% da população total das unidades pesquisadas. A sua participação no incremento populacional do período 1991/2000 foi de 45,0%, o que indica forte pressão sobre essas áreas. Esses municípios geravam 34,8% do PIB do total das unidades em

2 Segundo a classificação, são muito concentradas as unidades em que o pólo aponta para 75% e mais em todos os indicadores, e menos concentradas quando essa proporção se compõe a partir de um número amplo de municípios.

2003. Os 37 pólos desses espaços, mesmo quando apresentam tendência à desaceleração do ritmo de crescimento, mantêm sua condição de principais áreas de concentração populacional no país, reunindo 47 milhões de habitantes (57% da população total das unidades pesquisadas) e absorvendo 45,1% do incremento populacional verificado nos grandes espaços urbanos. Sua participação na composição do total do PIB do conjunto foi de 56,6%. Esses dados demonstram o descompasso entre os limites institucionais das regiões metropolitanas e a efetiva configuração do recorte de sua aglomeração.

No caso da RMC, dos 26 municípios que integram sua delimitação oficial, cinco foram classificados como com nível de integração na dinâmica metropolitana muito alto, particularmente pelo elevado movimento pendular constatado, assim como pelo desempenho de funções relevantes. Correspondem aos municípios cujas áreas ocupadas de maior densidade são relativamente mais próximas ao pólo (quadro 1.2). Entre os municípios limítrofes, Araucária classificou-se com nível alto, e Campo Largo, com nível médio – ambos com fluxos menos significativos do movimento pendular, entre outros indicadores que os distinguiram dos demais municípios. Entre os mais distantes do pólo, foram classificados 10 municípios com nível muito baixo, e dois, com nível baixo de integração na dinâmica da aglomeração, todos com características mais rurais e ausência do desempenho de funções relevantes à dinâmica metropolitana.

QUADRO 1.2 – Nível de Integração dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba

Município	Nível de Integração	Município	Nível de Integração
Curitiba	Pólo		
Almirante Tamandaré	Muito alto	Balsa Nova	Baixo
Colombo	Muito alto	Rio Branco do Sul	Baixo
Fazenda Rio Grande	Muito alto	Adrianópolis	Muito Baixo
Pinhais	Muito alto	Agudos do Sul	Muito Baixo
São José dos Pinhais	Muito alto	Bocaiúva do Sul	Muito Baixo
Araucária	Alto	Cerro Azul	Muito Baixo
Piraquara	Alto	Contenda	Muito Baixo
Campina Grande do Sul	Médio	Doutor Ulysses	Muito Baixo
Campo Largo	Médio	Lapa	Muito Baixo
Campo Magro	Médio	Quitandinha	Muito Baixo
Itaperuçu	Médio	Tijucas do Sul	Muito Baixo
Mandirituba	Médio	Tunas do Paraná	Muito Baixo
Quatro Barras	Médio		

Fonte: Observatório, 2005c

Outra análise comparativa entre as 37 unidades consideradas na pesquisa nacional, foi a condição social dos municípios, dado que a situação social de sua população moradora mostra-se bastante distinta, seja na escala inter-aglomerados, seja na escala intra-aglomerados. Para dimensionar essas desigualdades foram considerados o Índice de Carência Habitacional e a taxa de pobreza, em nível municipal, estimados para o ano 2000, que orientaram uma classificação social relativa. Dos componentes desses índices foram extraídas as informações dos contingentes absolutos de pobres e de domicílios carentes e deficientes, que demonstraram concentrações absolutas.

Os municípios foram classificados em cinco grupos conforme sua condição social relativa: muito boa, boa, média, ruim e muito ruim. Nas condições sociais relativas muito boa e boa foram classificados 199 municípios (42% do total considerado). Excluindo os pólos, a maioria desses municípios apresenta nível de integração na dinâmica do aglomerado variando de médio a muito alto. Nas condições sociais relativas muito ruim e ruim, foram classificados 131 municípios (28% do total), a maioria entre aqueles com níveis muito baixo e baixo de integração. Em condição social intermediária encontram-se 140 municípios, sendo a maioria com nível de integração médio a muito baixo.

Observa-se que municípios mais distantes do pólo ou menos integrados à dinâmica da aglomeração possuem pior condição social. Verifica-se também que nenhum pólo se encontra na condição muito ruim, e somente Macapá apresenta situação ruim. Há que se ressaltar que inúmeros municípios classificados nas condições muito boa e boa apresentam enormes concentrações populacionais. Disto decorre que, mesmo com as melhores condições sociais relativas, apresentam acentuada concentração absoluta de pessoas em condição social desfavorável (Tabela 1.3).

TABELA 1.3 – Volume Populacional do Conjunto de Municípios Classificados por Condição Social, Segundo Nível de – RMC - 2000

Nível de Integração	Condição Social					Total
	Muito Boa	Boa	Média	Ruim	Muito Ruim	
Pólo	24.887.034	8.241.941	10.483.178	283.308	0	43.895.461
Muito Alto	4.619.475	7.847.125	5.264.209	284.734	105.746	18.121.289
Alto	1.715.829	2.179.829	1.815.486	1.252.880	107.384	7.071.408
Médio	514.013	1.697.828	732.223	643.480	290.098	3.877.642
Baixo	117.770	499.844	607.998	287.292	504.786	2.017.690
Muito Baixo	0	31.827	259.789	344.807	104.352	740.775
TOTAL	31.854.121	20.498.394	19.162.883	3.096.501	1.112.366	75.724.265
Muito Baixo	0	31.827	259.789	344.807	104.352	740.775
TOTAL	31.854.121	20.498.394	19.162.883	3.096.501	1.112.366	75.724.265

Fonte: IBGE

Esta classificação dos municípios segundo sua condição social, considerando a infra-estrutura de saneamento e a pobreza, possui estreita correspondência com o posicionamento dos municípios segundo classes do IDH-M. Os municípios classificados como de alto desenvolvimento (IDH-M igual ou superior a 0,800), em sua maioria, foram enquadrados em condição social muito boa ou boa. Aqueles considerados como de nível de desenvolvimento médio inferior (IDH-M entre 0,500 e 0,649) apresentam condição social muito ruim ou ruim.

A distribuição de municípios nas unidades, conforme sua condição social relativa mostra que muitas unidades têm sua população concentrada em municípios com condição social média. Somente as RMs de Campinas, Vale do Itajaí, Florianópolis, São Paulo e Norte/Nordeste Catarinense apresentaram mais de 70% da população residindo em municípios classificados na condição social relativa muito boa. Vale ressaltar que no caso das duas primeiras unidades, praticamente todos os municípios foram classificados nas condições sociais muito boa e boa, refletindo um quadro socialmente mais homogêneo.

Nas RMs do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Maringá, Foz do Itajaí e Carbonífera também se verifica forte concentração populacional (entre 50% e 70%) em municípios com condição social relativa muito boa, mas com participação também importante de municípios com condição social boa ou média.

Chama a atenção que, das 37 unidades, 22 não possuem nenhum município considerado socialmente muito bom, e 12 delas sequer possui município na condição social relativa boa. Chama também a atenção que as unidades de Brasília, Vale do Aço, Natal e Aracaju têm parcela importante de sua população (entre 15% e 24%) residindo em municípios socialmente ruins ou muito ruins.

Nas unidades de Teresina, São Luís, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza, nenhum município foi classificado na condição social relativa muito boa ou boa e todas possuíam 15% ou mais de sua população residindo em municípios em condições ruim ou muito ruim.

Alguns pontos sobressaem como conclusivos nas análises e classificações realizadas. O primeiro é de ordem conceitual, provavelmente pela ausência de parâmetros, que vem levando à institucionalização de unidades como metropolitanas em espaços sem indicativos que confirmem esse perfil. Outro ponto, também demonstrando carência de critérios comuns, é a extensão dos perímetros a um universo de municípios distantes e pouco integrados à dinâmica da aglomeração.

Em relação à classificação, a posição da RM de São Paulo, no conjunto, é indubitavelmente a de uma metrópole nacional, já que se distingue sobremaneira dos demais espaços analisados. Quanto às demais, salienta-se que, a despeito da posição na ordem da classificação, é de extrema importância o papel que cada unidade representa como impulsionadora das dinâmicas do respectivo Estado e região, particularmente as polarizadas por capitais político-administrativas.

Enquanto de modo geral se percebem diferenças sociais entre as unidades da porção Norte/Nordeste do país, da Centro-Sul, colocando em situação de maior precariedade as da primeira porção, é na segunda, particularmente no Sudeste, que se encontram os maiores focos de concentração de contingentes de pobres e de domicílios carentes.

Essa constatação leva a concluir que, mesmo representando o campo de forças econômicas, sociais e políticas, esses são espaços de conflitos, por atraírem grandes massas populacionais sem responder às suas demandas por ocupação, moradia e consumo de bens e serviços. Alternativas de gestão pautadas em boas práticas de governança podem minimizar a perversidade de seus efeitos, desde que não desconsiderem as origens estruturais dos problemas e se apercebam da importância da dimensão transescalar para enfrentamento dessas demandas e construção de estratégias políticas.

2. Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba¹

O presente capítulo faz parte dos estudos propostos pelo Projeto “Metrópoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana”,² que tem como finalidade avaliar de maneira comparativa os impactos do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva sobre a dimensão urbano-metropolitana da sociedade brasileira, no contexto de globalização.

A pergunta básica para a qual se volta a pesquisa é: “em que medida os efeitos negativos da estratégia defensiva de ajuste, neste quadro de recessão prolongada, de crise do setor público e de acúmulo de desigualdades sociais na escala intrametropolitana poderiam estar se constituindo em obstáculos à adoção de uma política de inserção e de reestruturação que combine estabilidade, produtividade e equidade, levando a economia à modernização e ao desenvolvimento?” (PROJETO, 1997).

O Projeto entende que a inserção na economia globalizada e a absorção do novo padrão de acumulação baseado na flexibilização produtiva, este caracterizado por mudanças profundas no paradigma tecnológico vigente na fase fordista, aprofundaram e transformaram o nexos entre as dinâmicas urbana (espacial) e econômica. A inter-

1 Uma versão preliminar deste trabalho, realizado por Daniel Nojima, Rosa Moura e Sandra Terezinha da Silva, foi apresentada no VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Investigadores sobre globalização e território, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2004. Além de integrar os Anais desse Seminário, consta da série do Iparides Primeira Versão, nº 3, dez. 2004 (disponível em http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf).

2 Desenvolvido em rede nacional sob coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR) e do Observatório das Metrópoles.

conexão global entre os mercados cambiais e financeiros e o aprofundamento da internacionalização produtiva; a reorganização do modelo empresarial e tecnológico, a formação de redes empresariais e a tendência à terceirização trouxeram importantes mudanças nos padrões locacionais. O novo padrão de acumulação, alicerçado em um fluxo contínuo de inovações tecnológicas e demanda de novos serviços, exige que as cidades adaptem sua infra-estrutura e seu meio socioprofissional como condição para o desenvolvimento da base material. A presença ou ausência desses requisitos implicará a constituição de pólos dinâmicos da economia globalizada ou a relegará à concentração de atividades de baixa qualificação, realimentando um processo de causação circular, no qual a degradação econômica, social e ambiental é reiterada.

Para compreender os efeitos desse processo, além da vertente de análise da reestruturação econômica, o projeto demarca outras duas grandes áreas de atuação: a análise das transformações da estrutura socioespacial e das desigualdades intrametropolitanas e a análise da política local e da governança urbana, buscando compreender como, no quadro de ajuste e reestruturação, a segregação urbana e as desigualdades sociais geram mudanças no sistema de atores e na cultura cívica local.

Especificamente, este trabalho analisa os efeitos da reestruturação produtiva da economia global sobre a dinâmica da economia metropolitana de Curitiba, procedendo a uma rápida retrospectiva na emergência e consolidação desse espaço no cenário econômico paranaense. Com maior detalhe, analisa o movimento da participação dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba no valor adicionado fiscal (VAF) total e setorial do Estado do Paraná; avalia as mudanças na estrutura ocupacional e na distribuição das empresas nesses municípios, com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); discute a desconcentração da atividade industrial, a partir da aplicação do índice de concentração Hirschman-Herfindal (HH) sobre o VAF; e tece considerações sobre as mudanças no processo de configuração espacial das atividades econômicas na RMC.

Em termos temporais, o trabalho adota como referência um período abrangente, entre 1970 e 2000, por considerar que ele incorpora grandes transformações da base produtiva paranaense; porém, aprofunda-se na análise da última década, período em que houve intensificação do processo de globalização da economia.

Delimita como área específica de análise os 26 municípios que compõem atualmente a RMC, instituída originalmente pela Lei Complementar Federal 14/73 e redefinida por legislações estaduais, configurando um território extenso e bastante heterogêneo.³

Por essa circunstância, originalmente a análise foi particularizada conforme recortes a partir de classificações então em uso no Instituto Paraná de Desenvolvimento – IPARDES, sintetizadas na figura de anéis concêntricos, compostas com o objetivo de identificar distintas relações entre os municípios oficialmente inseridos no território político-administrativo da RMC, já que os critérios de inserção não implicam aderência ao fenômeno metropolitano. Mais recentemente, a identificação dos níveis de integração dos municípios à dinâmica metropolitana substituiu essa compartimentação, resultando em pequenas alterações aos recortes anteriores, dado que ambas classificações foram definidas sob referência e finalidades similares. No caso da RMC, o fenômeno da metropolização ocorre numa espacialidade central e diminuta, considerando a extensão territorial da Região. Essa espacialidade, que reúne o pólo e as porções urbanizadas de seus municípios limítrofes, circunscreve a dinâmica metropolitana e formata o aglomerado real.

2.1. Consolidação da RMC como Pólo na Economia Paranaense

Os anos 1970 constituem o marco da transformação do perfil econômico do Estado do Paraná, com progressiva diversificação na agropecuária – pela modernização da base técnica de produção, expansão de culturas, comercialização de *commodities* e agroindustrialização – e, no setor industrial, com a introdução dos ramos modernos na linha da metalmecânica, como parte do processo de desconcentração da atividade econômica a partir de São Paulo (IPARDES, 2000).

As atividades do setor primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% do VAF gerado no Estado, progressivamente foram superadas pelas do setor secundário, que consolidou sua participação atingindo, em 2000, 49,96% da renda econômica estadual.

A agricultura, em 2000, respondeu por 13,7% do VAF do Estado, mantendo, contudo, papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora na cadeia produtiva. Em

3 Vale sublinhar que a RMC é o recorte central da mesorregião Metropolitana de Curitiba, que, conforme delimitação do IBGE, compõe-se dos 26 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, oficialmente instituída, além dos municípios do litoral paranaense e de municípios, ao sul da RMC, na fronteira com o Estado de Santa Catarina, integrando um total de 37 municípios, em 2000.

2000, 80,45% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná corresponderam à produção de soja, trigo, algodão e milho – importantes como *commodities* e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como dos insumos à cadeia protéico-animal (IPARDES, 2003b).

Numa dinâmica paralela e inversa à observada pelo setor agropecuário, os segmentos da indústria moderna da metalmecânica lideraram uma mudança qualitativa na estrutura industrial do Estado, centrada no aglomerado metropolitano de Curitiba.

Como resultado da maturação de investimentos dos anos 1970, realizados por mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva, oriundos do extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná (Badep) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), os segmentos da metalmecânica passaram a apresentar os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação.

As mudanças dos anos 1970 e 1980 refletiram a vinda de grandes grupos, porém com poucas empresas de grande porte. Até então, não constituíam um parque de fornecedores nem desenvolviam relações intersetoriais mais expressivas.

Ao final dos anos 1980, a economia paranaense atingiu um patamar qualitativamente distinto, reunindo pré-condições para o desempenho nos anos 1990. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional, dinamizando as vendas e compras nesses mercados também ampliados e atribuindo importância a produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais.

Nos anos 1990, essa estrutura industrial incorporou novos segmentos e, desse modo, criou nova dinâmica no Estado. Especificamente, a economia paranaense aproveitou-se, em meados da década, das condições macroeconômicas favoráveis (estabilização monetária, retorno do investimento direto estrangeiro etc.), ao implementar uma política de atração industrial, baseada no resgate do FDE, que se combina a importantes vantagens locais endógenas, como proximidade do mercado do sudeste e do Porto de Paranaguá, a oferta de infra-estrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias, dentre outras.

Esse conjunto de fatores propiciou um ciclo de expansão de empresas de grande porte no Estado, em particular das sediadas na RMC, além da introdução de segmentos modernos.

Nesse sentido, destaca-se a instalação de grandes montadoras (Renault, com investimentos de US\$ 1,12 bilhão; Volkswagen/Audi, com US\$ 750 milhões; e Chrysler, com investimentos de US\$ 315 milhões – esta já tendo encerrado suas atividades),⁴ e a expansão das atividades de empresas já existentes (Volvo, New Holland, Krone e Bosch). Essas políticas resultaram no adensamento do segmento metalmeccânico do gênero de transporte no Estado e também a atração de grande número de fornecedores e empresas complementares.

Em termos regionais, o conjunto de políticas implementadas ao longo da década de 1990 constituiu-se em elemento fundamental para a inserção do Paraná na dinâmica espacial da economia brasileira. Parte significativa dos investimentos vem ocorrendo no setor automotivo, com capacidade de geração de efeitos endógenos diretos e indiretos, especialmente no Setor Serviços (MACEDO *et al.*, 2002).

A linha de atuação adotada reforçou o aglomerado metropolitano, pela concentração dos investimentos econômicos realizados particularmente nos municípios de São José dos Pinhais, que sedia a localização das duas maiores montadoras (Renault e Volkswagen/Audi), Campo Largo (onde se localizava a Chrysler), Araucária e Curitiba, dentre outras. Tal concentração alterou substancialmente o perfil da economia metropolitana, com transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes. O fato de a quase totalidade dos investimentos de natureza estruturante ocorrer no aglomerado metropolitano e estar centrada na indústria metalmeccânica, sinaliza para o caráter concentrador do desenvolvimento econômico do Paraná e reitera sua posição receptora diante do movimento de desconcentração concentrada, no que se refere à economia brasileira.

Acompanhando o reforço à atividade industrial, os setores comércio e serviços também se espalharam entre os municípios do aglomerado metropolitano, alguns dividindo as ocupações em atividades da indústria e do setor terciário. Excetuando-se o Município de São José dos Pinhais, que se apresenta como nova centralidade desse espaço regional, tais municípios funcionam como extensões do uso e ocupação de Curitiba e têm como característica principal o papel de dormitório. Essa função faz com que seja possível considerá-los parte de Curitiba – a despeito dos limites territoriais –, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, que é o elemento unificador desse conjunto.

4 A unidade da Chrysler instalada em 1998 foi desativada em 2001. Em 2002, a Tecumseh comprou as instalações planejando implantar uma fábrica de motores a combustão, de modo que Campo Largo deve adquirir novo perfil nos próximos anos.

A trajetória desenvolvida pela economia paranaense, embora consolide o aglomerado metropolitano e sedimente nessa espacialidade os mais notórios indicadores de desempenho, reserva para outras regiões do Estado dinâmicas específicas e, também, expressivas, como ocorre com o agronegócio ou com atividades que resultam de desdobramentos da estrutura produtiva local. Mesmo assim, persistem as diferenças inter-regionais, dada a seletividade do capital por espaços dotados de externalidades infra-estruturais e aparato tecnológico.

A importância auferida pela RMC e as características de sua atividade econômica lhe confirmam “como um dos elos da rede de núcleos dinâmicos – cada vez mais integrada e articulada com o exterior – a qual está passando a definir o processo de criação de riquezas na economia brasileira” (MACEDO *et al.*, 2002, p.18).

Por tudo isso, dos 26 municípios da RMC, 11 vêm apresentando crescimento da população superior à média do Estado desde 1970, e três desde 1980 (IPARDES, 2004a). Entre 1991 e 2000, os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento populacional do Estado situavam-se nessa Região, com destaque para Almirante Tamandaré, Colombo e São José dos Pinhais, com taxas superiores a 5% a.a. nos três intervalos censitários, e Fazenda Rio Grande e Piraquara, com taxas próximas ou superiores a 10% a.a. no intervalo mais recente. Embora alguns municípios tenham apresentado taxas de crescimento negativas em determinados momentos do período, estas sempre se fizeram seguir por recuperação.

Paralelamente a essa dinâmica, cresceu a população rural da maioria dos municípios da RMC, numa demonstração de reconversão de suas atividades ditada pelas oportunidades do mercado metropolitano, assim como da pressão por ocupações com características urbanas, em áreas ainda consideradas rurais por situarem-se fora do perímetro urbano dos municípios. Em 2000, a RMC concentrava 11,5% da população rural do Estado e apresenta essa população também em crescimento desde os anos de 1980.

2.2. Distribuição Inter-Regional e Intrametropolitana do Valor Adicionado Fiscal – VAF

Na primeira metade dos anos 1970, os municípios da RMC dividiam, em desvantagem com os da mesorregião Norte Central, a maior participação na renda da economia do Estado.⁵ Com as mudanças no perfil industrial paranaense, fortemente centradas em

5 Essa trajetória pode ser acompanhada no comportamento da participação das mesorregiões paranaenses, considerando que a RMC responde pela quase totalidade da participação da mesorregião metropolitana.

Curitiba, a RMC passou a apresentar participação crescente. Em 2003, a RMC respondia por 53,2% do VAF do Paraná, e metade dessa renda era gerada por Curitiba, que se destaca como o pólo industrial e de serviços do Estado.

Poucos municípios da Região se inseriram nesse processo, e apenas alguns acompanharam a mudança do perfil industrial. Uma análise dessa inserção, considerando as distintas espacialidades que caracterizam a Região Metropolitana, confirmam essa situação. Curitiba, ao longo de duas décadas, dobrou sua participação no VAF estadual de 13,47%, em 1975, para 25,67%, em 1996, passando a perder posição no final da década, quando atingiu, em 2000, 19,89%, e retomando sua posição em 2003, com participação de 26,6% (Tabela 2.1). Em 1975, vinha seguida por Rio Branco do Sul – situado entre os municípios com nível baixo de integração na dinâmica metropolitana – que, mesmo assim, registrava participação inferior a 1%. No total, naquele ano a RMC respondia por 17,1% do VAF paranaense.

TABELA 2.1 – Participação do Conjunto de Municípios, Segundo Nível de Integração, no Valor Adicionado Fiscal Total do Estado do Paraná – RMC – 2003

Nível de Integração	VAF Total						
	1975	1980	1985	1989	1996	2000	2003
Pólo (Curitiba)	13,47	15,76	15,62	23,21	25,67	19,89	26,64
Muito Alto	0,94	1,47	1,85	3,07	4,65	8,78	9,14
Alto	0,43	13,36	9,07	7,27	6,85	11,07	13,41
Médio	0,76	1,36	1,06	1,85	1,40	1,60	2,03
Baixo	0,92	0,98	0,92	1,13	0,98	1,20	1,47
Muito Baixo	0,53	0,55	0,59	0,50	0,54	0,51	0,49
TOTAL	17,056	33,481	29,101	37,025	40,091	43,043	53,186

Fonte: SEFA

A expansão de Curitiba envolveu tangencialmente alguns dos demais municípios da RMC. Em destaque, Araucária alcançou a segunda maior participação da Região no VAF estadual, devido à implantação da Refinaria Getúlio Vargas, da Petrobras. Em 1975, sua participação era de 0,3% do VAF do Paraná (Mapa 2.1), elevando-se para 13,2%, em 1980, valor muito próximo ao de Curitiba, 15,8%. Em 1980, Araucária era responsável pela quase totalidade da geração da renda da RMC, elevando de 0,4% para 13,4% a

participação do conjunto de municípios com nível de integração alto. Ao contrário do que era esperado, não houve grandes desdobramentos em novos investimentos nas atividades dessa refinaria. Contudo, a criação do Centro Industrial de Araucária (Ciar), naquele momento, favoreceu a agregação de outras atividades que garantiram ao município posição de destaque na participação do VAF.

Entre todos os demais, apenas Campo Largo, no conjunto de nível médio de integração, superava 1%. O total da participação regional atingia, então, 33,5%. Ao longo da década de 1980, São José dos Pinhais suplanta a posição de Campo Largo, colocando-se como o terceiro município em geração de renda na economia metropolitana e tornando significativa a participação do conjunto com nível muito alto de integração – posição que se mantém nos anos 1990 e na virada do século.

Esse conjunto de municípios com participação econômica relevante na composição da renda do Estado pode ser dividido em dois grupos: aqueles que já possuíam uma estrutura produtiva, nos moldes tradicionais, e que incorporam novos segmentos – como São José dos Pinhais (6,6%, em 2003, mantendo participação em ritmo crescente superior a 1% desde 1985) e Campo Largo (1,3%); e aqueles que incorporaram essas atividades como numa extensão física de Curitiba – caso de Pinhais (1,2%) e Colombo (0,8%), cuja ocupação e usos do solo decorreram de um extravasamento do pólo.

Rio Branco do Sul (1% em 2000 – a maior participação entre os municípios fora do aglomerado metropolitano, ou seja, aqueles com níveis entre médio e muito alto de integração), diferentemente, pauta sua representatividade econômica na fabricação de cimento, em virtude da disponibilidade da matéria-prima.

Esses índices confirmam a primazia de Curitiba e a inclusão, de forma restrita, de alguns municípios de seu entorno imediato na dinâmica econômica recente. No ano de 2003 a RMC galgava a participação de 53,2% no total do VAF do Estado, mantendo a liderança de Curitiba (26,6% do total paranaense).

No âmbito setorial, a participação no VAF tem origem diversificada entre esses municípios. O peso da participação de Curitiba advém dos serviços e secundariamente do comércio. Araucária mantém sua posição em decorrência da indústria, assim como Campo Largo e Rio Branco do Sul; São José dos Pinhais divide o peso da geração da renda entre os setores indústria e serviços; e Pinhais distingue-se pelo comércio.

Em 2003, a RMC concentrou 59,5% do VAF da indústria do Paraná; 40,8% do VAF do comércio e 55,6% do VAF dos serviços (Tabela 2.2). Enquanto na indústria e no Comércio essa participação manteve um acréscimo de menos de 10 pontos percentuais no intervalo 1989/2003, nos serviços apresentou crescimento de 17,5 pontos percentuais. O pólo metropolitano teve, no período, redução da participação no VAF da indústria, confirmando o padrão evidenciado nas demais metrópoles brasileiras, com notória queda de 28,6% para 17,3%. Em contraposição, o setor de serviços cresceu continuamente no período, partindo de 22,7% para 43,9%.⁶

TABELA 2.2 – Participação no VAF Setorial do Paraná,
Segundo Nível de Integração - 1989/1996/2003

Período	Setor	Nível de Integração						Total RMC
		Curitiba (Pólo)	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo	
1989	Agropecuário	0,228	0,416	0,319	0,333	0,090	1,098	2,483
	Indústria	28,601	4,605	11,718	3,088	1,577	0,332	49,921
	Comércio	27,119	1,734	3,981	0,645	0,073	0,425	33,977
	Serviços	22,719	3,680	4,726	1,362	5,172	0,415	38,074
1996	Agropecuário	1,701	0,566	0,265	0,339	0,061	1,312	4,244
	Indústria	30,352	4,820	10,689	2,086	1,600	0,330	49,877
	Comércio	32,613	7,926	4,162	0,727	0,265	0,380	46,073
	Serviços	31,410	4,036	6,098	1,443	1,265	0,529	44,781
2003	Agropecuário	0,028	0,905	0,326	0,836	0,281	2,693	5,069
	Indústria	17,275	12,476	23,343	3,010	2,769	0,628	59,501
	Comércio	27,548	7,249	4,184	1,248	0,094	0,455	40,778
	Serviços	43,913	8,237	2,079	1,098	0,104	0,173	55,605

Fonte: SEFA

Entre 1996 e 2003, os municípios com níveis muito alto e alto de integração absorveram parcela expressiva das plantas industriais que se instalaram na RMC, reforçando sua participação no VAF da indústria paranaense de 16,3% para 35,8%. Essa participação é representada especialmente por Araucária e São José dos Pinhais, porém,

6 Observa-se que o dado do valor adicionado fiscal tem abrangência limitada nos setores Agropecuário e de Serviços, sendo mais preciso entre aqueles que transacionam mercadorias, em virtude das exigências tributárias diferenciadas entre os setores.

não é descartável o papel de Campo Largo (nível médio de integração) nesse processo de absorção. Mesmo com proporção bastante inferior, esse setor da economia também adquiriu importância significativa entre os municípios de nível baixo de integração, tendo maior representatividade no município de Rio Branco do Sul.

Acompanhando a tendência de transformação no perfil da economia da Região, também houve crescimento dos setores comércio e serviços no conjunto de nível de integração muito alto e alto. Nesses setores, predomina a participação do município de São José dos Pinhais, que desponta com a segunda maior participação regional no VAF dos serviços em 2003, depois de Curitiba.

O setor agropecuário é aquele no qual incide a principal contribuição dos municípios de níveis baixo e muito baixo de integração, onde se localizam os produtores de frutas, principalmente cítricas, e de madeira para corte. Enquanto a participação do conjunto regional no VAF setorial do Estado era de 5,1%, em 2003, o valor bruto da produção (VBP) de olerícolas já se situava em 5,88% no biênio 1998/1999, correspondendo a 40,91% do total do Estado, fortemente representado pela produção de Colombo (17,06% do total do Paraná) e de São José dos Pinhais (7,33%). No mesmo período, a Região deteve 18,11% do VBP das flores, em grande parte produzidas em Curitiba; 17,04% do VBP das frutas, com destaque para a produção oriunda de Cerro Azul; e 15,94% do VPB da madeira no Paraná, com incidência nos municípios da Lapa, Doutor Ulysses e Cerro Azul.

2.3. Produto Interno Bruto Municipal e Vetores de Crescimento Regional

O PIB municipal na RMC,⁷ embora apresente um perfil menos concentrado no pólo, com 49% do total regional de 2002, distribui-se mais significativamente em apenas dois outros municípios: Araucária e São José dos Pinhais, cada um com 16% de participação. Somados aos demais municípios com nível muito alto de integração na dinâmica da aglomeração respondem conjuntamente por 73% da renda gerada na Região (Tabela 2.3).

7 A análise do PIB municipal inclui-se nesta versão do estudo para permitir comparabilidade com as demais RMs analisadas na série Como Anda a Metrópole.

TABELA 2.3 – Participação do Conjunto de Municípios, Segundo Níveis de Integração, no Pib Total do Estado do Paraná – RMC – 2003

Município Segundo Nível de Integração	PIB			PIB per capita 2002
	2002 (preço de mercado)		Variação Real Média 1999-2002 (%)	
	Absoluto	%		
Curitiba (Pólo)	14.002.817	48,89	-4,20	8.408
Almirante Tamandaré	417.333	1,46	8,18	4.254
Colombo	814.449	2,84	-0,82	4.029
Fazenda Rio Grande	229.946	0,80	5,53	3.118
Pinhais	954.679	3,33	4,03	8.611
São José dos Pinhais	4.588.296	16,02	9,16	20.269
Muito Alto	7.004.703	24,46	ND	ND
Araucária	4.607.689	16,09	10,34	44.477
Piraquara	250.255	0,87	1,93	2.951
Alto	4.857.944	16,96	ND	ND
Campina Grande do Sul	182.526	0,64	-0,71	4.688
Campo Largo	732.585	2,56	-2,67	7.430
Campo Magro	88.618	0,31	-7,47	3.889
Itaperuçu	63.794	0,22	-3,85	2.925
Mandirituba	173.117	0,60	4,42	9.235
Quatro Barras	234.661	0,82	7,30	13.090
Médio	1.475.301	5,15	ND	ND
Balsa Nova	153.871	0,54	3,42	14.736
Rio Branco do Sul	328.931	1,15	6,27	11.017
Baixo	482.802	1,69	ND	ND
Adrianópolis	26.611	0,09	0,89	4.123
Agudos do Sul	36.591	0,13	14,56	4.847
Bocaiúva do Sul	39.346	0,14	1,10	4.180
Cerro Azul	75.801	0,26	-11,04	4.613
Contenda	71.618	0,25	8,59	5.184
Doutor Ulysses	33.151	0,12	-11,99	5.270
Lapa	348.221	1,22	4,33	8.024
Quitandinha	94.149	0,33	24,46	6.067

TABELA 2.3 – Participação do Conjunto de Municípios, Segundo Níveis de Integração, no Pib Total do Estado do Paraná – RMC – 2003 (continuação)

Município Segundo Nível de Integração	PIB			PIB <i>per capita</i> 2002
	2002 (preço de mercado)		Variação Real Média 1999-2002 (%)	
	Absoluto	%		
Tijucas do Sul	77.437	0,27	19,33	6.029
Tunas do Paraná	12.231	0,04	7,21	3.199
Muito Baixo	815.156	2,85	ND	ND
TOTAL	28.638.724	100,00	0,80	9.676

Fonte: IBGE

Seguem, em ordem de importância, os municípios de Pinhais (3,3% do PIB regional), Colombo (2,8%) e Campo Largo (2,6%). Nos demais, o PIB municipal apresenta valores significativamente mais modestos.

Verifica-se, no entanto, que a maior parte dos municípios da Região apresentou variação real média positiva para o PIB no período 1999-2002. As maiores taxas de variação são encontradas nos menores municípios, menos integrados ao pólo metropolitano e cujo principal componente na formação do PIB é a atividade agropecuária. Este é o caso de Quitandinha (24%), Tijucas do Sul (19%), Agudos do Sul (15%) e, em menor intensidade, Contenda (9%) e Lapa (4%). São municípios de base econômica rural, em torno da qual orbitam atividades industriais e de serviços, e com população inferior a 20 mil habitantes, exceto no caso da Lapa que abriga uma população de 41,5 mil habitantes. Outros municípios que apresentaram variação real expressiva no período foram Araucária (10%), São José dos Pinhais (9%), Almirante Tamandaré (8%), Quatro Barras (7%) e Fazenda Rio Grande (6%), mais próximos e mais integrados à dinâmica do pólo, além de Rio Branco do Sul (6%), entre os mais distantes. Os demais municípios da Região tiveram variações menores que 5% e até mesmo negativas para o PIB, inclusive Curitiba com uma variação de -4,2%.

Embora seja significativo o grau de concentração populacional, o mesmo se relativiza na observação do PIB *per capita*, na medida em que reflete com mais intensidade o significado da base econômica de alguns municípios, notadamente daqueles que, ao longo dos anos 1990, diversificaram sua base produtiva, incorporando atividades econômicas urbanas e fortalecendo o setor industrial, como é o caso de Araucária e São José dos Pinhais.

Com menor intensidade, mas de forma extremamente relevante, a presença de uma grande empresa industrial interfere fortemente no VAF e no PIB *per capita* de

municípios como Balsa Nova, Quatro Barras e Rio Branco do Sul, nos quais o contingente populacional é relativamente reduzido. Destaca-se ainda o caso de Mandirituba e Lapa, com PIB *per capita* próximo ao de Curitiba, mas cuja atividade econômica principal vincula-se à agroindústria, e de Pinhais, com valor pouco superior ao da capital. Os demais municípios da RMC apresentam PIB *per capita* inferior ao observado para a cidade pólo, sendo os menores valores encontrados em Piraquara – área de preservação de mananciais de abastecimento de água para toda a Região e com sérias restrições de implantação de atividades econômicas em seu território – e Itaperuçu, município dormitório.

Esses municípios podem ser considerados os que promovem a dinâmica da economia metropolitana. Porém, não pode ser descartado o suporte de outros municípios que desempenham a função de “dormitórios” a elevados contingentes da população que opera essa dinâmica por meio do trabalho e do consumo. É o caso de Colombo e Almirante Tamandaré, com mais de 100 mil habitantes, e de Piraquara e Fazenda Rio Grande, com população estimada para 2004 de, respectivamente, 94,2 e 83,3 mil habitantes.

Desses, Fazenda Rio Grande e Piraquara apresentaram as maiores taxas de crescimento da RMC, em torno de 10% a.a., entre 1991 e 2000; os demais se enquadraram na faixa entre 4,9% a.a. e 5,7% a.a., exceto Curitiba e Campo Largo, com taxas de 2,1% a.a. e 2,8% a.a., respectivamente (ver Tabela 1.2). Isso significa que esses municípios e outros de menor porte mas similar padrão de crescimento, portanto referências de ocupação em processo, vêm representando opção de chegada aos fluxos migratórios que buscam a metrópole, ampliando os limites do recorte de inserção na dinâmica da aglomeração.

São também representativos do movimento pendular, já que desenvolvem fluxos intensos de deslocamentos para trabalho e estudo fora do município de residência, entre 32,6% e 41,9% do total da população que estuda ou trabalha – exceto São José dos Pinhais (18%), Araucária (15,9%) e Campo Largo (14,4%) –, potencializando um movimento de circulação expressivo em uma área relativamente pequena diante da extensão territorial da RMC.

Alguns desses municípios desempenham também funções de subcentros regionais, oferecendo mais opções para permanência de sua força de trabalho, o que interfere no fluxo do movimento pendular. Campo Largo, revelando a posição desempenhada nos anos 1980 e início dos 1990, foi apontado no estudo sobre a região de influência das cidades (IBGE, 2000) como a única centralidade, além de Curitiba, por ser patamar intermediário na polarização de Balsa Nova, no oeste da RMC. Leituras da rede urbana

do Brasil nos anos 1990 já sinalizaram para a ascendência de São José dos Pinhais como a nova subcentralidade metropolitana (IPARDES, 2000). Apontamento que se confirma no fato de que esse centro vem superando em número de funções e no dinamismo do setor Serviços o papel de Campo Largo (OBSERVATÓRIO, 2005c).

Com exceção de Campo Largo, que se classificou no nível médio, e Rio Branco do Sul, no nível baixo, os demais foram classificados nos níveis muito alto e alto de integração na dinâmica metropolitana. Essa classificação confirma que a RMC incorpora em sua mancha de ocupação e de distribuição de funções que impulsionam a dinâmica da aglomeração, municípios que sustentam a economia, seja desenvolvendo atividades e respondendo por funções específicas, seja abrigando a força de trabalho que mantém essa dinâmica.

2.4. Concentração e Dispersão da Indústria

Ao longo da década passada, as economias paranaense e, em particular da Região Metropolitana de Curitiba, sofreu fortes ajustes em suas estruturas produtivas, caracterizadas por reorganização de processos, aumento nos níveis de eficiência e de qualidade das empresas, além do redimensionamento de capacidade instalada em diversos ramos industriais (NOJIMA, 2002).

Esses ajustes ocorreram intensamente na primeira metade do período, por um viés defensivo, derivado da recessão profunda do país no primeiro triênio e da progressiva recuperação dos níveis de produção, tendo prosseguido ao longo da segunda metade, então determinados pela consolidação do processo de abertura comercial iniciado ao final dos anos 80. Não obstante, o Paraná, e especialmente a RMC, foi contemplado por significativo pacote de investimentos, que determinou a ampliação quantitativa e qualitativa e a diversificação de sua base industrial.

Esse processo dual de ajustamento *versus* expansão moldou a composição do valor adicionado industrial da Região, de modo que a natureza dos investimentos e oscilações conjunturais determinaram, respectivamente, notórios avanços dos gêneros de material de transporte e química (Tabela 2.4). Ao mesmo tempo, fatores locais explicaram os declínios de participação no VAF, de produtos alimentares, bebidas e fumo, enquanto

impactos diferenciados da abertura econômica justificaram o desempenho em vestuário, têxtil e material elétrico, que esboçaram alguma recuperação na década.

O crescimento de material de transporte reflete a instalação das montadoras de automóveis de passeio e utilitários, ao passo que em química a ampliação do valor adicionado fiscal industrial traduziu, em medida importante, o forte aumento de preços do petróleo no mercado internacional a partir de 1995. O gênero material elétrico e de telecomunicações recuou, devido à posição menos competitiva de segmentos vinculados à telefonia, durante a fase pós-privatização dos serviços e de segmentos de bens de informática, diante da produção importada. O declínio de participação de gêneros mais tradicionais, como alimentos, bebidas e fumo, aponta para a tendência de consolidação do crescimento destes fora dos limites da RMC, no período analisado.

**TABELA 2.4 – Composição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria
Segundo Gêneros Industriais – RMC – 1990/2001**

Gênero	% VAF do Gênero					
	1990	1995	1998	1999	2000	2001
Extração de Minerais	0,8	0,8	0,9	0,8	0,6	0,0
Transformações de Minerais Não-Metálicos	8,7	6,8	7,3	6,7	6,3	5,6
Metalurgia	3,8	2,9	3,3	2,8	2,7	2,4
Mecânica	9,4	10,0	8,6	9,2	4,9	5,7
Material Elétrico e de Comunicações	8,6	13,5	8,4	7,4	7,9	8,5
Material de Transportes	11,4	13,7	14,9	12,8	17,1	19,0
Madeira	2,0	3,7	3,4	3,4	3,2	2,7
Mobiliário	2,0	1,0	1,0	0,9	1,1	1,0
Papel e Papelão	2,9	2,5	1,6	1,6	1,5	1,2
Borracha	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
Couro, Peles, Sapatos e Artefatos Couro	0,4	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1
Química	26,6	22,9	29,3	36,6	38,0	38,4
Farmacêutico e Veterinário	0,3	0,4	0,8	0,8	0,6	0,7
Perfumaria, Sabões e Velas	0,4	1,2	0,9	1,6	1,8	1,8
Produtos de Matéria Plástica	2,5	3,2	3,6	2,9	3,4	3,2
Têxtil	0,7	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3

TABELA 2.4 – Composição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria
Segundo Gêneros Industriais – RMC – 1990/2001 (continuação)

Gênero	% VAF do Gênero					
	1990	1995	1998	1999	2000	2001
Vestuário e Artefatos de Tecidos	0,8	0,5	0,4	0,3	0,5	0,6
Produtos Alimentares	6,1	5,1	4,5	4,5	3,6	3,0
Bebidas	4,0	5,1	2,8	2,8	2,4	2,4
Fumo	4,9	2,3	3,9	0,0	0,0	0,3
Editoria e Gráfica	0,9	2,2	2,1	1,9	1,1	1,1
Diversas	2,7	1,5	1,9	2,4	2,9	2,2
TOTAL DA RMC	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEFA

Apesar de estarem longe de representar declínio permanente na RMC – a exemplo da substituição da produção de fumo, levada então pela Phillip Morris, e de chocolates e sucos em pó, pela Lacta – as tendências observadas em alimentos, têxtil, fumo etc. apenas reforçaram o perfil consolidado na RMC, dado pela sobreposição de atividades industriais de maior conteúdo tecnológico, instadas na metalmeccânica e química, sobre as mais tradicionais, como as de produtos alimentares.

Naturalmente, essa trajetória implicou um novo processo de rearranjo espacial da indústria da RMC, com sua base principal formada por empresas como Bosch, Siemens, Volvo, entre outras instaladas a partir dos anos 1970, na Cidade Industrial de Curitiba e em Araucária, além de alguns ramos de extração mineral e minerais não-metálicos em Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Balsa Nova.

Inicialmente, uma consideração do fluxo das intenções de investimentos para novos empreendimentos ou para modernização e ampliação de antigas empresas percebido pela Região durante a segunda metade dos anos 90 revela sua razoável distribuição por 15 entre os 26 municípios, tendo sido – em essência aquelas vinculadas à indústria automobilística – preferencialmente direcionadas à Curitiba (que dominou cerca de 33,1% das intenções), São José dos Pinhais, Quatro Barras, Campo Largo e Araucária (Tabela 2.5). Não obstante, indica a ocorrência de uma gama de investimentos de menor porte em vários outros municípios do entorno, com destaque a Campina Grande do Sul, Balsa Nova e Mandirituba.

TABELA 2.5 – Programação das Intenções de Investimento
Segundo Municípios da RMC – 1995-2000

Município	Volume de Intenção de Investimentos (%)	Valor dos Investimentos Programados (%)
São José dos Pinhais	21,4	45,8
Curitiba	33,1	20,8
Campo Largo	4,8	16,4
Araucária	13,1	9,8
Campina Grande do Sul	4,8	1,4
Quatro Barras	6,2	1,2
Mandirituba	4,1	1,2
Piraquara	2,1	0,8
Fazenda Rio Grande	2,1	0,7
Balsa Nova	0,7	0,6
Rio Branco do Sul	0,7	0,6
Pinhais	4,1	0,4
Colombo	1,4	0,2
Lapa	0,7	0,1
Agudos do Sul	0,7	0,0
TOTAL RMC	100,0	100,0

Fonte: IPARDES

Os dados de VAF corroboram as informações de investimentos para a Região, apontando para uma desconcentração do pólo aos municípios com níveis entre médio e muito alto de integração. Uma análise mais acurada nesse sentido, utilizando o índice de concentração Hirschman-Herfindal (HH)⁸ sobre o VAF, mostra três movimentos importantes de deslocamento da expansão industrial (Tabela 2.6). O primeiro corresponde a uma desconcentração efetiva com o declínio de 26,5% do HH para o conjunto da RMC – de 37,5 em 1990, para 27,6 em 2000 –, confirmando a queda da importância de Curitiba e Araucária.

8 O Hirschman-Herfindal (HH) é um indicador de concentração, que varia entre 0 (nenhuma concentração) e 100 (concentração plena). Sua fórmula é dada pela soma dos quadrados da participação no conjunto de uma população: $H = \sum w_i^2$, em que w_i = participação relativa de cada unidade no conjunto da população. No presente caso, o indicador está mensurando a concentração do VAF entre os municípios da RMC, de forma escalonada, retirando gradativamente do cálculo os municípios maiores.

TABELA 2.6 – Índice de Concentração Hirschman-Herfindal sobre o VAF Industrial, Segundo Estratos de Municípios – RMC – 1990-2000

Estrato (Número de Municípios)	HH		
	1990	2000	Variação (%)
TOTAL	37,53	27,57	-26,5
Sem Curitiba e Araucária	17,49	30,47	74,2
Sem os anteriores + São José dos Pinhais	19,63	14,38	-26,7
Sem os anteriores + Rio Branco do Sul	18,60	15,69	-15,6
Sem os anteriores + Campo Largo	18,65	17,21	-7,7
Sem os anteriores + Pinhais	18,75	18,04	-3,8

Fonte: IPARDES

O segundo, que exclui os dois municípios supracitados, revela um aumento de 74,2% da concentração, indicando que o resultado prático da difusão dos investimentos direcionou-se a poucos municípios – particularmente a São José dos Pinhais, que, com a exclusão de Curitiba e Araucária do cálculo do índice, respondeu por 52% do VAF da RMC em 2000.

O terceiro movimento, dado pela exclusão progressiva dos três municípios maiores, é novamente de desconcentração, contudo a taxas gradativamente menores (de -26,7% até -3,8%). Isso aponta para um esgotamento do processo de difusão industrial do ciclo de investimentos da década passada, em alguns poucos municípios de maior porte e já com maior participação na dinâmica da economia da RMC, refletindo o reforço da posição de municípios vinculados a minerais não-metálicos (Rio Branco do Sul e Balsa Nova) e o crescimento, de fato, de municípios como Campo Largo, Pinhais, Colombo e Quatro Barras.

Todo esse processo foi capitaneado pelo complexo metalmeccânico, no qual a implantação das unidades da Audi/Volks, Renault/Nissan, Chrysler e unidades fornecedoras imediatas espalhou-se de Curitiba para Pinhais, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Campo Largo, que responderam, em conjunto, por 57,3% do VAF do gênero de material de transporte em 2000. Além disso, esses mesmos municípios absorveram ou reforçaram outras funções produtivas nos gêneros da metalurgia, da mecânica e de material elétrico e de telecomunicações, com destaque para Pinhais e São José dos Pinhais: em 2000, o

primeiro deteve 8,5% da metalúrgica, 6,5% da mecânica e 2,6% de material elétrico; e o segundo, respectivamente, 7,7%, 4,6% e 12,1%.

Os municípios dos demais níveis de integração permaneceram estagnados ao longo do período, tendo, inclusive, os de nível muito baixo reduzido sua indústria metalúrgica em decorrência do fechamento da Plumbum (beneficiamento de minério de chumbo) em Adrianópolis.

No complexo químico, reforçou-se a posição de Araucária (com 65,19%, em 1990, para 71,2% do VAF do gênero, em 2000) e, conseqüentemente, do conjunto de nível alto de integração, em virtude da atividade de refino de petróleo. Contudo, vale destacar do ponto de vista intra-complexo o espraiamento da indústria de matéria plástica do pólo, que concentrava, em 1990, 33,2% do VAF, em direção, particularmente a Pinhais, São José dos Pinhais e Quatro Barras, que juntos somaram 41,7% do VAF do complexo em 2000.

Os complexos agroindustrial e madeireiro perderam participação no conjunto industrial da RMC, em razão, em parte, do deslocamento do dinamismo de crescimento para outras regiões do Estado e, em parte, do crescimento mais acelerado das atividades da metalmeccânica. Tanto é assim que gêneros, como o de alimentos, mantiveram sua participação em torno de 20% no total do Estado ao longo do período, enquanto o têxtil ampliou de 8,1%, em 1990, para 14,4%, em 2000.

As implantações da Tafisa, em Piên, e da Placas do Paraná, em Jaguariaíva – ambas fora da RMC –, exemplificam a desconcentração do ramo da madeira no Estado. Apesar disso, municípios dos níveis médio a muito alto de integração ampliaram o gênero madeira na RMC, com forte aumento de participação no VAF em Araucária (de 1,2% para 7,6%) e com ampliações menores em municípios como Pinhais, Fazenda Rio Grande, Contenda e Bocaiúva do Sul. Já os gêneros papel e papelão e mobiliário perderam participação, sem apresentar qualquer movimento relevante de desconcentração na Região.

No complexo agroindustrial, são claros os sinais de menor dinamismo nos gêneros de confecções, bebidas e fumo na RMC comparativamente ao Estado, tendo o último sido influenciado pelo fechamento da unidade de processamento de fumo em Araucária. Entretanto, em outros gêneros do complexo, como o de alimentos, que manteve o dinamismo, ocorreu uma difusão, ainda que tímida, dos investimentos em vários municípios de todos os níveis de integração. Já a ampliação do têxtil, provavelmente associada ao fornecimento

à indústria automobilística da RMC (tapetes e carpetes), procedeu com concentração em Curitiba, que, sozinha, respondeu, em 2000, por 10% do VAF do gênero no Estado.

A indústria de minerais não-metálicos cresceu no conjunto de nível baixo de integração, devido, principalmente, à expansão da indústria cimenteira de Balsa Nova e Rio Branco do Sul, modernizada e ampliada ao longo da década. Em 2000, esse município respondeu por quase 39,9% do VAF do gênero. De qualquer modo, é importante notar algumas expansões marginais em Fazenda Rio Grande, Araucária, Pinhais, Quatro Barras e Itaperuçu, que apresentaram alguma evolução do VAF nesse gênero.

Portanto, no contexto geral de acentuação do perfil metalmeccânico e químico da RMC, houve, em alternativa ao pólo curitibano, a conformação de novas áreas industriais, porém limitada a alguns municípios do seu entorno, nos níveis de integração entre médio e muito alto. Os municípios do nível baixo de integração, Rio Branco do Sul e Balsa Nova, mantiveram sua expressão industrial atrelada a apenas um tipo de indústria, não apresentando qualquer tendência à diversificação. A maior parte dos demais municípios – incluindo-se aí os de todos os níveis de integração – permaneceu com pouca expressão industrial, reduzida capacidade endógena de investimento e poupança e de atração de recursos externos.

2.5. O Incremento dos Setores Comércio e Serviços

Embora, na década de 1990, o maior montante de investimentos no Paraná tenha se centrado no setor industrial, ocorreram mudanças significativas nos demais setores econômicos, especialmente na RMC, que absorveu maior volume das inversões públicas e privadas. A instalação de novos e mais modernos empreendimentos ampliou a demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital internacional e voltados ao mercado global.

Dessa forma, vários segmentos dos setores serviços e comércio foram internacionalizados, como os supermercados, hotéis, agências de publicidade, telecomunicações e outros, incrementando as relações principalmente de Curitiba com outras cidades brasileiras e com o exterior (FIRKOWSKI, 2001). Prova dessa nova inserção econômica é o aumento na movimentação do aeroporto Afonso Pena, situado em São José dos Pinhais, que teve de ser ampliado e modernizado para suportar o trânsito crescente, tanto no que se refere ao número de passageiros e aeronaves como ao volume de cargas.

A importância da RMC nas atividades do terciário paranaense já era evidente em 1996, quando respondia por 46,07% do VAF do comércio e por 44,78% dos serviços. Em 2000, enquanto no setor de serviços houve um salto importante para 72,37%, a participação no setor comércio ficou praticamente inalterada em 46,18%. O que chama a atenção é o caráter concentrador das atividades desses setores, internamente à Região. Em 2003, Curitiba apresenta uma suave retomada na participação no VAF da indústria e relativa queda nos serviços. Na Região como um todo, a participação da indústria no Estado cresce substantivamente e também declina a participação nos serviços.

Embora a RMC tenha forte peso na atividade industrial, em se tratando da geração de empregos, o setor terciário da economia, em relação à indústria, tem o triplo de ocupações. No terciário, a participação mais relevante é do setor de serviços, que tem apresentado maior capacidade de geração de postos de trabalho, quer pela forte representação do poder público, quer pelo setor privado, no atendimento às crescentes demandas do consumidor individual, familiar e empresarial. O incremento na oferta de postos de trabalho nesse setor acompanha o desenho de distribuição do VAF, com a maior inserção desses postos em Curitiba.

Tal fenômeno se repetiu em relação ao comércio, que, em 1990, estava concentrado em Curitiba, sofrendo pequena diminuição de participação em 2000, cuja diferença foi capturada pelos municípios de níveis alto e muito alto de integração à dinâmica metropolitana.

Nos serviços, o município de maior expressão na geração do VAF do setor foi São José dos Pinhais, enquanto no comércio, além deste, sobressai ainda Araucária e Pinhais. Em termos de ocupação, destacam-se também Colombo e Quatro Barras.

Na medida em que se afastam do pólo metropolitano, os municípios passam a registrar maior número de empregos formais nos setores comércio e serviços, que nos demais setores, como é o caso dos municípios que se inserem nos níveis baixo e muito baixo de integração. Na média, eles registraram mais de 40% de seus empregos no setor de serviços. Por outro lado, observa-se que o VAF desse setor foi baixo na maior parte dos municípios, o que indica que os postos de trabalho de serviços ocorreram no poder público, principalmente nas prefeituras municipais.

Ainda em relação ao setor de serviços, as atividades que agregam maior valor estão localizadas em Curitiba, que se encontrava em posição privilegiada, e nos municípios de níveis muito alto e alto de integração. Curitiba concentrava, em 2000, mais de 70% do

VAF regional dos segmentos alojamento e alimentação, e serviços prestados às empresas, e entre 96% e 100% em correio e telecomunicações, informática, intermediação financeira, e outros serviços. Somente no segmento transportes e em atividades imobiliárias o conjunto dos municípios de níveis médio a muito alto de integração apresentou participação superior à de Curitiba. Na medida em que se afasta do pólo, as participações dos municípios no valor adicionado setorial diminuem, com registros mais freqüentes e significativos apenas no segmento alojamento e alimentação.

Destaca-se, entretanto, que, de modo geral, a informalidade nesse Setor é também bastante alta, denunciando que sua participação na economia regional pode ser maior do que a captada pelos organismos oficiais (SILVA e MOURA, 2003).

No Comércio, a maior inserção da RMC ocorreu no segmento comércio por atacado, fortemente localizado nesse mesmo conjunto, impulsionada principalmente pelos municípios São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo e Campo Largo. Nesse segmento, Curitiba registrou participação de 36,32% do VAF.

No comércio e reparação de veículos e comércio varejista, Curitiba contribuía, respectivamente, com 78,28% e 83,98% do VAF desses segmentos na RMC. O conjunto de municípios de níveis de integração entre médio e muito alto aparecia também com expressivas participações, porém sem atingir a supremacia que ocorria no comércio por atacado.

Diferentemente do setor de serviços, no qual poucas atividades ocorrem generalizadamente nos municípios, os segmentos do setor comércio funcionam de forma mais abrangente em todos os níveis de integração. O segmento comércio por atacado é o único que assume maior peso nos municípios dos níveis de integração alto e muito alto, em detrimento de comércio e reparação, influenciado pelo comportamento do município de Araucária, com uma geração de valor adicionado superior até mesmo à de Curitiba.

Cabe destacar que a concentração do segmento comércio varejista em Curitiba decorreu tanto da implantação de grandes estabelecimentos como da aquisição de importantes redes locais e regionais por grandes grupos nacionais e internacionais. Disso resultou a ampliação de uma rede de fornecedores, com extensão nos horários de atendimento, adoção de novos métodos de trabalho e ampliação e diversificação de produtos. O impacto no mercado de trabalho foi também significativo, visto que as lojas apresentam maior porte, ocupando mais de 500 funcionários, número difícil de ser obtido por outras atividades econômicas.

2.6. Distribuição Setorial e Espacial da Ocupação e das Empresas

No período de 1990-2003, com base em informações da RAIS,⁹ houve criação de 593.974 empregos formais no Paraná, o que significou um aumento de 46,1%, e 184.514 deles ocorreram na Região Metropolitana de Curitiba (ou seja, 31,1%). Em termos de participação no total do emprego estadual, essa Região apresentou inflexão de 46%, em 1990, para 41,3%, em 2003 (Tabela 2.7).

TABELA 2.7 – Empregos Formais e Participação no Total do Emprego Formal do Paraná, Incremento e Variação 1990-2003, Segundo Nível de Integração – RMC

Nível de Integração	Emprego formal ¹					
	1990		2003		Incremento 1990/2003	Variação 1990/2003
	Total	%	Total	%		
Pólo (Curitiba)	498.369	38,62	583.094	30,94	84.725	17,00
Muito Alto	33.428	2,59	107.983	5,73	74.555	223,03
Alto	23.216	1,80	29.321	1,56	6.105	26,30
Médio	27.109	2,10	37.822	2,01	10.713	39,52
Baixo	3.742	0,29	5.780	0,31	2.038	54,46
Muito baixo	7.366	0,57	13.744	0,73	6.378	86,59
TOTAL DA RMC	593.230	45,97	777.744	41,27	184.514	31,10
TOTAL PARANÁ	1.290.406	100,00	1.884.380	100,00	593.974	46,03

Fonte: RAIS

Nota: (1) O total de empregos formais para 1990 inclui "ignorados".

Considerando o espaço institucional compreendido pela RMC, o incremento do período foi distribuído 45,9% no pólo e 40,4% entre os municípios com nível de integração muito alto. A análise dos dados de 1995 demonstra que tal distribuição ocorreu diferentemente ao longo da década. Enquanto o pólo foi o principal gerador de empregos formais entre 1990 e 1995 (83,11% dos empregos gerados no período), tal posição passa a ser assumida pelos municípios de nível de integração muito alta, a partir da segunda metade da década.

9 A RAIS é um registro administrativo com boa cobertura do emprego formal no Brasil. Entretanto, há que se considerar que essa cobertura, e o potencial para representar a dinâmica do mercado de trabalho, é variável conforme a escala de análise. Esse potencial é menor principalmente em relação aos municípios de pequeno porte, os quais são, geralmente, mais dependentes de atividades agropecuárias, marcadas por maior informalidade.

É preciso lembrar que o período em análise – os anos 1990 – foi marcado pelo baixo desempenho do mercado de trabalho, fato que, apesar das particularidades regionais, atingiu as diversas regiões do Brasil. As taxas de crescimento anual médio do emprego formal, no período 1992-1999, foi de apenas 1,7%, para o Brasil, e de 1,0%, para o atual conjunto de regiões metropolitanas brasileiras. Os dois anos iniciais da década foram de redução do emprego formal. Nesse sentido, quando se destaca o crescimento do nível de emprego no país, há que se ter em conta que se trata de desempenho bastante medíocre comparativamente a outros períodos pós-anos 1970, inclusive mais recentemente, após a desvalorização cambial de 1999.

Em se tratando da estrutura do emprego formal, percebe-se que esse crescimento se refletiu em todos os setores, à exceção da construção civil, setor que eliminou 1,5 mil postos de trabalho entre 1995 e 2000. O maior aumento, em termos absolutos e relativos, no emprego formal da Região ocorreu no setor de serviços, acompanhado do comércio.

O setor industrial, embora tenha registrado acréscimo de postos formais de trabalho, com variação de 29,2% entre 1990 e 2003, obteve decréscimo acentuado quanto à participação no total do emprego formal no conjunto com nível de integração muito alto e no pólo. Apresentou crescimento de aproximadamente 0,5 pontos percentuais no conjunto de nível médio e manteve-se com suave declínio nos demais (Tabela 2.8). Enquanto a RMC perde participação do emprego formal industrial no total do emprego formal, o Paraná mostra sinais de aumento; no período, a RMC teve uma variação de 29,2% da ocupação industrial, e o Paraná, de 56%.

TABELA 2.8 – Empregos Formais Total e na Indústria, Participação Setorial e Variação 1990/2003, Segundo Nível De Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Emprego Formal ¹			
	1990	2003	Variação 1990/2003	
	% na indústria	% na indústria	Ocupação total	Ocupação indústria
Pólo (Curitiba)	18,13	14,69	17,00	-5,19
Muito Alto	51,48	35,87	223,03	125,06
Alto	45,83	36,57	26,30	0,80
Médio	36,09	37,41	39,52	44,62

TABELA 2.8 – Empregos Formais Total e na Indústria, Participação Setorial e Variação 1990/2003, Segundo Nível De Integração – RMC – 2000 (continuação)

Nível de Integração	Emprego Formal ¹			
	1990	2003	Variação 1990/2003	
	% na indústria	% na indústria	Ocupação total	Ocupação indústria
Baixo	40,19	39,58	54,46	52,13
Muito baixo	32,47	26,13	86,59	50,13
TOTAL DA RMC	28,83	23,06	61,60	29,25
TOTAL PARANÁ	22,55	24,09	46,03	55,98

Fonte: RAIS

Nota: (1) O total de empregos formais para 1990 inclui "ignorados".

Neste setor foram observadas diminuições de empregos formais em Curitiba (-5,196). Os municípios inseridos no nível muito alto de integração foram os que obtiveram os maiores ganhos, confirmando um espraiamento da atividade a partir do pólo. Essas mudanças foram mais acentuadas na segunda metade da década. Cabe apontar que esse crescimento constatado deve-se, particularmente, à indústria de material de transporte, que, no período 1996-2001, teve um significativo aumento de postos de trabalho na Região (IPARDES, 2004a). A indústria está presente em sete municípios da RMC, concentrando-se, porém, em Curitiba e São José dos Pinhais. Araucária e Piraquara, com nível alto de integração e que mostraram crescimento no emprego formal, mantendo a atividade na Indústria praticamente no mesmo patamar do início dos anos 1990.

Com relação aos municípios de nível muito baixo de integração, as limitações apresentadas pela RAIS, particularmente no que se refere ao setor agropecuário, obscurecem o peso desse setor para alguns municípios. Dados do Censo Demográfico 2000 referentes à ocupação apontam que em Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Quitandinha e Tijucas do Sul a agropecuária ocupava 40% ou mais da mão-de-obra. Nestes, excluindo Adrianópolis, nenhum outro setor aparecia com destaque (IPARDES, 2004a). Lapa e Bocaiúva do Sul tinham também significativa participação dessa ocupação, com respectivamente 36,0% e 38,7%.

No que se refere às empresas, o comportamento apreciado em relação ao mercado formal de trabalho se repete, com a RMC reduzindo de 32% para 30,3% sua participação no total das empresas do Estado, entre 1990 e 2000, e apresentando um incremento notável,

mas com percentual de variação também inferior (Tabela 2.9). A variação no crescimento no volume de empresas verificado na Região foi de 72,1% e o do Paraná, 82%.

TABELA 2.9 – Total de Empresas e Participação em Relação ao Total da RMC e do Estado, Segundo Nível de Integração – RMC – 1990/2000

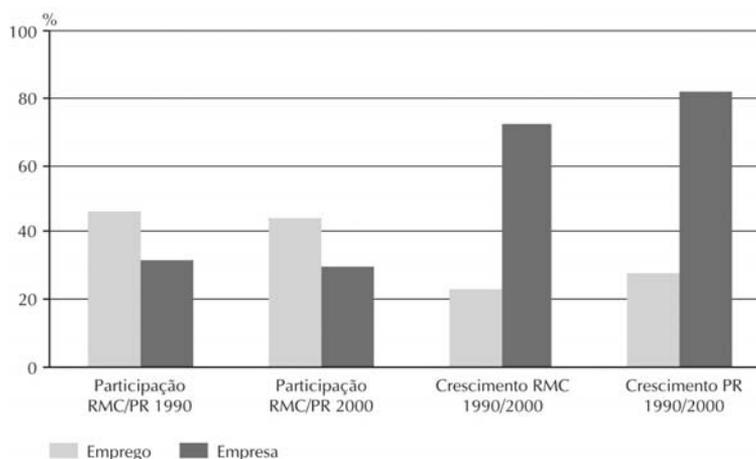
Nível de Integração	1990			2000			Diferença 2000-1990	Variação 2000/1990
	Total	% RMC	% Estado	Total	% RMC	% Estado		
Pólo (Curitiba)	24.837	80,96	25,91	40.436	76,59	23,17	15.599	62,81
Muito Alto	2.375	7,74	2,48	6.753	12,79	3,87	4.378	184,34
Alto	1.221	3,98	1,27	1.633	3,09	0,94	412	33,74
Médio	1.269	4,14	1,32	2.390	4,53	1,37	1.121	88,34
Baixo	229	0,75	0,24	345	0,65	0,20	116	50,66
Muito baixo	747	2,43	0,78	1.238	2,34	0,71	491	65,73
TOTAL RMC	30.678	100,00	32,00	52.795	100,00	30,26	22.117	72,09
TOTAL Paraná	95.859	–	100,00	174.494	–	100,00	78.635	82,03

Fonte: RAIS

Internamente à Região, a distribuição do incremento das empresas privilegiou o pólo metropolitano, que acolheu 70,5% das 22.117 empresas introduzidas na RMC, enquanto os municípios do nível muito alto de integração registraram 19,8%. Os dados de 1995 revelam que a participação do pólo também foi maior nos primeiros cinco anos (81,1% do incremento até 1995 e 61,2% entre 1995 e 2000) e que houve maior dispersão de novas empresas nos demais conjuntos, especialmente de nível muito alto.

Comparativamente, a RMC respondeu por um percentual maior de participação no total dos empregos formais do Estado que no das empresas, demonstrando relativa manutenção no período (Gráfico 2.1). No entanto, foram as empresas que apontaram maiores índices de crescimento no período, com tendência à elevação maior que a das ocupações.

GRÁFICO 2.1 – Emprego Formal e Empresas – Participação da RMC no Total do Paraná e Crescimento – 1990-2000



Fontes: RAIS/IPARDES.

Em 1990, 32% das empresas paranaenses estavam na RMC, proporção que caiu para 30,3% em 2000. Caiu também o peso concentrador do município de Curitiba nessa variável, no período, e cresceu o do conjunto com nível muito alto de integração: em 1990, 81% das empresas da RMC estavam em Curitiba e 7,7% nesse conjunto; em 2000, passaram respectivamente para 76,6% e 12,8%, denotando uma redistribuição de empresas entre essas espacialidades, desencadeada com maior intensidade na segunda metade da década (ver Tabela 2.9). Curitiba e São José dos Pinhais participavam com mais de 27% do total das empresas do Estado, em 1990, diminuindo para menos de 25% em 2000.

Houve crescimento do número de empresas na Região, de 30.678 para 52.795, de forma mais acentuada nos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais e em Pinhais. Destaca-se que esse último foi desmembrado de Piraquara no período analisado, o que fez com que, em parte, Piraquara apresentasse queda no número de empresas (428 estabelecimentos).

Em 2000, predominam empresas de até 19 empregados. As empresas com mais de 1.000 empregados situam-se, majoritariamente, em Curitiba (49 empresas) e municípios dos níveis de integração alto e muito alto (Tabela 2.10).

TABELA 2.10 – Empresas por Setor e Total, Segundo Número de Empregados e Participação em Relação ao Total da RMC e do Estado – 2000

Empresas	Número de Empresas Segundo Número de Empregados										Total
	0	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	
Industriais Curitiba	343	1580	748	486	304	107	54	25	11	8	3666
Industriais RMC	586	2665	1294	957	622	231	128	46	20	10	6559
Industriais Paraná	2181	9104	3949	2919	1970	685	362	136	49	18	21373
Serviços Curitiba	2.000	11178	3008	1450	907	292	193	69	40	39	19176
Serviços RMC	2.447	13.103	3.492	1.718	1.100	347	245	89	51	50	22.642
Serviços Paraná	6651	34070	8276	4074	2463	771	645	245	112	81	57388
Comércio Curitiba	2.027	8.812	2.503	1.173	451	102	80	15	3	0	15.166
Comércio RMC	2.629	11.426	3.135	1.500	624	136	92	16	3	0	19.561
Comércio Paraná	8668	38337	9249	4130	1576	348	150	28	3	0	62489
TOTAL Curitiba	4837	22686	6636	3335	1830	539	350	118	56	49	40436
TOTAL RMC	6426	29188	8477	4518	2613	776	497	162	76	62	52795
TOTAL Paraná	23131	104048	24243	12351	6752	1999	1258	428	176	108	174494
TOTAL Curitiba/ RMC (%)	75,27	77,72	78,28	73,82	70,03	69,46	70,42	72,84	73,68	79,03	76,59
TOTAL RMC/Paraná (%)	27,78	28,05	34,97	36,58	38,70	38,82	39,51	37,85	43,18	57,41	30,26

Fonte: RAIS

O perfil setorial das empresas da RMC define-se pela presença majoritária daquelas que atuam nos setores serviços e comércio. Apenas entre os municípios de níveis alto e muito alto de integração, a RAIS contabilizou maior presença de empresas no setor industrial. Das 52.795 empresas da RMC, 22.642 atendiam, em 2000, ao setor de serviços; 19.561, ao comércio; e 6.559, à indústria (ver Tabela 2.10). Comparativamente ao Estado, a organização setorial das empresas difere por agregar maior número no setor de serviços, seguido pelo comércio, enquanto o Estado concentra o maior número no comércio.

No setor comercial, em 2000, predominavam empresas com até quatro empregados, disseminadas nos municípios da Região. Com mais de 100 empregados, só existiam em Curitiba, Araucária, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. Curitiba detinha 24,3% das empresas do Paraná, seguida, na RMC, por São José dos Pinhais, com 1,66% – único município da RMC com participação estadual superior a 1%. Nos serviços, Curitiba participava com 33,41% das empresas do Paraná, e São José dos Pinhais com 1,47%. Como no comércio, predominavam empresas com até quatro empregados. Aquelas com mais de 1.000 empregados localizavam-se majoritariamente em Curitiba (39 empresas).

No caso da indústria o padrão se altera. Curitiba detinha, em 2000, 17,15% das empresas do Paraná, e municípios de níveis médio a muito alto se destacavam nos conjuntos: São José dos Pinhais (3,09%), Pinhais (2,20%) e Colombo (1,82%), com nível muito alto de integração; Araucária (1,01%), com nível alto; e Campo Largo (1,47%), com nível médio – únicos na RMC a participar com mais de 1% no total das empresas do Estado. Chama a atenção, no caso de Araucária, a elevada geração de valor adicionado fiscal da atividade petroquímica, que a coloca numa posição de destaque, como o município com maior participação no VAF da indústria do Paraná em 2000, embora decorrente de reduzido número de empresas e restrita margem de ocupação da mão-de-obra.

As empresas do setor industrial, como nos demais, predominavam ofertando até quatro empregos. Aquelas com mais de 500 empregados estavam em Curitiba – que também possuía oito empresas com mais de 1.000 empregados –; São José dos Pinhais, Campo Largo, Pinhais e Araucária, assim como em Rio Branco do Sul e Lapa, inseridos nos níveis baixo e muito baixo de integração na dinâmica metropolitana.

2.7. Desconcentração ou Expansão do Aglomerado Metropolitano?

A retrospectiva sucinta quanto à emergência e consolidação do espaço metropolitano de Curitiba no cenário econômico paranaense e o apontamento de indicadores e comportamentos da dinâmica local, que motivaram este estudo, são ofertados como subsídios para a análise comparativa dos impactos do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva sobre a dimensão urbano-metropolitana brasileira, proposta pelo Projeto “Metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança urbana”.

Os efeitos negativos da estratégia defensiva de ajuste, num cenário nacional de recessão e crise do setor público, têm rebatimento diferenciado entre as metrópoles

brasileiras, fruto das distintas bases produtivas e dos diferentes estágios de desenvolvimento de cada região. Essas diferentes temporalidades metropolitanas recebem de forma peculiar os impactos desse processo e desencadeiam reações distintas, enfrentando maiores ou menores obstáculos à adoção de estratégias para a reestruturação da base produtiva regional e inserção ao novo padrão de modernização e desenvolvimento.

A análise realizada mostra que a Região Metropolitana de Curitiba, como todo o espaço brasileiro, foi submetida aos efeitos do ajuste da estrutura produtiva, bastante acentuado no início da década de 1990, em função de drástica contenção da atividade econômica nacional, e intensificado ao longo da segunda metade, em virtude da abertura comercial do País. No entanto, pode-se dizer que essa Região, caracterizada por um processo de industrialização mais recente, apesar de impactada pelos processos de ajustes e reestruturação, conseguiu, especialmente no setor de serviços, praticamente manter seu estoque de empregos formais. Adicionalmente, a Região beneficiou-se pela desconcentração recente das atividades industriais no País.

Mesmo assim, não ficou imune ao baixo crescimento do emprego, particularmente o industrial, cujo incremento constatado adere-se às novas atividades, especialmente do setor serviço. Os principais ramos afetados foram aqueles da agroindústria (como têxtil, vestuário, produtos alimentares) e os do gênero de material elétrico e comunicações. Além desses, os serviços financeiros e a construção civil apresentaram intensa redução no nível de emprego.

A RMC, e mais particularmente o aglomerado metropolitano – analisado neste estudo sob os recortes Curitiba e municípios de níveis médio a muito alto de integração na dinâmica metropolitana –, foi receptora de amplo pacote de investimento centrado na indústria automobilística, o que propiciou diversificação intra-industrial no gênero de material de transporte, que, além de caminhões e ônibus, passou a incluir a produção de utilitários e automóveis de passeio, carregando uma série de fornecedores de primeira camada.

Tais investimentos contribuíram para uma especialização da estrutura industrial na metalmecânica e química, dado o decréscimo de importância do complexo agroindustrial e madeireiro, com deslocamento de parte do potencial de crescimento destas atividades para outras regiões do Estado.

Os principais rearranjos espaciais foram, sem dúvida, provocados pela indústria de material de transporte. Ainda que o município de Curitiba tenha recebido várias

intenções de investimento, a geração do valor adicionado fiscal ocorreu mediante um processo de desconcentração ao interior do próprio aglomerado metropolitano, em direção aos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Quatro Barras e Campo Largo. Esses municípios constituíram novas áreas industriais, agraciados pelo posicionamento estratégico para a recepção de insumos e escoamento da produção (proximidade das BRs principais, que interligam mercados fornecedores e consumidores, porto e aeroporto).

O espriamento para fora do pólo limitou-se a esses municípios, permanecendo os demais estagnados em termos da produção industrial, com exceção daqueles ligados à indústria de minerais não-metálicos, reforçados pelo crescimento da indústria cimenteira.

A análise da distribuição do VAF dos setores econômicos demonstra que, na medida em que se afasta do pólo metropolitano, também há diminuição na participação dos municípios no valor adicionado fiscal gerado pelo setor de serviços, devido à forte concentração das atividades desse setor, também internamente à Região. Observa-se, ainda, que os segmentos de serviços com maior produtividade e capacidade de geração de VAF estão sediados, na maioria, na capital, como são os casos das atividades de telecomunicações, intermediação financeira e de informática. Os segmentos alojamento e alimentação e transportes são os que apresentam maior difusão nos demais municípios da RMC.

Na análise do emprego formal verifica-se que, com o afastamento do pólo, a participação do setor de serviços na geração de postos de trabalho, internamente aos municípios, aumenta. Esse resultado relaciona-se basicamente à presença do emprego público, captado pela RAIS – fonte que deixa de revelar a forte presença da ocupação na Agropecuária, como se constata a partir de dados censitários, a qual exprime mais apropriadamente o perfil econômico desses municípios.

As mudanças percebidas na ordem da configuração de novas espacialidades na Região devem-se, em grande medida, a um processo menos de desconcentração e mais de expansão física da área dinâmica da indústria, em direção a municípios vizinhos que ofereciam vantagens comparativas, principalmente em termos de infra-estrutura de transporte e escoamento. Contudo, essas mudanças não foram capazes de romper com a primazia desempenhada por Curitiba, no espaço metropolitano.

Acompanhando o reforço à atividade industrial, os setores comércio e de serviços também se espriaram entre os municípios do aglomerado metropolitano. Esses municípios podem ser considerados como extensões do uso e ocupação de Curitiba e muitos têm

como característica principal a função de dormitório. Essa função faz com que seja possível considerá-los parte de Curitiba – a despeito dos limites territoriais –, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, que é o elemento unificador desse conjunto. São José dos Pinhais destaca-se por se colocar como nova centralidade desse espaço regional.

Se no âmbito da economia a RMC rumou para uma inserção com traços similares àqueles de regiões desenvolvidas – com ampliação de segmentos modernos da indústria, comércio e serviços e melhorias nos aparatos de ciência, tecnologia e informação –, no âmbito socioambiental a Região reitera o acúmulo de desigualdades sociais na escala intrametropolitana, como ocorre nas demais metrópoles brasileiras. Assim, essa “desconcentração” da atividade econômica, ou “concentração dispersa entre municípios”, com redistribuição espacial da atividade, ao mesmo tempo em que alterou substancialmente o perfil da economia metropolitana resultou em transformações socioespaciais – que serão exploradas na seqüência deste estudo – e efeitos ambientais marcantes.

Estudos desenvolvidos pelo IPARDES (2004a) apontam um reforço dos fluxos migratórios para a RMC, em parte influenciados pelas estratégias de atração da atividade econômica, acentuando a desigualdade, já que, mesmo com o crescimento da oferta de empregos, grande contingente de mão-de-obra permanece fora do mercado. Essa dinâmica, desacompanhada de medidas que visassem incorporar a população residente e migrante da RMC ao processo produtivo, pode estar na raiz da crescente inserção da população excedente na economia informal, tradicionalmente redutos de empregos de menor qualificação. Para Delgado (2001), a já existente dificuldade de inserção da população ao processo produtivo foi potencializada pelo movimento migratório. Este, por sua vez, é reflexo da ausência de políticas de geração de empregos no interior do Estado, ao nível da demanda gerada pelo aumento populacional e da PEA.

Outros estudos (IPARDES, 2004a; DESCHAMPS, 2004) mostram ainda que a dispersão das atividades para novas localizações aumenta a pressão por ocupação e usos sobre áreas ambientalmente vulneráveis, particularmente os mananciais de abastecimento hídrico da RMC.

Compreender a origem dessas contradições é fundamental para entender as transformações no nexos entre as dinâmicas socioeconômicas e espaciais urbanas. Alguns passos já estão sendo dados no caso da RMC, com a análise concomitante das demais vertentes do Projeto “Metrópoles: desigualdades socioespaciais e governança urbana”

(PROJETO, 1997). Porém, tendo em vista a amplitude e a relevância desta análise, por compreender mais uma interpretação da dinâmica econômica e espacial da RMC nos anos recentes, e para a continuidade dos estudos do referido Projeto, além da realização de trabalhos com a mesma natureza nas demais regiões metropolitanas brasileiras, que se constituiriam em importantes bases para estudos comparativos e possibilitariam o melhor entendimento das mudanças operadas na RMC e das relações que ela estabelece com o contexto nacional e internacional, outras pesquisas e alguns desdobramentos se fazem necessários.

3. Diagnóstico Sociourbano da Área Metropolitana

A inserção social de indivíduos e famílias depende, num primeiro momento, da capacidade do Estado em prover estruturas de oportunidades para esses indivíduos e famílias; num segundo momento, depende da capacidade que cada indivíduo ou família possui de acesso a essas estruturas de oportunidades. A maior ou menor capacidade de dispor dessas estruturas vai depender de determinadas condições socioeconômicas da população bem como de determinadas características demográficas.

Nesta parte do estudo são abordadas as características mais relevantes da população que habita o espaço metropolitano de Curitiba, tais como sexo, estrutura etária, cor ou raça, escolaridade, renda, inserção no mercado de trabalho, condições de moradia, mobilidade e transporte e incidência de homicídios, dando destaque a como as características socioeconômicas da população se relacionam com sua distribuição no espaço.

Além de adotar como unidade de análise o município individualmente e os conjuntos deles segundo o nível de integração na dinâmica da aglomeração, esta parte do estudo adota também uma desagregação espacial menor que a municipal que são as AEDs – Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 –, formadas por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários. O agrupamento foi realizado obedecendo a alguns critérios, tais como tamanho, em termos de domicílios e de população, que garantissem a expansão da amostra sem perder sua representatividade; contigüidade, preservando o sentido geográfico; e homogeneidade, em relação ao conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas.¹

1 Os detalhes sobre a conformação das Áreas de Ponderação podem ser consultados na Documentação dos Microdados da Amostra (IBGE, 2002).

Na RMC encontram-se 114 áreas, sendo 59 no município de Curitiba (Mapas 3.1 e 3.2). A relação das AEDs, acompanhadas dos respectivos códigos e municípios a que pertencem, encontram-se nos Quadros 3.1 e 3.2.

QUADRO 3.1. – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Região Metropolitana de Curitiba (Exclui Curitiba)

Municípios	Áreas de Expansão	Descrição das Áreas de Expansão
Adrianópolis	4100202001001	Município ADRIANOPOLIS
Agudos do Sul	4100301001001	Município AGUDOS DO SUL
Almirante Tamandaré	4100400001001	Skater de Município ALMIRANTE TAMANDARE - AED 001
Almirante Tamandaré	4100400001002	Skater de Município ALMIRANTE TAMANDARE - AED 002
Almirante Tamandaré	4100400001003	Skater de Município ALMIRANTE TAMANDARE - AED 003
Almirante Tamandaré	4100400001004	Skater de Município ALMIRANTE TAMANDARE - AED 004
Araucária	4101804001001	Skater de Município ARAUCARIA - AED 001
Araucária	4101804001002	Skater de Município ARAUCARIA - AED 002
Araucária	4101804001003	Skater de Município ARAUCARIA - AED 003
Araucária	4101804001004	Skater de Município ARAUCARIA - AED 004
Araucária	4101804001005	Skater de Município ARAUCARIA - AED 005
Balsa Nova	4102307001001	Município Balsa Nova
Bocaiúva do Sul	4103107001001	Município BOCAIUVA DO SUL
Campina Grande do Sul	4104006001001	Município CAMPINA GRANDE DO SUL
Campo Largo	4104204001005	Distrito CAMPO LARGO
Campo Largo	4104204001099	Agregado de Distritos CAMPO LARGO
Campo Magro	4104253001001	Município CAMPO MAGRO
Cerro Azul	4105201001001	Município CERRO AZUL
Colombo	4105805001001	Skater de Município COLOMBO - AED 001
Colombo	4105805001002	Skater de Município COLOMBO - AED 002
Colombo	4105805001003	Skater de Município COLOMBO - AED 003
Colombo	4105805001004	Skater de Município COLOMBO - AED 004
Colombo	4105805001005	Skater de Município COLOMBO - AED 005
Colombo	4105805001006	Skater de Município COLOMBO - AED 006
Colombo	4105805001007	Skater de Município COLOMBO - AED 007
Colombo	4105805001008	Skater de Município COLOMBO - AED 008

QUADRO 3.1. – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Região Metropolitana de Curitiba (Exclui Curitiba) (continuação)

Municípios	Áreas de Expansão	Descrição das Áreas de Expansão
Colombo	4105805001009	Skater de Município COLOMBO - AED 009
Contenda	4106209001001	Município CONTENDA
Doutor Ulysses	4128633001001	Município DOUTOR ULYSSES
Fazenda Rio Grande	4107652001001	Município FAZENDA RIO GRANDE
Itaperuçu	4111258001001	Município ITAPERUCU
Lapa	4113205001001	Parte Urbana LAPA
Lapa	4113205001002	Parte Rural LAPA
Mandirituba	4114302001001	Município MANDIRITUBA
Pinhais	4119152001001	Skater de Município PINHAIS - AED 001
Pinhais	4119152001002	Skater de Município PINHAIS - AED 002
Pinhais	4119152001003	Skater de Município PINHAIS - AED 003
Pinhais	4119152001004	Skater de Município PINHAIS - AED 004
Pinhais	4119152001005	Skater de Município PINHAIS - AED 005
Pinhais	4119152001006	Skater de Município PINHAIS - AED 006
Piraquara	4119509001001	Parte Urbana PIRAQUARA
Piraquara	4119509001002	Parte Rural PIRAQUARA
Quatro Barras	4120804001001	Município QUATRO BARRAS
Quitandinha	4121208001001	Município QUITANDINHA
Rio Branco do Sul	4122206001001	Município RIO BRANCO DO SUL
São José dos Pinhais	4125506001001	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 001
São José dos Pinhais	4125506001002	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 002
São José dos Pinhais	4125506001003	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 003
São José dos Pinhais	4125506001004	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 004
São José dos Pinhais	4125506001005	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 005
São José dos Pinhais	4125506001006	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 006
São José dos Pinhais	4125506001007	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 007
São José dos Pinhais	4125506001008	Skater de Município SAO JOSE DOS PINHAIS - AED 008
Tijucas do Sul	4127601001001	Município TIJUCAS DO SUL
Tunas do Paraná	4127882001001	Município TUNAS DO PARANA

Fontes: IBGE; IPARDES

QUADRO 3.2 – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Município de Curitiba – Região Metropolitana de Curitiba

Municípios	Áreas de Expansão	Descrição das Áreas de Expansão
Curitiba	4106902999001	Centro
Curitiba	4106902999002	Rebouças
Curitiba	4106902999003	Batel
Curitiba	4106902999004	Bigorriho
Curitiba	4106902999005	Mercês
Curitiba	4106902999006	Juvevê
Curitiba	4106902999007	Capão da Imbuia
Curitiba	4106902999008	Guaíra
Curitiba	4106902999009	Portão
Curitiba	4106902999010	Vila Izabel
Curitiba	4106902999011	Pilarzinho
Curitiba	4106902999012	Bacacheri
Curitiba	4106902999013	Hauer
Curitiba	4106902999014	Novo Mundo
Curitiba	4106902999015	Fazendinha
Curitiba	4106902999016	Barreirinha
Curitiba	4106902999017	Santa Cândida
Curitiba	4106902999018	Xaxim
Curitiba	4106902999019	Capão Raso
Curitiba	4106902999020	São Braz
Curitiba	4106902999021	Santa Felicidade
Curitiba	4106902999022	Alto Boqueirão
Curitiba	4106902999023	Pinheirinho
Curitiba	4106902999024	CIC Norte
Curitiba	4106902999025	Campo Comprido SF
Curitiba	4106902999026	São Francisco / Bom Retiro
Curitiba	4106902999027	Centro Cívico / Alto da Glória
Curitiba	4106902999028	Alto da XV / Jardim Social / Hugo Lange
Curitiba	4106902999029	Cabral / Ahu
Curitiba	4106902999030	Jardim das Américas / Guabirota

QUADRO 3.2 – Relação das Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AEDS – Município de Curitiba – Região Metropolitana de Curitiba (continuação)

Municípios	Áreas de Expansão	Descrição das Áreas de Expansão
Curitiba	4106902999031	Prado Velho / Jardim Botânico / Cristo Rei
Curitiba	4106902999032	Parolin / Fanny / Lindóia
Curitiba	4106902999033	Seminário / Campinado Siqueira / Mossunguê
Curitiba	4106902999034	Vista Alegre / Cascatinha / Santo Inácio / São João
Curitiba	4106902999035	Boa Vista / São Lourenço
Curitiba	4106902999036	Santa Quitéria / Campo Comprido / PO
Curitiba	4106902999037	Abranches / Taboão / Cachoeira
Curitiba	4106902999038	Tingüi / Atuba
Curitiba	4106902999039	Augusta / Riviera / Orleans / Butiatuvinha / Lamenha Pequena
Curitiba	4106902999040	Campo de Santana / Caximba / Umbará / Ganchinho
Curitiba	4106902999041	Água Verde SE
Curitiba	4106902999042	Água Verde ZR-3
Curitiba	4106902999043	Água Verde ZR-4
Curitiba	4106902999044	Cajuru 1
Curitiba	4106902999045	Cajuru 2
Curitiba	4106902999046	Uberaba 1
Curitiba	4106902999047	Uberaba 2
Curitiba	4106902999048	Boqueirão 1
Curitiba	4106902999049	Boqueirão 2
Curitiba	4106902999050	Sítio Cercado - Bairro Novo
Curitiba	4106902999051	Sítio Cercado
Curitiba	4106902999052	Tatuquara
Curitiba	4106902999053	Tatuquara - Moradias de Ordem
Curitiba	4106902999054	CIC Sul - Vila Verde
Curitiba	4106902999055	CIC Sul - Nossa Senhora da Luz
Curitiba	4106902999056	Tarumã
Curitiba	4106902999057	Bairro Alto
Curitiba	4106902999058	CICPO / São Miguel - Bolsão Birigüi
Curitiba	4106902999059	CICPO / São Miguel - Bolsão Sabará

Fontes: IBGE; IPARDES

3.1. Ocupação e Renda

3.1.1. Participação no Mercado de Trabalho

O contingente populacional inserido no mercado de trabalho metropolitano, grupo denominado População Economicamente Ativa (PEA), envolvia, em 2000, 1,4 milhões de pessoas. A relação entre este contingente e o número total de pessoas com idade potencial para participar do mercado trabalho (pessoas de 10 ou mais anos de idade) indica a pressão por participação neste mercado.² Na RMC, a taxa de participação era de 61,5%, ou seja, a cada 100 pessoas de 10 ou mais anos de idade, 61 participavam do mercado de trabalho (Tabela 3.1).

TABELA 3.1 – População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Taxa de Atividade, População Ocupada e Taxa de Desocupação, Segundo Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração – RMC – 2000

Nível de Integração	PIA	PEA	Taxa de Atividade	PO	Taxa de Desocupação
Pólo (Curitiba)	1.328.398	828.717	62,4	712.040	14,1
Muito Alto	502.997	309.430	61,5	257.746	16,7
Alto	130.084	77.716	59,7	64.029	17,6
Médio	158.495	93.024	58,7	79.163	14,9
Baixo	30.859	16.848	54,6	14.777	12,3
Muito Baixo	104.174	60.694	58,3	54.395	10,4
TOTAL	2.255.007	1.386.430	61,5	1.182.150	14,7

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Entretanto, em alguns municípios a taxa de participação era discrepante em relação à média regional, caso de seis municípios com taxa inferior a 55% (Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Agudos do Sul e Tunas da Paraná) e, no outro extremo, Doutor Ulysses apresentando taxa de 76%, todos com nível de integração à dinâmica metropolitana médio a muito baixo.

A pressão por participação no mercado de trabalho mostra-se mais elevada nos municípios com maior nível de integração. Dentre os oito municípios classificados nos

2 Esta relação configura a chamada taxa de participação, indicador do percentual de pessoas que participam do mercado de trabalho, em um determinado período.

níveis alto, muito alto e o pólo, apenas em Araucária a taxa de participação era inferior a 60%.

Essa pressão sobre o mercado de trabalho é acompanhada por maiores taxas de desocupação, que atingem seu maior valor (17,6%) no conjunto de municípios classificados como de nível de integração alto (ver Tabela 3.1). Entre os municípios com nível de integração baixo e muito baixo, apenas Adrianópolis apresentava taxa de desocupação (21,9%) superior à média metropolitana (14,7%).

Na RMC havia, em 2000, 204 mil pessoas desocupadas. O município pólo concentrava 57,1% desse total, apresentando taxa de desocupação de 14,1%, inferior às taxas verificadas nos municípios de seu entorno. Apesar dessa taxa relativamente menor, há que se ressaltar que em várias áreas do município de Curitiba (24 AEDs, em um total de 59) a taxa de desocupação situava-se acima da taxa média metropolitana (14,7%), constituindo-se essas áreas em importantes bolsões de desempregados na RMC (Mapa 3.3).

3.1.2. Estrutura Socioocupacional e Tipologia Socioespacial

A dinâmica do mercado de trabalho nos anos 1990 foi marcada, segundo Brandão (2005), por dois processos ligados ao ambiente macroeconômico que determinaram fortes ajustes nesse mercado. Um deles é a abertura comercial, intensificada na segunda metade dos anos 1990, que implicou em intensa reestruturação da estrutura produtiva, em particular na indústria. O outro processo foi a intensificação, no mesmo período, dos Investimentos Diretos Externos (IDE) que, embora não tenham resultado no aumento da taxa de investimento no país, pois em muitos casos esses recursos foram aplicados em transferências patrimoniais, impactaram negativamente o mercado de trabalho, uma vez que tais investimentos estiveram associados a processos de privatização, modernização tecnológica e organizacional das empresas.

De uma maneira geral, o ajuste no mercado de trabalho, associado a esse ambiente macroeconômico, manifestou-se, fundamentalmente, em quatro aspectos: baixo crescimento da ocupação; precarização do trabalho, refletida principalmente no aumento da informalidade; aumento das taxas de desemprego; e mudança na distribuição setorial da ocupação, com redução na participação das atividades industriais no total do emprego.

Segundo Delgado (2001), com base em dados da PNAD, embora tenha se observado o aumento nas taxas de desemprego e de informalização da ocupação, a intensidade desses processos não foi tão acentuada como a observada em outras regiões metropolitanas, em particular a de São Paulo. Isto em um contexto de intenso crescimento da PEA, devido principalmente ao fato da RMC manter-se como um espaço receptor de fortes fluxos migratórios, os quais contribuíram para que essa região apresentasse uma das maiores taxas de crescimento populacional entre as regiões metropolitanas brasileiras.

A participação do emprego industrial no total da ocupação sofreu redução na primeira metade dos anos 1990, mas terminou a década mostrando sinais de recuperação. As informações da RAIS permitem, entretanto, verificar que o desempenho positivo do emprego industrial, no período intercensitário 1991-2000, deveu-se basicamente à instalação do pólo automotivo, com o setor material de transporte respondendo por 3/4 do pequeno saldo positivo do emprego formal industrial na RMC, neste período.

Por outro lado, setores tradicionais da indústria (borracha, fumo e couro, indústria têxtil, madeira e mobiliário), bem como os setores afetados pelos processos de privatização (serviços de utilidade pública, instituições financeiras), apresentaram redução no número de empregos formais.

O Censo Demográfico aponta a existência, em 2000, de aproximadamente 1,2 milhões de pessoas ocupadas na RMC. Dois grupos se destacam na estrutura socio-ocupacional³ da Região: o grupo das categorias médias, com 26,6% do total de ocupados, e o de trabalhadores do setor secundário, com 24,8% (tabela 3.2).

3 A definição das categorias socioocupacionais teve por base o conjunto de informações, do Censo Demográfico, sobre a população ocupada: ocupação, posição na ocupação, setor de atividade, renda e grau de instrução. Ao todo foram definidas 24 categorias que permitem trabalhar diferentes polaridades na estrutura social: capital x trabalho; trabalho manual x trabalho não-manual; controle x execução; autonomia x subordinação; grande x pequeno capital; secundário x tradicional; secundário x terciário. Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram a construção dessas categorias foram apresentados em PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L.C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v.14, n.40., p.143-162, jun.1999.

TABELA 3.2 – População Ocupada Segundo Categorias Socioocupacionais – RMC – 2000

Categorias	Ocupados	
	Absoluto	%
POPULAÇÃO OCUPADA	1.182.147	–
POPULAÇÃO OCUPADA COM CATEGORIA DEFINIDA	1.162.193	100,00
DIRIGENTES	16.454	1,42
Grandes empregadores	9.476	0,82
Dirigentes do setor público	2.426	0,21
Dirigentes do setor privado	4.551	0,39
INTELECTUAIS	87.387	7,52
Profissionais autônomos de nível superior	22.079	1,90
Profissionais empregados de nível superior	37.155	3,20
Profissionais estatutários de nível superior	6.695	0,58
Professores de nível superior	21.458	1,85
PEQUENOS EMPREGADORES	37.272	3,21
Pequenos empregadores	37.272	3,21
OCUPAÇÕES MÉDIAS	309.402	26,62
Ocupações de escritório	106.067	9,13
Ocupações de supervisão	57.041	4,91
Ocupações técnicas	74.984	6,45
Ocupações de saúde e educação	41.325	3,56
Ocupações de segurança, justiça e correio	16.942	1,46
Ocupações artísticas e similares	13.043	1,12
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO	207.227	17,83
Trabalhadores do comércio	99.969	8,60
Prestadores de serviços especializados	107.258	9,23
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	288.179	24,80
Trabalhadores manuais da indústria moderna	73.034	6,28
Trabalhadores manuais da indústria tradicional	46.299	3,98
Trabalhadores manuais de serviços auxiliares	73.679	6,34
Trabalhadores manuais da construção civil	95.168	8,19
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	164.412	14,15

TABELA 3.2 – População Ocupada Segundo Categorias Socioocupacionais – RMC – 2000 (continuação)

Categorias	Ocupados	
	Absoluto	%
Prestadores de serviços não especializados	43.673	3,76
Trabalhadores domésticos	83.098	7,15
Ambulantes e Biscateiros	37.641	3,24
AGRICULTORES	51.861	4,46
Agricultores	51.861	4,46

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

O grupo das categorias médias envolve um conjunto de pessoas ocupadas em funções intermediárias na burocracia das empresas ou na prestação de serviços sociais, estes, em boa medida, de natureza pública. Embora as ocupações de escritório constituam a maior categoria (9,1%) desse grupo, chama atenção a participação elevada de pessoas envolvidas em funções técnicas (6,4%) que requerem algum tipo de conhecimento especializado, categoria que, na RMC, parece ter apresentado forte crescimento nos anos 1990.⁴

Em relação ao agrupamento de trabalhadores manuais do setor secundário, cabe ressaltar duas categorias que também parecem ter ampliado sua participação no total da ocupação na RMC. A participação dos trabalhadores em segmentos considerados modernos da indústria (6,3%) superou a dos trabalhadores em segmentos industriais tradicionais, indicando a manutenção, na última década, mesmo que a um ritmo menos intenso, da tendência observada na RMC, desde os anos 1980, de crescimento da categoria de trabalhadores da indústria moderna. Esse resultado referenda, também, o comentário anterior sobre o desempenho do emprego formal na indústria da RMC, nos anos 1990, caracterizado pelo impacto negativo do ajuste econômico sobre o emprego na indústria tradicional da Região.

A participação dos trabalhadores em serviços auxiliares (6,3%) reflete, fundamentalmente, a expansão ocorrida em atividades do transporte e da comunicação, uma vez que, segundo dados da RAIS, as ocupações ligadas aos serviços na área de eletricidade, gás e água foram afetadas pela reestruturação produtiva dos anos 1990.

4 Qualifica-se essa avaliação como preliminar devido à necessidade de ajustar a classificação de 1991 à nova classificação das ocupações, introduzida no Censo de 2000. Todas as observações, neste texto, à situação em 1991, têm como referência Delgado *et al.* (2004).

Quanto às demais categorias socioocupacionais, há que se mencionar a participação dos agricultores (4,5%), a qual está, em parte, relacionada ao processo de incorporação recente de novos municípios à área metropolitana, a maioria deles basicamente dependentes de atividades rurais⁵. Importa ressaltar que esta categoria, conforme se verá adiante, influencia na configuração de três dos sete tipos socioespaciais identificados na RMC. Esse resultado relaciona-se à importante participação dessa categoria, superior a 5% do total dos ocupados, em 26 das 116 unidades espaciais (AEDs) que compõem a RMC.⁶

A participação da categoria ambulantes e biscateiros (3,2%) sinaliza o crescimento desse tipo de ocupação nos anos 1990, uma das expressões negativas do ajuste sofrido pelo mercado de trabalho neste período.

O padrão de distribuição das categorias socioocupacionais no espaço configura a estrutura socioespacial metropolitana. Uma primeira aproximação a esta estrutura se faz por meio da análise da distribuição dos grandes agrupamentos socioocupacionais entre a cidade-pólo e os demais municípios da Região. Importantes mudanças ocorreram no período 1980-2000, principalmente em relação àqueles grupos que se encontram na base da estrutura social.⁷

Nesse período, a dinâmica demográfica regional caracterizou-se pelo incremento na participação dos municípios limítrofes a Curitiba no total da população da RMC. Entretanto, a intensidade desse processo é diferenciada segundo os grupos socioocupacionais. De modo geral, foram os trabalhadores em atividades do terciário que experimentaram mais intensamente, nos dois últimos períodos intercensitários, o processo de periferização, em especial o grupo de trabalhadores não-especializados (Tabela 3.3).

Outro grupo que também vivenciou esse processo é o dos trabalhadores industriais. Note-se, porém, que já em 1980, esse grupo era o que apresentava o menor percentual

5 Os sete municípios incorporados à RMC reuniam, em 2000, um total de 43.619 ocupados, o que representava 3,69% do total de ocupados na RMC. No caso dos agricultores, porém, a participação desses municípios atinge 42,1% do total da categoria.

6 Para a definição da tipologia socioespacial, duas AEDs referentes ao município de Campo Largo foram substituídas por quatro áreas definidas pelo IPARDES, que permitem melhor apreensão da expansão urbana nesse município. Em decorrência, o número de AEDs, na RMC, passa a totalizar 116, e não 114 como a divisão original.

7 Vale ressaltar, novamente, o caráter preliminar da avaliação dessas mudanças, conforme já especificado anteriormente.

(66%) de pessoas residindo no município pólo, à exceção evidente dos agricultores. Em 2000, esse percentual foi reduzido para 50%.

TABELA 3.3 – Participação Percentual do Município-Pólo no Total de Ocupados e Variação da Participação em Pontos Percentuais, Segundo Grupo Socioocupacional – RMC – 2000

Grupo Socioocupacional	Participação ¹			Variação (em pontos percentuais)	
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000
Dirigentes	94,61	93,72	81,76	-0,89	-11,96
Intelectuais	97,20	94,31	87,89	-2,89	-6,42
Pequenos empregadores	87,75	80,15	80,85	-7,60	0,70
Ocupações médias	87,41	80,87	74,45	-6,54	-6,42
Trabalhadores do Terciário ²	81,56	71,60	61,29	-9,96	-10,31
Trabalhadores do Secundário	65,96	58,26	50,44	-7,70	-7,82
Trabalhadores do Terciário não-especializado ³	76,55	66,68	53,77	-9,87	-12,91
Agricultores	9,21	14,35	9,79	5,14	-4,56
TOTAL	74,45	69,27	62,70	-5,18	-6,57

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (microdados)

(1) Participação considerando-se apenas o total dos municípios integrados ao perímetro original da RMC, para compatibilizar dados de 2000 com os anos anteriores; a inclusão de todos os municípios, em 2000, pouco altera a participação do pólo, a não ser na categoria agricultores, cuja participação, neste ano, passaria de 9,79% para 5,66%.

(2) A categoria artesão foi incluída, nos anos 1980 e 1991, no grupo trabalhadores do terciário, para efeito de compatibilização com a nova classificação.

(3) A categoria comerciantes por conta própria, existente na classificação para os anos 1980 e 1991, foi incluída no grupo terciário não especializado, para efeito de compatibilização com a nova classificação.

Os dois grupos superiores (dirigentes e intelectuais) apresentam maior grau de concentração no município-pólo. Chama atenção, porém, a acentuada inflexão, observada no período 1991/2000, na participação do pólo no total do grupo de ocupados em funções de direção, que foi reduzida em quase 12 pontos percentuais, possivelmente como resultado do processo recente de espraiamento das atividades produtivas para os municípios situados no entorno de Curitiba.

Esses dois grupos superiores reuniam, em 2000, aproximadamente 13 mil pessoas residindo fora de Curitiba, nos municípios incluídos no antigo perímetro da RMC, contra um contingente de três mil pessoas em 1991. Também nesses municípios, foi expressivo o aumento verificado entre as ocupações intermediárias, que passou de 39 mil para 78 mil

pessoas residindo fora do pólo. Os municípios incorporados à RMC, a partir de 2000, reuniam outras 5 mil pessoas nesses três grupos socioocupacionais.

Essas mudanças na distribuição espacial dos grupos socioocupacionais estão na base da maior segregação residencial observada em algumas áreas de Curitiba, bem como da crescente diversificação social em alguns dos municípios no entorno do pólo, como poderá ser observado por meio da tipologia socioespacial.

No caso da RMC, a aplicação de técnicas de análise fatorial e de análise de agrupamentos permitiu a identificação de sete tipos socioespaciais (agrupamentos de unidades espaciais cujas estruturas socioocupacionais apresentam algum grau de homogeneidade).

A denominação dos tipos procura ressaltar aqueles grupos socioocupacionais que sobressaem em cada unidade espacial (AEDs), não necessariamente como grupo majoritário, mas sim devido à participação relativa sobrelevada da categoria em um tipo socioespacial específico, comparativamente à sua participação no total da Região Metropolitana. O quociente locacional⁸ (Tabela 3.4) expressa exatamente esta sobrelevação, sempre que os valores são maiores que 1.

TABELA 3.4 – Número de Ocupados, Distribuição dos Grupos, Composição Socioocupacional e Quociente Locacional Segundo Tipos Socioespaciais – RMC – 2000

Categoria	Superior	Médio superior	Médio inferior	Popular operário	Popular agrícola	Agrícola operário	Agrícola	Total CAT
Número de ocupados								
Dirigentes	8.590	3.620	1.459	1.852	499	352	83	16.454
Intelectuais	44.742	22.093	9.503	7.572	2.196	1.113	169	87.387
Pequenos empregadores	15.342	9.430	5.072	5.216	1.278	738	196	37.272
Ocupações médias	69.090	79.289	64.914	73.253	15.585	6.022	1.249	309.402
Trab. do terciário especializado	19.331	41.371	41.450	79.160	18.094	6.345	1.476	207.227
Trabalhadores do secundário	10.699	42.174	53.544	131.923	33.204	14.245	2.391	288.179
Trab. do terciário não especializado	11.822	25.131	26.665	71.406	20.036	7.814	1.538	164.412

8 O quociente locacional é uma medida de especialização produtiva utilizada em economia regional. No caso presente, ela se presta à identificação dos grupos socioocupacionais que sobressaem, em termos de sua participação relativa, em determinadas unidades espaciais.

TABELA 3.4 – Número de Ocupados, Distribuição dos Grupos, Composição Socioocupacional e Quociente Locacional Segundo Tipos Socioespaciais – RMC – 2000 (continuação)

Categoria	Superior	Médio superior	Médio inferior	Popular operário	Popular agrícola	Agrícola operário	Agrícola	Total CAT
Agricultores	540	958	744	4.136	7.461	21.638	16.385	51.861
TOTAL	180.156	224.065	203.351	374.516	98.352	58.267	23.487	1.162.193
Distribuição percentual dos grupos por tipos								
Dirigentes	52,21	22,00	8,87	11,26	3,03	2,14	0,50	100,00
Intelectuais	51,20	25,28	10,87	8,66	2,51	1,27	0,19	100,00
Pequenos empregadores	41,16	25,30	13,61	13,99	3,43	1,98	0,53	100,00
Ocupações médias	22,33	25,63	20,98	23,68	5,04	1,95	0,40	100,00
Trab. do terciário especializado	9,33	19,96	20,00	38,20	8,73	3,06	0,71	100,00
Trabalhadores do secundário	3,71	14,63	18,58	45,78	11,52	4,94	0,83	100,00
Trab. do terciário não especializado	7,19	15,29	16,22	43,43	12,19	4,75	0,94	100,00
Agricultores	1,04	1,85	1,43	7,97	14,39	41,72	31,59	100,00
TOTAL	15,50	19,28	17,50	32,22	8,46	5,01	2,02	100,00
Composição socioocupacional dos tipos								
Dirigentes	4,77	1,62	0,72	0,49	0,51	0,60	0,35	1,42
Intelectuais	24,84	9,86	4,67	2,02	2,23	1,91	0,72	7,52
Pequenos empregadores	8,52	4,21	2,49	1,39	1,30	1,27	0,83	3,21
Ocupações médias	38,35	35,39	31,92	19,56	15,85	10,34	5,32	26,62
Trab. do terciário especializado	10,73	18,46	20,38	21,14	18,40	10,89	6,28	17,83
Trabalhadores do secundário	5,94	18,82	26,33	35,22	33,76	24,45	10,18	24,80
Trab. do terciário não especializado	6,56	11,22	13,11	19,07	20,37	13,41	6,55	14,15
Agricultores	0,30	0,43	0,37	1,10	7,59	37,14	69,76	4,46
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Quociente locacional								
Dirigentes	3,4	1,1	0,5	0,3	0,4	0,4	0,2	1,0
Intelectuais	3,3	1,3	0,6	0,3	0,3	0,3	0,1	1,0
Pequenos empregadores	2,7	1,3	0,8	0,4	0,4	0,4	0,3	1,0
Ocupações médias	1,4	1,3	1,2	0,7	0,6	0,4	0,2	1,0
Trab. do terciário especializado	0,6	1,0	1,1	1,2	1,0	0,6	0,4	1,0
Trabalhadores do secundário	0,2	0,8	1,1	1,4	1,4	1,0	0,4	1,0
Trab. do terciário não especializado	0,5	0,8	0,9	1,3	1,4	0,9	0,5	1,0
Agricultores	0,1	0,1	0,1	0,2	1,7	8,3	15,6	1,0
TOTAL	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

Os três tipos socioespaciais em que sobressai a participação de grupos em posição mais elevada na estrutura social (dirigentes, intelectuais, pequenos empregadores e ocupações médias) reúnem unidades espaciais (AEDs) localizadas, fundamentalmente, em Curitiba. Neste município, 47 áreas, entre as 59 existentes, são classificadas nos tipos superior, médio superior e médio inferior.

Apenas quatro outros municípios apresentam, nas suas sedes urbanas, áreas enquadradas nos tipos médio superior e médio inferior. São municípios que dispõem de importante estrutura econômica – Araucária, Campo Largo e São José dos Pinhais – ou que vêm se constituindo em opção para a moradia de segmentos superiores, caso de Pinhais (mapa 3.4). Esse quadro diferencia-se do observado em 1991, quando apenas Curitiba apresentava áreas classificadas em tipos socioespaciais com essas características, o que permite afirmar que, na última década, alguns municípios no entorno de Curitiba passaram por um processo de diversificação social, em especial São José dos Pinhais.

O tipo superior reúne 19 áreas, todas em Curitiba, que conformam um polígono que tem por vértices os bairros Bacacheri, Mossunguê, Portão e Jardim das Américas. Nesse conjunto de áreas estão concentrados 15,5% da população ocupada na RMC. Mais da metade das pessoas classificadas como dirigentes (52,2%) ou intelectuais (51,2%) reside nessas áreas. Neste tipo reside, também, parcela importante (22,3%) dos ocupados na RMC que compõem as categorias socioocupacionais médias.

Os trabalhadores industriais e do terciário não-especializado (biscateiros, domésticos e prestadores de serviços) apresentam, neste tipo socioespacial, sua menor participação relativa. Cabe salientar que houve, provavelmente, no caso dos trabalhadores não-especializados, um processo de mudança residencial para outras áreas, pois sua presença em áreas desse tipo socioespacial, em 1991, era relativamente mais acentuada.

O segundo tipo – médio superior – caracteriza-se pela participação ainda importante dos grupos dirigentes e intelectuais, que, em conjunto, representam 11,5% do total dos ocupados, mas, principalmente, pela acentuada participação de categorias médias (35,4%). Das 21 áreas que compõem este tipo, apenas três localizam-se fora do pólo, em Campo Largo, Pinhais e São José dos Pinhais. Este tipo socioespacial reúne o segundo maior contingente populacional na RMC, representando quase 20% do total dos ocupados (224 mil pessoas).

O tipo médio inferior reúne 13 áreas, sendo três localizadas fora do pólo, em Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais. No caso de Curitiba, essas áreas refletem a expansão imobiliária principalmente para bairros situados na porção sul/leste do município, entre os quais CIC, Fazendinha, Capão Raso, Xaxim e Alto Boqueirão. Essa porção do município se caracterizava, no início da última década, pela predominância de trabalhadores da indústria e de segmentos populares.

Nesse tipo, em 2000, a participação dos grupos superiores (dirigentes e intelectuais) é ainda pequena (5,3%), porém a participação de categorias médias já se mostra elevada, representando 31,9% do total de ocupados, sendo estas as principais responsáveis pelo movimento de diversificação ascendente que se observa nessas áreas. Apesar deste processo, a participação dos trabalhadores da indústria e dos serviços não-especializados é ainda relevante, cabendo ressaltar que o tipo médio inferior detém a segunda maior concentração, na RMC, deste tipo de trabalhadores (ver Tabela 3.4).

É importante ressaltar que os dois tipos socioespaciais marcados pela presença sobrelevada das categorias médias, acima descritos, reúnem um número expressivo de domicílios (17,2 mil) estabelecidos em aglomerados subnormais (áreas de ocupação irregular⁹), configurando uma forma de ocupação do espaço urbano em que a proximidade física entre os diversos grupos sociais vem acompanhada de marcadas diferenças sociais, principalmente quanto às condições do hábitat dos diferentes grupos sociais (Tabela 3.5).

9 Segundo o IBGE (2002), um aglomerado subnormal é um “conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

TABELA 3.5 – Número de Domicílios Particulares Permanentes Total e em Aglomerados Subnormais, Segundo Tipos Socioespaciais – RMC – 2000

Domicílios Particulares Permanentes	Tipologia Socioespacial							Total ¹
	Superior	Médio superior	Médio inferior	Popular operário	Popular agrícola	Agrícola operário	Agrícola	
TOTAL	127.238	142.579	131.604	246.173	63.325	36.654	14.506	762.079
Em aglomerados subnormais	1.427	7.183	10.043	22.704	740	0	0	42.097
% em aglomerados subnormais	1,12	5,04	7,63	9,22	1,17	0,00	0,00	5,52

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

(1) exclusive informações referentes a Campo Largo, devido à não disponibilidade de dados para a unidade de estudo utilizada - área Ipardes (total de domicílios: 25.165; domicílios em aglomerados subnormais: 770).

O tipo popular operário reúne 36 áreas e envolve o maior contingente de ocupados (374 mil pessoas) na RMC. A maioria dessas áreas localiza-se na fronteira entre o município pólo e seus vizinhos, em espaços onde se verificou, de modo mais intenso, nas duas últimas décadas, o crescimento populacional na Região, refletindo a expansão urbana da cidade principal.

Neste tipo socioespacial, os grupos de trabalhadores do terciário não especializado e de trabalhadores do secundário apresentam os maiores quocientes locacionais (1,3 e 1,4, respectivamente), representando, juntos, 54,3% do total de ocupados. A participação das categorias médias reduz-se para 19,6% e é sobrepujada pela dos trabalhadores do terciário especializado (21,1%).

Outro ponto importante na diferenciação desse tipo está relacionando à condição do hábitat de parcela importante de sua população. A expansão urbana, nessas áreas, deu-se a partir da proliferação de loteamentos populares e, principalmente na última década, pelo crescimento das ocupações irregulares.¹⁰ Segundo o Censo Demográfico, há nessas áreas cerca de 23 mil domicílios particulares em aglomerados subnormais, sendo a maior concentração dessa espécie de domicílio na RMC (ver Tabela 3.5).

Com um perfil social próximo ao anterior, o tipo socioespacial popular agrícola reúne 11 áreas, todas elas fora do município pólo. Quase a metade dessas áreas (cinco) encontra-se em municípios com nível médio de integração à dinâmica metropolitana (Campo Largo, Campo Magro, Campina Grande do Sul, Itaperuçu e Quatro Barras),

10 De modo geral, a maioria das ocupações nessas áreas surgiram na última década, diferentemente de muitas ocupações existentes nos dois tipos médios, que são mais antigas e que foram expandindo com o crescimento populacional.

em direção aos quais vêm se afirmando novos vetores da expansão metropolitana. Outras cinco áreas localizam-se em municípios com maior nível de integração (Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais), mas são mais afastadas em relação ao município pólo, incluindo porções dos territórios desses municípios ainda utilizadas para fins rurais e/ou de lazer. Apenas uma área está situada em município com menor integração à dinâmica metropolitana (Lapa), envolvendo sua porção urbanizada, inclusive povoados no interior do município (ver Mapa 3.4).

Correspondendo a estas características, observa-se uma maior participação dos agricultores (7,6%) no total dos ocupados. Porém, os trabalhadores industriais constituem o principal grupo socioocupacional residente nestas áreas, representando 33,8% das pessoas ocupadas. Cabe destacar, neste grupo, os trabalhadores ligados aos setores tradicionais da indústria e à construção civil, os quais alcançam, neste tipo socioespacial, sua maior participação relativa no total dos ocupados; o mesmo se verifica em relação aos trabalhadores domésticos.

Os próximos dois tipos socioespaciais são marcados pela participação mais acentuada de trabalhadores agrícolas. A maioria das áreas enquadradas nestes tipos corresponde a municípios cujo nível de integração na dinâmica metropolitana é considerado baixo ou muito baixo.

O tipo agrícola operário reúne 12 áreas, todas fora de Curitiba, nas quais a participação das ocupações em atividades agrícolas atinge 37,1% do total de ocupados e a dos trabalhadores do secundário ainda se apresenta elevada (24,4%).

Em parte, a classificação de algumas dessas áreas foi prejudicada pela impossibilidade de se diferenciar as áreas urbanas e rurais, decorrente da necessidade de resguardar a representatividade amostral das AEDs. Nesta situação encontram-se os municípios de Balsa Nova, Mandirituba e Rio Branco do Sul. Mesmo em Araucária, cujas AEDs delimitam melhor o rural e o urbano, a AED classificada neste tipo socioespacial inclui uma parcela caracteristicamente urbana. Nos demais municípios, a delimitação das áreas corresponde mais efetivamente a espaços caracterizados pela maior presença de população rural.

Um conjunto de quatro áreas, que inclui três municípios e a parte rural do município Lapa, constitui o tipo agrícola, caracterizado pela acentuada participação (69,8%) dos trabalhadores agrícolas no total da ocupação. Todos os municípios do tipo apresentam grau muito baixo de integração ao pólo e a taxa de urbanização, com exceção da Lapa, situava-se, em 2000, abaixo de 50%.

3.1.3. Renda Familiar

Os estudos sobre condição de vida da população têm demonstrado que, enquanto se observam avanços importantes relacionados à provisão de bens e serviços públicos, os indicadores relativos à inserção ocupacional e à disponibilidade de renda apontam para situações mais críticas, associadas ao aumento do desemprego e informalidade, queda no nível dos rendimentos e manutenção dos elevados níveis de desigualdade na sua distribuição. O Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 confirma esse quadro, demonstrando que a maior diferença entre os municípios, no caso paranaense, diz respeito ao componente renda, o qual, em grande medida, decorre das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

A RMC possuía, em 2000, aproximadamente 829 mil famílias, das quais 13,3% com rendimento até meio salário-mínimo, podendo-se considerá-las em situação de pobreza.¹¹

As taxas mais elevadas de pobreza encontravam-se entre os municípios com grau muito baixo de integração ao pólo, inclusos no tipo socioespacial agrícola. Dentre estes, Doutor Ulysses possuía, em 2000, a maior taxa de pobreza (57,2%). Porém, Curitiba e os municípios com nível de integração na dinâmica da aglomeração alto (Araucária e Piraquara) e muito alto (Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais) concentravam 74,4% do total das famílias pobres.

Em Curitiba, nove AEDs apresentavam taxa de pobreza superior à média metropolitana, concentrando 29,7% do total de famílias do município com renda familiar *per capita* até 1/2 salário mínimo (Mapa 3.5). Esses bolsões de pobreza, no pólo, correspondem a áreas classificadas no tipo socioespacial popular operário, as quais envolvem a maior concentração, na RMC, de ocupados residindo em ocupações irregulares.

Entre as famílias com nível superior de renda (3 ou mais salários mínimos *per capita*) a concentração é ainda maior em Curitiba, que participa com 82,2% do total das famílias desta classe na Região (Tabela 3.6). Entretanto, registra-se, nos municípios com nível de integração entre médio e muito alto, a presença de cerca de 39,2 mil famílias com este perfil de renda, fato possivelmente associado àquele processo de diversificação social apontado anteriormente. Entre as aglomerações urbanas no Paraná, este contingente

11 O IPARDES utilizou esta faixa rendimento como a linha de pobreza para identificar o número de famílias pobres no Paraná (IPARDES, 2003a).

só é ligeiramente inferior ao registrado na Região Metropolitana de Londrina (49 mil famílias) e supera o verificado na Região Metropolitana de Maringá (32 mil famílias), terceira maior aglomeração do Estado.

TABELA 3.6 – Famílias por Classe de Rendimento Familiar Mensal *Per Capita*, Segundo Nível de Integração - RMC – 2000

Nível de Integração	Famílias por Classe de Rendimento (Em Sal. Min.)				
	Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Pólo (Curitiba)	495.243	42.620	70.991	181.593	200.039
Muito Alto	182.543	30.408	46.026	79.653	26.456
Alto	46.124	9.248	12.310	18.993	5.574
Médio	56.636	11.498	15.294	22.656	7.187
Baixo	11.189	3.261	3.597	3.305	1.026
Muito Baixo	36.987	13.532	10.685	9.620	3.150
TOTAL	828.722	110.568	158.902	315.820	243.431

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (Metrodata)

3.2. Demografia

3.2.1. Dinâmica de Crescimento e Características da População

De 1991 para 2000, a população da RMC cresceu de 2.101.681 para 2.768.418 habitantes, concentrando, respectivamente, 23,7% e 28,9% da população do Estado. O arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles durante os anos 1980 não se confirmou nos anos 1990 para a Região que, com taxa superior a 3% a.a. entre 1991/2000, ainda maior que a da década anterior (de 2,91% a.a.), segue sendo uma das regiões metropolitanas com o mais expressivo crescimento populacional no Brasil.

O pólo metropolitano, Curitiba, concentrava, em 2000, mais de 1,5 milhão de pessoas, 57,3% do total da Região (Tabela 3.7). Sua dinâmica de ocupação, que transcendeu os limites territoriais do município, vem configurando uma aglomeração heterogênea, que não inclui em sua dinâmica a totalidade dos municípios oficialmente constituintes da RMC, como comprovam os diferentes níveis de integração (OBSERVATÓRIO, 2005c).

TABELA 3.7 – Incremento Populacional, Grau de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento Anual, Segundo Nível de Integração – RMC – 1991 e 2000

Nível de Integração	População Total 2000		Incremento Populacional 1991/2000		Grau de Urbanização		Taxa Geométrica de Crescimento Anual 1991-2000		
	Absoluto	%	Absoluto	%	1991	2000	Total	Urbana	Rural
Pólo (Curitiba)	1.587.315	57,3	272.280	40,8	100,0	100,0	2,1	2,1	0,0
Muito alto	641.784	23,2	242.137	36,3	91,9	94,0	5,5	5,7	2,1
Alto	167.144	6,0	73.806	11,1	79,0	71,8	6,8	5,6	10,4
Médio	200.802	7,3	62.691	9,4	66,4	71,1	4,3	5,1	2,5
Baixo	39.494	1,4	4.418	0,7	61,0	58,8	1,3	0,9	1,9
Muito baixo	131.879	4,8	11.405	1,7	30,9	36,4	1,0	2,8	0,1
TOTAL	2.768.418	100,0	666.737	100,0	90,7	91,2	3,1	3,2	2,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991e 2000 (Metrodata)

Juntamente com o pólo, os municípios com nível de integração muito alto – Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais – e alto – Araucária e Piraquara – formam um fato urbano único, estabelecendo trocas intensas e concentrando parcela expressiva (29%) dos habitantes da RMC.

O terceiro agrupamento é composto por municípios que, apesar de estabelecerem relações menos intensas, apresentam continuidade de ocupação com o conjunto anterior ou estão muito próximos a ele, desempenhando funções típicas de municípios periféricos. Esses municípios – Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Mandirituba e Quatro Barras – foram classificados como de nível médio de integração na dinâmica metropolitana e agregam 7,3% da população da RMC em 2000.

Os demais municípios da RMC desempenham funções mais pertinentes a atividades rurais e mantêm relações mais tênues com o restante da Região. Foram classificados, portanto, como de nível de integração baixo (Balsa Nova e Rio Branco do Sul) e muito baixo (Adrianópolis, Agudos do Sul, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná). Grande parte desses municípios foram integrados aos limites regionais por legislações estaduais recentes. Respondiam, em 2000, por 6,2% da população da RMC.

O incremento da população da RMC foi substantivo entre 1991 e 2000, período no qual a Região absorveu 60% do incremento observado em todo o Estado do Paraná. Os municípios periféricos foram favorecidos pela distribuição do incremento populacional: enquanto 40,8% desse incremento incidiu sobre Curitiba, os municípios mais integrados à dinâmica metropolitana, dos três primeiros agrupamentos, absorveram 56,8% do incremento que, somado ao do pólo eleva a proporção para 97,6% (ver Tabela 3.7).

Esses 14 municípios, que conformam efetivamente o espaço metropolitano, apresentam alto grau de urbanização e elevadas taxas de crescimento geométrico anual da população total. Em 2000, Curitiba apresentava 100% de urbanização, e 2,1% de taxa de crescimento anual, no período 1991-2000; os municípios com nível de integração muito alto apresentam em seu conjunto grau de urbanização de 94% e taxa de crescimento anual de 5,5%. Tanto o grau de urbanização como as taxas de crescimento são elevadas também nos dois grupos de municípios subseqüentes, ou seja, aqueles de alta e média integração à dinâmica metropolitana. Para os demais agrupamentos esses valores se reduzem, apresentando urbanização incipiente e taxas de crescimento relativamente baixas.

Nos anos 1970, quando se iniciou o extravasamento do pólo metropolitano por sobre municípios limítrofes, além da porção sul do município, as áreas que mais cresceram foram as fronteiriças, nos municípios vizinhos, permanecendo nítidos vazios entre essas e as sedes municipais, formando um desenho apontado como de “insularidade” (ULTRAMARI e MOURA, 1994). Porções dos municípios de Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo passaram a compor a mancha contínua de ocupação.

O crescimento das áreas periféricas internas de Curitiba prosseguiu, nos anos 1980, com taxas geométricas anuais superiores à média da RMC. Em algumas áreas esse crescimento foi extremado, como o ocorrido nos bairros da Cidade Industrial de Curitiba (19,7% a.a.) e Sítio Cercado (10,2% a.a.). Prosseguiu também o crescimento elevado das áreas fronteiriças externas, em Mandirituba (porção onde atualmente situa-se o município de Fazenda Rio Grande), com taxa de 15,4% a.a., e São José dos Pinhais, com 13% a.a., e ainda expressivo em Almirante Tamandaré, Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, todos com taxas superiores ao dobro da média regional, ampliando a extensão da área de ocupação contínua inserida na dinâmica de elevado do crescimento populacional.

No período entre 1991 e 2000, as maiores taxas de crescimento incidiram sobre as mesmas áreas internas ao município de Curitiba, sendo que Sítio Cercado apresentou a maior taxa (15,3% a.a.), influenciada por um dos únicos programas habitacionais de grande envergadura ofertados pelo município no período. Na área metropolitana, a maioria dos municípios com níveis muito alto, alto e médio de integração na dinâmica do aglomerado apresentam taxas de crescimento populacional acima de 5% a.a., com situações extremas ocorrendo em Fazenda Rio Grande (10,8% a.a.) e Piraquara (9,8% a.a.) – ver Tabela 1.2.

Em 2000, os espaços no entorno do pólo vão se tornando cada vez mais adensados, tanto que a RMC já apresenta uma extensão da mancha contínua de ocupação, incorporando as sedes municipais da maioria dos municípios vizinhos, assim como porções de municípios mais distantes. A densidade demográfica em Curitiba era de 3.683 hab/km², diminuindo substantiva e progressivamente nos demais conjuntos de municípios, não ultrapassando 100 hab/km² nos municípios com níveis de integração baixo e muito baixo.

As áreas mais adensadas da RMC, embora contínuas, são bastante desiguais, tanto no que se refere à inserção dos municípios na dinâmica da economia regional, como nas condições socioambientais. Além disso, diversos municípios da RMC possuem características também diferenciadas no que tange à composição e à estrutura de sua população, refletindo em demandas sociais específicas para cada um deles.

3.2.2. Análise dos Componentes Demográficos

A variável demográfica que mais tem causado impacto sobre a dinâmica de crescimento da RMC é a migração. No entanto, as alterações ocorridas nas variáveis mortalidade e fecundidade também têm reflexos importantes sobre as tendências populacionais da Região.

Mortalidade

A mortalidade há várias décadas segue uma trajetória ininterrupta de declínio, particularmente a mortalidade infantil. Isso ocorreu fundamentalmente a partir de meados da década de 1970, quando o Estado brasileiro implementou algumas medidas como saneamento básico, programas de saúde materno-infantil, imunização e ampliação da

oferta de serviços médico-hospitalares descentralizados, coincidindo com um período em que se observava forte declínio dos níveis médios da fecundidade brasileira. Esse declínio vêm provocando impactos positivos na sobrevivência dos grupos infantis, e também nas condições de vida e de saúde da população em geral.

Entretanto, a seletividade dessas medidas beneficiou principalmente aquelas regiões e/ou estratos sociais nos quais as atividades econômicas já apresentavam maior dinamismo, a exemplo das regiões do Centro-Sul do País, mantendo diferenciais importantes entre as diversas regiões brasileiras (IBGE, 1999).

Durante a década de 1990, o quadro da mortalidade infantil começa a se alterar, observando-se reduções importantes nos diferenciais entre as regiões. Para o Brasil como um todo, a mortalidade declina de 44,7 óbitos de menores de um ano, observados em 1990, para 30,6 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos em 2000 (Tabela 3.8). É importante enfatizar que as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste se encontram num patamar onde os níveis da mortalidade infantil são considerados relativamente baixos, em torno de 20 óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos, de forma que as quedas nessas áreas deverão ser cada vez mais lentas; ao contrário da Região Nordeste, que ainda apresenta índices que são maiores que o dobro do observado naquelas regiões (SIMÕES, 2004).

TABELA 3.8 – Indicadores de Longevidade e Mortalidade –
Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 1991/2000

Região	Esperança de Vida ao Nascer		Mortalidade até 1 Ano de Idade		Probabilidade de Sobrevivência até 60 Anos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Curitiba	68,70	71,57	30,17	20,92	77,20	87,51
Media da RMC	65,56	69,16	38,69	21,19	72,52	79,12
Media da RMC (exclui Curitiba)	65,44	69,06	39,03	21,20	72,33	78,78
Paraná	65,71	69,83	38,69	20,30	72,65	80,79
Brasil	64,73	68,61	44,68	30,57	70,93	77,63

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na Região Sul, o Paraná chama a atenção por, historicamente, apresentar os maiores níveis de mortalidade infantil. No entanto, vem paulatinamente se aproximando dos níveis apresentado nos demais estados sulinos. Na última década, a queda do nível de

mortalidade infantil no Paraná foi mais intensa que a nacional, passando de 38,7 óbitos por mil, em 1991, para 20,3 em 2000.

Segundo estimativas do PNUD (2003), nos municípios da RMC também são observadas quedas significativas nos níveis de mortalidade infantil, sendo a maior delas ocorrida em Pinhais, que passou de 33,9 óbitos por mil, em 1991, para 10,8 em 2000, tornando-se o município com a menor taxa da Região. A menor queda ocorreu em Curitiba cuja taxa, em 1991, era de 30,2 óbitos por mil e em 2000 caiu para 20,9.

As menores taxas da RMC foram observadas nos municípios de Pinhais, Araucária e Balsa Nova, que em 2000 estavam em torno de 11 óbitos para cada mil nascidos vivos. Curitiba aparece na 13ª posição, dentre os 26 municípios da RMC. As maiores taxas foram observadas em Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, todos com taxas em torno de 28 por mil, e em Doutor Ulisses, onde foi registrado o valor extremo de 35,1.

É importante salientar que, no caso da mortalidade infantil, o comportamento dos municípios não guarda relação direta com o nível de integração do município na dinâmica metropolitana. Tanto é que entre os municípios com nível de integração muito alto encontram-se municípios entre os com menores e maiores taxas de mortalidade, como Pinhais e Almirante Tamandaré, respectivamente.

Os dados sobre mortalidade encontram sua medida resumo no cálculo da esperança de vida ao nascer. Assim, como reflexo de uma baixa mortalidade infantil e maiores probabilidades de sobrevivência, tem-se os mesmos municípios citados anteriormente, como os melhores e os piores em termos do indicador. Em Pinhais, com esperança de vida ao nascer de 74,3 anos, vive-se, em média, 10,7 anos a mais que em Doutor Ulysses, cuja esperança de vida é de apenas 63,6 anos.

Fecundidade

A fecundidade, desde os anos de 1970, vem apresentando queda acelerada em todo o País, o que tem gerado enormes implicações no que diz respeito à dinâmica populacional, transições no ciclo de vida, comportamento reprodutivo e políticas públicas. Em 1991, a taxa de fecundidade total (TFT) brasileira era de 2,9 filhos por mulher e, segundo os dados do Censo Demográfico, a média declinou para 2,4 em 2000 (Tabela 3.9).

TABELA 3.9 – Indicadores de Fecundidade – Curitiba, RMC, Paraná e Brasil – 1991/2000

Região	Taxa de Fecundidade Total		Mulheres de 15 a 17 Anos com Filhos (%)		Mulheres de 10 a 14 Anos com Filhos em 2000 (%)
	1991	2000	1991	2000	
Curitiba	2,03	1,74	5,03	6,39	0,26
Media da RMC	3,12	2,77	7,95	10,88	0,51
Media da RMC (exclui Curitiba)	3,16	2,81	8,07	11,06	0,52
Paraná	2,62	2,30	6,13	8,32	0,30
Brasil	2,88	2,37	5,82	8,45	0,43

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Estudos recentes indicam que a tendência declinante observada nas últimas décadas continuará no futuro próximo, com o Brasil tendendo a situar-se entre os países com fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1). Neste campo as diferenças regionais e nos diversos segmentos populacionais também são significativas. Fatores como renda, escolaridade e condições de habitação têm influência direta na fecundidade das mulheres.

Na Região Sul, a TFT era de 2,5 filhos por mulher em 1991, passando para 2,2 em 2000, situada abaixo da média brasileira. O Paraná, apesar de ter TFT abaixo da nacional, encontra-se acima da média regional, apresentando 2,6 filhos por mulher, em 1991, e 2,3 em 2000.

Os municípios da RMC têm participação expressiva no processo de queda de fecundidade, praticamente todos registrando redução entre 1991 e 2000. A menor taxa, em 2000, foi registrada em Curitiba – único município da Região com taxa abaixo do nível de reposição –, com 1,7 filhos por mulher, bem abaixo da média nacional e estadual. A maior foi observada no município de Rio Branco do Sul (3,5). Dos 26 municípios da RMC, 13 apresentaram taxa de fecundidade acima da média da Região, sendo que oito deles são municípios mais distantes do pólo, com nível de integração baixo ou muito baixo. Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande, com TFT acima da média regional, são municípios limítrofes ao pólo, com nível muito alto de integração, porém, com características de cidade dormitório, abrigando parcela importante de população empobrecida.

Em que pese à fecundidade estar em queda, a proporção de mulheres adolescentes entre 15 e 17 anos com filhos tem aumentado, fenômeno esse também registrado em todo o País. Na RMC como um todo essa proporção subiu de 8%, em 1991, para 11%,

em 2000, sendo que apenas nos municípios de Doutor Ulysses, Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Quitandinha, Mandirituba e Tijucas do Sul foi registrada redução de casos. Os municípios da RMC apresentam amplitude acentuada nessa proporção, indo de 4,5% em Tijucas do Sul até 21,6% em Tunas do Paraná. Entre as adolescentes com idade entre 10 e 14 anos, a proporção daquelas que têm filhos é bastante reduzida, mesmo assim, começa a ter alguma expressão. Na grande maioria dos municípios não ultrapassa 1%. No entanto, em Itaperuçu e Agudos do Sul essa proporção ultrapassou 2%.

Migração

Dos três componentes demográficos, a migração é o que tem influenciado sobremaneira no expressivo crescimento populacional da Região. Nas últimas décadas, a RMC vem sendo o destino de um fluxo contínuo de imigrantes, particularmente do interior do próprio Estado. A análise dos dados de migração de data fixa levantados pelo Censo Demográfico de 2000, relacionados ao número de pessoas de 5 anos e mais de idade que realizou migração no período de 1995-2000,¹² aponta saldos positivos de trocas migratórias para a Região, tanto no que diz respeito aos deslocamentos interestaduais ou outros países, quanto intra-estaduais. É bem verdade que a RMC tem constituído área de origem de expressivos contingentes emigratórios, com destino a outras regiões do Estado ou outros estados brasileiros, porém, os volumes de imigração que recebe superam os fluxos de saída. Ademais, é preciso sublinhar que as trocas populacionais intrametropolitanas vêm se dando em ritmos intensos, evidenciando processos de contínuo reordenamento espacial da população, relacionados ao quadro mais geral da evolução socioeconômica da RMC.

Internamente à RMC, Curitiba absorveu 158.166 imigrantes de data fixa, no quinquênio 1995/2000, embora esse montante corresponda a apenas 10,8% de sua população com 5 anos e mais de idade. Os municípios nos quais mais incidiram os fluxos migratórios foram aqueles com níveis muito alto de integração na dinâmica metropolitana, num montante de 125.041 imigrantes, correspondendo a 21,9% da população com 5 anos e mais de idade, que residia nesse conjunto de municípios em 2000 (Tabela 3.10). Dentre eles, destacam-se Fazenda Rio Grande (35,4%), além de Pinhais, Almirante Tamandaré

12 O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia na localidade em estudo em 1995, e sim em 2000; o emigrante de data fixa informou na pesquisa censitária que residia na localidade em estudo em 1995, mas na data do Censo (2000) residia em outro local.

e São José dos Pinhais, com proporções superiores a 20% (Mapa 3.6). São José dos Pinhais e Colombo receberam fluxos de 37.161 e 32.201 imigrantes, respectivamente, correspondendo a 20,3% e 19,8% da população na idade em análise residente no município naquele ano.

TABELA 3.10 – Imigrantes de Data Fixa por Origem,
Segundo Nível de Integração – RMC – 1995-2000

Nível de Integração	Imigrantes de Data Fixa por Origem ¹					Total (A)	Pessoas Residentes de 5 Anos ou Mais de Idade (B)	Proporção Imigrantes de Data Fixa (A/B)
	Interestadual ou outros países	Intraestadual		Origem não identificada	Proporção na RMC (%)			
		Outros municípios	Intra-metropolitano			Absoluto		
Pólo (Curitiba)	66.784	74.728	11.820	4.835	158.166	43,34	1.458.929	10,8
Muito Alto	22.301	35.497	62.161	5.082	125.041	34,26	570.848	21,9
Alto	5.882	11.702	20.442	1.271	39.297	10,77	148.252	26,5
Médio	4.925	7.727	15.783	1.046	29.480	8,08	179.621	16,4
Baixo	328	702	1.792	175	2.997	0,82	35.127	8,5
Muito Baixo	1.936	2.089	5.530	391	9.945	2,73	118.024	8,4
TOTAL	102.156	132.445	117.527	12.799	364.927	100	2.510.801	14,5

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata)

NOTA: (1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

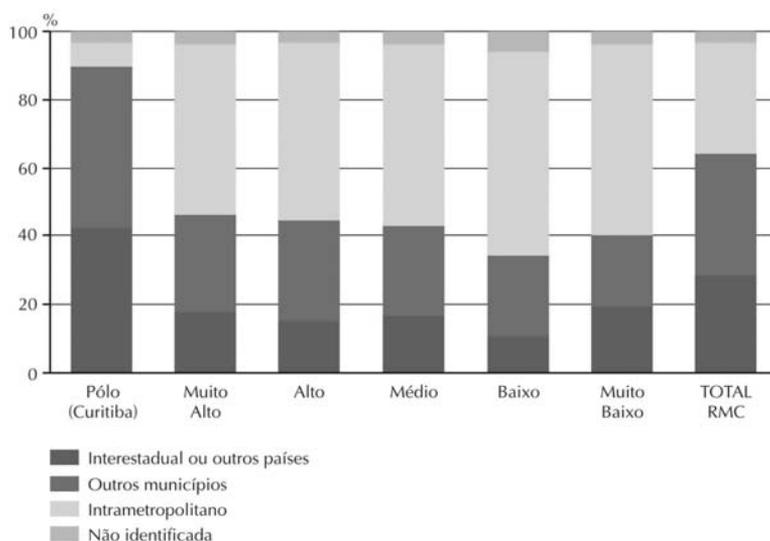
Piraquara, entre os municípios com nível alto de integração, merece destaque pelo fluxo elevado (24.413 imigrantes) e proporção de 38,1% da população com 5 anos e mais de idade – a mais elevada da RMC. Internamente a Curitiba, sobressaem proporções elevadas (entre 19 e 25%) nas AEDs correspondentes ao Centro e ao bairro de Uberaba I.

No conjunto de municípios com nível médio de integração na dinâmica metropolitana a proporção se reduz para 16,4% da população com 5 anos de idade e mais, num contingente de 29.480 imigrantes. Porém, entre os municípios do conjunto, destacam-se por elevadas proporções Quatro Barras (30,8%), Campina Grande do Sul e Campo Magro, com mais de 20%.

Os conjuntos correspondentes aos municípios com nível de integração baixo e muito baixo tanto receberam pequenos contingentes, somando pouco menos de 13.000 imigrantes, quanto os mesmos também não significaram elevadas proporções para os municípios (pouco mais de 8% em ambos os conjuntos).

No que se refere à análise das áreas de origem dos migrantes, observam-se situações diferenciadas. Dos que chegam em Curitiba, 47,3% procedem de municípios do interior do Estado e 42,2% de outros estados ou países; apenas 7,5% têm origem intrametropolitana e 3% não identificada (Gráfico 3.1). Ao contrário, nos demais conjuntos de municípios, aproximadamente 50% dos fluxos originam-se na própria Região Metropolitana, apontando para a expansão física do processo de periferização.

GRÁFICO 3.1 – Origem dos Migrantes de Data Fixa,
Segundo Níveis de Integração – RMC – 1995-2000



Fonte: IBGE/IPARDES.

Além de Curitiba, apenas Adrianópolis recebe mais de 40% dos fluxos de migrantes procedentes de outros estados ou países. Essa condição pode advir de sua localização fronteiriça com São Paulo e do fato de compor uma mancha contínua de ocupação com Ribeira, nesse Estado – cortada apenas pela presença do Rio Ribeira.

Curitiba absorveu 43,3% do total dos imigrantes e os municípios com nível muito alto de integração, 34,3%. No entanto, são os municípios desse nível de integração os espaços de convergência do movimento intrametropolitano, assumindo 52,9% dos imigrantes com essa origem. São seguidos pelos de nível alto e médio, com respectivamente 17,4% e 13,4%, numa demonstração da expansão da ocupação do espaço metropolitano (Mapa 3.7). Há que se ressaltar que Curitiba recebeu 10% dos fluxos com origem intrametropolitana.

De modo geral, a característica de movimentos de curta distância, elevados no interior do próprio espaço da RMC, já vem se manifestando há mais de uma década. Comparando a dinâmica empreendida pela migração de data fixa no período 1986-1991 e 1995-2000, percebe-se que ocorreu uma variação positiva bastante elevada nos movimentos intrametropolitanos, da ordem de 51,1%, e em relação aos deslocamentos de outras unidades da federação para a RMC, com 34,8%. Os fluxos do interior com destino à RMC, embora apresentando menor variação entre os períodos (11,6%), foram os que envolveram os maiores números de migrantes, superando os 100 mil nos dois períodos.

Partindo da RMC, a maior variação ocorreu nos deslocamentos em direção ao interior paranaense (50,2%), que envolveu o número significativo de 52.482 emigrantes no último período; em direção a outros estados, deixaram a RMC 61.010 emigrantes no último período, apresentando uma variação de 15,1%.

Os movimentos de partida do pólo são comuns nas regiões metropolitanas, nas quais o exercício de funções mais complexas e a atração de atividades mais sofisticadas desencadeiam uma dinâmica de valorização do mercado fundiário urbano, provocando um processo seletivo da ocupação. Populações de menor poder aquisitivo buscam áreas com o solo menos valorizado nas periferias metropolitanas, expandindo a mancha de ocupação.

Esse processo se manifesta nitidamente na RMC, onde as áreas mais valorizadas, que se encontram em Curitiba, em especial nas porções mais centrais do município, são as que apresentam as menores proporções de imigrantes intrametropolitanos. Essa proporção vai aumentando conforme se ultrapassa os limites municipais, particularmente nos municípios dormitórios, voltando a diminuir nas fronteiras da Região. Tal comportamento evidencia a opção condicionada pelo valor do solo, e sustentada pela presença de meios de transporte que garantem o acesso ao trabalho e a outras atividades oferecidas pelo pólo e municípios melhor inseridos na dinâmica produtiva regional.

3.2.3. Estrutura Etária e Composição por Sexo

Importantes alterações incidentes sobre a fecundidade e mortalidade¹³ têm causado forte impacto sobre as estruturas etárias e por sexo da população. O efeito conjunto da

13 O processo de transição demográfica brasileira teve início há várias décadas, com a mortalidade apresentando uma trajetória firme e continuada de declínio, cujos ganhos mais expressivos estão no segmento etário infantil, e a fecundidade apresentando forte tendência de queda em todo o país. Esse processo gerou enormes implicações sobre o ritmo de evolução dos distintos segmentos populacionais (IPARDES, 2004a).

atuação das variáveis demográficas no quadro populacional da RMC vem conformando padrões etários que indicam um processo paulatino de envelhecimento, com redução do peso dos grupos etários mais jovens e aumento das proporções das idades adultas e idosas. As diferenças de intensidade desse processo ficam evidentes quando se compara a estrutura etária do pólo e seu entorno, porção mais urbanizada da RMC, com a periferia mais rural.

Destaca-se que aqueles municípios com nível de integração à dinâmica metropolitana muito baixo, cujas taxas de urbanização não superam 50%, caracterizados como eminentemente rurais, a exemplo de Adrianópolis, Agudos do Sul, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, possuem as mais elevadas proporções de idosos, todos superando 6% – proporção assumida pela média do conjunto (Tabela 3.11). Ao mesmo tempo, possuem proporções elevadas de crianças, 31,7% no conjunto, reflexo não só da alta fecundidade, mas também da existência de fluxos de migração de jovens e adultos para fora desses municípios, tanto que grande parte deles possui proporção de população em idade ativa, entre 15 e 65 anos, inferior a 60%, sendo as mais baixas no conjunto metropolitano.

TABELA 3.11 – População Residente por Grupos Etários Seleccionados e Índice de Idosos, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	População Residente					Índice de Idosos
	Total	0 a 14		65 e mais		
		Absoluto	%	Absoluto	%	
Pólo (Curitiba)	1.587.315	394.922	24,88	90.215	5,68	22,8
Muito Alto	641.784	203.031	31,64	21.101	3,29	10,4
Alto	167.144	53.884	32,24	5.639	3,37	10,5
Médio	200.802	62.597	31,17	8.421	4,19	13,5
Baixo	39.494	12.840	32,51	1.870	4,73	14,6
Muito Baixo	131.879	41.752	31,66	7.924	6,01	19,0
TOTAL	2.768.418	769.026	27,78	135.169	4,88	17,6

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

No oposto, verificam-se nos municípios de Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande e Colombo, municípios limítrofes ao pólo e com características de cidade dormitório, fortemente integrados à dinâmica metropolitana, as menores proporções de idosos, em torno de 3%. Neles também o número de crianças é elevado, sendo que nesses casos a fecundidade ainda exerce papel importante, dadas as condições socioeconômicas desta população, aliadas ao fato destes municípios serem grandes receptores de população.

O pólo metropolitano caracteriza-se pela baixíssima proporção de crianças, que representa pouco menos de 1/4 do total da população do município (24,9%), aliada à elevada proporção de jovens e adultos em idade ativa (69,4%). No caso de Curitiba, a baixa fecundidade é fator determinante das características de sua estrutura etária, juntamente com o elevado número de imigrantes, geralmente adultos em idade ativa, em busca de oportunidades de trabalho e estudo.

Adotando-se o índice de idosos¹⁴ como medida síntese do grau de envelhecimento da população, observam-se valores mais elevados no município pólo (22,8 idosos para cada 100 crianças), decrescendo para 10,4 no conjunto de municípios com nível muito alto de integração. A partir desse recorte, o índice vai aumentando, à medida que os municípios vão se distanciando e adquirindo características rurais, chegando a 19 no conjunto de municípios com nível de integração muito baixo (ver Tabela 3.11). Os menores valores são encontrados nos municípios de Fazenda Rio Grande (7,8), Almirante Tamandaré (8,4), Piraquara (9,4) e Itaperuçu (9,4).

Internamente ao pólo a estrutura etária da população é bastante diferenciada, apresentando áreas com a proporção de crianças extremamente elevada, a exemplo dos bairros periféricos ao centro, onde essa proporção chega a ultrapassar 35% (AEDs correspondentes aos bairros Tatuquara-Moradias da Ordem, Uberaba 1 e Cajuru 2). Nos bairros centrais, a proporção de crianças é bem menor, na ordem de 10%, enquanto a de idosos chega a 14,1%. Assim, no município, o índice de idosos assume valores que vão deste 4,8 idosos para cada 100 crianças, em Tatuquara-Moradas da Ordem, até 138,5 idosos para cada 100 crianças, no Centro (Mapa 3.8)

No que tange à composição por sexo dos diferentes grupos etários, a RMC evidencia uma predominância masculina no segmento de crianças de 0 a 14 anos no pólo

14 O índice de idosos mede a relação entre o número de pessoas idosas e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (neste estudo, pessoas com 65 anos e mais e menores de 15 anos, respectivamente).

e em todos os demais recortes estudados, condizente com o padrão em geral percebido na maior parte das estruturas demográficas conhecidas, com a razão de sexo assumindo valores que vão de 103,5 no pólo até 106,4 no conjunto de municípios mais distantes. No que se refere aos jovens e adultos, há predominância feminina no pólo e no conjunto de municípios com nível de integração muito alto, possivelmente como resultado da maior mortalidade masculina entre os jovens adultos – característica das aglomerações urbanas. Nos demais segmentos, volta a haver predominância masculina para esse grupo etário, sinalizando, processos migratórios seletivos por sexo e idade. No grupo dos idosos, observa-se a predominância de mulheres, dada uma sobremortalidade masculina nas idades mais avançadas, particularmente no município pólo, onde, em média, há somente 63,8 homens para cada 100 mulheres.

No entanto, em algumas áreas dentro do pólo esses indicadores se apresentam com valores próximos aos dos municípios mais distantes. Nos bairros centrais, a razão de sexo total é da ordem de aproximadamente 75 homens para cada 100 mulheres e nos bairros periféricos, o número de homens é maior que o de mulheres (Mapa 3.9).

As disparidades nas estruturas etárias e de sexo observadas entre as distintas populações dos municípios e das áreas que os compõem constituem o resultado dos efeitos combinados das respectivas histórias progressas de evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração. Esse padrão demográfico da RMC tem também um viés que contribui para tencionar as condições de vida nos municípios do entorno de Curitiba, principalmente os mais populosos e com elevadas taxas de crescimento populacional, como em Colombo, Almirante Tamandaré, Pinhais, entre outros.

Cor

Uma das características da Região Sul do País, própria de sua colonização, dada em grande quantidade por imigrantes alemães, italianos, poloneses entre outros, é a baixa incidência de pessoas de cor negra ou parda.

Na RMC este aspecto da população não difere do restante do Estado do Paraná, apresentando 81,5% de pessoas da raça branca e 17% da raça negra ou parda. A menor proporção de pessoas dessas cores se encontra no município pólo (13,8%), enquanto nos demais recortes espaciais esta proporção gira em torno de 20%, chegando a 28,8% no conjunto de municípios com baixa integração ao pólo (Tabela 3.12).

TABELA 3.12 – População Residente e Distribuição da População por Cor ou Raça, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	População Residente				Distribuição Percentual		
	Total	Branca	Negra ou parda	Outros ¹	Branca	Negra ou parda	Outros
Pólo (Curitiba)	1.587.315	1.339.299	218.827	29.188	84,4	13,8	1,8
Muito Alto	641.784	495.550	138.461	7.773	77,2	21,6	1,2
Alto	167.144	126.668	38.097	2.379	75,8	22,8	
Médio	200.802	159.373	39.619	1.810	79,4	19,7	0,9
Baixo	39.494	27.884	11.360	250	70,6	28,8	0,6
Muito Baixo	131.879	105.959	24.954	966	80,3	18,9	0,7
TOTAL	2.768.418	2.254.732	471.319	42.367	81,4	17,0	1,5

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

NOTA - Refere-se apenas a população que declarou a cor ou raça.

(1) Inclui a categoria ignorado.

No âmbito municipal as menores proporções são encontradas em Agudos do Sul, Mandirituba, Bocaiúva do Sul, Curitiba e Cerro Azul, abaixo de 15%. As maiores são observadas em Adrianópolis e Itaperuçu, ultrapassando 40%.

Em Curitiba, em que pese a baixa proporção de negros ou pardos, verifica-se uma maior concentração nas áreas periféricas, em especial nos bairros de Tatuquara (31,5%), Tatuquara–Moradas da Ordem (26,3%), Cajuru 2 (25,6%) e Uberaba 1 (24%). As áreas centrais do município apresentam proporções baixíssimas de negros ou pardos, inferiores a 3% nos bairros Bigorrião, Alto da XV, Jardim Social, Hugo Lange, Água Verde SE e Batel.

Deficiência

Na RMC existem em torno de 305 mil pessoas que possuem algum tipo de deficiência,¹⁵ dos quais 62,4% (190 mil) se encontram em Curitiba. Ao se somar ao pólo os municípios com nível de integração de médio até muito alto, essa proporção supera os 90% (Tabela 3.13).

15 Para este tipo de análise optou por trabalhar com o dado agregado sem especificar qual o tipo de deficiência, partindo do princípio que a população portadora de qualquer tipo de deficiência deverá ter, em maior ou menor grau, dificuldade, em especial, na sua inserção no mercado de trabalho.

TABELA 3.13 – População Residente e Pessoas com algum Tipo de Deficiência,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	População Residente		
	Total	Com Deficiência	(%)
Pólo (Curitiba)	1.587.315	190.393	11,99
Muito Alto	641.784	74.399	11,59
Alto	167.144	20.147	12,05
Médio	200.802	22.657	11,28
Baixo	39.494	5.158	13,06
Muito Baixo	131.879	20.872	15,83
TOTAL	2.530.710	304.963	12,05

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

No entanto, ao se relacionar com a população total de cada conjunto de municípios, verifica-se que a maior proporção ocorre no correspondente ao nível de integração muito baixo (15,8% da população total), enquanto no município pólo essa parcela reduz-se para 12%. Observa-se também que o diferencial entre os municípios não é tão significativo, como a exemplo de outros indicadores. A menor proporção de população deficiente se encontra em Campo Magro (8,6%) e a maior em Contenda (19,1%), mas a maioria dos municípios possui entre 10% e 15% da sua população portando algum tipo de deficiência.

3.3. Educação

No decorrer dos anos 1990, diversas iniciativas foram tomadas pelos diferentes níveis político-administrativos, procurando cumprir as metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, que determinaram a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

Considerando tais metas, para a análise do perfil educacional na RMC, foram selecionados indicadores relativos ao grau de escolaridade atingido pela população de 15 anos e mais de idade, bem como indicadores relativos à frequência escolar para as diferentes faixas etárias.

Essa análise apresenta informações relativas ao ano 2000, ao final de uma década em que foi significativa a tendência de redução do analfabetismo e de aumento da escolaridade

e da frequência escolar no Paraná, processos esses que, no entanto, não foram suficientes para reduzir as desigualdades existentes no interior da RMC. Estudos que se voltam mais detalhadamente a outros indicadores referentes a essa temática, no âmbito municipal, foram realizados pelo Ipardes (2004a) e, particularmente para Curitiba, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2004a).

3.3.1. Escolaridade da População

O analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade na RMC permanece expressivo, embora significativamente inferior ao observado para o total do Paraná. Na Região, o número de analfabetos ultrapassa 100 mil pessoas, correspondendo a uma taxa de 5%, enquanto a do Estado é de 9%. No entanto, internamente à Região, os valores são sensivelmente diferentes, sendo observadas taxas de analfabetismo de 3,3% no município de Curitiba, até taxas acima de 20%, nos municípios de Adrianópolis, Doutor Ulysses, Cerro Azul e Tunas do Paraná, sendo que neste último o analfabetismo ultrapassa 30%.

Com relação aos diversos recortes intrametropolitanos, verificam-se taxas muito elevadas no conjunto de municípios com níveis de integração à dinâmica metropolitana baixo e muito baixo, 13,1% e 12,7%, respectivamente, reduzindo nos demais níveis (tabela 3.14). Naqueles com níveis muito alto, alto e médio, a taxa de analfabetismo situa-se em torno de 6% a 8%. Em Curitiba, embora a taxa de analfabetismo seja relativamente baixa, em termos absolutos, a concentração de analfabetos é elevada. São 38.862 pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler o que significa 38,7% do total de analfabetos da Região. Outros 28.246 analfabetos distribuem-se entre os municípios com nível de integração muito alto, compondo 28,2% do total.

TABELA 3.14 – Pessoas de 15 Anos e mais que Não Sabem Ler, e Sem Instrução ou com até 3 Anos de Estudo, Taxa de Analfabetismo, e Pessoas de 18 Anos e mais com 11 e Mais Anos de Estudo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler	Taxa de Analfabetismo (15 anos e mais)	Pessoas 15 Anos e Mais		Pessoas 18 Anos e Mais	
			Sem instrução ou com até 3 anos de estudo	% sobre o total da idade	Com 11 e mais anos de estudo	% sobre o total da idade
Pólo (Curitiba)	38.862	3,26	141.999	11,91	498.005	45,06
Muito Alto	28.246	6,44	92.524	21,09	79.286	19,78

TABELA 3.14 – Pessoas de 15 Anos e mais que Não Sabem Ler, e Sem Instrução ou com até 3 Anos de Estudo, Taxa de Analfabetismo, e Pessoas de 18 Anos e mais com 11 e Mais Anos de Estudo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000 (continuação)

Nível de Integração	Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler	Taxa de Analfabetismo (15 anos e mais)	Pessoas 15 Anos e Mais		Pessoas 18 Anos e Mais	
			Sem instrução ou com até 3 anos de estudo	% sobre o total da idade	Com 11 e mais anos de estudo	% sobre o total da idade
Alto	7.275	6,42	24.852	21,94	16.814	16,29
Médio	10.960	7,93	35.575	25,74	21.696	17,18
Baixo	3.495	13,11	8.153	30,59	3.040	12,59
Muito Baixo	11.455	12,71	31.917	35,41	9.810	12,03
TOTAL	100.293	5,02	335.020	16,76	628.652	34,14

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Internamente ao município pólo existem diferenciações importantes, com as menores taxas concentradas nas áreas centrais do município e ampliando-se consideravelmente à medida que se avança para a periferia. Taxas próximas a zero são encontradas nas AEDs correspondentes aos bairros Água Verde, Batel, Centro, Centro Cívico, Alto da Glória e Alto da XV, enquanto taxas acima de 8% são registradas no Tatuquara e Uberaba e, acima de 10%, no Cajuru 2 (Mapa 3.10).

Não obstante os municípios de Campo Largo, São José dos Pinhais e Araucária pertencerem aos conjuntos com níveis de integração mais elevados, algumas áreas apresentam taxas de analfabetismo correspondentes às dos municípios mais distantes, enquanto outras áreas apresentam taxas equivalentes às do pólo.

Torna-se importante salientar que a taxa de analfabetismo é uma medida de estoque, já que se refere a toda população de 15 anos e mais, englobando assim toda a história passada do sistema de educação, fazendo com que os avanços educacionais recentes fiquem diluídos. Entretanto, ela evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas específicas em termos educacionais, fundamentalmente naquelas áreas mais atrasadas.

Ampliando o indicador de analfabetismo para incorporar os analfabetos funcionais, ou seja, as pessoas de 15 anos e mais com até 3 anos de estudo, o montante amplia-se para 335.020 pessoas, concentradas, majoritariamente, no pólo (141.999) e no conjunto de municípios com nível de integração muito alto (92.524). Na Região, a taxa de analfabetos funcionais atinge 16,8%, variando de 11,9%, no pólo, a 35,4% no nível de integração muito baixo.

Os valores extremos para o analfabetismo funcional são observados, novamente, nos municípios de Tunas do Paraná (56,5%), Doutor Ulysses (53,1%), Cerro Azul (47,8%) e Adrianópolis (45,3%), indicando que praticamente a metade da população adulta desses municípios não domina a leitura e a escrita. Essa disfunção está bastante generalizada no conjunto da Região, atingindo valores significativos. Apenas a área central do pólo e algumas áreas dos municípios de Pinhais, São José dos Pinhais e Araucária apresentam o indicador nos níveis mais baixos. As taxas ampliam-se em direção às áreas periféricas internas do pólo, e nos demais municípios. Nas áreas centrais de Curitiba a taxa varia de pouco mais de 1% a menos de 5%, enquanto que em áreas periféricas, como nas AEDs correspondentes aos bairros Uberaba 1, Tatuquara e Cajuru 2 ultrapassa 25%, chegando a 38,1% neste último.

Da mesma forma, a taxa de analfabetismo funcional dos chefes de família apresenta-se bastante elevada naqueles municípios mais distantes e com características rurais chegando a 63,2% em Tunas do Paraná e 62,9% em Doutor Ulysses, mostrando a baixa escolaridade dos chefes de famílias nestes municípios. De forma geral, os dois conjuntos de municípios mais distantes do pólo, com níveis baixo e muito baixo de integração, apresentam taxas elevadas, respectivamente 37,3% e 43,4%. Nos conjuntos mais próximos ao pólo, a taxa varia entre 30,6% (nível médio de integração) e 24,4% (nível muito alto), enquanto em Curitiba declina para 13,7% (Tabela 3.15). Entre seus bairros tem-se desde taxa de 0,61%, no Batel, até de 32% em Tatuquara (Mapa 3.11).

TABELA 3.15 – Responsável pela Família sem Instrução ou com até 3 Anos de Estudo e com 11 e Mais Anos de Estudo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Responsável pela Família		Responsável pela Família	
	Sem instrução ou com até 3 anos de estudo	% sobre total responsáveis	Com 11 e mais anos de estudo	% sobre total responsáveis
Pólo (Curitiba)	67.701	13,66	218.597	44,09
Muito Alto	44.537	24,39	32.222	17,65
Alto	11.783	25,49	6.692	14,48
Médio	17.309	30,56	8.049	14,21
Baixo	4.175	37,30	1.098	9,81
Muito Baixo	16.065	43,43	3.462	9,36
TOTAL	161.569	19,48	270.120	32,57

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

A escolaridade dos responsáveis pelas famílias, com 11 anos e mais de estudo, correspondendo ao ensino médio completo, mostra-se também bastante desigual. No conjunto da RMC, 32,6% preenchem essa condição, num total de 270.120 chefes, dos quais a maioria (218.579) encontra-se no município de Curitiba, representando 44,1% do total dos chefes do município (ver Tabela 3.15). Inversamente ao que ocorre com o analfabetismo, a proporção de chefes com alta escolaridade vai diminuindo conforme a maior distancia do município ao pólo. No conjunto de municípios com nível de integração muito alto, 17,6% dos chefes apresenta esse nível de escolaridade, decrescendo a proporção para 9,4% no conjunto de municípios com nível muito baixo de integração. Nesse caso, os municípios de Doutor Ulisses e Tunas do Paraná são os que apresentam as menores proporções, com menos de 3% dos chefes com no mínimo o ensino médio completo.

Essa mesma situação se repete para a população adulta como um todo, ou seja, das 1,8 milhões de pessoas com 18 anos e mais na RMC, aproximadamente 630 mil possuem pelo menos o ensino médio completo (ver Tabela 3.14). A concentração também se dá no pólo, com quase 500 mil pessoas nessa condição, ou seja, 45,1% dos adultos residentes em Curitiba possuem 11 anos e mais de estudo. A proporção vai diminuindo conforme os municípios se distanciam do pólo, chegando a 12,1% no conjunto de municípios com nível muito baixo de integração, sendo as piores situações encontradas nos municípios de Doutor Ulysses (3%) e Tunas do Paraná (4,7%).

No interior dos municípios, novamente, se destacam as áreas centrais de Curitiba com proporções elevadas de adultos com média e alta escolaridade, chegando a representar mais de 80% do total dessas pessoas, ao contrário dos bairros mais distantes, como Cajuru 2, com apenas 7,8%, e Tatuquara–Moradias da Ordem, com 10,9% (Mapa 3.12).

3.3.2. Frequência e Adequação Escolar

A análise de frequência escolar considerou indicadores para cada uma das faixas etárias correspondentes aos diferentes níveis de ensino, ou seja, verificou-se a proporção de crianças e jovens que frequentam a escola ou creche naquele nível de ensino, bem como a proporção da frequência que se dá na série ou no nível de ensino adequado para aquela idade.

Considerando inicialmente a frequência à escola ou creche pelas crianças de 0 a 6 anos, tem-se que na RMC 108.697 crianças têm acesso a esse serviço, representando 30%

das crianças dessa idade. Internamente à Região, essas proporções variam de um máximo de 37,8% em Curitiba, para 18% no conjunto de municípios com nível de integração baixo (Tabela 3.16). As freqüências mais elevadas são encontradas, além de Curitiba, em Contenda, Campo Largo, Lapa, Quitandinha e Pinhais, todos com proporções entre 25% e 30%, enquanto as menores freqüências estão em Tunas do Paraná (6,1%) e Doutor Ulysses (4,3%).

TABELA 3.16 – Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Freqüentam Creche ou Escola e Pessoas de 7 a 14 Anos que Freqüentam Escola e Série Adequada, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Pessoas de 0 a 6 Anos		Pessoas de 7 a 14 Anos			
	Freqüentam creche ou escola	% sobre o total da idade	Freqüentam escola	% sobre o total da idade	Freqüentam a série adequada	% sobre o total que freqüenta escola na idade
Pólo (Curitiba)	68.464	37,83	207.269	96,88	159.920	77,16
Muito Alto	23.078	23,21	98.382	94,97	65.207	66,28
Alto	5.306	20,35	26.340	94,73	16.088	61,08
Médio	6.750	22,65	30.586	93,25	18.992	62,09
Baixo	1.129	18,03	6.089	92,52	4.091	67,20
Muito Baixo	3.971	20,13	20.254	91,95	13.051	64,44
TOTAL	108.697	30,00	388.920	95,62	277.350	71,31

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

A freqüência ao ensino fundamental é obrigatória para todas as crianças com idade entre 7 a 14 anos, porém em nenhum município da Região esse indicador atinge 100%. No conjunto da RMC, 4,4% dessas crianças estão fora da escola, ou seja, do total de 406.750 crianças, 388.920 têm acesso, enquanto que as outras 18 mil não freqüentam a escola (ver Tabela 3.16). No município pólo, o percentual de freqüência atinge 96,9% e corresponde a 207.269 crianças. Essas proporções se reduzem à medida que se avança para a periferia da RMC, chegando a 91,9% no conjunto de municípios com nível de integração muito baixo.

Além de Curitiba, Pinhais e Balsa Nova destacam-se com taxas acima de 96%. Em cinco municípios considerados mais críticos as taxas de freqüência à escola pelas crianças de 7 a 14 anos são inferiores a 90%: Bocaiúva do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul,

Tunas do Paraná e Doutor Ulysses – os dois últimos, com as menores taxas de freqüência, em torno de 85%.

Um indicador da eficiência com que vem se dando o atendimento às crianças de 7 a 14 anos pode ser obtido da adequação idade-série. Esse indicador é importante por determinar problemas relacionados, principalmente, com a alta repetência em determinadas séries que, segundo Riani e Golgher (2004), é um dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro trazendo graves conseqüências para os níveis de escolaridade da população.

Na RMC, do total de 388.920 crianças de 7 a 14 anos que freqüentam a escola, 277.350 estão na série adequada, correspondendo a uma taxa de adequação de 71,3%. Pouco mais da metade dessas crianças (159.920) estuda no município pólo, que apresenta a segunda maior taxa de adequação da Região (77,2%), perdendo para o município de Quitandinha, com taxa de 78%. No conjunto de municípios com nível de integração muito alto, a adequação idade-série atinge 66,3% das crianças de 7 a 14 anos. A proporção decai entre os conjuntos de nível alto e médio, voltando a se elevar no de nível baixo, que alcança 67,2% de adequação. A menor proporção é verificada no conjunto de municípios com nível de integração alto (61,1%) – ver Tabela 3.16.

Nos municípios, as menores taxas de adequação estão em Tunas do Paraná, Cerro Azul e Doutor Ulysses todos com proporção inferior a 50%. No entanto, dentro do município de Curitiba encontram-se áreas onde essa proporção também não ultrapassa 50%, convivendo com outras onde mais de 97% das crianças estão na série adequada (Mapa 3.13).

Ao se considerar a adequação ao ensino médio por parte dos jovens de 15 a 17 anos, encontra-se em toda a RMC um montante de 119.367 pessoas dessa idade freqüentando a escola, o que corresponde a 75,4% dos jovens dessa faixa etária. Desse total, 71.719 pessoas estão no pólo, correspondendo a uma taxa de freqüência à escola de 82,2%. Nos conjuntos de municípios de nível de integração muito alto e alto, essa taxa reduz-se para aproximadamente 70%, seguindo em queda nos conjuntos dos demais níveis, até a taxa de 57,6% dos jovens de 15 a 17 anos, no conjunto de nível muito baixo (Tabela 3.17).

TABELA 3.17 – Pessoas de 7 a 14 e de 18 a 25 Anos de Idade que Frequentam Escola e Série Adequada, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Pessoas de 15 a 17 Anos				Pessoas de 18 a 25 Anos			
	Frequentam escola	% sobre o total da idade	Frequentam a série adequada	% sobre o total que frequenta escola na idade	Frequentam escola	% sobre o total da idade	Frequentam a série adequada	% sobre o total que frequenta escola na idade
Pólo (Curitiba)	71.719	82,17	52.932	73,80	95.406	37,44	54.959	57,61
Muito Alto	26.565	69,99	16.081	60,53	22.590	21,82	4.965	21,98
Alto	7.024	70,10	3.595	51,19	6.101	22,94	989	16,21
Médio	7.564	63,67	4.317	57,07	6.516	20,38	1.621	24,88
Baixo	1.543	61,38	822	53,30	1.132	18,93	208	18,38
Muito Baixo	4.951	57,64	2.797	56,49	3.410	18,09	529	15,51
TOTAL	119.367	75,43	80.545	67,48	135.156	30,59	63.271	46,81

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Entre os municípios da Região, as mais baixas taxas de frequência à escola pelos jovens são encontradas em Doutor Ulysses (41,6%), Tijucas do Sul, Cerro Azul e Itaperçu, estes em torno de 50%.

Esses diferenciais verificados internamente aos municípios da RMC revelam que a frequência à escola tende a cair rapidamente nas áreas mais pobres, em função da necessidade dos jovens de contribuir para o sustento da família, inserindo-se no mercado de trabalho em detrimento da continuidade dos estudos.

Ao se considerar em que medida essa frequência à escola se dá ao nível de ensino adequado, ou seja, ao ensino médio, pré-vestibular ou mesmo superior, ainda que pequena parcela, os percentuais acima se reduzem em torno de 10 pontos. O total de pessoas da Região que frequentam a escola no nível de ensino adequado fica reduzido a 80.545, o que equivale a 67,5% dos jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola. No pólo, a adequação ao nível de ensino é da ordem de 73,8%, reduzindo-se para 60,5% no primeiro conjunto de municípios. A menor adequação se dá nos municípios com nível de integração alto (51,2%). As maiores taxas de adequação para esse grupo etário são encontradas em Contenda, Curitiba, Quitandinha e Adrianópolis.

Cabe anotar que, em alguns municípios mais distantes do pólo e de menor porte, os poucos jovens que frequentam a escola o fazem em séries adequadas, elevando, assim, a taxa de frequência nos conjuntos de nível médio e muito baixo (ver Tabela 3.17).

Com relação à frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 25 anos na RMC, existem 135.156 jovens dessa faixa etária frequentando a escola, o que corresponde a 30,6% dos jovens dessa idade. A maior taxa de frequência é verificada no pólo (37,4%), decrescendo para uma média de 21% nos conjuntos de municípios com níveis de integração muito alto, alto e médio, e em torno de 18% para os de níveis baixo e muito baixo (ver Tabela 3.17). Internamente aos municípios da Região, excetuando-se Curitiba, as maiores taxas são encontradas em Araucária (25,1%), Tunas do Paraná (24,2%), São José dos Pinhais (23,8%) e Campo Largo (23,6%), enquanto as menores frequências escolares para essa faixa etária se dão em Itaperuçu, Cerro Azul e Doutor Ulysses, todos com aproximadamente 11% da população de 18 a 25 anos frequentando a escola.

Ao verificar se a frequência escolar dos jovens de 18 a 25 anos se dá ao nível de ensino adequado, neste caso considerando curso pré-vestibular, superior ou pós-graduação, observa-se que essa adequação ocorre em menos da metade dos casos, ou seja, apenas para 63.271 jovens, correspondendo a 46,8% das pessoas dessa idade, indicando que é forte o atraso escolar observado para essa faixa etária. Em Curitiba essa taxa de adequação é da ordem de 57,6%, decrescendo rapidamente na medida em que se avança para a periferia da Região: 22% no conjunto de municípios com nível muito alto de integração, chegando a 15,5% no de nível muito baixo (ver Tabela 3.17). Esses diferenciais observados, além de reiterarem que as condições de pobreza agem contrariamente à permanência na escola, refletem a concentração da oferta de cursos no município pólo.

No âmbito dos municípios, observa-se que, entre os que possuem características rurais, como é o caso de Tunas do Paraná, Cerro Azul, Itaperuçu, Adrianópolis, Quitandinha e Agudos do Sul, a adequação escolar para esses jovens é baixíssima, chegando a zero nos dois primeiros municípios. Chama a atenção o município de Adrianópolis, no qual é elevada a proporção de jovens/adultos frequentando escola, porém a maioria encontra-se com atraso escolar.

3.4. Moradia

A Região Metropolitana de Curitiba dispõe de um considerável conjunto de estudos destinados a estimar as necessidades habitacionais dos municípios. O Iparde, em convênio com a Companhia Estadual de Habitação (COHAPAR) concluiu o Atlas das Necessidades Habitacionais do Paraná, contemplando os 399 municípios do Estado (IPARDES, 2004b). Complementarmente, foi também realizado um atlas com a mesma

metodologia aplicada para os municípios das três regiões metropolitanas institucionalizadas – Curitiba, Londrina e Maringá –, neste caso considerando as AEDs como unidades de agregação da informação (IPARDES, 2005c). O IPPUC, com base nos dados do Censo Demográfico de 2000, disponibilizou análises e informações sobre vários temas para Curitiba, compondo a série intitulada Qualidade de Vida 2003, na qual um dos CD-Rom destina-se à habitação (IPPUC, 2004b). A Fundação João Pinheiro, em resposta à solicitação do Ministério das Cidades, também realizou uma estimativa do déficit habitacional no Brasil, para municípios com mais de 20 mil habitantes e microrregiões geográficas (FUNDAÇÃO, 2005).

Esse conjunto de trabalhos, embora com diferenças metodológicas e distintas unidades de agregação dos dados, consideraram informações bastante similares e chegaram a resultados também muito próximos. Apontam elevado número de domicílios com elementos de precariedade, tanto no interior do município pólo, quanto em municípios de seu entorno imediato. Apontam, também, proporções expressivas de domicílios carentes e deficientes em alguns desses municípios do entorno da metrópole e em municípios mais distantes, particularmente entre aqueles que possuem níveis baixo ou muito baixo de integração à dinâmica metropolitana.

Outros estudos foram desenvolvidos no âmbito do Programa *Cities Alliance. Cities Without Slums*, com o suporte do Banco Mundial (SERRA e MOTTA, 2005). Dentre eles, destaca-se o que discute Metodologia de Avaliação das Demandas por Habitação Popular no Brasil (MACEDO, O'DELL e SMITH, 2005), realizado em três regiões metropolitanas, incluindo a de Curitiba, que elabora projeções para 2020. Nas projeções para 20 anos, as principais tendências são de que o percentual de chefes de domicílios jovens deverá cair, vindo a crescer significativamente o daqueles com idades variando entre 55 e 64 anos, e também o do grupo etário acima de 65 anos. As tendências também revelam, para o futuro, um crescimento do número total de domicílios em cerca de 500 mil unidades, com maior aumento dos domicílios com uma ou duas pessoas. Indicam também que haverá aproximadamente 25 mil domicílios adicionais de moradores com renda abaixo de 1 salário mínimo.

Aprofundando a análise para os resultados censitários de 2000, na seqüência serão apresentadas as características das moradias, domicílios em aglomerados subnormais, padrão de conforto domiciliar e necessidades habitacionais na RMC.

3.4.1. Condições da Moradia

A RMC possui um total de 787.244 domicílios particulares permanentes, situados majoritariamente no município de Curitiba (59,8%) e entre os municípios com níveis de integração entre médio e muito alto (34,4%, sendo 21,9 pontos percentuais correspondendo aos de nível muito alto).

Dos domicílios da Região, 77,9% são próprios; 14% são alugados, estando a grande maioria em Curitiba, onde correspondem a 17% do total de domicílios; e 8,1% têm outras condições de propriedade (Tabela 3.18). A verticalização está concentrada em Curitiba, que possui 24,7% dos domicílios em apartamentos, o que corresponde a 97,1% dos apartamentos existentes na RMC.

TABELA 3.18 – Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Domicílios Particulares Permanentes Urbanos								
	Total	Próprios						Alugados	Outros
		Total		Com propriedade do terreno		Sem propriedade do terreno			
		absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%		
Pólo (Curitiba)	470.964	356.522	75,70	328.957	92,27	27.565	7,73	80.233	34.209
Muito Alto	172.873	138.488	80,11	121.137	87,47	17.351	12,53	19.548	14.838
Alto	43.743	36.080	82,48	30.733	85,18	5.347	14,82	4.010	3.653
Médio	54.082	44.320	81,95	39.455	89,02	4.865	10,98	4.513	5.250
Baixo	10.666	9.009	84,47	6.911	76,71	2.099	23,29	499	1.157
Muito Baixo	34.916	28.550	81,77	22.813	79,91	5.736	20,09	1.766	4.601
TOTAL	787.244	612.969	77,86	550.005	89,73	62.963	10,27	110.568	63.708

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Dos domicílios próprios, 10,3% não possuem propriedade do terreno, o que aponta para situações de inadequação fundiária, motivadoras de insegurança e instabilidade dos moradores (ver Tabela 3.18). Há um grande número de domicílios nessas condições em Curitiba (27.565), correspondendo a 43,8% dos domicílios sem propriedade do terreno na RMC; é também elevado nos municípios com níveis de integração muito alto (17.351), estando o maior número deles em Colombo (5.992).

No pólo metropolitano, a inadequação fundiária se concentra nas AEDs correspondentes aos bairros Cajuru, Uberaba, Boqueirão, Cidade Industrial e nas favelas das áreas mais centrais da cidade – onde mais de 50% dos domicílios próprios não têm propriedade do terreno (Mapa 3.14). Nos municípios com níveis de integração entre médio e muito alto, domicílios nessas condições se localizam nas AEDs limítrofes a Curitiba, com mais elevadas proporções na ocupação do Guarituba, em Piraquara, que se compõe de aproximadamente 50 mil moradores.

É importante notar que a ocorrência de domicílios com posse irregular da terra não se restringe às áreas classificadas como aglomerados subnormais, fato que se depreende da diferença do total de domicílios em cada condição: 62.963 sem posse do terreno contra 42.867 situados em aglomerados subnormais.

A adequação do ambiente da moradia pode ser analisada com base em indicadores referentes à densidade de moradores e ao adensamento em dormitório que, quando excessivo, pode estar revelando tanto a incompatibilidade do tamanho da família e do imóvel, quanto casos de co-habitação familiar. Além desses, a iluminação e as condições do saneamento básico traduzem as condições de segurança e conforto dos imóveis, e da saúde dos moradores.

O número de cômodos dos domicílios é um referencial de salubridade e promiscuidade. Domicílios com até três cômodos podem indicar a convivência de funções sanitárias e de cozinha, com as de repouso, assim como alta densidade de moradores. Na RMC, 95.193 domicílios (ou 12% do total de domicílios particulares permanentes) possuem até três cômodos. O pólo metropolitano responde por 42.373 deles; outros 42.898 encontram-se nos municípios com níveis de integração ao pólo entre médio e muito alto, principalmente em São José dos Pinhais (7.351) e Colombo (7.862) – Tabela 3.19. As maiores proporções, no entanto, ocorrem nos municípios com menor nível de integração, com extremos em Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul (ambos com mais de 29%) e Itaperuçu (27,1%), e de modo geral em toda a porção norte da RMC.

TABELA 3.19 – Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos ou sem Sanitário, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Domicílios Particulares Permanentes			
	Com até 3 cômodos		Sem banheiro ¹	
	absoluto	%	absoluto	%
Pólo (Curitiba)	42.373	9,00	9.130	1,94
Muito Alto	26.742	15,47	8.516	4,93
Alto	7.437	17,00	3.176	7,26
Médio	8.719	16,12	6.762	12,50
Baixo	2.799	26,25	3.002	28,15
Muito Baixo	7.122	20,40	10.067	28,83
TOTAL	95.193	12,09	40.655	5,16

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

(1) Considera o total de domicílios particulares permanentes urbanos.

Internamente a Curitiba, as AEDs correspondentes aos bairros Tatuquara, Moradias da Ordem, Cajuru e Uberaba têm as maiores proporções de domicílios com até três cômodos. Guarituba, no município de Piraquara, e Ferraria, em Campo Largo, repetem elevadas proporções, mesmo em áreas com níveis mais elevados de integração.

Embora a oferta de energia elétrica seja bastante ampla nas áreas urbanas, as áreas rurais nem sempre dispõem do serviço, o que se percebe nos reduzidos percentuais de domicílios servidos por energia elétrica nos municípios com níveis baixo e muito baixo de integração. Entre eles, com maior proporção de domicílios desatendidos encontram-se Doutor Ulysses e Cerro Azul.

Em relação aos indicadores de abastecimento de água por rede geral, com canalização em pelo menos um cômodo – situação considerada adequada –, também se constata desigualdades. Enquanto em Curitiba 99,7% dos domicílios urbanos contam com essa condição – embora se constate abastecimento até 83% em algumas AEDs –, entre os municípios com nível muito alto de integração essa proporção cai para 92,6%, mantendo-se nessa ordem nos níveis de integração baixo e muito baixo (Tabela 3.20). Entre estes últimos, é motivo de preocupação na RMC o caso de Tunas do Paraná, onde apenas 54,8% dos domicílios contam com água por rede de abastecimento.

TABELA 3.20 – Domicílios com Adequação no Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário e Coleta de Lixo, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Domicílios Particulares Permanentes						
	Total	Com abastecimento adequado de água ¹		Com escoamento sanitário adequado ²		Com coleta adequada de lixo ³	
		absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Pólo (Curitiba)	470.964	461.356	97,96	438.508	93,11	468.781	99,54
Muito Alto	162.750	150.736	92,62	126.442	77,69	160.606	98,68
Alto	31.938	30.378	95,11	24.516	76,76	31.636	99,06
Médio	38.745	35.586	91,85	25.548	65,94	37.752	97,44
Baixo	6.259	5.784	92,41	2.805	44,81	5.861	93,64
Muito Baixo	13.114	12.079	92,10	8.621	65,74	12.472	95,10
TOTAL	723.772	695.919	96,15	626.441	86,55	717.109	99,08

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Notas: (1) Considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada em pelo menos um cômodo.

(2) Considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(3) Considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

Mesmo com proporções menores de domicílios desabastecidos, o pólo possui 9.608 domicílios sem a adequação estipulada, e os municípios com níveis de integração muito alto somam 12.014. São José dos Pinhais tem 5.376 domicílios nessa condição de carência e Colombo, 3.160, sendo as maiores concentrações depois de Curitiba, na RMC.

Além de Tunas do Paraná, em situação extrema, em Campo Magro, município de nível médio de integração à dinâmica metropolitana, a ausência de abastecimento de água se verifica em um proporção mais elevada de domicílios (14%), seguido por Contenda e Doutor Ulysses, com pouco mais de 12% dos domicílios privados desse abastecimento (Mapa 3.15).

Em termos de escoamento sanitário adequado, ou seja, domicílio com esgotamento ligado à rede geral ou à fossa séptica, são ainda maiores as discrepâncias. Curitiba tem 93,1% dos domicílios urbanos servidos; proporção que cai entre os conjuntos dos municípios com níveis de integração entre muito baixo e muito alto, atingindo as menores proporções no de nível baixo (44,8%) (ver Tabela 3.20).

Internamente a esses conjuntos, os municípios com menores proporções de domicílios com adequação de esgotamento sanitário são Doutor Ulysses, Tijucas do Sul e Tunas do

Paraná, com respectivamente 86,7%, 81,3% e 75,3% dos domicílios desatendidos (Mapa 3.16). Em termos de números de domicílios, Curitiba apresenta inadequação em 32.456, e o conjunto dos municípios com nível muito alto de integração, 36.308, com gravidade notória em Almirante Tamandaré, com 12.733 domicílios deficitários, ou seja, 57,4% do total dos domicílios não dispõem de escoamento sanitário adequado.

No município de Curitiba, as AEDs com menor número de domicílios atendidos correspondem a Cajuru 2, Tatuquara e bairros da porção sul do município – Campo de Santana, Caximba, Umbará e Ganchinho, estes com pouco mais de 73% .

A coleta adequada de lixo, por serviço de limpeza ou caçamba, ocorre em 717.109 domicílios da RMC, ou 99,1% do total de domicílios. As menores proporções de domicílios atendidos encontram-se no conjunto dos municípios com níveis baixo e muito baixo de integração ao pólo, com respectivamente 93,6% e 95,1% de atendimento (ver Tabela 3.20). Entre eles, o menor índice de atendimento se dá em Cerro Azul (83,1%); no oposto, Bocaiúva do Sul oferece atendimento à totalidade dos domicílios. Em Curitiba, repetem-se as menores proporções de atendimento nos mesmos bairros com as situações mais graves de inadequação do esgotamento sanitário.

Revelando o extremo da carência de condições sanitárias, a ausência de banheiro (instalação sanitária) ocorre em 40.655 domicílios da RMC (5,16% do total de domicílios da Região), sendo 9.130 em Curitiba e 8.516 distribuídos entre os domicílios dos municípios com nível de integração muito alto (ver Tabela 3.19). Nos municípios com níveis baixo e muito baixo de integração, chama atenção a elevada presença de domicílios com essa carência em Doutor Ulysses, onde 56,9% dos domicílios não possuem banheiro, e em Cerro Azul, com 42,9%. Em Curitiba, as AEDs correspondentes a Uberaba 1 e Tatuquara concentram as maiores proporções de domicílios sem banheiro, respectivamente 21,4% e 10,3%.

Outra situação particularmente preocupante na discussão relacionada às condições da moradia trata-se dos domicílios localizados em aglomerados subnormais.¹⁶ Esse tipo de domicílio sintetiza a precariedade nas condições de moradia, seja pela resultante das

16 Conceituados pelo IBGE como conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (IBGE, 2002).

condições físicas do imóvel e do seu entorno, seja pela carência ou inadequação da infraestrutura e serviços, seja, ainda, pela condição de instabilidade do morador. Sua distribuição municipal confirma a desigualdade social presente no processo de metropolização e reflete a concentração espacial da carência: onde é maior o tamanho da população, maior é a presença de domicílios em aglomerados subnormais.

Na RMC, em 2000, encontravam-se 42.867 domicílios em aglomerados subnormais, e sua maior concentração é verificada no município pólo e no seu entorno (Tabela 3.21). De fato, em Curitiba tem-se que 7,6% do total de domicílios, correspondendo a 37.495 de moradias onde vivem aproximadamente 150 mil pessoas, estavam em aglomerados subnormais, particularmente nas AEDs correspondentes ao Sítio Cercado/Bairro Novo e São Miguel/Bolsão Sabará, em termos de concentração, e no Cajuru 2, Tatuquara e Vila Verde, em termos proporcionais (Mapa 3.17).

TABELA 3.21 – Domicílios em Aglomerados Subnormais,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Domicílios em Aglomerados Subnormais		
	Absoluto	% sobre o total ¹	% na RMC
Pólo (Curitiba)	37.495	7,57	87,47
Muito Alto	2.792	1,53	6,51
Alto	1.259	2,73	2,94
Médio	1.320	2,33	3,08
Baixo	0	0,00	0,00
Muito Baixo	0	0,00	0,00
TOTAL	42.867	5,42	100,00

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Nota: (1) O total de domicílios inclui os particulares permanentes e os provisórios.

Colombo é o segundo município da RMC na concentração de domicílios em aglomerados subnormais (1.675), seguido de Araucária (1.259) e Almirante Tamandaré (1.117), que representavam, respectivamente, 3,4%, 5% e 4,8% do total de seus domicílios. Em menor escala, observavam-se 770 domicílios em Campo Largo e 550 em Campo Magro, sendo que nesse último chegava a representar cerca de 10% do total de domicílios do município.

Além desses dados do IBGE, outras fontes de informação disponíveis permitem dimensionar as disfunções associadas à ocupação irregular do solo urbano e à concentração da pobreza, como é o caso dos levantamentos feitos em campo pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e pelo IPPUC. O levantamento da COMEC (1997) abrange toda a RMC e sua última atualização data de 1997. De acordo com essa informação, havia na RMC um total de 811 áreas ocupadas irregularmente, reunindo 61.712 unidades habitacionais, concentradas em sua maioria (52%) em Curitiba, seguida por Colombo, Almirante Tamandaré e Piraquara.

As informações fornecidas pelo IPPUC, restritas ao município de Curitiba, originam-se da Pesquisa sobre Ocupações Irregulares¹⁷ no Município de Curitiba (IPPUC, 2004b). Nessa pesquisa, o conceito de ocupação irregular adotado é bastante semelhante ao de aglomerado subnormal utilizado pelo IBGE, embora as metodologias apresentem diferenças quanto ao critério para seleção das áreas, influenciando, portanto, nos resultados, no que diz respeito ao número de unidades habitacionais. O IBGE considera aglomerado subnormal áreas com 51 unidades ou mais, enquanto o IPPUC considera como ocupação irregular áreas com uma unidade ou mais. Segundo o levantamento do IPPUC, as ocupações irregulares estendiam-se por aproximadamente 2,3% da área total do município, ou 10 km². Estavam distribuídas sob os mais variados tipos de riscos: localizadas na faixa de drenagem, em APAs, em regiões sujeitas a enchentes, em faixas atingidas por linhas de alta tensão e cortadas por ferrovias, sendo que uma mesma área pode ser atingida por mais de um tipo de risco.

3.4.2. Padrões de Conforto Domiciliar

Os domicílios da RMC são bastante desiguais no que concerne ao acesso a bens. Considerando os bens de uso difundido, como rádio, televisão e geladeira/*freezer*, cuja ausência do consumo aponta para maior precariedade do morador, Curitiba é o município no qual há uma maior proporção de domicílios com todos esses bens, ou 89,9% (Tabela 3.22). Entre os municípios mais integrados ao pólo, os com nível de integração muito alta e alta apresentam proporções superiores a 80% dos domicílios servidos por todos os bens

17 Entendidas como áreas de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles loteamentos promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pelas leis de parcelamento do solo 6766/70 (federal) e 2460/66 (municipal) (IPPUC, 2004b).

de uso difundido (respectivamente, 82,3% e 80,7%), e os com nível médio de integração têm proporções de 76,8%. Verifica-se um hiato considerável entre estes e os com menor nível de integração ao pólo, que apresentam proporções de 63,9% e 62,1%. Em números absolutos, Curitiba concentra 47.445 domicílios desprovidos da totalidade desses bens, e o conjunto dos municípios com nível de integração muito alto, 30.562. Entre aqueles com menores níveis de integração, os municípios com maior proporção de domicílios desprovidos de bens de alta difusão são Doutor Ulysses (81,3%), Cerro Azul (63,4%) e Adrianópolis (62,7%) – Mapa 3.18.

TABELA 3.22 – Domicílios com Acesso a Bens, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Domicílios Particulares Permanentes						
	Total	Domicílios com acesso a bens					
		de uso difundido ¹		de média difusão ²		de uso restrito ³	
		absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Pólo (Curitiba)	470.964	423.519	89,93	354.766	75,33	309.957	65,81
Muito Alto	172.873	142.312	82,32	85.915	49,70	73.265	42,38
Alto	43.743	35.320	80,74	19.030	43,50	16.453	37,61
Médio	54.082	41.580	76,88	24.230	44,80	19.286	35,66
Baixo	10.666	6.819	63,93	3.134	29,38	2.283	21,41
Muito Baixo	34.916	21.695	62,14	9.069	25,98	6.305	18,06
TOTAL	787.244	671.245	85,27	496.144	63,02	427.550	54,31

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Nota: (1) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido.

(2) Refere-se aos domicílios com pelo menos 2 bens de média difusão.

(3) Refere-se aos domicílios com pelo menos 1 bem de difusão restrita.

Considerando as áreas internas aos municípios, as maiores proporções de domicílios servidos com esses bens estão em Curitiba, no centro e bairros nobres centrais e dos eixos estruturais e na porção central de São José dos Pinhais e Colombo, com mais de 92% de domicílios servidos por tal conforto. Os demais bairros superam 85%, assim como Pinhais, Araucária, e os demais bairros de São José dos Pinhais. Mesmo assim, nas AEDs correspondentes aos bairros do Cajuru 2, Uberaba 1, Vila Verde e Tatuquara, em Curitiba, existem proporções entre 60% e 75%, próximas à média dos municípios da Região Metropolitana, excluindo o pólo.

Os bens de média difusão, como automóvel, videocassete, máquina de lavar roupas e linhas telefônicas, também se distribuem desigualmente entre os domicílios da RMC. As maiores proporções de domicílios com a presença de, pelo menos, dois desses bens estão em Curitiba (75,3%) e, com nítido hiato, entre os municípios com nível muito alto de integração (49,7%). Outro hiato se dá em relação aos de nível de integração baixo e muito baixo, com proporções de, respectivamente, 29,4% e 26%. Pinhais e São José dos Pinhais, no nível muito alto, e Campo Largo e Quatro Barras, ambos no nível médio de integração, sucedem Curitiba, com proporções entre 50% e 59% dos domicílios com posse desses bens.

Mais seletiva ainda é a distribuição dos domicílios com bens de difusão restrita, como computadores, microondas e ar condicionado. Em Curitiba, a proporção de domicílios com pelo menos um desses bens é 65,8%, e apenas em Pinhais supera (por 4 décimos) 50% – acima da proporção do conjunto dos municípios com nível muito alto de integração (42,4%), decaindo nitidamente nos demais níveis. Entre os municípios com níveis baixo e muito baixo de integração as proporções atingem, respectivamente, 21,4% e 18,1% (ver Tabela 3.22).

3.4.3. Necessidades Habitacionais

A precariedade da moradia, assim entendida não apenas a unidade habitacional em si como também as condições da infra-estrutura de serviços urbanos a ela vinculados, é um dos mais graves problemas sociais a ser enfrentado em áreas urbanas, principalmente nas aglomerações metropolitanas. A RMC concentra aproximadamente um terço dos domicílios particulares permanentes do Paraná e apresenta um déficit habitacional da ordem de 42,8 mil domicílios, correspondendo a 25,3% do déficit habitacional do Estado (IPARDES, 2004b). Seu déficit relativo ao total de domicílios é ligeiramente inferior ao paranaense, respectivamente 5,2% e 6,4% (Tabela 3.23).

TABELA 3.23 – Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Cedidos ou Alugados e Déficit Habitacional, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Total de Famílias	Componentes do Déficit Habitacional						Déficit Habitacional	
		Total de famílias conviventes		Domicílios improvisados		Cômodos cedidos ou alugados			
		absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Pólo (Curitiba)	495.243	23.301	4,70	978	0,20	868	0,18	25.147	5,08
Muito Alto	182.543	8.706	4,77	963	0,53	261	0,14	9.933	5,44
Alto	46.124	1.970	4,27	411	0,89	62	0,13	2.444	5,30
Médio	56.636	2.430	4,29	124	0,22	46	0,08	2.601	4,59
Baixo	11.189	474	4,24	49	0,44	0	0,00	524	4,69
Muito Baixo	36.987	1.655	4,47	417	1,13	69	0,19	2.155	5,83
TOTAL	828.722	38.535	4,65	2.942	0,36	1.306	0,16	42.805	5,17

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 (Metrodata)

O dimensionamento das necessidades habitacionais para os municípios do Paraná foi feito a partir da base de microdados do Censo Demográfico de 2000. O conceito de necessidades habitacionais abrange duas dimensões: o “déficit habitacional”, correspondendo à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento da demanda não solvável nas condições dadas de mercado; e a “inadequação”, que aponta a necessidade de melhoria das unidades habitacionais com determinados tipos de precarização (OBSERVATÓRIO, 2004; IPARDES, 2004b). O déficit habitacional é composto por três elementos que são exclusivos entre si, podendo portanto serem somados: domicílios improvisados; coabitação familiar, compreendendo a convivência de mais de uma família no mesmo domicílio ou o aluguel de quartos ou cômodos para moradia de outra família; e coabitação disfarçada, ou seja, cômodos cedidos ou alugados. As moradias classificadas como inadequadas são aquelas que necessitam de melhoramento para que alcancem um padrão mínimo de habitabilidade, podendo ter problemas relacionados ao acesso à infra-estrutura ou ao adensamento excessivo.

Do ponto de vista da inadequação habitacional a maior frequência na Região refere-se aos domicílios com carência de infra-estrutura, ou seja, de alguma de suas modalidades (iluminação, abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo). A deficiência no acesso à infra-estrutura, entendida como a existência

de infra-estrutura mínima, porém de forma deficiente, ocorre em 81,9 mil domicílios da Região Metropolitana.

Há ainda os domicílios urbanos com inadequação por adensamento excessivo, da ordem de 37,7 mil, apresentando densidade superior a três moradores por dormitório, limite considerado suportável. Na RMC, 95,21% dos domicílios apresentam uma proporção adequada de moradores por dormitório, qual seja, até três pessoas por cômodo considerado dormitório (ver Tabela 3.23). Não respondem a essa condição 37.690 domicílios, dos quais 49,4% distribuídos entre Curitiba (18.632) e os municípios com níveis de integração ao pólo entre médio e muito alto (14.574), principalmente São José dos Pinhais e Colombo. As menores proporções de adequação quanto ao adensamento por dormitório são encontradas em Itaperuçu, Fazenda Rio Grande e Almirante Tamandaré, em torno de 90%.

Existem 38.535 famílias conviventes em domicílios da RMC, das quais 60,5% no município de Curitiba (ver Tabela 3.23). Outras 22% distribuem-se entre os municípios com nível de integração muito alto. As proporções mais elevadas ocorrem em Contenda (7,1%), Quatro Barras (6,4%), Pinhais (5,8%) e Adrianópolis (5,7%). Dentro de Curitiba, ocorrem em proporções superiores a 6,9% nos bairros de Boqueirão 1 e Alto Boqueirão, Pinheirinho, Guaíra, Cajuru 1, Abranches/Taboão/Cachoeira e Santa Cândida.

A distribuição de famílias submetidas ao déficit habitacional pelos municípios que compõem a Região revela que os maiores valores relativos são encontrados em Contenda (7,8%), assim como em Doutor Ulysses e Tunas do Paraná (ambos com 7,7% das famílias sob déficit), todos situados entre os municípios com nível muito baixo de integração ao pólo (Mapa 3.19). No entanto, os maiores volumes de famílias com déficit habitacional são encontrados em Curitiba (25.147) e municípios vizinhos, como São José dos Pinhais (3.269), Colombo (2.516), Pinhais (1.845) e Araucária (1.611).

No interior do município de Curitiba, há proporções tão altas quanto nos municípios apontados como os mais deficitários. Áreas como o Pinheirinho, Boqueirão e Alto Boqueirão, Tatuquara, Cajuru, Guaíra, Abranches e Santa Cândida, todos com ocupação consolidada, apresentam proporções superiores a 7% das famílias vivendo sob condições de déficit habitacional. Áreas contíguas a Curitiba nos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré e Araucária reproduzem esses percentuais. Este último município tem a maior concentração do déficit habitacional nas áreas próximas ao distrito industrial.

É também nesse conjunto de municípios que são constatadas as maiores incidências da inadequação habitacional, seja no que se refere aos domicílios com carência de infraestrutura, destacando-se Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais, seja com relação aos domicílios com deficiência em sua infra-estrutura, como se verifica em Curitiba, Almirante Tamandaré, Campo Largo e São José dos Pinhais. Destacam-se ainda, no que se refere à inadequação por adensamento excessivo, a elevada incidência de domicílios em Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais (IPARDES, 2004b).

Em síntese, a análise revela que o problema da moradia não se restringe ao déficit habitacional em si, devendo-se levar em conta também a existência de um considerável número de moradias que não são supridas por desejáveis condições de habitabilidade aos seus moradores, requerendo políticas públicas que atuem em conjunto e de forma articulada, com vista à melhoria da condição social de elevado contingente da população, notadamente em áreas de maior concentração populacional da Região.

Uma leitura conclusiva da adequação dos domicílios urbanos, considerando o atendimento às condições de adequação definidas em relação à infra-estrutura e serviços de saneamento, densidade de moradores por dormitório, e acesso a bens revela que a RMC é socioespacialmente desigual.

O pólo alcança sempre as mais elevadas proporções de domicílios atendidos, embora com situações internas de desigualdade, já que algumas AEDs apresentam proporções similares às dos municípios mais carentes da Região Metropolitana. De modo geral, as proporções vão revelando maior grau de carência ou deficiência de bens, serviços e infra-estrutura na medida em que se tornam inferiores os níveis de integração na dinâmica metropolitana.

Merece ser salientado que as elevadas proporções verificadas em áreas mais distantes do pólo e menos integrado revela ainda a forte presença das características rurais nos municípios.

A leitura síntese confirma também que, a despeito de proporções menos significativas, o pólo detém um número considerável de domicílios com inadequação. O mesmo ocorre entre os municípios com níveis entre médio e muito alto de integração. Reproduzindo um comportamento comum nas metrópoles brasileiras, Curitiba, embora ostente indicadores médios qualificados, permeia em seu território áreas que concentram elevado número de

domicílios carentes e deficientes de bens, serviços e infra-estrutura. Vem seguida de São José dos Pinhais e Colombo, mas também são representativos Almirante Tamandaré, Araucária e Campo Largo.

Em termos de AEDs, são perceptíveis áreas com maior proporção de indicadores mais adequados nas porções centrais de Araucária, Colombo e São José dos Pinhais, além do município de Pinhais, como um todo. No oposto, os indicadores que denotam maior carência e deficiência de bens, serviços e infra-estrutura são encontrados na porção sul de Curitiba, assim como em áreas limítrofes, nos municípios de Almirante Tamandaré, Colombo e Fazenda Rio Grande.

3.5. Mobilidade e Transportes

3.5.1. Movimento Pendular da População

O movimento pendular na RMC, tendo o pólo como destino, é um dos mais expressivos entre as regiões metropolitanas da Região Sul, polarizadas pelas capitais, e a de São Paulo, segundo dados do Censo Demográfico de 2000 (IPARDES, 2005a).

Na RMC, em 2000, 196.730 pessoas com idade de 15 anos e mais trabalhavam ou estudavam fora do município de residência, correspondendo a um movimento pendular de 14,6% da população dessa faixa etária residente na Região que trabalhava ou estudava (Tabela 3.24). Desses, desconsiderando as 27.171 que partem de Curitiba rumo aos outros municípios, dos demais 85,1% realizam o deslocamento em direção ao município pólo.

TABELA 3.24 – População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular, Segundo Nível de Integração – RMC – 2000

Nível de Integração	Número de Pessoas de 15 Anos e Mais de Idade que Trabalham e/ou Estudam			C/B (%)	D/C ² (%)
	Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Pólo (Curitiba)	822.270	27.171	0	3,30	0,00
Muito alto	289.428	115.473	104.324	39,90	90,35
Alto	72.550	25.103	19.377	34,60	77,19
Médio	87.900	22.245	17.331	25,31	77,91
Baixo	16.241	2.926	1.665	18,01	56,92
Muito baixo	57.553	3.813	1.628	6,62	42,70
TOTAL	1.345.942	196.730	144.326	14,62	73,36

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 (Metrodata)

Nota: (1) O movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao “total região metropolitana”, exclui os dados do município pólo.

Os municípios com nível muito alto de integração são os que mais contribuem nesse movimento, com 115.473 deslocamentos, correspondendo a 39,9% da população na idade e condição analisada, trabalhando e/ou estudando fora do município de residência, dos quais 90,3% dirigem-se a Curitiba. Os conjuntos que agregam municípios com níveis alto e médio de integração também são expressivos, conjugando fluxos de 47.348 deslocamentos, com 77,5% dirigidos ao pólo. O movimento desenvolvido pelos municípios com níveis de integração baixo e muito baixo é bem menor, na ordem de 6.738 pessoas, com convergência para Curitiba de 48,9%, sinalizando que a distância estimula em menor grau a pendularidade.

A análise dessa dinâmica contribui diretamente na definição das políticas públicas de mobilidade e acessibilidade da população. Os maiores volumes de deslocamentos, revelando trajetos que demandam a oferta de um sistema de transporte e circulação condizente, têm origem nos municípios de Colombo (37.935 pessoas, 90,2% em direção ao pólo), São José dos Pinhais (22.861 pessoas, 89,8% para Curitiba), Almirante Tamandaré e Pinhais (respectivamente 20.934 e 21.536 pessoas, 92,9% e 88,8% para o pólo) – Mapa 3.20. Além desses, Piraquara e Fazenda Rio Grande realizam entre 12 e 15 mil deslocamentos para estudo e trabalho, Araucária e Campo Largo, entre 8 e 9,3 mil, Campina Grande do Sul e Campo Magro, pouco mais de 3 mil, e Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Quatro

Barras, entre 1 e 3 mil deslocamentos. Exceto Campina Grande do Sul e Quatro Barras (respectivamente, 64,9% e 54,5%), todos possuem mais de 77% de seus habitantes, que estudam ou trabalham fora, dirigindo-se ao pólo para o exercício dessas atividades.

Os municípios com maiores proporções de pessoas realizando movimento pendular são Almirante Tamandaré (55,2% do total de sua população se desloca para estudo ou trabalho), Piraquara (51,4%), Fazenda Rio Grande (47%), Colombo (46,6%), Pinhais (44,4%), além de Itaperuçu, Campo Magro, Campina Grande do Sul, Quatro Barras e Balsa Nova, com mais de 25% da população se deslocando (Mapa 3.21). Os primeiros, com as maiores proporções, são tipicamente municípios-dormitórios. Correspondem à área pioneira do extravasamento da ocupação do pólo, como confirma a leitura das AEDs, apontando que são essas as que mais contribuem nesses fluxos, quase sempre localizadas nos limites administrativos com Curitiba. Os últimos, com proporção entre 25% e 40%, situados mais afastados do pólo, passaram mais recentemente a compor a mancha de ocupação contínua da área metropolitana, podendo ser considerados como as novas fronteiras da periferação da metrópole.

São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo (com respectivamente 23,9%, 22,3% e 19,6%), embora apresentem proporções também elevadas do movimento pendular, já sinalizam para maiores condições de retenção de sua população trabalhadora e estudante no próprio município. Porém, percebe-se na leitura intramunicipal, que as áreas limítrofes a Curitiba, nesses municípios, são exatamente aquelas nas quais se situam os maiores fluxos internos de pessoas que se deslocam, podendo ainda estar sendo reservada a função de dormitório para essas porções específicas.

O peso do movimento pendular para Curitiba salienta a condição concentradora do pólo, como abordado no item 2 deste trabalho. Em 2000, Curitiba foi responsável por 19,9% do VAF e por 34,4% do total de empregos formais gerados no Paraná. Nesse ano, localizavam-se em Curitiba 23,2% do total de empresas do Paraná, que possuía 49 das 62 empresas de maior porte da Região, ou seja, com mais de 1.000 empregados. Apenas mais recentemente, a atividade industrial e os serviços espalharam-se entre alguns municípios da RMC, principalmente entre os com níveis de integração alto e muito alto. Ressalta-se, no entanto, que já se verificam algumas trocas entre os demais municípios da Região, particularmente aqueles com nível médio de integração.

3.5.2. Transporte Coletivo Intrametropolitano

A garantia da mobilidade intrametropolitana advém de um sistema de circulação de massa que, a despeito de ainda em construção no que concerne aos municípios da RMC, em Curitiba já se encontra consolidada, por meio de investimentos em traçados exclusivos, linhas básicas e complementares, assim como modais, tendo se tornado modelo e objeto de estudo na área.

Esse sistema começou a ser efetivado concomitantemente à implementação do Plano Diretor, assumindo a condição de elemento estruturador da ocupação da cidade, e principal alternativa à ocupação das áreas periféricas, em municípios vizinhos (IPPUC, 2005; IPPUC, 2004c). Tal papel se evidencia no desenho de ocupação criado no entorno da metrópole: áreas densas coladas às fronteiras do município pólo, com extensos vazios entre essas e as sedes dos municípios. A explicação desse desenho está na presença de terminais de passageiros do sistema principal de transporte de massa de Curitiba, nas proximidades das fronteiras municipais, permitindo a massiva ocupação da população de menor rendimento nos parcelamentos oferecidos nessas áreas fronteiriças. Assim, a eficiência do sistema possibilitou a intensificação da pendularidade entre os municípios da RMC e Curitiba.

O atual sistema de transporte coletivo de Curitiba começou a ser implantado em 1974, integrado ao sistema viário e ao uso do solo, como uma das bases do planejamento proposto pelo Plano Diretor (IPPUC, 2004d). Como a maioria das cidades brasileiras, Curitiba tinha seu transporte coletivo composto de linhas diametrais ou de ligação dos bairros com o centro. O sistema implementado criou eixos de ligação dos bairros (eixos Norte e Sul, posteriormente, eixos Leste e Oeste), passando pela área central da cidade. Inicialmente, colocou em circulação as linhas expressas – com canaletas exclusivas para circulação –, e os alimentadores – conectando os terminais ao interior dos bairros, posteriormente, a linha interbairros (em 1979), percorrendo circuitos em anéis concêntricos e, mais recentemente, a linha direta – ou “ligeirinho” –, que circula desde 1991.

Esse sistema constituiu, em 1980, uma Rede Integrada de Transportes (RIT). O sistema, desde a origem, distingue-se pela comunicação visual especial e cores diferenciadas para cada linha. A RIT foi consolidada pela adoção da tarifa única, com os percursos mais curtos subsidiando os mais longos, possibilitando aos usuários efetuarem diversos trajetos

com o pagamento de uma única tarifa, através da utilização dos terminais de integração ou, mais tarde, das estações tubo – estações em forma de tubo, em vidro, concebidas na implantação da linha direta.

É complementado por outros tipos de serviços, como as linhas convencionais, que ligam os bairros e municípios vizinhos ao centro; o circular centro, linha operada por micro ônibus, circundando o centro tradicional; além das linhas de ensino especial, destinada ao atendimento de escolares, portadores de necessidades especiais, a interhospitais e a linha turismo.

Em 1996, por delegação do Governo do Estado, a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) passa a exercer o controle do transporte de toda a Região Metropolitana, permitindo que a Rede de Transportes de Curitiba seja integrada em âmbito metropolitano. O sistema compõe-se de 28 empresas sob o controle da URBS.

Essa integração teve início com os municípios de Almirante Tamandaré, Pinhais, Araucária e São José dos Pinhais, sendo implantados terminais em bairros fronteiriços, como o Cachoeira (em Almirante Tamandaré), Autódromo (em Pinhais), Angélica (em Araucária), além da Linha Direta Aeroporto (em São José dos Pinhais). Atinge, atualmente, 59 linhas, que circulam em 12 municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Magro, Colombo, Contenda (via Campo Largo), Fazenda Rio Grande, Itaperuçu (via Almirante Tamandaré), Pinhais, Piraquara, (via Pinhais), Rio Branco do Sul (via Almirante Tamandaré) e São José dos Pinhais (IPPUC, 2005). O volume de passageiros transportados por dia útil na RMC, excluindo o município de Curitiba, no ano de 2000, era de 480.465 usuários, sendo mais da metade transportados pela RIT.

Os municípios mais distantes do pólo ainda não se encontram integrados ao sistema, e mesmo os que estão, beneficiam-se com eficácia nas ligações com o centro de Curitiba, mas padecem a carência de linhas complementares em seus próprios interiores. Depoimentos de moradores do entorno metropolitano apontam tais lacunas, indicando que a facilidade da conexão com o pólo resulta em prejuízo às municipalidades, que se privam da otimização do comércio e dos serviços locais, pela evasão das demandas (OBSERVATÓRIO PARANÁ, 2005). Tais depoimentos apontam ainda a necessidade de implementação de linhas no interior do município, praticando tarifas mais baratas, o que induziria os deslocamentos intramunicipais.

Segundo informações do Sindicato dos Transportes (SETRANSP, 2005), circulam na RMC 2.100 ônibus, transportando 2,2 milhões de passageiros/dia. Esse contingente vem diminuindo nos últimos anos, acompanhando tendência constatada em outras metrópoles brasileiras. Por um lado, o avanço da motorização, com a taxa média em torno de 10% ao ano (IPPUC, 2005) e a precarização do serviço – que se confirma mesmo num sistema modelar –, retiram de circulação segmentos de melhor rendimento (o índice habitantes/veículos em 2000 era de 3,12, segundo o IPPUC (2004c). Por outro lado, constata-se um incremento no número de pessoas que se deslocam a pé. No caso da RMC, enquanto a extensão de quilômetros rodados aumenta de 8,4 mil para 12,2 mil entre 1994 e 2004, o número de passageiros decresce de 27,2 milhões para 24,7 milhões/ano no mesmo período – um declínio de 8% (SETRANSP, 2005).

Embora o aglomerado metropolitano seja relativamente bem servido pelo sistema de transporte coletivo, os municípios mais distantes, particularmente os da porção norte da RMC, padecem com a precariedade das condições de circulação (IPARDES, 2004a). Apenas recentemente as principais rodovias que dão acesso às sedes municipais de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis receberam pavimentação. É nítida, portanto, a carência de infra-estrutura viária nessa porção que abrange os municípios que fazem parte do chamado Vale do Ribeira. Esta situação se reflete em problemas tanto de abastecimento quanto de escoamento da produção, agudizados em épocas de chuva, dado que, permanecem não pavimentados os trechos que atingem as inúmeras sedes de distritos e povoados neles instalados, o que demonstra que, de modo geral, a Região não possui uma malha rodoviária condizente com suas necessidades e dimensão territorial.

3.6. Incidência de Homicídios

As metrópoles brasileiras hoje, além de assumirem importância institucional, demográfica e econômica, estão concentrando também a problemática social, cujo viés mais evidente e dramático é a exacerbação da violência. O aumento da violência nesses espaços guarda fortes relações com os processos de segmentação sócio-territorial em curso, que separam as classes e grupos sociais em espaços de abundância, sob integração virtuosa, e em espaços de precariedade e privação, com a população vivendo simultâneos processos de exclusão social (OBSERVATÓRIO, 2005d). Nesse sentido, as políticas públicas voltadas ao combate da violência nos grandes espaços urbanos brasileiros deverão ter como premissa o entendimento dos processos mencionados.

Dados produzidos pelo Ministério da Saúde (Datasus), especificamente as estatísticas sobre óbitos por homicídios ocorridos nas Regiões Metropolitanas brasileiras,¹⁸ considerando um período de 5 anos, de 1998 a 2002, mostra que esse fenômeno se manifesta com intensidade diferenciada nas várias regiões.

A taxa média de vítimas de homicídios por 100 mil habitantes nessas regiões foi de 46,7, enquanto a média nacional, para o mesmo período, foi de 28,6 vítimas, ou seja, a incidência de homicídios nas regiões metropolitanas é duas vezes maior que a incidência nacional. Observa-se, também, um crescimento considerável dos homicídios nas regiões metropolitanas. Em 1980, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era, em média, de 19,0, passando, em 2002, para 46,0 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005).

As de São Paulo e Rio de Janeiro concentraram, no período, 57,4% de todas as ocorrências de homicídios, ou seja, dos 152.624 registros entre as RMs, 87.537 ocorreram nessas duas regiões. Na RMC foram registradas 3.703 mortes por homicídio, correspondendo a 2,4% do total de ocorrências nas RMs (Tabela 3.25). Nota-se ainda uma variação significativa no comportamento da criminalidade entre o universo das regiões analisadas, com maior expressividade em unidades com pequeno número de ocorrências, como Florianópolis, Foz do Itajaí, Vale do Aço, Londrina e Maceió – todas com crescimento superando 100%.

TABELA 3.25 – Taxa e Número de Homicídios, e Variação 1998-2002 –
Regiões Metropolitanas¹ do Brasil

Região Metropolitana	Taxa de Homicídios ² (por 100 mil hab.)					Número De Homicídios		
	1998	1999	2000	2001	2002	1998 a 2002	% do total das RMs	Variação 1998-2002
Baixada Santista	56,30	65,20	60,70	52,70	57,20	4.213	2,80	15,57
Belém	25,20	17,90	18,30	20,20	23,60	1.865	1,20	5,98
Belo Horizonte	23,50	22,10	29,40	31,50	37,90	6.262	4,10	80,55
Campinas	40,00	46,60	44,70	43,00	40,50	4.984	3,30	12,29
Carbonífera	6,60	5,40	5,50	5,40	8,40	90	0,10	38,89
Curitiba	23,30	26,00	28,40	28,30	29,50	3.703	2,40	40,43

18 Foram consideradas as Regiões Metropolitanas divulgadas pelo Censo 2000 do IBGE e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

TABELA 3.25 – Taxa e Número de Homicídios, e Variação 1998-2002 – Regiões Metropolitanas¹ do Brasil (continuação)

Região Metropolitana	Taxa de Homicídios ² (por 100 mil hab.)					Número De Homicídios		
	1998	1999	2000	2001	2002	1998 a 2002	% do total das RMs	Variação 1998-2002
Florianópolis	8,80	7,20	9,90	12,90	18,20	397	0,30	156,60
Fortaleza	17,70	21,60	15,10	22,00	17,80	3.395	2,20	62,28
Foz do Itajaí	9,90	10,70	10,30	15,10	20,30	213	0,10	137,93
Goiânia	23,50	25,60	24,50	25,40	32,80	2.162	1,40	56,35
Londrina	15,40	14,50	17,30	24,90	31,10	672	0,40	116,67
Maceió	26,30	24,90	35,00	45,20	50,10	1.811	1,20	107,63
Maringá	12,40	8,60	7,60	8,70	10,30	225	0,10	-8,93
Natal	18,30	21,30	20,80	21,10	20,80	1.042	0,70	28,41
Norte/Nord. Catarin.	9,60	8,10	9,50	9,10	9,30	207	0,10	4,76
Porto Alegre	23,40	23,70	27,50	26,80	29,00	4.819	3,20	33,94
Recife	80,90	74,20	72,00	81,30	69,40	12.469	8,20	-7,26
RIDE Distrito Federal	34,80	35,00	35,70	34,30	33,30	5.083	3,30	9,23
Rio de Janeiro	64,70	64,10	55,90	53,30	60,20	31.868	20,90	-1,70
Salvador	34,90	19,50	28,00	31,10	38,40	4.541	3,00	22,98
São Luis	20,60	16,00	15,10	22,00	17,80	970	0,60	-1,96
São Paulo	61,90	68,80	64,10	60,80	58,10	55.669	36,50	1,02
Tubarão	4,40	2,60	3,40	4,20	5,00	23	0,00	20,00
Vale do Aço	6,80	6,70	10,80	11,80	14,30	202	0,10	126,92
Vale do Itajaí	5,10	3,20	2,50	6,40	4,30	85	0,10	-5,26
Vitória	92,50	85,10	71,20	70,70	80,40	5.654	3,70	-1,63
TOTAL RMs	46,00	46,90	45,10	44,60	46,00	152.624	100,00	9,37

Fonte: Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Organização dos dados: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação.

NOTA: Número de vítimas com idade ignorada: 410

Número de vítimas com sexo ignorado: 2

(1) Foram consideradas as Regiões Metropolitanas divulgadas pelo Censo 2000 do IBGE e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

(2) Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidade (SIM) - 1996 a 2001

Em termos de taxa de homicídio por 100 mil habitantes – que introduz um padrão comum entre regiões com contingentes populacionais tão diferenciados –, verifica-se, no ano de 2002, que a RM de Vitória possuía a maior taxa, 80,4, seguida das RMs de Recife

(69,4), Rio de Janeiro (60,2), São Paulo (58,1), Baixada Santista (57,2) e Maceió (50,1), todas acima da média das regiões metropolitanas brasileiras. No outro extremo, quatro das seis RMs de Santa Catarina registraram taxa abaixo de 10, sendo a menor verificada na do Vale do Itajaí (4,3). Entre as RMs cujo pólo são capitais de estado, somente as de São Luiz e de Florianópolis – esta, a despeito do ritmo crescente – apresentaram taxas inferiores a 20 homicídios por 100 mil habitantes, 17,8 e 18,2 respectivamente. Nas RMs paranaenses, verifica-se a menor taxa para a de Maringá (10,3), muito abaixo da de Curitiba (29,5) e de Londrina (31,1) - ver Tabela 3.25.

Desagregando os homicídios por sexo e faixa etária, tem-se, no conjunto das RMs, uma maior incidência entre os jovens de 15 a 24 anos do sexo masculino (43%), representando uma taxa de 183,9 homicídios para cada 100 mil desses jovens, taxa essa superior a 18 vezes àquela verificada entre as mulheres nessa faixa etária (Tabela 3.26). Também nas idades entre 25 e 34 anos a ocorrência de morte violenta entre os homens é importante representando 30,5% do total, cuja taxa é de 152,4 mortes por 100 mil, contra uma taxa de 8,9 entre as mulheres nas mesmas idades.

TABELA 3.26 – Total de Vítimas de Homicídios, por Sexo Segundo Grupos Etários – Regiões Metropolitanas¹ Do Brasil – 2002

Faixa Etária	Número de Vítimas ²				População		Taxa de Homicídios (por 100 mil hab.)	
	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Menor de 14 anos	404	1,40	184	8,19	9.801.154	9.547.029	4,1	1,9
Entre 15 e 24 anos	12.870	43,80	730	32,49	6.998.399	7.258.923	183,9	10,1
Entre 25 e 34 anos	8.948	30,50	559	24,88	5.872.921	6.285.806	152,4	8,9
Acima de 35 anos	7.139	24,30	774	34,45	11.725.980	13.855.620	60,9	5,6
TOTAL	29.361	100,00	2.247	100,00	34.398.454	36.947.378	85,4	6,1

Fonte: Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Organização dos dados: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação.

NOTAS: Número de vítimas com idade ignorada: 410 – Número de vítimas com sexo ignorado: 2

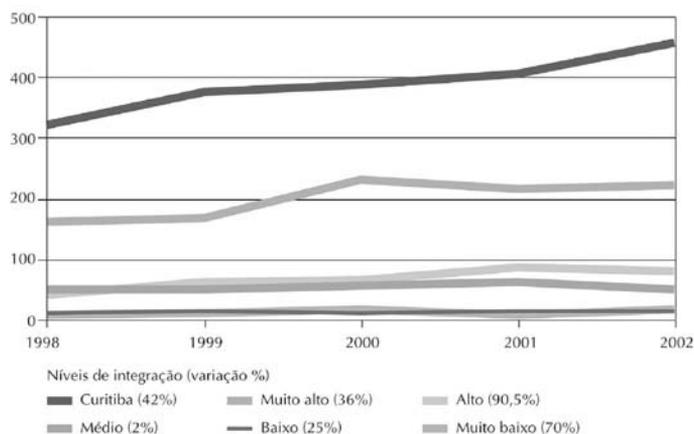
(1) Foram consideradas as Regiões Metropolitanas divulgadas pelo Censo 2000 do IBGE e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

(2) Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidade (SIM) - 1996 a 2001

Analisando as ocorrências de homicídios na RMC, no período 1998 a 2002, segundo nível de integração dos municípios, observa-se que Curitiba apresentou um

aumento de 41,9% nas ocorrências. Somente o conjunto dos municípios com nível médio de integração manteve o total anual na ordem de 50 ocorrências, exceto em 2001, quando alcançou 62 (Gráfico 3.2).

GRÁFICO 3.2 – Número de Vítimas por Homicídios, Segundo Níveis de Integração – RMC – 1998-2002



Fontes: MS-FUNASA/MJ-SENASP

Nove municípios da RMC apresentaram taxa de homicídios, em 2002, acima da média brasileira (30,6), sendo que em cinco deles essa taxa supera a média das RMs do Brasil (46,0): Itaperuçu (66,19), Piraquara (62,48), Almirante Tamandaré (51,62), Rio Branco do Sul (47,11) e Fazenda Rio Grande (46,58).

Constata-se em todos os municípios um aumento nas ocorrências ao longo desse período, sendo que entre eles se destacam Almirante Tamandaré e Itaperuçu, com variação que ultrapassa 80%, e Rio Branco do Sul que, contrariamente, apresenta baixo crescimento das ocorrências. As menores taxas são observadas em municípios com baixa população e mais distantes do pólo: Contenda (7,32) e Balsa Nova (9,34), ambos com redução significativa das ocorrências ao longo do período.

4. Condições Institucionais de Cooperação Entre os Municípios Metropolitanos

4.1. Quadro Institucional da Gestão

A Região Metropolitana de Curitiba possui como órgão de suporte, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, que opera como secretaria administrativa responsável pelos aspectos técnicos e operacionais do processo de gestão metropolitana. Criada, pela Lei Estadual n.º 6.517/74, como órgão de regime especial dentro da Secretaria de Estado do Planejamento, atualmente está vinculada à Secretaria Especial para Assuntos da RMC, por meio do Decreto Estadual n.º 22/2004 (COMEC, 1999; COMEC, 2001, COMEC, 2002).

A atuação da COMEC, no que se refere à gestão metropolitana, passou por quatro fases distintas: a primeira, no início dos anos 1970, vinculou-se basicamente às orientações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) – de onde partiam as diretrizes gerais para a formulação das políticas de desenvolvimento metropolitano – e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), que repassava os recursos financeiros para investimentos nas cidades metropolitanas. Nessa sua fase inicial, destacaram-se a criação de infra-estruturas urbanas e metropolitanas ligadas ao saneamento básico, sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e sistema viário metropolitano (FANINI, 2001).

A segunda fase, no final de 1980 e início de 1990, caracterizou-se por um enfraquecimento institucional. A COMEC, como a maioria dos órgãos metropolitanos, teve suas atividades estagnadas diante da ausência de diretrizes de ação e de objetivos

a serem alcançados. Mesmo assim, durante a década de 1990, a COMEC passou a ser reconhecida como um órgão de apoio ao executivo estadual para a resolução de problemas metropolitanos. Sob esta ótica, cumpriu um importante papel na montagem do processo de gestão do transporte público de passageiros na RMC; na implantação do Programa de Saneamento Ambiental (PROSAM) e, mais recentemente, no processo de industrialização da Região Metropolitana de Curitiba (FANINI, 2001).

Uma quarta fase de atuação da COMEC, iniciada no ano de 1998, caracteriza-se por atividades ligadas ao planejamento metropolitano, priorizando as ações com vistas à questão ambiental, principalmente no que concerne aos recursos hídricos. Foram configuradas novas leis de zoneamento, aplicadas em áreas com pressão por ocupação urbana em territórios de proteção dos mananciais. Os zoneamentos – Unidades Territoriais de Planejamento do Itaqui, Guarituba, Quatro Barras, Pinhais e Campo Magro e o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí, Piraquara e a revisão do zoneamento da APA do Passaúna – foram elaborados de forma a permitir maior flexibilização de uso e ocupação do solo, sem, no entanto, extrapolar a capacidade de suporte do território, com vistas à sustentabilidade ambiental.

Nessa fase, a COMEC, exercendo a presidência e a secretaria executiva, desempenha um importante papel na operacionalização do funcionamento do Conselho Gestor dos Mananciais, criado por uma demanda da Lei Estadual 12.248/98 como um novo modelo de tomada de decisões para a gestão dos mananciais hídricos da Região Metropolitana.¹

A composição do Conselho Gestor dos Mananciais, com membros do Estado, municípios e sociedade civil organizada, possuindo poderes consultivo, deliberativo e normativos, constitui um claro indicativo das mudanças estruturais de modernização do aparato institucional ocorridas como conseqüência do amadurecimento do processo de planejamento das instituições, após a Constituição de 1988. (IPARDES, 2004a)

Atualmente, a COMEC trabalha na reformulação de seu Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI/RMC)², ciente de que as estratégias de gestão e proteção dos mananciais

- 1 O Sistema de Gestão e Proteção dos Mananciais (SIGPROM) possui como principais instrumentos: o Conselho Gestor dos Mananciais, o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Mananciais da RMC, as Unidades Territoriais de Planejamento, o Fundo de Preservação Ambiental, o Plano de Monitoramento e a fiscalização das áreas de proteção de mananciais da RMC e o sistema de informações da Comec.
- 2 No campo da formulação das políticas metropolitanas, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, em 09 de janeiro de 1978; o Plano Diretor de Manejo Florestal, em 10 de outubro de 1989; e as Diretrizes para Gestão do Sistema Viário Metropolitano, em 29 de novembro de 2000 (FANINI, 2001).

no espaço metropolitano não podem ser tratadas exclusivamente do ponto de vista dos recursos hídricos; pelo contrário, devem vincular-se às diretrizes gerais de desenvolvimento metropolitano, avançando na construção dos marcos estratégicos que servirão de referência para o desenvolvimento das demais políticas setoriais que individualmente respondem pelo desenvolvimento metropolitano.

Além do PDI/RMC, outras duas linhas estratégicas de atuação da política metropolitana são alvos das atuais atividades de planejamento do órgão: uma com ênfase em obras viárias e infra-estruturas de transporte metropolitano, partes integrantes do Programa de Integração do Transporte (PIT/RMC); e a outra relacionada ao acompanhamento dos Planos Diretores Municipais, demandados para todos os municípios da RMC pela Lei Federal n.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade (COMEC, 2005).

Do ponto de vista do suporte à atuação da COMEC, torna-se importante ressaltar que, ao longo de sua existência, um conjunto de leis e normas conferiu objetividade à sua ação no espaço metropolitano (Quadro 4.1).

QUADRO 4.1– Leis e Normas que deram Suporte à Atuação da COMEC

Lei	Objeto	Ano
Lei Federal nº 6.766/79	Trata do parcelamento do solo urbano e estabelece a obrigatoriedade da anuência do órgão metropolitano para aprovações	1979
Decreto Estadual nº 2.964/80	Delimita as áreas de mananciais de abastecimento hídrico da RMC	1980
Decreto Federal nº 85.916/81	Instruiu os órgãos da administração federal a compatibilizarem suas políticas de ação aos planos de desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas	1981
Decreto Estadual nº 1.660/92	Transfere da Secretaria dos Transportes para a Comec a responsabilidade pela gestão do transporte coletivo intermunicipal entre municípios da RMC	1992
Lei Estadual nº 12.248/98	Introduz o sistema de gestão e proteção dos mananciais da RMC	1998

Fonte: FANINI, 2001

Na RMC, além da COMEC, principal órgão de gestão metropolitana, atuam as áreas de planejamento de 26 prefeituras municipais. No âmbito do município de Curitiba foi criada, pelo Decreto Municipal n.º 81/97, a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos (SEAM), que constitui um órgão de natureza extraordinária, cuja finalidade básica é coordenar as ações do município de Curitiba junto aos demais integrantes da Região, tendo por objetivo a implementação de convênios de cooperação técnica para promover a integração da organização do planejamento e das funções públicas de interesse comum.

Essa Secretaria atua com o suporte técnico do IPPUC, e tem se voltado a articular ações setoriais localizadas, estendendo, para a Região, programas que se mostraram eficazes em Curitiba (IPEA, 1999). No âmbito estadual, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, por meio de seu Escritório Regional da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral/PARANACIDADE atua em conjunto com a COMEC, dando suporte aos municípios da RMC na elaboração de seus planos diretores.³

Além das instâncias municipais, reveste-se, ainda, de importância no processo de gestão metropolitana a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECC), uma instituição política atualmente presidida pelo prefeito do município de Curitiba.

O quadro político sempre exerceu papel relevante no grau de relacionamento efetivado entre as instituições responsáveis pela gestão da RMC. Em determinados momentos, por ocasião de divergências político-partidárias, a atuação dos municípios que integram a RMC se desarticulou e tornou-se concorrente, desvinculando o município-pólo dos demais municípios da Região. Mais recentemente, as trocas interinstitucionais têm se aprofundado, podendo-se constatar uma significativa positividade na filosofia de atuação do IPPUC, que passa a enfatizar a inquestionável relação do pólo com os municípios metropolitanos na prática de seu planejamento e gestão (IPEA 1999). Apesar disso, a pluralidade partidária que caracteriza esta região contribui para que ainda perdure uma certa descontinuidade na realização de ações conjuntas. O resultado das eleições municipais de 2004 agrava esta situação, pois, dos 26 municípios que fazem parte da RMC, em apenas oito as prefeituras ficaram sob o comando do mesmo partido político e somente em três destas os prefeitos foram reeleitos.

A diversidade que peculiariza a Região e o mosaico de municípios autônomos que compõem seu espaço de ocupação contínua, contrapondo interesses locais a interesses regionais, são os principais desafios à formulação de um processo articulado de gestão que cumpra os objetivos e as finalidades expressas na institucionalização da RMC. (IPARDES, 2004a).

3 Conforme informações da SEDU/PARANACIDADE, até setembro de 2005, 10 municípios da RMC tinham seus planos diretores municipais concluídos. Destes, oito municípios elaboraram seus planos com recursos próprios e dois com recursos do Programa Paraná Urbano II.

Diante da necessidade de atuação conjunta, algumas práticas para a gestão de funções públicas de interesse comum são desenvolvidas, destacando-se os Comitês de Bacias. Esses têm como principais atribuições: arbitrar, em primeira instância administrativa, conflitos relativos a recursos hídricos; aprovar o Plano de Bacia em sua área de atuação; propor critérios e normas gerais para outorga de direitos de uso dos recursos hídricos; aprovar proposição de mecanismos de cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos e dos valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo (PARANÁ, 2002).

Na RMC, 19 municípios⁴ fazem parte das bacias do Alto Iguaçu e do Alto Ribeira, que juntas totalizam 6.036 km². Esses municípios são integrantes do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e do Alto Ribeira, que tem em sua composição 40 membros, sendo 27,5% representantes do poder público, 40% representantes dos usuários de recursos hídricos e 32,5% representantes da sociedade civil. Essa composição obedece à legislação estadual que regulamenta os comitês de bacia hidrográfica, nos quais estão estabelecidos os critérios de participação dos representantes de cada segmento⁵ (PARANÁ, 2002).

Os Comitês de Bacia são parte integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica e Agências de Bacias. No modelo de gestão inicialmente concebido no Estado do Paraná eram delegadas preferencialmente às Associações de Usuários de Recursos Hídricos as funções de Agência de Bacia Hidrográfica. Houve uma nova orientação do Governo, no sentido do Estado assumir as funções inerentes às Agências de Bacia Hidrográfica, entendendo que a água, por ser um bem público, é um bem ambiental indelegável. Entende ainda que o Estado não pode se omitir da incumbência de uma adequada gestão desses recursos, tendo, também, um maior controle sobre a arrecadação e aplicação dos recursos financeiros, ao mesmo tempo em que se submeterá a um maior controle por parte dos órgãos competentes e pela sociedade civil (ROORDA, 2005).

4 São eles: Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Mandirituba, Quatro Barras, Balsa Nova, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Contenda e Lapa.

5 Essa legislação observa os seguintes limites: até 40% de representantes do poder público; até 40% de representantes dos usuários de recursos hídricos; um mínimo de 20% de representantes da sociedade civil.

No caso da RMC, o contrato de gestão anteriormente firmado com a Associação de Usuários das Bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira foi anulado devido a ilegalidades apontadas pela Procuradoria Geral do Estado com relação a: inexistência de fundamento legal que autorize a delegação de atribuições da ANA a uma associação de usuários de recursos hídricos, ainda que intermediada pelo Estado do Paraná; inexistência de processo licitatório para a contratação de uma associação de usuários de recursos hídricos com vistas ao exercício de competências inerentes às Agências de Água; a necessidade de prestação de contas e de um controle estatal eficiente a respeito da destinação dos recursos públicos alocados para a atividade em questão, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º101/2000) (ROORDA, 2005). Enquanto estas questões não forem resolvidas, fica prejudicada a atuação desse comitê na gestão dos recursos hídricos da RMC.

4.2. Representação em Conselhos

O modelo de gestão proposto para a RMC respeita as disposições do Estatuto da Cidade, que lançou as bases fundamentais para a gestão das cidades, estabelecendo que os organismos gestores das regiões metropolitanas deverão incluir a

obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (art. 45).

O objetivo é que se instale na RMC um processo de gestão estratégica, envolvendo poder público e sociedade, que seja facilitador das transformações que buscam a sua sustentabilidade social e ambiental, a inserção competitiva dentro dos contextos nacional e internacional, e que promova de modo mais efetivo uma melhor distribuição das riquezas aqui produzidas. (FANINI, 2001)

Nesse contexto, emerge de forma decisiva a necessidade de fortalecimento e aperfeiçoamento dos conselhos gestores de políticas públicas, canais promotores do diálogo entre os diversos atores governamentais e não-governamentais, arenas nas quais se praticam a partilha de poder e a co-gestão.

Esses conselhos são espaços fundamentais de participação cidadã no tocante à elaboração e controle de políticas públicas setoriais, ou então na gestão de programas governamentais focalizados, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Nos setores da Saúde e Assistência Social, o Conselho representa um ator institucional de relevante importância e sua existência é um pré-requisito, definido por lei federal, para o aporte de recursos aos governos locais.

O impacto dessa nova institucionalidade em termos territoriais e a qualidade de atuação desses conselhos instituídos nos municípios da RMC foram levantados em pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) sobre o funcionamento de Conselhos Gestores na cidade de Curitiba⁶ e em pesquisa desenvolvida pelo IPARDES (2004c), acerca do desempenho dos Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Curitiba⁷.

O principal objetivo do estudo realizado pela UFPR,⁸ foi avaliar em que medida o caráter participativo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas é ou não efetivado, tal como foi proposto na legislação que os criou. A análise feita busca identificar os diferentes recursos⁹ dos conselheiros que neles atuam e como esses recursos são utilizados no processo decisório que ocorre dentro desses Conselhos (FUKS *et al.*, 2004).

Os resultados parciais da pesquisa sobre o Conselho Municipal de Saúde de Curitiba (CMSC), gestão 1999-2001, apontam para o perfil de elite dos membros desse Conselho (apesar de as médias de renda, escolaridade e recursos organizacionais serem menores que as dos demais conselhos de Curitiba) e para um expressivo número de conselheiros, funcionários públicos, que representam segmentos da sociedade civil. O Conselho Municipal de Saúde de Curitiba é o que conta com o maior número e

6 Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa “Democracia e Instituições Políticas Paranaenses”, ligado ao Departamento de Ciências da UFPR; financiada pelo CNPq, sob coordenação do professor Mario Fuks. Os três conselhos estudados na cidade de Curitiba foram: o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

7 Esta pesquisa realizou-se no âmbito do Projeto “Governança Urbana – Estudo sobre Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Curitiba”, que compõe o Projeto “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana”, desenvolvido em rede nacional sob a coordenação do então Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, atual Observatório das Metrópoles.

8 Os resultados da pesquisa e sua análise encontram-se nos textos contidos no livro “Democracia e Participação: os Conselhos Gestores do Paraná”, organizado pelos professores Mario Fuks, Renato M. Perissinotto e Nelson Rosário de Souza (FUKS *et al.* 2004).

9 Segundo os autores, os conselheiros são portadores de três tipos de recursos: recursos de natureza individual (renda e escolaridade), recursos subjetivos (de engajamento político e cultura política) e recursos organizacionais (possuídos pelas entidades dos conselheiros).

proporção de usuários em relação aos demais segmentos e é o conselho com maior taxa de filiação partidária e de ativismo cívico. As deliberações, dentro do Conselho, têm a participação ativa dos representantes do poder público e dos usuários, havendo também espaço, na tomada de decisões, para a participação de “visitantes” e de setores do corpo técnico estatal. No Conselho Municipal de Saúde de Curitiba os debates e deliberações são freqüentes, mas possuem um caráter moderado, não apresentando um constante confronto de posições políticas (FUKS, 2004).

Em relação ao Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba (CMASC), a análise dos recursos individuais de seus conselheiros revelou que no segmento dos gestores concentra-se o maior nível de renda e escolaridade, bem acima da média brasileira, ficando bem distante em relação aos prestadores de serviço. Quanto aos recursos subjetivos, pode-se afirmar que todos os segmentos (gestores, prestadores de serviços e usuários) têm vida associativa e que os prestadores de serviços são os que mais se destacam no interesse por política (avaliam que esse aumentou depois de participarem do CMAS), tanto em relação à política em geral, como nas decisões dentro do conselho. Os recursos organizacionais das entidades que compõem o CMASC aparecem em maior quantidade no setor governamental (gestores). No setor não-governamental, são as entidades dos prestadores de serviços que possuem mais funcionários, dinheiro, tecnologia e apoio tanto do legislativo, como de outras entidades. A pesquisa conclui que os segmentos dos gestores e prestadores de serviços são os que, no CMASC, controlam a maior quantidade de recursos individuais, subjetivos e organizacionais (PERISSINOTTO, 2004). Segundo o autor, essa desigualdade de recursos se reflete no processo decisório dentro do Conselho, pois as deliberações, na grande maioria das vezes, são conduzidas pelos gestores, ficando os prestadores com um papel secundário nesse processo. As deliberações, no CMASC, acontecem sem debate ou contestação.

A análise dos dados sobre os recursos individuais dos conselheiros¹⁰ do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Curitiba (COMTIBA), em duas gestões, 1997-2001, revela um perfil de elite dos conselheiros, com um nível de escolaridade e renda não só acima da média brasileira, mas também superior àquela encontrada nos outros conselhos, destacando-se o segmento dos gestores, principalmente no que se refere

10 Este Conselho caracteriza-se por ser composto por apenas dois segmentos: o governamental (gestor) e o formado pelas entidades não-governamentais (prestadores de serviços).

à escolaridade. Quanto ao vínculo empregatício, a grande maioria (inclusive uma parcela dos prestadores de serviços) declarou estar vinculada à atividade pública.

Em relação aos recursos subjetivos, o associativismo aparece com destaque, principalmente no segmento governamental, vinculado com associações ligadas à luta por direitos sociais e do trabalho, o que não ocorre com o associativismo a partidos, onde a pesquisa mostra um baixo índice de preferência e filiação partidária, em ambos os segmentos. Apesar dessa posição, os conselheiros do COMTIBA declararam ter interesse por política, principalmente os do segmento dos prestadores de serviço. A análise dos dados sobre os recursos materiais e técnicos, demonstra um perfil elevado das entidades da ala não-governamental, o que lhe dá condições de enfrentar as instituições que representam o poder público, bem estruturadas quanto aos recursos organizacionais, nas decisões do Conselho (SOUZA, 2004). Segundo o autor, a vantagem de recursos individuais e subjetivos do segmento governamental, se traduz na superioridade destes em relação aos prestadores de serviço, na tomada de decisões dentro do COMTIBA. A análise dos dados, também revela que o debate é reduzido e os conflitos são quase inexistentes dentro do Conselho. As deliberações são sobre assuntos burocráticos, ficando num plano inferior o debate sobre políticas públicas e governamentais.

Os resultados da pesquisa realizada pela UFPR apontam algumas características comuns aos conselhos gestores analisados no município de Curitiba: o perfil de elite dos conselheiros, tanto em termos socioeconômicos como em termos de cultura política, predominando o segmento dos gestores; o forte vínculo empregatício, dos membros dos Conselhos, com o setor público e a forte presença, nos conselhos, do setor técnico do Estado. Em relação ao processo decisório, constatou-se uma hegemonia do segmento governamental, além de um índice muito baixo de debates e de conflitos quase inexistentes nas deliberações, confirmando que a desigualdade de recursos dos conselheiros reflete no processo decisório dentro dos Conselhos.

Em relação ao estudo realizado pelo IPARDES (2004c) sobre os Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Curitiba, o principal objetivo foi comparar o perfil dos conselheiros municipais representantes do poder público e os conselheiros representantes da sociedade civil. Partiu-se da necessidade de se avaliar as diferenças sociais, políticas, culturais e informacionais presentes nesses dois segmentos que podem pôr em risco o princípio da inclusão social, da paridade e da representatividade.

Ressalta-se que a discussão principal da atuação dos conselhos municipais da RMC teve como pano de fundo a problemática do processo de metropolização de Curitiba, que se caracterizou por um processo intenso de êxodo rural e concentração urbana ocorrido num curto espaço de tempo, desencadeando uma série de problemas socioeconômicos.

Considerando esse espaço metropolitano, heterogêneo e desigual, a pesquisa foi desenvolvida em 10 municípios da RMC, dentre os 26 que a compõem, definidos em função do nível de integração na dinâmica metropolitana. Entre os de nível de integração muito alto, foram selecionados quatro municípios (Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais), nos níveis alto e médio, um município em cada nível (Araucária e Quatro Barras, respectivamente) e nos níveis baixo e muito baixo, foram selecionados dois municípios em cada nível (Balsa Nova e Rio Branco do Sul; Cerro Azul e Quitandinha, respectivamente).

A definição dos conselhos setoriais a serem estudados em cada município obedeceu ao critério de incidência, ou seja, aqueles conselhos mais representados na Região Metropolitana, de acordo com dados do IBGE (2003). Assim, foram selecionados 41 conselhos nas áreas da educação, saúde, assistência social, criança e emprego.¹¹

4.2.1. Características Gerais dos Conselhos Municipais

A forma de regulamentação e de organização dos Conselhos Municipais da RMC determina a efetividade do seu funcionamento e consequentemente o grau de participação destes conselhos nos processos decisórios da região. Estas informações foram levantadas na pesquisa, por meio de análise documental (leis, decretos, regimento interno).

Em todos os municípios da RMC, analisados na pesquisa, estão presentes os conselhos nas áreas da saúde, assistência social, criança e emprego. O Conselho de Educação está presente em apenas dois municípios (Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais), nos demais municípios há o registro da existência do conselho do FUNDEF, cuja função é unicamente gerenciar os recursos do fundo.

11 O universo de pesquisa foi de 341 conselheiros, sendo 170 representantes do poder público e 171 da sociedade civil, sendo preservado o critério da paridade numérica entre os dois segmentos para a validação da pesquisa. A composição do grupo de conselheiros pesquisados ficou assim distribuída: 49,9% de conselheiros representantes do poder público; 33,1% representando as associações civis; 10,6% de conselheiros dos sindicatos ou associações profissionais; e 6,5% de representantes de entidades patronais.

A grande maioria dos conselhos municipais da RMC foi criada na década de 1990, com o estímulo da Constituição Federal, que promoveu a institucionalização dessa forma de participação. Existe uma vinculação direta entre a data de criação dos conselhos e a promulgação de leis estaduais e federais que normatizam o repasse de verbas para os municípios, ficando evidente que a maioria destes conselhos foi criada por força destas legislações.

Quanto à forma legal de criação dos conselhos da RMC, verifica-se que, dentre os 42 Conselhos pesquisados, 32 foram criados por lei municipal, seis por decreto e em 4 deles esta informação não foi levantada. Ressalta-se que esse quadro é bastante positivo, pois

as leis de criação dos Conselhos sinalizam alguns elementos importantes para analisar a representação social, pois estipulam regras definindo quem pode participar, sobre o que se delibera e qual o tipo de relação entre a instituição Conselho e o poder público. A maneira como esta participação está regulada tem impacto direto sobre a prática da representação social, favorecendo-a ou restringindo. (SANTOS, 2002)

A forma de nomeação dos conselheiros nas áreas da educação, saúde, assistência social, criança e emprego na Região Metropolitana de Curitiba é feita, na maioria dos conselhos (35), por meio de decreto ou portaria, comprometendo assim os seus membros e as instituições por eles representadas nas decisões tomadas. No restante dos conselhos não há um documento oficial. Em relação ao regimento interno, 36 conselhos, entre os 42 analisados em 10 municípios da RMC, possuem este documento, o que se reflete diretamente na organização e funcionamento desta nova institucionalidade, facilitando a sua operacionalização.

Quanto ao caráter dos conselhos, ressalta-se que, dos 42 pesquisados, 36 possuem caráter deliberativo, dois têm caráter consultivo e em quatro conselhos não foi possível levantar essa informação. O fato de a grande maioria dos conselhos possuírem caráter deliberativo, garantido legalmente, permite que estes assumam uma dimensão político-institucional relevante.

4.2.2. Análise Qualitativa dos Conselhos Municipais

Para esta análise partiu-se de três eixos temáticos: a) pluralidade social, com a identificação do espaço social ocupado pelos conselheiros e os segmentos sociais a que esses atores pertencem; b) cultura cívica, para identificar o espaço político ocupado pelos conselheiros, ou seja, o perfil da participação sociopolítica dos integrantes dos conselhos; c) representatividade, por meio do qual foi verificada a representatividade social dos

conselheiros, nesse caso, focalizando a análise nos conselheiros representantes da sociedade civil; e d) capacidade decisória, por meio da avaliação do conselheiro acerca da atuação do conselho e de sua capacidade de definição de políticas públicas.

Os dados da pesquisa revelaram uma concentração de conselheiros empregados e vinculados à máquina pública, especialmente ao governo municipal, denotando que este espaço está sendo preenchido massivamente por membros vinculados ao poder público e especificamente ocupado por funcionários comissionados, visto que 79,6% dos conselheiros comissionados são funcionários públicos municipais. Essa situação evidencia a existência de um forte vínculo do conselheiro com a Prefeitura e, até certo ponto, uma centralização do poder, à medida que os cargos em questão são caracterizados como sendo de confiança do prefeito municipal. Pode caracterizar, ainda, uma estratégia de cooptação das lideranças, por meio da qual o Poder Público oferece cargos em comissão junto ao Poder Executivo para alguns conselheiros representantes de entidades não-governamentais como forma de interferir nos processos de decisão política e controle do poder.

Deste modo, observou-se que o poder público é hegemônico dentre os conselhos pesquisados, ocupando inclusive espaço na representação de segmentos não-governamentais (MACHADO *et al.*, 2004). Essa afirmação baseia-se não somente na superioridade numérica de conselheiros funcionários públicos, mas principalmente no quadro de apoio à atual gestão municipal. Considerando a legitimidade do direito do funcionário público participar efetivamente dos espaços públicos de democracia direta, afinal a sua função pública não compromete o exercício pleno de sua cidadania, cabe, no entanto, levantar aqui questões acerca das relações que esse protagonismo governamental revela. Essa condição pressupõe o protagonismo do discurso técnico no interior dessa nova arena decisória. A situação hegemônica do poder público em conselhos presumidamente paritários pode vir a contribuir para um maior atrelamento do conselho aos interesses da administração pública.

Ressalta-se que foi observado este fenômeno no estudo dos conselhos gestores de Curitiba (FUKS, 2004), e ficou explícita uma área de investigação que se refere ao conselho como espaço que promove a tecnificação da política. As questões de ordem técnica assumem um papel central na dinâmica dos conselhos, o que torna o conhecimento técnico-científico um dos recursos mais valiosos e, talvez, mais escassos. Segundo os autores, por um lado, a tecnificação da política constitui, inicialmente, um dos obstáculos

à participação política. Mas, por outro lado, ela estimula a qualificação técnica dos grupos da sociedade civil que são chamados a emitir pareceres sobre relatórios de atividades governamentais, a credenciar instituições prestadoras de serviços na política social em que atuam e a definir a destinação ou controlar o uso dos recursos provenientes dos fundos públicos. Ou seja, esse contexto cria condições para mudança de perfil de setores organizados da sociedade civil que, tradicionalmente, restringiam a sua atividade política ao encaminhamento de demandas.

Com respeito ao perfil dos conselheiros entrevistados, percebeu-se que, em sua grande maioria, os atores que participam dos conselhos municipais da RMC pertencem à camada da população que tem um padrão de renda e escolaridade elevado quando comparado com a média do país. Trata-se, portanto, de uma arena em que participam os segmentos sociais que ocupam uma posição privilegiada na sociedade, ou seja, que possuem, na maioria, média e alta escolaridade e emprego, caracterizando um grupo representante de uma elite social (FUKS, 2001).

Uma situação bastante evidenciada na pesquisa refere-se à existência de conselheiros municipais que representam a sociedade civil, mantendo vínculo empregatício na esfera pública. Esses conselheiros são, portanto, funcionários da rede pública e estão representando a comunidade, situação que sugere a difusão de interesses distintos, que em certas oportunidades poderão ser conflitantes, além de comprometer o sentido de paridade, aspecto preponderante para a instituição democrática dos conselhos gestores. Cabe salientar que se assume paridade como o exercício de pluralidade de representações, interesses e igualdade e não somente sob o ponto de vista numérico (GOHN, 2001). Sugere, ainda, que em geral, essa localização dos membros dos conselhos no interior da máquina estatal, favorece o acesso à informação, privilegiando a atuação da ala governamental do conselho.

Outro aspecto importante verificado na pesquisa diz respeito à posição dos conselheiros no que diz respeito ao quadro de apoio à atual gestão municipal. Desse modo, em relação aos atuais governos municipais, a posição de 73,3% da totalidade dos conselheiros é de apoio ao atual prefeito municipal, sugerindo que este apoio incondicional pode estar relacionado a uma forte articulação do governo local, no sentido de atrair para o conselho as entidades ou lideranças da sociedade civil que o apóiam, que somam com ele, garantindo a sua hegemonia à frente dos conselhos municipais.

As entrevistas com os conselheiros possibilitaram a identificação dos principais problemas ou obstáculos ao funcionamento dos conselhos enquanto espaços presumidamente autônomos e democráticos, na perspectiva de sua capacidade decisória e da opinião dos conselheiros acerca do papel dos conselhos.

Inicialmente, constatou-se algo que já era esperado. De acordo com 49% dos conselheiros, a principal motivação para a instituição do conselho municipal foi a exigência legal do governo federal/estadual. Outro considerável impulso foi o interesse político do prefeito ou do secretário municipal, citado por 31% dos conselheiros.

Uma questão bastante interessante e passível de uma análise mais aprofundada diz respeito ao modo de tomada de decisão ou ao processo de aprovação das propostas e medidas adotadas pelo conselho. De acordo com 70% dos conselheiros, nos últimos 12 meses, todas as medidas e proposições foram aprovadas por consenso. Considerando-se que os entrevistados, ao responderem, afirmaram convicta e categoricamente tal situação, há que se considerar que a supremacia do consenso como forma predominante de tomada de decisões revela uma contradição, na medida em que demonstra a fragilidade dos conselheiros no reconhecimento da legitimidade dos conflitos na arena pública.

A respeito da opinião do conselheiro sobre o equilíbrio de forças no interior do conselho, 76% afirmaram que há equilíbrio entre os interesses da Prefeitura, da sociedade e dos agentes da iniciativa privada e apenas 18% declararam não haver tal equilíbrio. Nessa mesma linha, 84% dos conselheiros avaliaram como alto/médio o grau de comprometimento do governo municipal com as decisões tomadas pelo conselho e 81% julgam ser alto/médio o impacto do funcionamento do conselho na gestão da secretaria a qual o conselho está vinculado. O trabalho do poder público e mais especificamente da secretaria municipal enquanto responsáveis pelo fornecimento de informações para a tomada de decisões dos conselheiros foi muito bem avaliado pelos entrevistados, que declararam (mais de 80% deles) que a respectiva secretaria fornece regularmente as informações necessárias e que estas são fundamentais e suficientes para subsidiá-los para o desempenho de sua função.

Entretanto, ao avaliarem a estrutura física, muitos conselheiros relataram a necessidade de haver um espaço exclusivo para os conselhos, uma vez que todos os 42, à exceção de um, funcionam em espaço disponibilizado no interior da prefeitura ou da secretaria municipal. Segundo os conselheiros, especialmente os representantes da sociedade civil,

isso inviabiliza o acesso às informações e documentações, restringindo a plena atuação destes, principalmente quando do exercício de sua função de fiscalização.

De acordo com os resultados expostos acima, foi possível a confirmação da hipótese (formulada com base na análise do perfil dos conselheiros) de que haveria uma avaliação significativamente positiva relacionada aos aspectos gerais dos conselhos, especialmente no tocante ao papel do poder público neste processo, dado o forte vínculo dos conselheiros com o governo.

Quando questionados sobre os principais bloqueios no funcionamento dos conselhos, surgiram com maior incidência de respostas os seguintes elementos: 32% dos conselheiros declararam como principal fator a falta de capacitação dos membros do conselho, 26% apontaram a falta de representatividade e 16% afirmaram a falta de informação.

A problemática da representatividade foi bastante mencionada durante as entrevistas, tanto por parte dos conselheiros governamentais quanto dos representantes da sociedade civil. Segundo eles, levando-se em conta as entidades representativas da sociedade civil, para 85% deles, as entidades são pouco ou razoavelmente representativas dos setores sociais existentes na cidade. Isso corrobora a tese de que há um grande contingente da população que não está representada nos canais de participação democrática, reivindicando suas necessidades e exercendo a cidadania de acordo com as prerrogativas do paradigma participacionista.

Uma questão problemática quando da análise do desempenho dos conselhos municipais diz respeito à pulverização destas arenas em municípios pequenos, onde não há capital social preparado e suficiente para se fazer representar em inúmeros conselhos. Este é o caso da grande maioria dos municípios analisados neste trabalho, principalmente aqueles cujo nível de integração à dinâmica metropolitana é baixo ou muito baixo, apresentando uma dinâmica participativa diferenciada daqueles municípios de nível de integração muito alto, que são melhor estruturados do ponto de vista da organização e coesão do tecido social. Nesse caso, uma alternativa é a constituição de conselhos mais gerais (conselhos de desenvolvimento), os quais poderiam cumprir um importante papel aglutinador de entidades.

Entretanto, para o fortalecimento dessas esferas, é importante que o poder público crie estratégias de mobilização e atração da sociedade civil para participação no conselho,

de modo que essa representatividade seja, de fato, qualitativa, e não somente em termos de paridade numérica em relação aos representantes governamentais, reafirmando, desse modo, a participação popular como parte do seu modelo de gestão democrática e participativa. Para isso, há de se considerar o grau de coesão dos segmentos, as alianças e os conflitos presentes nestes segmentos e sua heterogeneidade, visto que o segmento que representa os atores não-governamentais é constituído, na maioria das vezes, por entidades heterogêneas e, muitas vezes, antagônicas entre si, formando um bloco menos unido do que os membros governamentais da administração pública.

Levando-se em conta tais características, a instituição de uma nova esfera pública no âmbito local, por meio da criação de conselhos gestores de políticas sociais de composição paritária (segmentos governamentais e não-governamentais), pode contribuir para a criação de uma cultura democrática de participação cidadã nos espaços locais consagrados para a definição de políticas públicas. Desta forma, estes espaços podem alterar, de maneira significativa, a dinâmica de tomada de decisões dos governos locais e construir novos padrões de governança urbana, especialmente do ponto de vista do controle social e da transparência das ações públicas nos municípios da RMC.

5. Desempenho Fiscal dos Municípios

Este tópico da análise procura identificar em que medida os municípios da Região Metropolitana de Curitiba apresentam ou não condições de sustentabilidade financeira para participar ativamente das políticas de desenvolvimento urbano a serem implementadas em seu território, em colaboração com os demais níveis de governo.

Para tanto serão investigados inicialmente os dados dos balanços municipais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional. O ano base adotado para essa análise é 2003, porém, como quatro municípios da Região – Araucária, Itaperuçu, Doutor Ulysses e Cerro Azul – não dispunham de informação para esse ano, para esses municípios foram utilizados os dados de 2002, sendo que no caso de Cerro Azul, mesmo assim, as informações não estavam disponíveis e este município acabou não sendo considerado na análise¹.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos indicadores financeiros municipais com o intuito de avaliar a capacidade dos municípios da Região de participarem de iniciativas de ação cooperada. Foram construídos três conjuntos de indicadores: de receita, que permitem aferir o grau de autonomia e estabilidade das diversas fontes de recursos e da liberdade em sua utilização; de despesa, que demonstram a estrutura de utilização dos recursos por grupo de despesa e por funções de governo e apresentam a rigidez do gasto público; e de endividamento e de capacidade de investimento que indicam o grau de sustentabilidade dos investimentos em função da qualidade das fontes de recursos utilizadas para seu financiamento.

1 Também o conjunto de informações relativas às finanças municipais foram organizadas e sistematizadas pelo Observatório das Metrôpoles, que as disponibilizou para as instituições de pesquisa de cada região, bem como o roteiro metodológico para elaboração deste texto (OBSERVATÓRIO, 2005b).

Todas as informações foram organizadas utilizando a tipologia que identifica os municípios segundo seu nível de integração à dinâmica metropolitana. A expectativa que se tem é que municípios em posição equivalente no espaço urbano estejam sujeitos aos mesmos fenômenos em termos de exigência de gastos públicos, tornando-se necessário avaliar como se comporta sua estrutura de receita e de investimento, com o intuito de mensurar sua maior ou menor capacidade de atendimento às pressões para oferta de serviços públicos de caráter social e de infra-estrutura urbana.

5.1. Estrutura das Receitas e Despesas

O nível de atividade econômica dos municípios e sua dinâmica fornecem uma referência importante para o estudo das finanças municipais visto que indicam o potencial de arrecadação que o governo poderá utilizar para instituir seus impostos e financiar a oferta de bens e serviços à sua população. Quanto mais elevado o nível de atividade econômica, maior a diversidade da base de tributos a ser extraída.

De imediato o que se observa com relação às finanças públicas nos municípios da RMC é que reproduzem e acentuam o grau de concentração econômica e populacional observado no restante da análise, onde Curitiba responde por 57% da população, 49% do PIB e 70% do total de receitas e despesas de toda a Região.

Não apenas o tamanho absoluto das receitas, mas também sua composição relativa (Tabela 5.1), apresentam forte diferenciação quando se compara a cidade pólo e as demais cidades metropolitanas.

TABELA 5.1 – Composição Relativa da Estrutura da Receita dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %)

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Receita Total Líquida	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Receita Corrente Líquida	98,92	98,79	98,98	98,96	99,10	98,14	98,91	97,92
Receitas Tributárias Próprias	22,25	12,10	26,76	16,75	6,04	12,33	8,05	6,65
Imp.Prop.Pred.e Territ. Urb.(IPTU)	7,69	3,65	9,49	5,50	1,76	3,05	1,38	1,42
Imp.Sobre Serviços - ISS	10,56	4,93	13,07	5,89	2,94	6,44	6,17	2,32
Imp.Transmis.Bens Imóveis (ITBI)	1,54	0,72	1,90	0,95	0,34	0,81	0,22	0,75

TABELA 5.1 – Composição Relativa da Estrutura da Receita dos Municípios,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %) (continuação)

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Taxas / Contrib Melhoria	2,45	2,80	2,30	4,41	1,00	2,03	0,27	2,16
Transferências Correntes	47,87	74,26	36,14	65,68	84,24	74,45	83,46	86,09
Imposto Renda Retido Fonte (IRRF)	1,45	1,44	1,45	1,41	2,06	0,94	0,73	0,99
Fundo de Particip. Municípios (FPM)	6,95	15,99	2,94	15,50	7,24	22,97	19,05	32,79
Sistema Único de Saúde - SUS	8,29	2,25	10,98	1,86	1,30	3,43	2,18	5,48
Transferências FNAS	0,27	0,35	0,23	0,29	0,00	0,61	1,20	0,89
Transferências FNDE	0,27	0,43	0,20	0,45	0,19	0,76	0,31	0,52
Cota-Parte do ICMS	16,70	31,43	10,15	25,14	47,91	23,69	40,99	23,18
Cota-Parte do IPVA	3,62	2,10	4,30	2,79	0,87	2,60	1,23	1,62
Transferências FUNDEF	7,13	12,72	4,65	14,26	8,33	14,90	10,72	15,21
Outras Transferências Correntes	0,06	0,03	0,08	0,00	0,00	0,22	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	1,36	1,78	1,17	2,68	0,56	2,02	0,92	0,58
Outras Receitas Correntes Líquidas	27,45	10,65	34,92	13,85	8,27	9,34	6,47	4,61
Receita de Capital	1,08	1,21	1,02	1,04	0,90	1,86	1,09	2,08
Operações de Crédito	0,51	0,42	0,55	0,61	0,02	0,50	0,00	0,76
Outras Receitas de Capital	0,00	0,01	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

De fato, em Curitiba a receita municipal tem um forte componente nas receitas tributárias próprias (27%), com destaque para o ISS (13%) e o IPTU (10%); nas transferências correntes (36%) com predomínio para as transferências do SUS (11%), do FUNDEF (5%) e do ICMS (10%); e nas outras receitas correntes líquidas (35%), onde o destaque cabe às receitas agropecuárias, industriais e de serviços (26%), indicando o grau de diversificação alcançado pela base econômica local com predomínio das atividades urbanas.

Nos municípios com níveis muito alto e médio de integração à dinâmica metropolitana, as receitas tributárias próprias atingem uma proporção de 17% e 12%, respectivamente, do total das receitas. Destacam-se, as receitas do ISS, em torno de 6% em ambos os grupos e do IPTU (5,% no primeiro e 3% no segundo grupo). Nos grupos de municípios de nível alto e muito baixo as receitas tributárias próprias oscilam em torno de 6%, e no nível baixo em torno de 8% , tendo como principal componente, em todos os grupos, o ISS.

Para o conjunto de municípios, inclusive a cidade pólo, o principal componente das receitas vincula-se às transferências correntes: nos grupos de municípios com nível de integração na dinâmica metropolitana alto, baixo e muito baixo essas transferências representam mais de 80% de sua receita total, enquanto para o grupo de municípios de nível médio representam 74% e para os de nível muito alto representam 66% de seus recursos. No município pólo, as transferências correntes são responsáveis por 36% do total das receitas. A composição das transferências correntes nos grupos de municípios com nível de integração muito alto, alto, médio e baixo, apesar de em todos eles o principal componente das transferências ser o ICMS, apresentam variações quanto ao seu peso relativo: nos níveis alto e baixo as transferências do ICMS representam 48% e 41%, respectivamente, do total das receitas correntes. Já nos níveis muito alto e médio essa participação está em torno de 25% no primeiro e 24% no terceiro grupo de municípios. Em seguida aparecem, nos níveis muito alto (15%), médio (23%) e baixo (19%), as transferências do FPM, seguidas das do FUNDEF (14% no nível muito alto, 15% no nível médio, 11% no nível baixo). No nível alto, esta relação se inverte: as transferências do FUNDEF aparecem com 8% do total das receitas e as do FPM com 7%. O predomínio das receitas de transferências de ICMS no grupo de municípios com nível alto de integração deve-se à presença do pólo industrial de Araucária, onde se situa a refinaria da Petrobrás, e no de nível baixo de integração, deve-se ao fato de que se trata de municípios relativamente pequenos com implantações industriais de grande porte como é o caso de Balsa Nova e Rio Branco do Sul, este último abrigando um pólo cimenteiro.

No grupo de municípios com muito baixa integração na dinâmica metropolitana, municípios onde predomina ainda uma base econômica mais vinculada às atividades agropecuárias, a principal parcela das transferências correntes vincula-se ao FPM (33%), seguida pelo ICMS (23%) e pelas transferências do FUNDEF (15%). No município pólo, como principal componente, aparecem as transferências do SUS (11%), seguidas das do ICMS (10%).

Pode-se ter uma medida da disparidade da estrutura tributária que se verifica entre os municípios considerando as informações relativas às receitas próprias per capita. Enquanto a arrecadação de tributos municipais na cidade pólo é da ordem de R\$ 316,18 por habitante, nos municípios com muito alto nível de integração na dinâmica metropolitana representam R\$ 97,50. Já para os grupos de municípios com níveis de integração alto e médio, as receitas tributárias próprias per capita oscilam em torno de R\$ 74,00 e nos

municípios com muito baixo nível de integração na dinâmica metropolitana esse indicador é da ordem de R\$ 39,05. Essas diferenças refletem a disparidade na base econômica e na capacidade de imposição tributária dos diferentes tamanhos de municípios.

Cabe destacar ainda que para nenhum dos municípios da RMC as receitas de capital apresentam importância. Nos grupos de municípios com níveis médio e muito baixo de integração na dinâmica metropolitana, essas receitas assumem sua maior participação, representando cerca de 2% do total das receitas; em todos os demais grupos de municípios essas receitas representam cerca de apenas 1% desse total e se compõem basicamente por operações de crédito.

As despesas municipais, por sua vez, apresentam maior grau de homogeneidade em sua composição interna para todos os grupos de municípios (Tabela 5.2).

TABELA 5.2 – Composição Relativa da Estrutura da Despesa dos Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Despesa Total Líquida	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesa Corrente Líquida	89,59	83,38	92,20	78,57	87,53	85,18	86,69	90,49
Pessoal	31,43	44,58	25,91	43,53	46,02	45,45	36,67	48,19
Juros e Encargos da Dívida	1,26	0,56	1,55	0,53	0,64	0,74	0,03	0,45
Outras Despesas Correntes	56,90	38,24	64,74	34,51	40,87	38,99	49,99	41,84
Despesa de Capital	10,41	16,62	7,80	21,43	12,47	14,82	13,31	9,51
Investimentos	6,71	11,72	4,61	14,94	9,26	9,54	12,11	6,49
Inversões Financeiras	0,64	0,92	0,52	1,45	0,05	1,58	0,02	0,08
Amortização da Dívida	3,05	3,98	2,66	5,04	3,16	3,71	1,18	2,94
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

Há um predomínio absoluto das despesas correntes e, dentre essas, as despesas com pessoal são as mais significativas. Para todos os grupos de municípios pelo menos 79% da despesa total representam despesas correntes e, dessas, a maior parte vincula-se ao pagamento de pessoal. Dois grupos de municípios são exceções a essa regra: Curitiba, que despense

26% de seus recursos com pessoal e o grupo de municípios com baixa integração ao pólo que tem uma despesa com pessoal da ordem de 37% do total de seus gastos. Os demais grupos de municípios alocam de 44% a 48% de seus recursos em despesas com pessoal. Naqueles dois grupos de municípios inicialmente citados, as outras despesas correntes apresentam uma participação elevada no total das despesas, 65% e 50% respectivamente, e compõem-se basicamente por diversas despesas de custeio. Quanto às despesas com serviços da dívida, em todos os grupos de municípios não chegam a representar 1% do total da despesa e, apenas em Curitiba, elevam-se a 1,5%.

As despesas de capital em Curitiba são da ordem de 8% do total da despesa e representam cerca de 21% no grupo de municípios com nível de integração na dinâmica metropolitana muito alto, e 9% nos de nível muito baixo de integração. Nos níveis intermediários esse percentual varia de 12% a 15%, revelando como os municípios mais próximos do pólo são mais pressionados a realizar investimentos para atender à sua população.

As contas de resultado calculadas para os diversos grupos de municípios da RMC (Tabela 5.3) revelam que a maioria deles são superavitários tanto em termos do orçamento corrente, como no resultado total e, ainda, no que tange ao resultado primário que corresponde ao excesso de receitas fiscais sobre as despesas fiscais. As exceções a esse comportamento são observadas nos grupos de municípios com níveis de integração médio e muito baixo, que apresentam déficit para o orçamento total e para o resultado primário.

É importante considerar as fontes de financiamento do investimento para os diferentes grupos de municípios, tendo em vista que dependendo da origem dos recursos de investimento pode-se avaliar sua sustentabilidade e, portanto, a predisposição do município para assumir compromissos para a ação cooperada com outros municípios.

A identificação de fontes externas de financiamento, correspondentes a operações de crédito e transferências de capital, e fontes internas de financiamento dos investimentos destacam a receita de valores mobiliários e a poupança corrente após amortização da dívida e, ainda, o déficit orçamentário que, em alguns exercícios, pode vir a se constituir em fonte expressiva de financiamento dos investimentos (Tabela 5.4).

TABELA 5.3 – Estrutura da Despesa dos Municípios,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Despesa Total Líquida	2.722.489.726	805.179.923	1.917.309.803	358.503.635	209.632.746	129.897.518	37.008.857	70.137.168
Despesa Corrente Líquida	2.439.195.590	671.368.987	1.767.826.603	281.688.162	183.490.274	110.642.987	32.083.923	63.463.640
Pessoal	855.796.122	358.936.229	496.859.893	156.062.980	96.466.375	59.039.710	13.569.671	33.797.494
Juros e Encargos da Dívida	34.190.866	4.539.368	29.651.498	1.903.169	1342413	962.276	12.842	318.668
Outras Despesas Correntes	1.549.208.603	307.893.390	1.241.315.213	123.722.013	85.681.487	50.641.001	18.501.411	29.347.479
Despesa de Capital	283.294.136	133.810.936	149.483.199	76.815.472	26.142.471	19.254.531	4.924.933	6.673.528
Investimentos	182.742.760	94.397.441	88.345.319	53.558.353	19416663	12.389.708	4.480.553	4.552.164
Inversões Financeiras	17.445.667	7.398.958	10.046.709	5.186.499	100000	2.048.458	6.000	58.000
Amortização da Dívida	83.105.708	32.014.537	51.091.171	18.070.620	6625808	4.816.365	438.380	2.063.364
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Superávit/Déficit Orçamento Corrente	338.102.288	182.207.164	155.895.124	117.224.983	40.082.767	14.220.603	6.363.235	4.315.575
Superávit/Déficit Orçamento Total	85.051.888	58.852.121	26.199.767	44.621.403	15.959.478	-2.670.144	1.862.530	-921.146
Resultado Primário	110.043.186	47.774.198	62.268.988	31.522.526	17.362.578	-1.738.516	1.163.803	-536.193

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

TABELA 5.4 – Fontes de Financiamento do Investimento dos Municípios,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Investimentos/Inversões	200.188.428	101.796.399	98.392.029	58.744.852	19.516.663	14.438.166	4.486.553	4.610.164
Fontes de Recursos								
Geração Externa (85..88)	28.389.944	9.098.861	19.291.083	4.156.232	1.917.606	1.638.429	0	1.386.595
Operações de Crédito	14.385.674	3.668.603	10.717.071	2.461.782	44.440	639.054	0	523.328

**TABELA 5.4 – Fontes de Financiamento do Investimento dos Municípios,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %) (continuação)**

Rubrica	Total da Região	Total Outros Municípios	Pólo (Curitiba)	Outros Municípios por Nível de Integração				
				Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
Transferências de Capital/Convênios União	12.083.846	3.826.526	8.257.320	1.460.834	1.873.166	340.666	0	151.861
Transferências de Capital/Convênios Estados	1.920.423	1.603.732	316.692	233.616	0	658.710	0	711.406
Outras Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Geração Interna (90..93)	256.850.372	151.549.659	105.300.713	99.210.023	33.558.535	10.129.594	6.349.083	2.302.424
Alienação de Ativos	1.750.834	1.254.074	496.760	55.660	0	725.356	424.228	48.830
Outras Rec Capital	102.958	102.958	0	0	101.576	0	0	1.382
Receita de Valores Mobiliários	76.168.768	42.709.151	33.459.617	30.555.224	6.520.680	3.482.604	725.721	1.424.921
Poupança Corrente Excl. Rec.Val.Mob. ¹	178.827.812	107.483.476	71.344.336	68.599.140	26.936.280	5.921.634	5.199.133	827.290
Déficit Orçamento Total	-85.051.888	-58.852.121	-26.199.767	(44.621.403)	(15.959.478)	2.670.144	-1.862.530	921.146

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

Nota: (1) Poupança corrente excl. rec. val mob. = superávit corrente - amortização da dívida - receita de valores mobiliários.

Verifica-se para a RMC, de imediato, que quase metade dos investimentos originam-se de Curitiba e também que, em todos os grupos de municípios, a principal fonte de financiamento dos investimentos é a poupança corrente, líquida da amortização da dívida, ou seja, recursos gerados ao longo do exercício fiscal. Segue-se a essa fonte, em representatividade, a receita de valores mobiliários. Excetua-se nesse comportamento os municípios com grau muito baixo de integração na dinâmica metropolitana, onde a receita de valores mobiliários suplanta a poupança corrente e é seguida de perto pelas transferências de capital oriundas de convênios com o governo do Estado.

A terceira fonte, em importância, no financiamento dos municípios varia de acordo com o nível de integração na dinâmica metropolitana. No caso de Curitiba destacam-se as operações de crédito e o mesmo vale para o grupo de municípios com muito alto nível de integração na dinâmica metropolitana, explicada essencialmente pelo município de São José dos Pinhais. Para o grupo de municípios com alto nível de integração na dinâmica metropolitana a terceira fonte de financiamento dos investimentos são as transferências de capital oriundas de convênios com a União, explicadas principalmente pela presença de Araucária, nesse grupo. Nos municípios com níveis médio e baixo de integração, a terceira fonte de financiamento é a Alienação de Ativos.

Com o intuito de sintetizar a análise das finanças municipais da RMC, este tópico da análise apresenta os indicadores de receita, que procuram aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes de recursos, bem como o grau de liberdade em sua utilização; os indicadores de despesa, que apresentam os gastos municipais segundo grupos de despesa e funções de governo, bem como avaliam o grau de rigidez do gasto público; e ainda são apresentados os indicadores de endividamento e capacidade de investimento.

5.2. Indicadores de Receita

Entre os indicadores de receita,² o indicador de autonomia tributária relaciona a arrecadação municipal (receita tributária própria e receita da dívida ativa) com a receita total e procura aferir a representatividade das receitas diretamente administradas pelo município (Tabela 5.5).

TABELA 5.5 – Indicadores Financeiros da Receita, por Municípios,
Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %)

Município Segundo Nível de Integração	Receita							
	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependênc. Fontes Financeiras	Vinculação Legal Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec. Total	Sobre Rec. Fiscal	Sobre Rec. Total	Sobre Rec. Fiscal
Curitiba (Pólo)	27,93	41,79	63,86	2,30	31,33	32,07	32,77	33,54
Muito Alto	–	–	–	–	–	–	–	–
Almirante Tamandaré	13,62	20,86	93,93	1,92	49,15	50,11	51,03	52,03
Colombo	15,43	26,99	81,26	10,20	38,22	42,56	40,10	44,66
Fazenda Rio Grande	21,33	26,31	90,11	1,85	47,54	48,44	49,25	50,17
Pinhais	30,66	46,50	88,23	4,32	36,77	38,43	39,12	40,89
São José dos Pinhais	17,99	40,32	81,78	10,67	30,32	33,95	32,51	36,39
Alto	–	–	–	–	–	–	–	–
Araucária ¹	5,42	34,16	75,36	3,17	25,87	26,71	28,19	29,11
Piraquara	13,31	24,29	92,10	1,43	41,77	42,38	44,03	44,67

2 Os indicadores referem-se a 2003, à exceção de Araucária, Itaperuçu e Doutor Ulysses cujos dados referem-se a 2002. Já o município de Cerro Azul não dispunha de informações para os dois períodos.

TABELA 5.5 – Indicadores Financeiros da Receita, por Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (Em %) (continuação)

Município Segundo Nível de Integração	Receita							
	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependênc. Fontes Financeiras	Vinculação Legal Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec. Total	Sobre Rec. Fiscal	Sobre Rec. Total	Sobre Rec. Fiscal
Médio	–	–	–	–	–	–	–	–
Campina Grande do Sul	16,99	24,76	82,13	2,81	38,02	39,12	40,02	41,18
Campo Largo	14,32	27,49	87,06	6,03	39,47	42,00	41,60	44,27
Campo Magro	9,82	19,48	86,72	5,89	36,99	39,31	39,29	41,74
Itaperuçu1	4,52	10,58	93,72	0,38	46,88	47,06	49,07	49,26
Mandirituba	13,18	23,19	97,02	0,24	43,22	43,32	45,66	45,77
Quatro Barras	20,37	31,68	87,67	0,05	33,61	33,62	36,08	36,10
Baixo	–	–	–	–	–	–	–	–
Balsa Nova	14,04	28,64	87,91	3,91	30,06	31,28	32,80	34,13
Rio Branco do Sul	5,83	20,22	91,00	2,37	38,84	39,78	41,31	42,31
Muito Baixo	–	–	–	–	–	–	–	–
Adrianópolis	1,30	10,23	98,72	0,73	40,75	41,06	43,47	43,80
Agudos do Sul	4,94	9,89	86,53	8,98	42,66	46,86	44,68	49,09
Bocaiúva do Sul	6,79	14,13	92,70	2,51	37,15	38,11	39,43	40,45
Cerro Azul	–	–	–	–	–	–	–	–
Contenda	7,88	17,02	92,71	3,29	40,82	42,21	43,10	44,56
Doutor Ulysses1	1,33	7,57	85,78	2,13	35,64	36,41	38,02	38,85
Lapa	11,11	22,95	88,58	4,26	40,63	42,44	42,80	44,70
Quitandinha	5,42	13,71	93,44	0,41	41,91	42,08	44,28	44,46
Tijucas do Sul	7,82	17,32	98,06	0,21	45,00	45,10	47,36	47,46
Tunas do Paraná	3,06	9,66	98,54	0,00	41,32	41,32	43,96	43,96

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

Nota: (1) Dados referentes ao ano de 2002.

Diferente do esperado, não é Curitiba que apresenta esse indicador no patamar mais elevado da Região, mas sim o município de Pinhais que apresenta importante arrecadação tanto de IPTU como de ISS por sua proximidade a Curitiba, constituindo-se

em alternativa de moradia e de sede para empresas de serviços que buscam uma alíquota menor para esses tributos. Assim, a autonomia tributária de Pinhais é de 31% enquanto que a de Curitiba é de 28%. Seguem-se Fazenda Rio Grande (36% da receita tributária é constituída por taxas e contribuições de melhoria e 33% pelo IPTU) com 21% e Quatro Barras (o ISS representa 60% da receita tributária) com autonomia tributária na faixa de 20% e ainda São José dos Pinhais com autonomia tributária de 18%. Esses municípios, por sua localização, também se beneficiam da proximidade a Curitiba. Os demais municípios apresentam menores graus de autonomia tributária, a qual decresce na medida em que se afasta do pólo (Mapa 5.1).

O indicador de autonomia por base territorial amplia o indicador anterior pela incorporação da devolução tributária, que inclui entre outros o IPVA, ITR, IRPF, IOF ouro e cujo principal componente é a parcela do ICMS rateada entre os municípios com base na atividade econômica municipal (75% dos 25% distribuídos aos municípios pelo Estado). Como parte da arrecadação desses tributos pertence aos municípios e lhes é repassada de acordo com a arrecadação obtida em seu território, pode-se dizer que se trata de uma devolução tributária e que representa uma ampliação das receitas próprias. Novamente encontra-se em Pinhais o maior índice de autonomia por base territorial (47%), seguido de perto por Curitiba (42%) e São José dos Pinhais (40%). De modo geral esse indicador acompanha o desempenho do indicador anterior, com exceção do município de Araucária que, por sediar uma refinaria da Petrobrás e um pólo industrial, apesar de ter uma autonomia tributária de apenas 5% atinge a quarta posição da Região quando se trata da autonomia por base territorial (34%). O mesmo ocorre com outros municípios que apresentam uma base econômica onde se destaca uma implantação industrial relativamente mais importante, como é o caso de Balsa Nova, por exemplo.

O indicador de segurança legal de receitas, por sua vez, representa a parcela da receita total originada de fontes asseguradas por lei e até mesmo pela Constituição Federal. Incluem-se nesse critério não apenas as transferências constitucionais do FPM, como também as transferências vinculadas ou não na origem, todas elas de natureza redistributiva. No primeiro grupo encontram-se as transferências destinadas a financiar políticas sociais descentralizadas, executadas em colaboração com outros níveis de governo, como educação (FUNDEF), saúde (SUS) e assistência social (FNAS). No grupo das transferências não vinculadas na origem tem-se a parcela do ICMS redistribuída com base em lei estadual (25% dos 25% rateados entre os municípios) e ainda as transferências compensatórias

como *royalties*, por exemplo. Quanto mais elevado esse indicador maior a estabilidade das receitas municipais e quanto menor o seu valor maior a presença de receitas não cobertas pela segurança legal, como é o caso das receitas de transferências discricionárias, mais instáveis e destinadas a executar ações setoriais específicas, acordadas em convênios entre os diferentes níveis de governo e demais receitas correntes e de capital, como, por exemplo, as receitas patrimoniais. Na RMC o indicador de segurança legal das receitas assume seus menores valores em Curitiba (64%) e Araucária (75%). Os maiores valores são encontrados nos menores e menos desenvolvidos municípios da Região: Adrianópolis (99%), Tunas do Paraná (99%) e Tijucas do Sul (98%).

O indicador de dependência de fontes financeiras demonstra a participação de receitas não fiscais, tais como receitas de valores mobiliários, operações de crédito, alienação de ativos etc., na receita total. Na RMC esse indicador assume seus valores mais elevados em Colombo e São José dos Pinhais (cerca de 10%)

Outro conjunto de indicadores de receita refere-se à vinculação legal mínima da receita total e da receita fiscal com despesas de saúde³ e educação e adiciona as transferências vinculadas na origem, como SUS e FNAS, e a transferência que retorna do FUNDEF. Os valores mais elevados para esses indicadores são encontrados em Almirante Tamandaré (em torno de 50%), Fazenda Rio Grande e Itaperuçu (próximo a 48%), municípios que se caracterizam como cidades - dormitório, fortemente pressionados pelo atendimento das demandas sociais de sua população. Os menores valores para esse indicador são encontrados em Araucária (cerca de 27%), Curitiba (32%) e São José dos Pinhais (próximo a 34%), municípios de base econômica mais estruturada, ou em municípios pequenos mas com plantas industriais de grande porte como Balsa Nova (cerca de 32%) e Quatro Barras (em torno de 34%).

5.3. Indicadores de Despesa

O conjunto de indicadores de despesa municipal apresenta inicialmente a estrutura da despesa, de modo geral fortemente concentrada em gastos com pessoal que representam cerca de 45% a 50 % do total da despesa em um grande número de municípios (Tabela 5.6).

3 Até 2004 os municípios deveriam destacar para aplicação em saúde 15% de sua receita de impostos incluindo transferências. Calculou-se para 2003 uma aplicação mínima de 12%.

TABELA 5.6 – Indicadores Financeiros da Despesa, Por Municípios, Segundo Nível de Integração - RMC – 2003 (Em %)

Município Segundo Nível de Integração	Despesa													
	Estrutura da Despesas						Rígidez do Orçamento Total	Rígidez do Orçamento Fiscal	Gasto Social	Prioridade de Gasto				
	Despesa Total Líquida	Despesa Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e Outras Desp. Capital	Gasto Urbano								
						Despesa Total Líquida	Despesa Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e Outras Desp. Capital	Total	Urbanismo	Habitação	Transporte
Curitiba (Pólo)	100,00	25,91	64,74	4,21	5,13	40,85	41,81	82,61	37,45	36,39	0,23	–	–	0,83
Muito Alto														
Almirante Tamandaré	100,00	49,94	36,58	8,73	4,75	77,87	79,39	71,08	14,48	12,04	0,76	1,64	0,05	0,00
Colombo	100,00	51,70	29,69	5,68	12,92	60,49	67,36	71,75	16,44	5,47	0,18	10,01	0,49	0,30
Fazenda Rio Grande	100,00	42,63	38,19	5,25	13,93	63,78	64,98	78,40	19,39	11,92	4,94	0,03	2,37	0,13
Pinhais	100,00	38,00	32,76	4,41	24,82	54,51	56,97	58,16	18,74	6,74	0,04	9,49	–	2,46
São José dos Pinhais	100,00	40,82	36,41	5,40	17,37	48,28	54,05	60,35	27,89	5,06	0,34	18,59	–	3,89
Alto														
Araucária ¹	100,00	45,20	41,71	3,80	9,29	53,88	55,64	43,12	14,67	2,23	–	9,97	–	2,48
Piraquara	100,00	50,22	36,60	3,78	9,40	69,16	70,16	71,46	16,07	8,67	–	5,08	0,01	2,31
Médio														
Campina Grande do Sul	100,00	37,44	43,25	4,13	15,17	56,80	58,45	58,45	23,03	6,85	–	11,93	–	4,25
Campo Largo	100,00	47,61	38,82	4,09	9,48	68,11	72,48	58,92	14,15	8,27	0,03	5,44	0,37	0,04
Campo Magro	100,00	44,29	38,47	3,28	13,96	59,76	63,50	75,49	24,58	20,90	0,57	–	–	3,11
Itaperuçu ¹	100,00	51,64	30,91	4,15	13,30	73,20	73,48	57,67	21,57	3,78	0,64	17,03	0,12	–

TABELA 5.6 – Indicadores Financeiros da Despesa, Por Municípios, Segundo Nível de Integração - RMC – 2003 (Em %) (continuação)

Município Segundo Nível de Integração	Despesa													
	Estrutura da Despesas						Rigidez do Orçamento Total	Rigidez do Orçamento Fiscal	Gasto Social	Prioridade de Gasto				
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e Outras Desp. Capital	Total				Urbanismo	Habitação	Transporte	Saneamento	Gestão Ambiental
Mandirituba	100,00	44,12	38,75	4,57	12,57	69,44	69,61	66,45	21,83	6,52	0,07	14,93	0,29	0,02
Quatro Barras	100,00	49,90	37,58	8,26	4,26	55,67	55,70	51,95	8,19	6,16	–	1,66	–	0,36
Baixo														
Balsa Nova	100,00	36,00	44,68	2,01	17,32	43,10	44,85	82,62	29,35	18,34	–	2,88	1,62	6,51
Rio Branco do Sul	100,00	37,03	52,89	0,79	9,29	52,34	53,61	72,22	31,01	14,99	–	10,40	5,37	0,25
Muito Baixo														
Adrianópolis	100,00	50,82	39,21	5,53	4,44	73,45	73,99	54,17	12,25	1,31	–	10,65	–	0,29
Agudos do Sul	100,00	45,92	40,29	2,83	10,96	65,76	72,24	56,56	21,01	2,48	–	17,92	0,51	0,11
Bocaiuva do Sul	100,00	50,46	43,60	2,19	3,74	66,41	68,13	71,66	16,95	16,95	–	–	–	–
Cerro Azul	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Contenda	100,00	55,52	37,67	3,71	3,10	70,45	72,85	68,12	20,57	12,61	–	7,95	–	–
Doutor Ulysses1	100,00	44,94	45,13	1,87	8,06	57,84	59,10	60,41	18,68	9,26	–	8,33	1,08	–
Lapa	100,00	47,64	41,72	2,20	8,43	64,34	67,20	63,69	15,24	8,52	0,57	3,92	–	2,22
Quitandinha	100,00	44,95	44,43	7,15	3,47	68,65	68,93	63,61	17,61	5,88	–	11,33	0,39	–
Tijucas do Sul	100,00	46,80	45,03	4,30	3,88	69,56	69,71	72,24	10,16	10,16	–	–	–	–
Tunas do Paraná	100,00	45,08	38,75	1,93	14,24	61,96	61,96	59,14	13,40	3,34	0,22	9,84	–	–

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

(1) Dados referentes ao ano de 2002.

Ampliando a rigidez do gasto público em alguns municípios, tem-se as despesas com serviços da dívida que giram em torno de 8% em Almirante Tamandaré e Quatro Barras. Em toda a RMC a situação menos comprometida com essas despesas de difícil compressão é encontrada em Curitiba, cujos gastos com pessoal representam 26% do total e o serviço da dívida é da ordem de 4%. Os municípios de Pinhais e Campina Grande do Sul estão em situação intermediária comprometendo, respectivamente, 38 e 4% de suas despesas, enquanto Balsa Nova e Rio Branco do Sul comprometem 36 e 2%, respectivamente. O comprometimento da estrutura da despesa pode ser melhor observado através dos indicadores de rigidez do orçamento total e rigidez do orçamento fiscal que captam não apenas as despesas resultantes de obrigações legais, sejam constitucionais ou sejam financiadas com recursos vinculados, como também as despesas de difícil compressão. Esses dois conjuntos de despesas são divididos tanto pela receita total como pela receita fiscal, indicando qual a parcela do orçamento comprometida por essas despesas. De modo geral, é muito acentuada a rigidez do orçamento da grande maioria dos municípios da Região sendo a situação mais confortável encontrada em Curitiba, onde esses indicadores são 41% e 42%, respectivamente, Balsa Nova onde atingem 43% e 45%, respectivamente, e ainda em São José dos Pinhais onde esses indicadores representam 48% e 54%, respectivamente. Em todos os demais municípios a rigidez orçamentária é superior a 50%, chegando próxima a 80% em Almirante Tamandaré.

Outro conjunto de indicadores de despesa refere-se à prioridade do gasto, destacando-se na estrutura da despesa segundo funções os gastos sociais e, em detalhe, o gasto com funções urbanas (Mapa 5.2).

Destaca-se de imediato a elevada presença do gasto social⁴, sempre superior a 52% e chegando a atingir 83% em Curitiba e Balsa Nova. Essa predominância revela que o avanço do processo de descentralização trazido pela Constituição de 1988 acaba por conferir aos municípios, como sua principal responsabilidade, a gestão de programas sociais de interesse local. A única exceção é Araucária cujo gasto social é da ordem de 43% do total da despesa.

Em todos os municípios da Região a educação infantil, pré-escolar e primeiro segmento do ensino fundamental estão integralmente municipalizados, cabendo ao

4 O gasto social inclui despesas com Assistência Social, Previdência, Direitos da Cidadania, Saúde, Educação, Cultura, Trabalho, Desporto e Lazer e ainda as despesas relativas à Saneamento, Habitação, Urbanismo e Gestão Ambiental

Estado o ensino de 5^a a 8^a série e o ensino médio. Também o atendimento básico em saúde é assumido por todos os municípios, sendo que muitos deles assumem também parcela do atendimento especializado, tanto ambulatorial como hospitalar. No entanto com variações no grau de interdependência, todos os municípios da Região têm como principal referência para atendimento especializado e internações hospitalares Curitiba e Campina Grande do Sul. As vinculações legais com relação aos recursos e à prestação desses serviços explicam os níveis de despesa a eles associados.

As despesas mais vinculadas ao gasto urbano, por sua vez, representam parcela importante do gasto social, notadamente em Curitiba onde atingem cerca de 38% do total, representadas basicamente pelas despesas com urbanismo, que abrange não apenas as obras de infra-estrutura urbana, mas também diversos serviços urbanos como coleta e tratamento de lixo, iluminação pública, sendo que alguns municípios incluem aí as despesas com transportes urbanos. Esse é o caso de Curitiba, onde as despesas com habitação (a cargo de empresa vinculada à Prefeitura, a COHAB-CT) e gestão ambiental representam menos de 1% do total da despesa e os gastos com saneamento estão a cargo da concessionária estadual.

Destacam-se a seguir, pela representatividade do gasto urbano, os municípios de Rio Branco do Sul,⁵ com 31% (15% em urbanismo, 10% em transporte e 5% em saneamento) e Balsa Nova com 29% (18% em urbanismo, 7% em gestão ambiental e 3% em transporte), ambos situados no grupo de municípios de baixo nível de integração na dinâmica metropolitana. A seguir tem-se São José dos Pinhais onde o gasto urbano representa 28% do total das despesas municipais, sendo composto principalmente por transportes (19%) e urbanismo (5%). Na seqüência tem-se Campo Magro, onde o gasto urbano é da ordem de 25% (21% em urbanismo e 3% em gestão ambiental), Campina Grande do Sul com 23% (12% transporte e 7% urbanismo), e Mandirituba e Itaperuçu, ambos com 22% de gasto urbano e predomínio da despesa com transporte, seguida por urbanismo.

5.4. Indicadores de Investimento e de Endividamento

Outro conjunto de indicadores financeiros municipais refere-se ao investimento e ao endividamento dos municípios (Tabela 5.7). O investimento efetivo relaciona o montante de investimentos e inversões financeiras com a receita total. É importante lembrar que

5 Rio Branco do Sul é o único município da RMC cujos serviços de abastecimento de água e de esgoto são operados pelo próprio município e não pela concessionária estadual.

um elevado valor para esse indicador pode indicar a presença de déficit orçamentário em alguns municípios, visto que em alguns exercícios financeiros o investimento acaba sendo financiado por dívidas com fornecedores, inscritas em restos a pagar. Com o intuito de eliminar esse componente foi calculado o indicador de equilíbrio de curto prazo que calcula qual percentagem do total investido (ou da receita total) teria sido realizada em equilíbrio de curto prazo. Nos casos em que houve superávit do orçamento o indicador sobre o total investido é superior a um.

TABELA 5.7 – Indicadores de Endividamento e Capacidade de Investimento, por Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %)

Município Segundo Nível de Integração	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investim. Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento da Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Divida Bruta/ Rec. Corr. Líquida	Divida Líquida/ Rec. Corr. Líquida	Serviço Divida/ Rec Corr. Líquida
Curitiba (Pólo)	5,06	126,63	6,41	107,02	95,29	31,18	25,40	4,20
Muito Alto								
Almirante Tamararé	5,02	–	–	–	–	19,99	13,65	9,24
Colombo	10,91	243,04	26,51	241,67	210,82	21,44	(30,27)	4,80
Fazenda Rio Grande	13,93	99,82	13,90	65,40	61,02	58,84	38,84	5,51
Pinhais	24,73	101,48	25,10	101,48	95,71	6,74	(13,61)	4,39
São José dos Pinhais	14,37	220,06	31,63	210,39	188,78	8,18	(10,75)	4,53
Alto								
Araucária ¹	8,48	202,96	17,21	191,20	178,96	19,09	(3,90)	3,51
Piraquara	9,63	74,45	7,17	74,45	69,55	1,36	(6,24)	3,87
Médio								
Campina Grande do Sul	16,09	62,44	10,05	50,80	33,33	16,12	8,68	4,60
Campo Largo	10,09	36,54	3,69	35,13	15,38	17,52	13,82	4,36
Campo Magro	13,96	100,26	14,00	53,86	49,50	5,74	(5,34)	3,51
Itaperuçu ¹	13,81	72,21	9,98	72,21	71,31	16,00	12,59	4,31
Mandirituba	14,38	–	–	–	–	64,93	56,60	5,24

TABELA 5.7 – Indicadores de Endividamento e Capacidade de Investimento, por Municípios, Segundo Nível de Integração – RMC – 2003 (em %) (continuação)

Município Segundo Nível de Integração	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investim. Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento da Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Divida Bruta/ Rec. Corr. Líquida	Divida Líquida/ Rec. Corr. Líquida	Serviço Divida/ Rec Corr. Líquida
Quatro Barras	3,20	880,86	28,15	843,89	842,37	8,77	(26,16)	6,27
Baixo								
Balsa Nova	15,21	180,12	27,39	180,12	159,07	–	(4,19)	1,81
Rio Branco do Sul	9,27	102,33	9,49	102,33	93,89	35,57	24,34	0,79
Muito Baixo								
Adrianópolis	4,48	80,16	3,59	80,16	74,76	22,62	4,87	5,58
Agudos do Sul	11,10	88,56	9,83	8,80	8,43	24,16	18,28	3,14
Bocaiúva do Sul	3,82	43,57	1,67	21,92	0,23	2,98	(3,38)	2,26
Cerro Azul	–	–	–	–	–	–	–	–
Contenda	2,95	268,58	7,91	231,65	183,59	8,73	(9,07)	3,59
Doutor Ulysses ¹	7,88	127,95	10,95	103,50	102,67	5,22	0,12	1,86
Lapa	8,59	77,88	6,69	51,91	35,23	17,91	(0,53)	2,30
Quitandinha	3,60	–	–	–	–	49,78	42,79	7,61
Tijucas do Sul	4,15	–	–	–	–	12,59	7,19	4,60
Tunas do Paraná	14,15	104,56	14,80	104,56	104,56	1,98	(8,50)	1,92

Fonte: MF/STN, elaboração IPPUR/UFRJ

Nota: (1) Dados referentes ao ano de 2002.

Verifica-se que os maiores índices para o investimento efetivo são encontrados em Pinhais (25%), Campina Grande do Sul (16%), Balsa Nova (15%), Mandirituba, Tunas do Paraná, Campo Magro, Fazenda Rio Grande e Itaperuçu, todos com 14%. E desses municípios são deficitários apenas Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Itaperuçu.

Outros dois indicadores apresentam a sustentabilidade do investimento, a curto e longo prazo, a partir da avaliação da qualidade das fontes que financiam o investimento (ver Tabela 5.4). O indicador de sustentabilidade no curto prazo considera a parcela dos investimentos e inversões financeiras líquidas financiadas por recursos de geração interna.

No longo prazo deduz-se dessas fontes o montante oriundo de alienação de ativos e se considera apenas 2/3 da receita de valores mobiliários, como forma de captar o efeito de uma redução da taxa de juros real. Esses indicadores revelam que municípios com mais elevado grau de sustentabilidade do investimento no curto e longo prazo investiram proporcionalmente muito pouco. O caso que mais chama a atenção é o de Quatro Barras que investiu apenas 3,2% de sua receita apesar de apresentar sustentabilidade no curto e longo prazo superior a 840%; o mesmo ocorre com Colombo (11% de investimento, sustentáveis em mais de 200%), Contenda (investimento de 3%), São José dos Pinhais (14% de investimento) e Araucária (8,5% de investimento) nos três casos sustentáveis em mais de 180%. Verifica-se em todos esses municípios uma elevada poupança corrente líquida, assegurando o financiamento de seus investimentos com recursos do próprio exercício fiscal. Já Curitiba investiu 5% de sua receita total com sustentabilidade de 107% a curto prazo e de 95% a longo prazo.

Destacam-se ainda os indicadores de endividamento que relacionam a dívida bruta, a dívida líquida e os serviços da dívida com a receita corrente líquida de cada município. A dívida bruta considera dívidas de curto e longo prazo (restos a pagar processados, precatórios, operações de crédito, obrigações legais e tributárias de longo prazo) e a dívida líquida exclui ativos financeiros. Os valores mais elevados para o endividamento são encontrados em Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Quitandinha e Rio Branco do Sul. Já o maior comprometimento da receita com o serviço da dívida é encontrado em Almirante Tamandaré, seguido por Quatro Barras, Adrianópolis e Fazenda Rio Grande.

A questão a ser respondida por essa análise é até que ponto os municípios da RMC apresentam condições financeiras de assumir ações em cooperação, entre si e com outros níveis de governo, visando participar ativamente de uma política de desenvolvimento urbano sustentável. Esse desafio é tanto maior quando se tem em mente as exigências do gasto com as políticas urbanas, onde predominam as despesas de capital que envolvem recursos concentrados e com financiamento assegurado.

No ano de 2003, a trajetória financeira dos municípios da Região foi, de forma geral, equilibrada, de tal modo que a principal fonte de financiamento dos investimentos foi a poupança corrente, ou seja, recursos orçamentários gerados ao longo do próprio exercício fiscal. No entanto, existem diferenças entre os diversos tamanhos de municípios, em diferentes graus de integração na dinâmica metropolitana.

A autonomia das receitas, seja por base tributária, seja por base territorial, é especialmente significativa para Curitiba e para alguns municípios de seu entorno que apresentam base industrial importante como Pinhais, São José dos Pinhais e Araucária.

A grande maioria dos municípios, em diferentes grupos de integração na dinâmica metropolitana, apresenta um coeficiente de segurança legal das receitas superior a 90%, uma vez que esse indicador é fortemente afetado pelas transferências constitucionais, assim esses municípios apresentam também os valores mais elevados para o indicador de vinculação legal de receitas, refletindo o recebimento de recursos para execução de políticas setoriais. São tanto municípios com muito alto nível de integração na dinâmica metropolitana, como Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande, como também cidades com médio nível de integração como Itaperuçu e Mandirituba, que em todos os casos se configuram como cidades dormitório, apresentam elevadas taxas de crescimento urbano e são altamente pressionadas por fluxos migratórios. Encontram-se ainda nesse conjunto de municípios com elevado indicador de vinculação legal de receitas, municípios com muito baixo nível de integração na dinâmica metropolitana, como Agudos do Sul e Tijucas do Sul, de base econômica rural. Certamente esse conjunto de municípios é o que apresenta maiores dificuldades para participar de atividades de interesse regional, dado o comprometimento de seus recursos com o atendimento das necessidades crescentes de sua população.

Esses mesmos municípios apresentam uma elevada rigidez tanto do orçamento total como fiscal, gerada não apenas pela intensa prestação de serviços financiados com recursos vinculados, mas também pela forte proporção de gastos de difícil compressão. Esse indicador é especialmente elevado nos municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande e Piraquara, do grupo de municípios com níveis muito alto e alto de integração na dinâmica metropolitana, em Campo Largo, Itaperuçu e Mandirituba, do grupo de média integração, e ainda Adrianópolis, Contenda, Quitandinha e Tijucas do Sul, municípios com nível muito baixo de integração na dinâmica metropolitana. Essa condição certamente também é um fator impeditivo para que esses municípios participem de ações coordenadas de interesse regional.

Do ponto de vista da prioridade do gasto público, de modo geral, todos os municípios da RMC apresentam forte concentração de gastos sociais, revelando que a descentralização de programas com recursos vinculados, trazida pela Constituição de 1988,

acaba por direcionar a maior parte das despesas do governo local para o atendimento às necessidades sociais da população. Destacam-se pela representatividade do gasto com serviços urbanos Curitiba e São José dos Pinhais, municípios mais populosos de toda a Região, e ainda Balsa Nova e Rio Branco do Sul, onde cerca de um terço das despesas voltam-se para esses serviços.

A avaliação da sustentabilidade dos investimentos a curto e longo prazo revela que municípios com mais elevado grau de sustentabilidade do investimento no curto e longo prazo investiram proporcionalmente muito pouco. O caso que mais chama a atenção é o de Quatro Barras que investiu apenas 3,2% de sua receita apesar de apresentar sustentabilidade no curto e longo prazo superior a 840%; o mesmo ocorre com Colombo (11% de investimento, sustentáveis em mais de 200%), Contenda (investimento de 3%), São José dos Pinhais (14% de investimento) e Araucária (8,5% de investimento) nos três casos sustentáveis em mais de 180%.

Verifica-se em todos esses municípios uma elevada poupança corrente líquida, assegurando o financiamento de seus investimentos, com a utilização de recursos poupados ao longo do exercício fiscal.

Já com relação aos indicadores de investimento efetivo seus valores mais elevados são encontrados em Pinhais, Campina Grande do Sul, Mandirituba, Balsa Nova e Tunas do Paraná, em todos os casos esses investimentos são sustentáveis a curto e longo prazo, embora em níveis menos significativos que os anteriores.

Finalmente, com relação ao endividamento, os valores mais elevados para a relação dívida bruta sobre receita corrente líquida são encontrados em Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Quitandinha e Rio Branco do Sul. Já o maior comprometimento da receita com o serviço da dívida é encontrado em Almirante Tamandaré, seguido por Quatro Barras, Adrianópolis e Fazenda Rio Grande. Esses indicadores revelam que dificilmente esse grupo de municípios poderá participar de ações cooperadas para a política de desenvolvimento regional.

capítulo 6

Considerações Finais

A Região Metropolitana de Curitiba peculiariza-se por uma nítida compartimentação de seu território, não só associada às suas características naturais, bem como ao processo de apropriação e reprodução do espaço, materializado em uma urbanização fortemente concentrada em alguns pontos de seu território, lado a algumas áreas que se mantêm à margem dos processos socioeconômicos mais dinâmicos.

O processo de concentração de população e atividades, que particulariza a Região, intensificou-se a partir da década de 1970. Parte substantiva dos fluxos populacionais, decorrentes da intensa evasão ocorrida no meio rural do Paraná, convergiu para Curitiba e adjacências, em grande medida sob estímulos de um elenco de políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e urbano. Entre elas, a própria institucionalização da RMC e a implementação de estratégias para atração de investimentos produtivos de porte significativo, tais como a implantação da refinaria Getúlio Vargas, que está na origem do Centro Industrial de Araucária, e a criação da Cidade Industrial de Curitiba, onde se instalaram importantes plantas industriais, particularmente dos segmentos modernos da metalmecânica.

Nos decênios seguintes, o ímpeto de crescimento urbano continuou elevado, particularmente no entorno metropolitano, o qual se destaca pela dinâmica de crescimento populacional, não apenas no Estado, mas também no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras. Curitiba também se distingue como um pólo que não demonstra sinais efetivos de arrefecer seu crescimento, sendo ainda considerado um dos que mais cresce dentre os pólos desse conjunto de regiões.

Levando-se em conta os volumes populacionais envolvidos e a crescente concentração desses contingentes em municípios periféricos ao pólo metropolitano, tem-se como

conseqüência uma forte pressão sobre suas estruturas administrativas que, repentinamente, tiveram que assumir encargos para o atendimento a demandas ampliadas e diversificadas. A resposta, porém, não tem sido homogênea, configurando contrastes sociais.

Em contraposição às áreas de concentração, observa-se um conjunto de municípios que se caracterizam pela presença maior de população rural, baixo crescimento populacional, precariedade dos serviços sociais e nível incipiente de atividade econômica – particularmente nas porções correspondentes ao Vale do Ribeira e sul da aglomeração metropolitana.

O rebatimento dessa dinâmica demográfica sobre o mercado de trabalho regional, em um contexto marcado por baixo crescimento econômico, refletiu-se em um conjunto de indicadores que apontam baixa capacidade de absorção de mão-de-obra. A Região Metropolitana de Curitiba apresentou, dentre as demais regiões do Estado, a maior taxa de desemprego e uma das menores relativamente à evolução do emprego formal, no período 1996/2001. Ela é a única mesorregião do Paraná onde a taxa de crescimento anual do emprego formal, nesse período, situou-se abaixo do incremento verificado na população em idade ativa e, também, aquela na qual essa população apresentou o maior crescimento. Neste sentido, o incremento ocupacional, em boa parte dos anos 1990, foi fortemente marcado pela precarização do trabalho, com aumento do setor informal. Outro aspecto que particulariza esta Região foi, nesse período, a perda expressiva de postos formais de trabalho em alguns segmentos econômicos, particularmente nos setores financeiro e construção civil.

Em que pesem essas dificuldades conjunturais, o mercado de trabalho da mesorregião Metropolitana de Curitiba, principalmente no aglomerado metropolitano, diferencia-se estruturalmente por apresentar, relativamente às demais mesorregiões do Estado, um nível maior de formalização do emprego. Além disso, por concentrar as ocupações nos segmentos mais modernos da economia e, por conseqüência, as maiores oportunidades de rendimento para a parcela de trabalhadores ligados a estes segmentos.

A área rural da Região Metropolitana de Curitiba merece destaque por polarizar o limite mais precário na ordem das desigualdades sociais. Se por um lado a Região Metropolitana é o espaço paranaense onde se realizam as maiores inversões de recursos, que propiciam oportunidades de participação em um mercado de trabalho diversificado e o acesso a um conjunto mais amplo de serviços sociais a parcelas de sua população, por outro, é também o lugar onde se concentram os maiores contingentes de pobreza, gerando nítida desigualdade socioespacial e fazendo com que os extremos sejam características marcantes.

A enorme disparidade entre os municípios pode ser enquadrada em diversas escalas. Alguns municípios de pequeno porte, distantes do pólo metropolitano, com fortes restrições ao desenvolvimento agrícola, mas com importante participação de população rural, apresentam as situações mais precárias quando à educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza. Encontram-se, neste conjunto, os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Doutor Ulysses, Cerro Azul, Contenda, Itaperuçu, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, que apresentam valores do IDH-M entre os mais baixos no Estado. Em contraposição, distinguem-se municípios com condição socioeconômica mais favorável, como Curitiba, o maior IDH-M no Paraná, Araucária e Pinhais.

O aglomerado metropolitano, mesmo reunindo municípios com situação social relativamente mais favorável, concentra os maiores contingentes de população em situação de carência. Em relação à maioria dos indicadores sociais avaliados, o aglomerado metropolitano registra valores que representam 75% ou mais do total de carência (ou ocorrências indesejáveis) observada nas várias dimensões sociais. Curitiba representa, em média, 38% do total, o que indica enorme distância social entre bairros da cidade.

Em alguns casos, o grau de concentração é ainda maior do que o evidenciado pela distribuição média das carências/ocorrências. Este é o caso referente ao déficit habitacional e ao desemprego urbano, em relação aos quais a participação de Curitiba se eleva para valores próximos a 50% do total regional.

Os problemas de saneamento – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, em áreas urbanas – também estão concentrados no aglomerado metropolitano, mas com maior participação dos municípios do entorno de Curitiba. Neste enfoque, cabe salientar os municípios situados na porção sul da aglomeração metropolitana no que se refere à inadequação habitacional decorrente da falta de infra-estrutura.

O enfrentamento desses problemas esbarra na capacidade diferenciada dos municípios, principalmente no que se refere à disponibilidade de recursos financeiros. Os municípios menores, particularmente aqueles em pior situação social, apresentam baixos níveis de receita, com forte dependência de transferências da União. Porém, a diferenciação se coloca também para os municípios maiores, fundamentalmente entre aqueles que compõem o núcleo metropolitano, como se observa entre Araucária e Colombo: o primeiro se destaca pela forte concentração de arrecadação e o segundo pela fraca performance arrecadadora; no caso de Colombo, dado o intenso crescimento populacional, a menor capacidade de arrecadação implica na menor receita *per capita* da mesorregião.

Os extremos de concentração de riquezas e carências, as desigualdades socioespaciais, as pressões de ocupação e usos sobre o ambiente natural, e a inserção de conjuntos de municípios em dinâmicas comuns, enfatizam o desafio que se coloca à gestão desse espaço, para a conquista do desenvolvimento regional (IPARDES, 2004a).

Desafio que não se restringe à RMC, mas se generaliza nas demais regiões metropolitanas. Nesse sentido, cabe recolocar alguns aspectos que vêm motivando o debate sobre essas unidades, como o questionamento acerca das relações entre os limites institucionais e a abrangência concreta da dinâmica metropolitana (MOURA e FIRKOWSKI, 2001; MOURA, 2002), e sobre a pertinência dos limites municipais em espaços unos, alguns dos quais configurados pelo extravasamento ou expansão da metrópole sobre unidades de seu entorno, como é o caso de Curitiba. Particularmente, nesta RM, a história da configuração do espaço aglomerado não constata casos nítidos de conurbação, mas evidentes de periferação do pólo, com hiatos físicos em direção às sedes municipais, resultando na análoga insularidade descrita.

O mosaico político-administrativo, em vez de estar absorvendo a desconcentração e possibilitando participação mais localizada no processo de gestão, pode estar criando, sim, obstáculos à conquista de objetivos comuns, ao fazer com que prevaleçam interesses particulares – ocultos por trás da autonomia adquirida – em detrimento do desenvolvimento menos desigual do espaço como um todo.

Outra questão que se coloca é se os demais municípios (aqueles não apontados em nenhum posicionamento mais relevante nas escalas dos indicadores), diante deste recorte nitidamente mais dinâmico, estariam se beneficiando dos efeitos dessa dinâmica. Ou, ao contrário, relegados a uma posição de isolamento do processo metropolitano, fadados ao infortúnio da estagnação. Mais que isso, sendo apontados como um pesado “fardo” – emprestando expressão usada por Veltz (2001) – ao conjunto inserido nas relações da economia globalizada.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Antonio; OLIVEIRA, Hipólita S. de. Divisão inter-regional do trabalho no Brasil dos anos 90: perdas de quantidade e qualidade nos investimentos, empregos e instrumentos de regulação. In: Ribeiro, A.C.T. et al. (Org.) **Globalização e Território: ajustes periféricos**. Rio de Janeiro, Arquimede: IPPUR, 2005, p.355-389.

COMEC. A institucionalização da COMEC. **Metrópolis em Revista**, Curitiba: COMEC, v.1, n.1, p.8-10, dez. 1999.

COMEC. **Levantamento das áreas irregulares**. Curitiba, COMEC, 1997.

COMEC. **PDI, bloco D: desenvolvimento institucional, produto 5.1: definição da missão institucional do órgão metropolitano**. Curitiba, 2002. Consórcio SOGREAH/COBRAPE.

COMEC. **Planejamento**. Disponível em <http://www.pr.gov.br/comec> (acesso em setembro de 2005).

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado: documento síntese para discussão**. Curitiba, SEPL: COMEC, 2001.

DELGADO, Paulo Roberto. **Precarização do trabalho e condições de vida: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90**. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado) – UFPR.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Estrutura socio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/1991. In.: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo: Rio de Janeiro, FASE, 2004. Documento constante do CD-ROM encartado no livro.

DESCHAMPS, Marley. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) – UFPR.

FANINI, Valter. A instituição da gestão da Região Metropolitana de Curitiba. **Metrópolis em Revista**, Curitiba: COMEC, v. 3, n. 1, p. 29-32, out. 2001.

FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. 278 p. Tese (Doutorado) – FFLCH, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

FIRKOWSKI, Olga L. de F. **A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.103, jul./dez. 2002, p.79-100.

FUKS, M. **“Democracia e políticas sociais: considerações a respeito dos conselhos do Paraná”**. Porto Alegre, [s.n.], 2001. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Ciência Política, 2001, Porto Alegre.

FUKS, Mario. **Democracia e participação no Conselho de Saúde de Curitiba (1999-2001)**. In: FUKS, Mario; PERISSINOTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosario de (Org.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba, Ed. UFPR, 2004.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson R. de. (Org.) **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba, Editora UFPR, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Municípios selecionados e micror-regiões geográficas. Belo Horizonte: Ministério das Cidades, Fundação João Pinheiro, 2005, 2. ed., 111 p. (CD-Rom encartado)

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE. **Censo demográfico Paraná 1970, 1980, 1991**. Rio de Janeiro, 1973-1996.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais**, 2001. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Série Estudos e Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica. Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1999.

IPARDES. **Projeto governança urbana: estudo sobre conselhos municipais da RMC**. Curitiba, 2004c.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004b. 84p. Convênio Cohapar.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Regiões Metropolitanas. Curitiba, 2005c. 155p. Convênio Cohapar.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2005a, 1 CD-Rom.

IPARDES. **Leituras Regionais.** Mesorregiões Geográficas: Metropolitana de Curitiba. IPARDES, 2004a. Disponível em www.ipardes.gov.br

IPARDES. **Os vários Paranás.** Estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. IparDES, dezembro de 2005b, 223p., mapas e tabelas anexas. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf

IPARDES. **Paraná:** diagnóstico social e econômico. Curitiba, 2003b.

IPARDES. **Redes urbanas regionais:** Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPEA. **Caracterização das regiões metropolitanas institucionalizadas.** Brasília, IPEA/DEPRU/CGEPUR; Campinas: UNICAMP/NESUR, 1999. 4v. Versão preliminar.

IPPUC. **Plano Diretor 2004:** o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba, IPPUC, 2004d, 110p.

IPPUC. **Qualidade de vida 2003:** educação. Curitiba, 2004a. 1 CD-ROM.

IPPUC. **Qualidade de vida 2003:** habitação. Curitiba, 2004b. 1 CD-ROM.

IPPUC. **Qualidade de vida 2003:** transporte. Curitiba, 2004c. 1 CD-ROM.

IPPUC. **Transporte Coletivo.** Evolução da Rede Integrada de Transporte (1974/2000). Disponível em http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_transpcoletivo.htm (acesso em agosto de 2005).

MACEDO, J.; O'DELL, W.J.; SMITH, M. Metodologia de Avaliação das Demandas por Habitação Popular no Brasil. In: SERRA, M.V; MOTTA, D.M. da (Coord.). Estudos Estratégicos de Apoio às Políticas Urbanas para os Grupos de Baixa Renda no Brasil. *Programa Cities Alliance. Cities Without Slums.* BANCO MUNDIAL; CITIES ALLIANCE, 2005. CD-Rom (volume 1).

MACEDO, Mariano de M.; VIEIRA, V.F.; MEINERS, W.E.M de A. Fases do desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.103, jul./dez. 2002, p.5-22.

MACHADO, Eloise H.H; BAPTISTA, Josil Voidela; KORNIN, Thaís. Governança urbana: estudos sobre conselhos municipais da Região Metropolitana de Curitiba. In: SANTOS JUNIOR, O.A. dos; RIBEIRO, L.C. de Q.; AZEVEDO, S. de. **Governança democrática e poder local:** a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro, Revan : FASE, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Análise comparativa da incidência de homicídios nas Regiões Metropolitanas – 1980-2002. Segurança Pública *on line*. Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/homicidios/estat_homicidios1.htm (Acesso em: outubro de 2005).

MOURA, Rosa. Lacuna institucional da metropolização: considerações sobre a Região Sul. **Cadernos Metrópole** (desigualdade e governança), n.8, 2º sem. 2002, p.39-68, Editora da PUC São Paulo.

MOURA, Rosa; FIRKOVSKI, Olga L.C. de. **Metrópoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?** IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Rio de Janeiro : ANPUR, 2001, v.1, p.105-114.

NOJIMA, Daniel. Crescimento e reestruturação industrial no Paraná – 1985/2000. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.103, jul./dez. 2002, p.23-44.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. IPARDES, Primeira Versão nº 3, dezembro 2004. Disponível em http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil Relatório da atividade 2: Tipologia social e identificação das áreas vulneráveis**. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005d. 60p. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_2.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005c. 118 p. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise do Desempenho Fiscal das Áreas Metropolitanas. Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES**. Brasília, 2005b. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_4.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Metrodata**. Desigualdades intraurbanas nas metrópoles brasileiras. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005a. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/cd_metrodata/index.htm

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Necessidades habitacionais: déficit e inadequação**. Disponível em: <<http://www.observatorio.tk>>. Acesso em: 15 jul. 2004.

OBSERVATÓRIO PARANÁ. **Resultados da Pré-Conferência da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, Observatório de Políticas Públicas Paraná, 2005, 32 p. Disponível em www.observatorioparana.tk (Acesso em: outubro de 2005)

PARANÁ. **Governo do Estado**. Legislação paranaense de recursos hídricos: Lei estadual nº 12.726/99 e decretos que estruturam a gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná. São Paulo, Astúrias, 2002.

PERISSINOTTO, Renato M. Poder e participação no Conselho de Municipal de Assistência Social de Curitiba (1999-2001). In: FUCKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosario de (Org.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba, Ed. UFPR, 2004.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L.C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v.14, n.40., p.143-162, jun.1999.

PROJETO Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Projeto de pesquisa encaminhado ao Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

RIANI, J. L. R.; GOLGHER, A. B. Indicadores Educacionais confeccionados a partir de Base de Dados do IBGE. In: RIOS-NETO, E. L.; RIANI, J. L. R. (Org.) *Introdução à Demografia da Educação*. Campinas, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

ROORDA, Marianna Sophie. Apresentação – Lei Estadual de Recursos Hídricos e Situação atual. Sanepar. Curitiba, 2005. 1 CD-Room. (Palestra proferida na Sanepar em 29/07/05).

SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. *Conselhos Municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas*. Rio de Janeiro. FASE, 2002. (Dissertação de Mestrado)

SERRA, M.V; MOTTA, D.M. da (Coord.). Estudos Estratégicos de Apoio às Políticas Urbanas para os Grupos de Baixa Renda no Brasil. Programa *Cities Alliance. Cities Without Slums*. BANCO MUNDIAL; CITIES ALLIANCE, 2005. CD-Rom (3 volumes)

SETRANSP. *Informações apresentadas na Conferência das Cidades da Região Metropolitana de Curitiba*, por Rodrigo C. Hoezel, do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e RMC. Curitiba, Comec, 2005 (CD-Rom).

SILVA, Sandra T. da; MOURA, Rosa. *O setor serviços no Paraná – ano 2000*. II Encontro de Economia Paranaense. Resumos, p. 26. CD-Rom, p.619/639 (área Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente). UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES. Maringá, 2003 (ISSN 1679-5814).

SIMÕES, Celso C. da S. *Novas estimativas da mortalidade infantil no Brasil e suas regiões*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.sbpnet.org.br/eventos Acesso em: 02 de setembro, 2005.

SOUZA, Nelson Rosario de. Cenário e atores: a arena pública do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (1997-2001). In: FUCKS, Mario; PERISSINOTO, Renato M.; SOUZA, Nelson Rosario de (Org.). *Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná*. Curitiba, Ed. UFPR, 2004.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. *Metrópole*. Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba, IPARDES, 1994.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades*. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP&A/CREA-RJ, 2001, p.139-154.

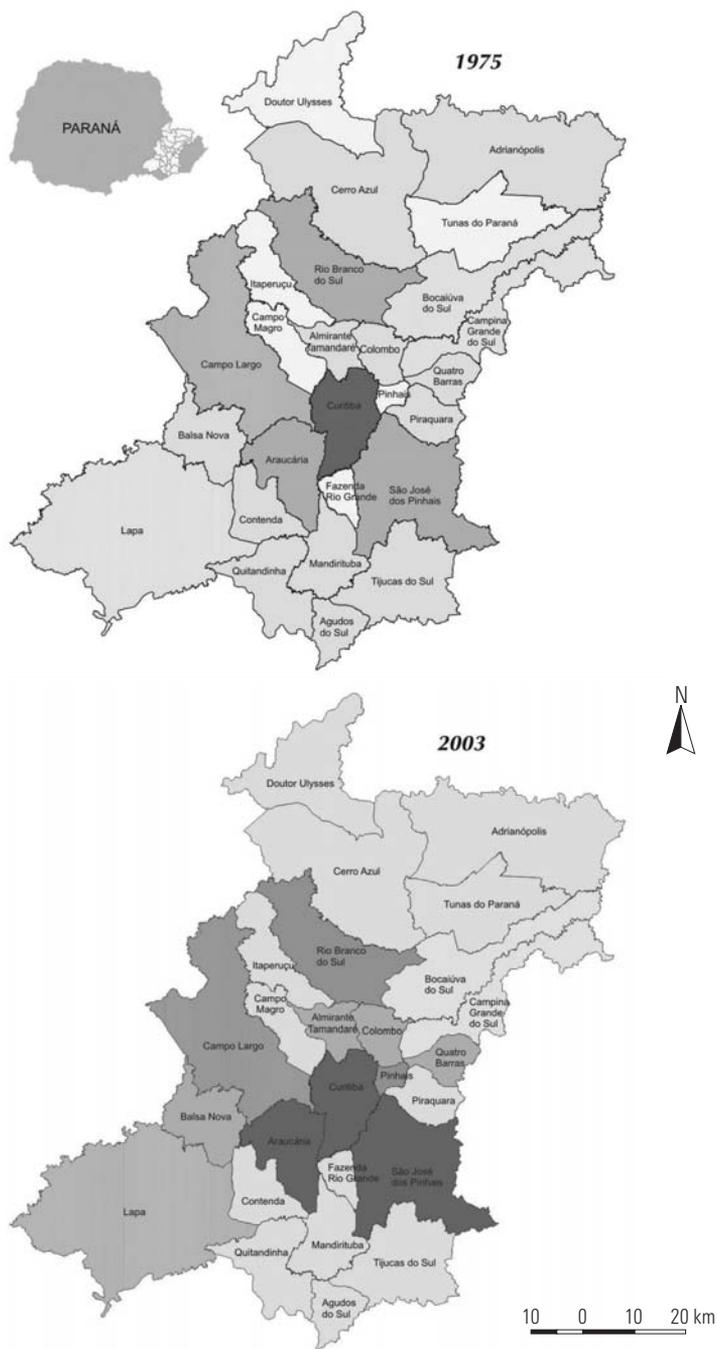
Anexos

MAPA 1.1 – Divisão Político Administrativa da Região Metropolitana de Curitiba – 2006



Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 2.1 – Participação do Município no VAF Total do Estado – RMC – 1975 e 2003



% VAF total do Paraná

Sem informação < 0,25 > = 0,25 a < 1 > = 1 a < 5 > = 5

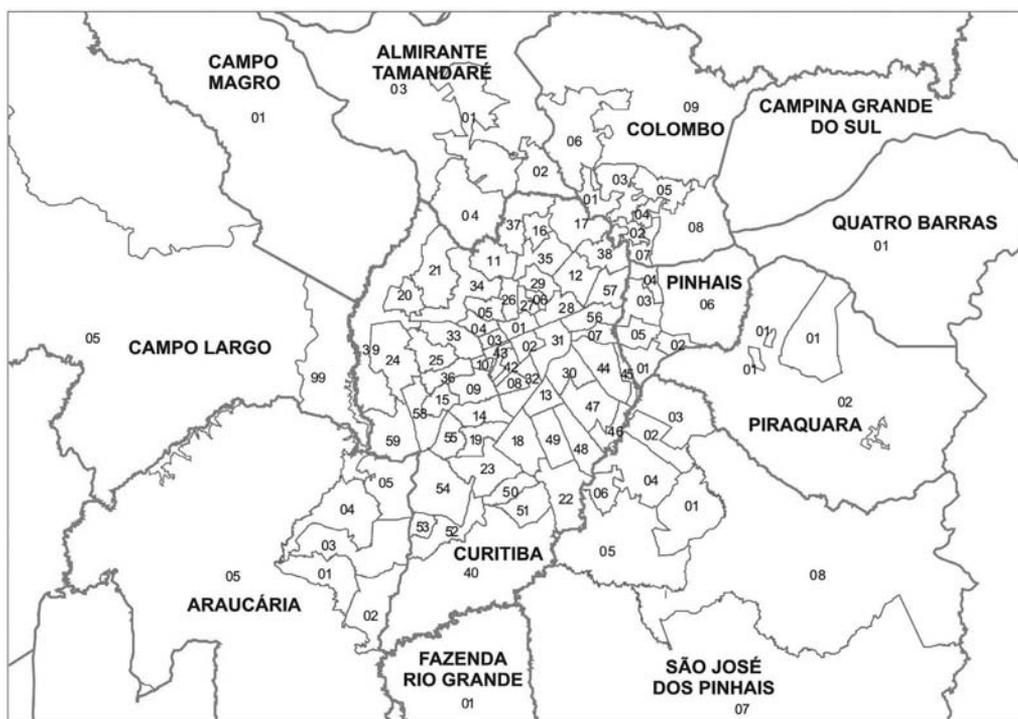
Fontes: SEFA/IPARDES

MAPA 3.1 – Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AED –
Região Metropolitana de Curitiba



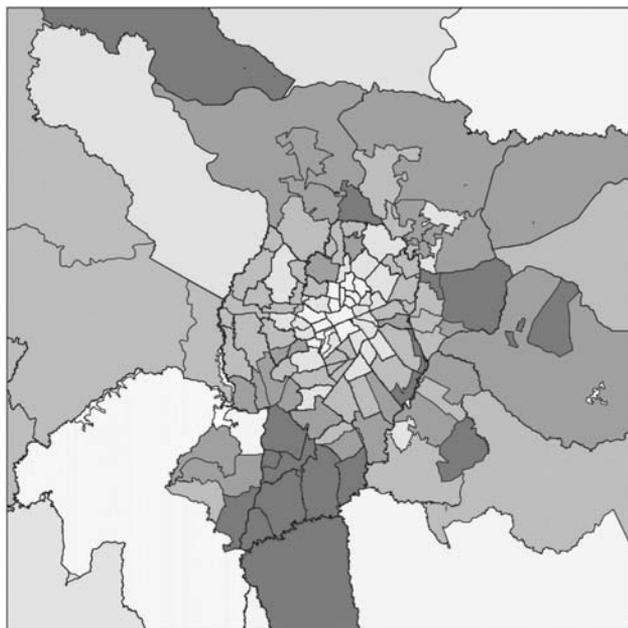
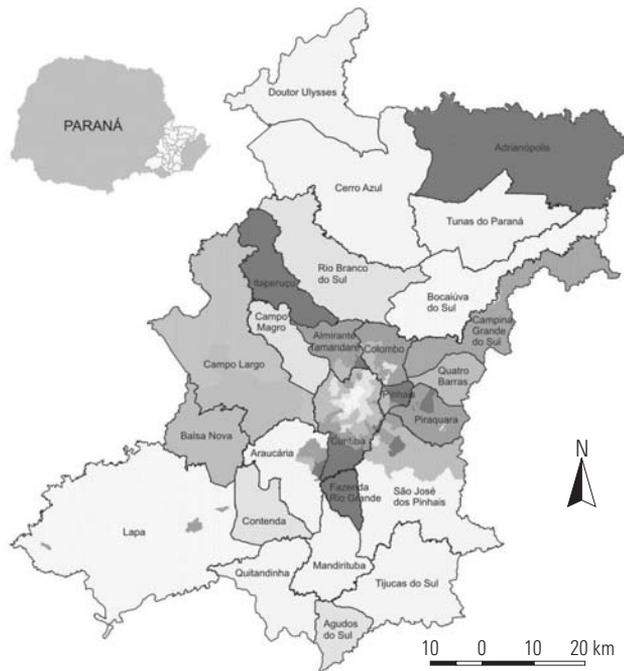
Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.2 – Áreas de Ponderação do Censo Demográfico de 2000 – AED –
Agglomerado Metropolitano



Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.3 – Taxa de Desocupação, Segundo AED – RMC – 2000

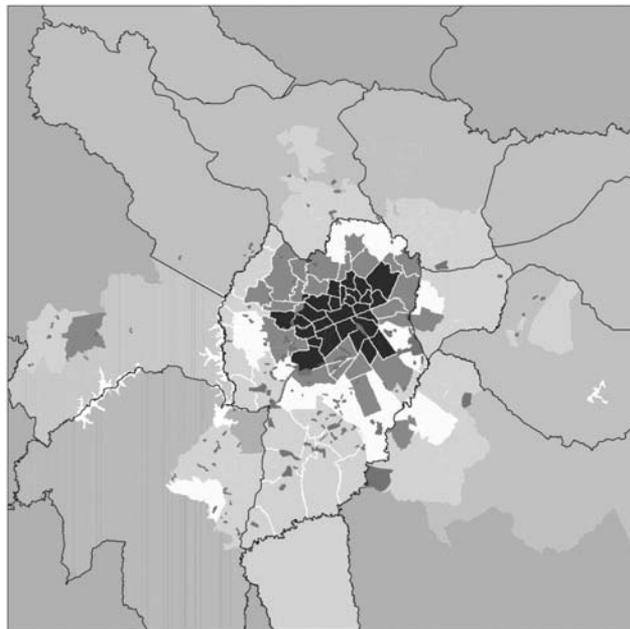


% da PEA que estava desocupada na semana de referência de Censo Demográfico (2000)

3,04 - 9,49	9,50 - 12,94	12,95 - 15,79	15,80 - 19	19,01 - 21,1
-------------	--------------	---------------	------------	--------------

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.4 – Tipologia Socioespacial – RMC – 2000

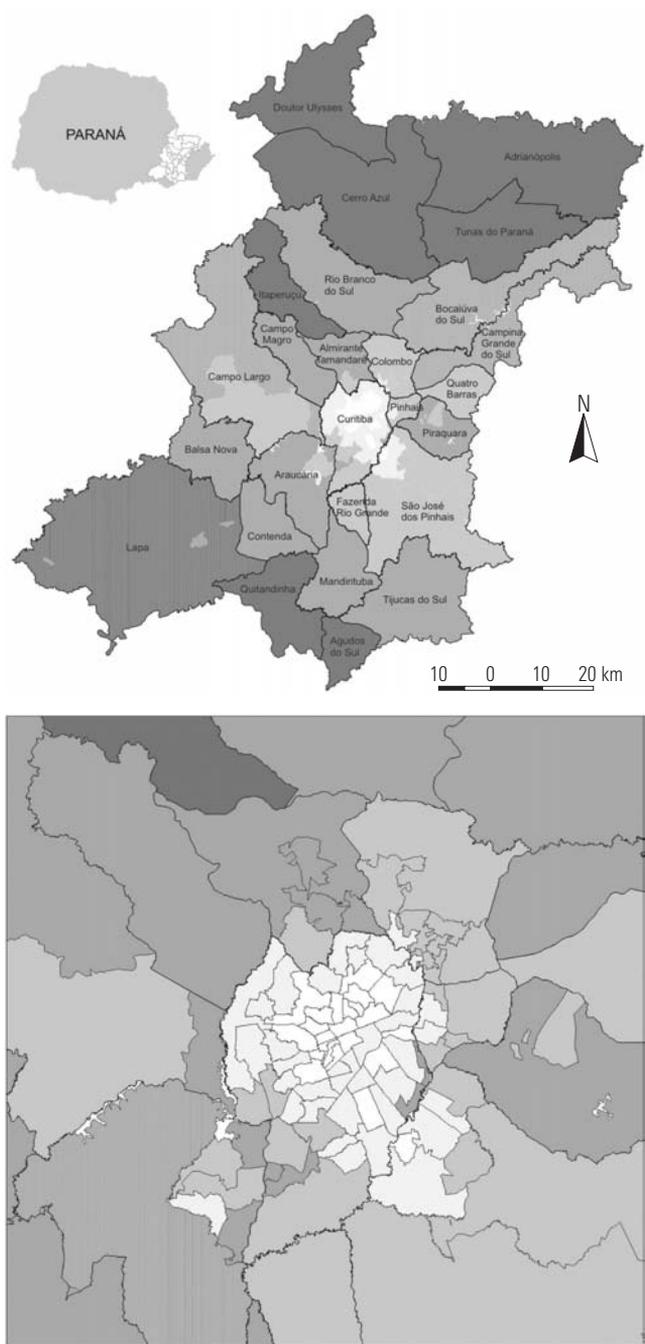


Tipologia

- Superior ■ Médio superior ■ Médio inferior ■ Popular operário
- Popular agrícola ■ Agrícola operário ■ Agrícola ■ Favelas

Fontes: Observatório das Metrôpoles/IPARDES

MAPA 3.5 – Taxa de Pobreza, Segundo AED – RMC – 2000

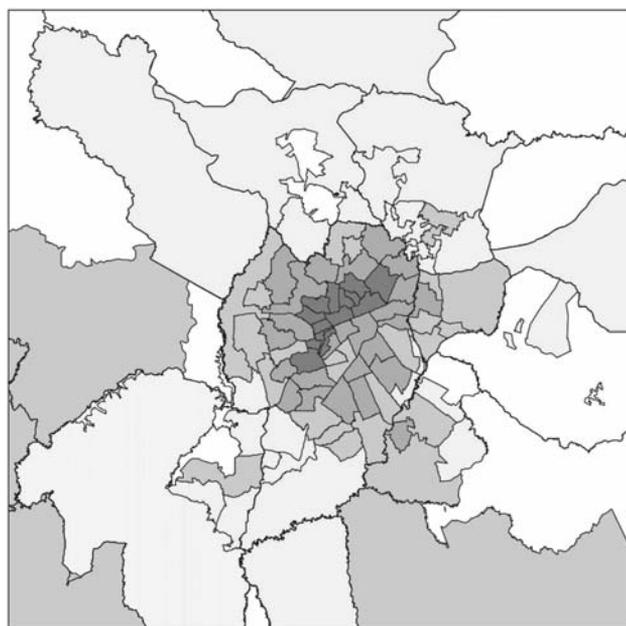


% de famílias com renda mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo

0,54 - 5,81
 5,82 - 13,01
 13,02 - 20,7
 20,71 - 32,21
 32,22 - 57,29

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.13 – Adequação Idade/Série de Pessoas entre 7 e 14 anos, Segundo AED – RMC – 2000

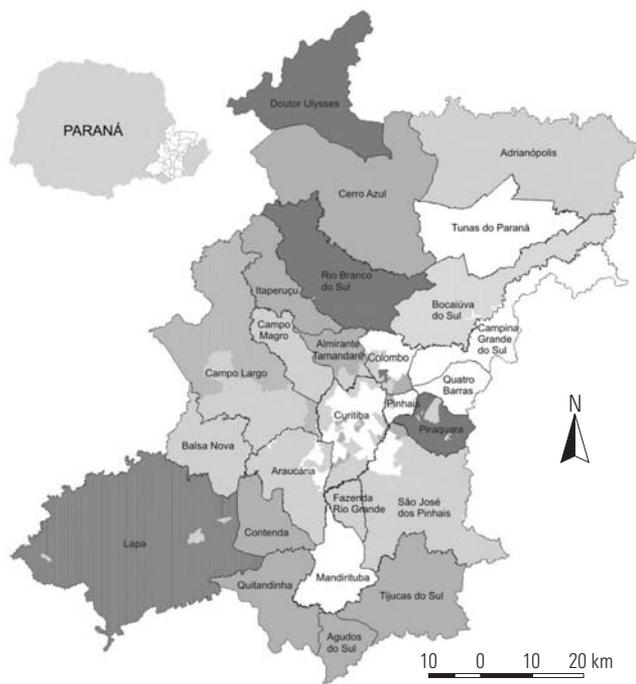


% da população que frequenta a série adequada sobre a população que frequenta a escola em idade entre 7 e 14 anos

□ 4,85 - 57,83 □ 57,84 - 68,01 □ 68,02 - 76,3 □ 76,31 - 85,65 □ 85,66 - 97,1

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.14 – Inadequação Fundiária, Segundo AED – RMC – 2000

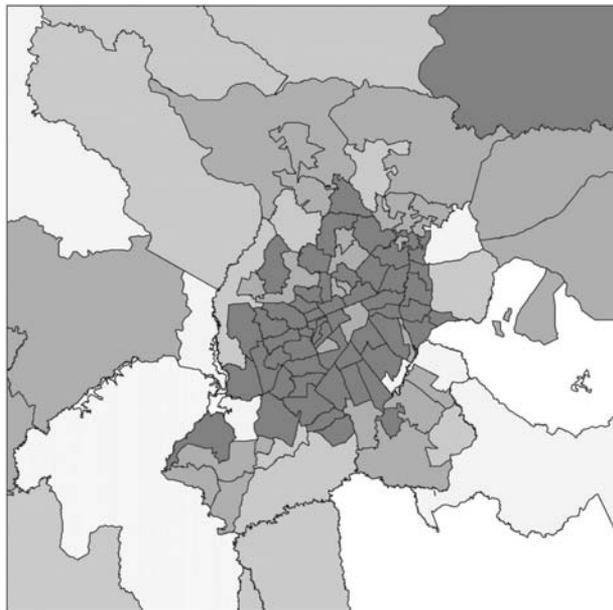


% de domicílios próprios sem propriedade do terreno

0 - 3,53	3,54 - 7,39	7,40 - 12,35	12,36 - 20,61	20,62 - 34,3
----------	-------------	--------------	---------------	--------------

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.15 – Abastecimento de Água, Segundo AED – RMC – 2000

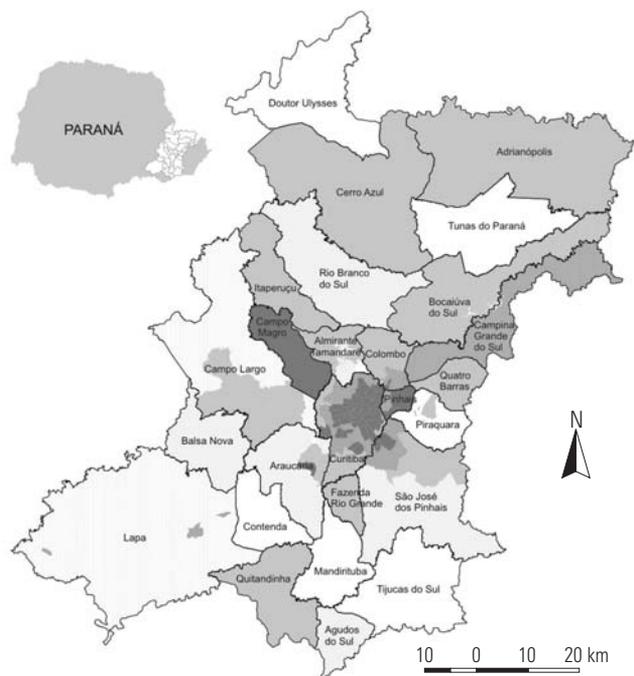


% de domicílios urbanos com água canalizada em pelo menos um cômodo



Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.16 – Instalação Sanitária, Segundo AED – RMC – 2000

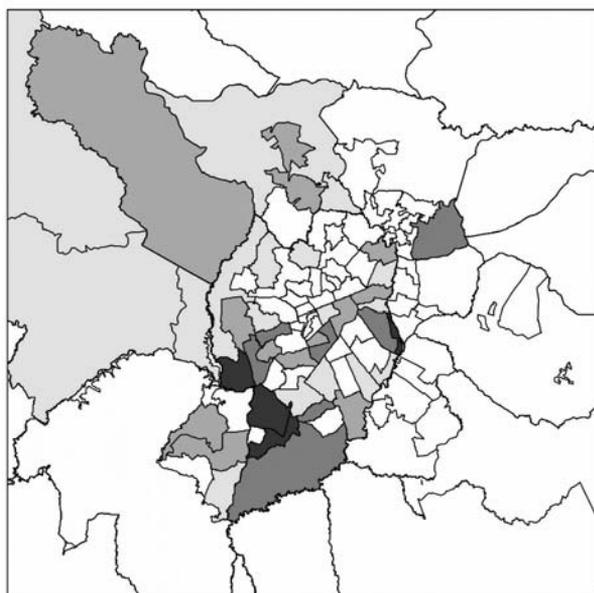


% de domicílios urbanos com instalação sanitária ligada à rede geral ou fossa séptica

0 - 30,08	30,09 - 55,27	55,28 - 78,34	78,35 - 91,71	91,72 - 100
-----------	---------------	---------------	---------------	-------------

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.17 – Domicílios Particulares Permanentes em Aglomerados Subnormais, Segundo AED – RMC – 2000

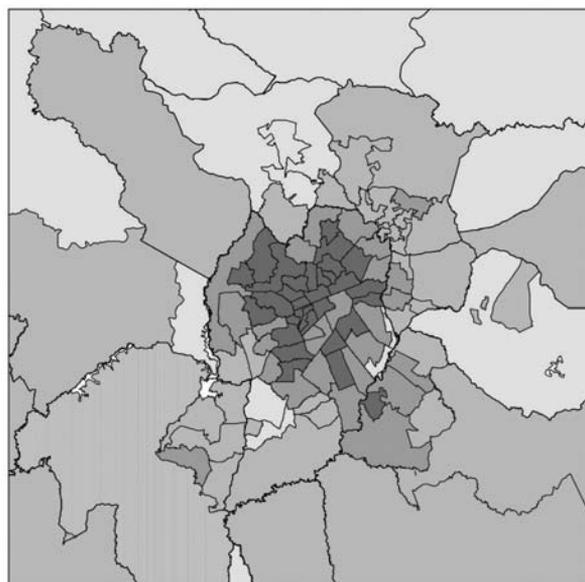


% de pessoas que trabalham ou estudam fora do domicílio onde residem, dirigindo-se à Curitiba

0 – 2,13 2,14 – 6,77 6,78 – 13,72 13,73 – 27,21 27,22 – 75,56

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.18 – Domicílios com Todos os Bens de Uso Difundido, Segundo AED – RMC – 2000

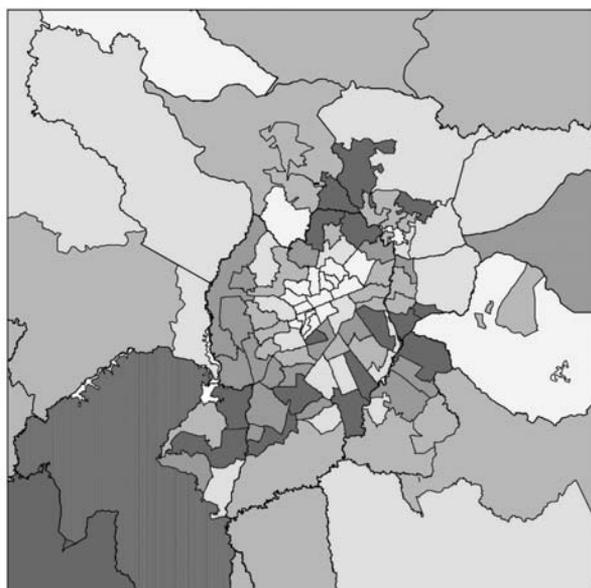


% de domicílios que possuem rádio, televisão e geladeira

18,67 – 40,16 40,17 – 74,08 74,09 – 85,1 85,11 – 91,9 91,91 – 98,11

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.19 – Déficit Habitacional Relativo, Segundo AED – RMC – 2000

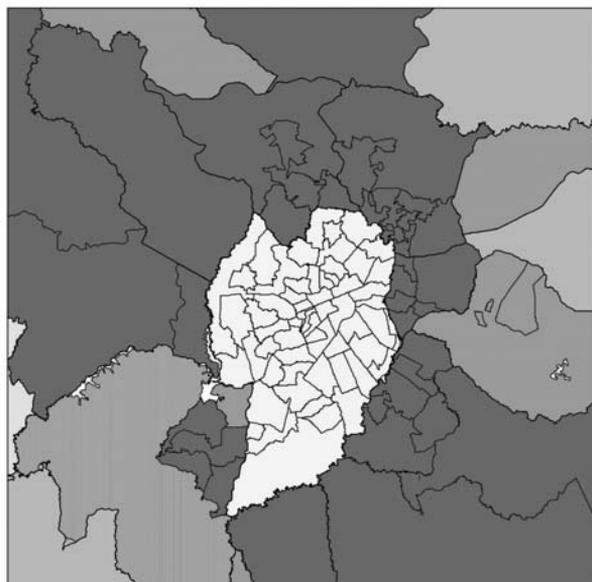
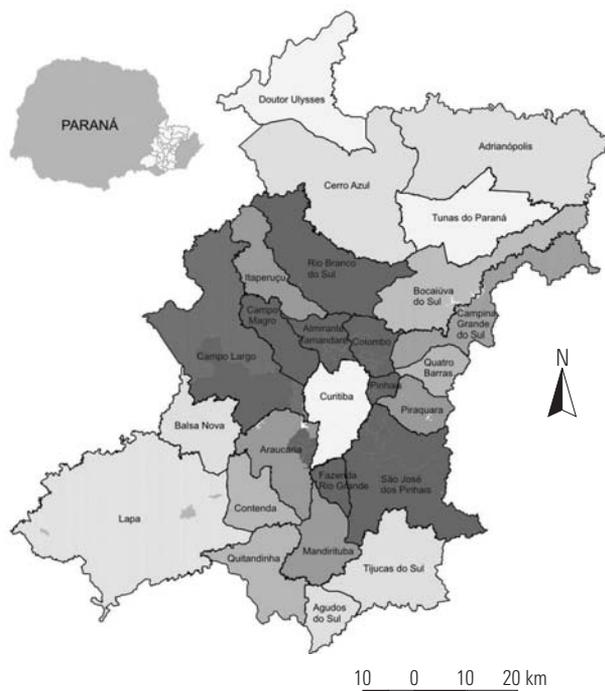


% de pessoas que trabalham ou estudam fora do domicílio onde residem, dirigindo-se à Curitiba

0,64 – 3,3	3,31 – 4,7	4,71 – 5,95	5,96 – 7,35	7,36 – 9,39
------------	------------	-------------	-------------	-------------

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.20 – Movimento Pendular em Direção ao Polo, Segundo AED – RMC – 2000

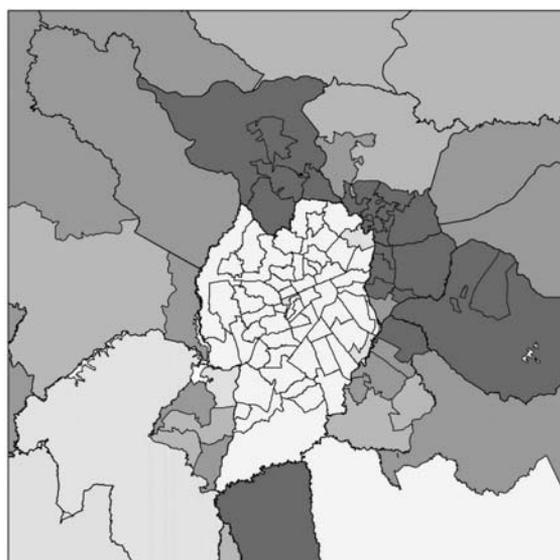
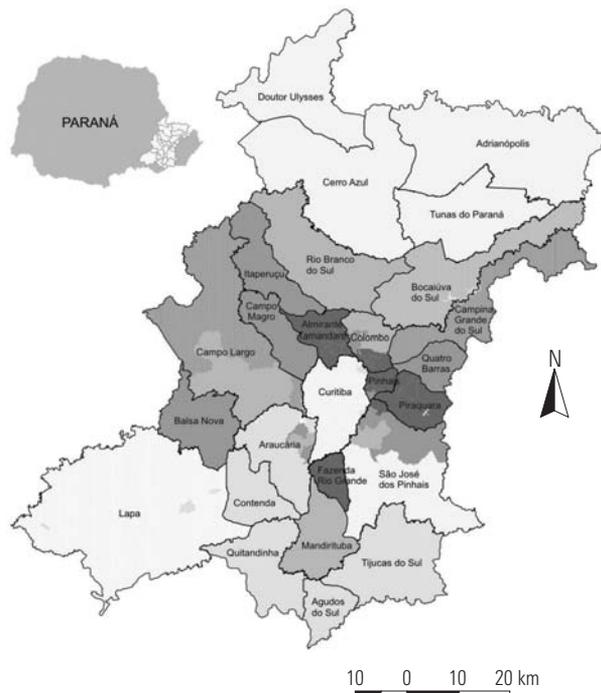


% de pessoas que trabalham ou estudam fora do domicílio onde residem, dirigindo-se à Curitiba

0 – 8,73	8,74 – 29,91	29,92 – 56,71	56,72 – 77,73	77,74 – 96,13
----------	--------------	---------------	---------------	---------------

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 3.21 – Movimento Pendular, Segundo AED – RMC – 2000



% de pessoas da área que se dirigem à Curitiba para trabalhar e/ou estudar sobre o total de pessoas que trabalham e/ou estudam fora do município de residência

□ 0 – 5,24 □ 5,25 – 11,27 □ 11,28 – 23,05 □ 23,06 – 39,94 □ 39,95 – 66,36

Fontes: IBGE/IPARDES

MAPA 5.1 – Autonomia da Receita do Município – RMC – 2003



Fontes: MF-STN/IPPUR-UFRJ

MAPA 5.2 – Gasto Social do Município – RMC – 2003



Fontes: MF-STN/IPPUR-UFRJ

7

Como Anda Maringá

Série: Como Andam as REGIÕES METROPOLITANAS

ORGANIZAÇÃO

Egláisa Micheline Pontes Cunha | Roberto Sampaio Pedreira

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz César de Queiroz Ribeiro

COORDENAÇÃO REGIONAL RM MARINGÁ

Ana Lúcia Rodrigues

Introdução

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) resulta dos processos de instituição mais recentes, tendo sido criada pela Lei Estadual 83/98, compondo-se de oito municípios, aos quais foram acrescentados: Floresta, em 2002, pela Lei Complementar 13.565/2002, e Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé, em 2005, pelo Projeto de Lei Complementar 18/2005. Esta pesquisa se realizou sobre os municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguçu e Floresta, pois nos limitamos à análise dos municípios que compunham a RMM até dezembro de 2004. Oportunamente, retomaremos a pesquisa completando a análise do quadro metropolitano atual, porém destacamos que o ingresso indiscriminado de novas municipalidades na RM dificulta a sua implementação efetiva que, até o presente momento, não se deu.

Assim, a produção deste documento tem um significado de alta relevância para o conjunto metropolitano constituído, por duas razões principais, dentre outras. De um lado, não há estudos sistematizados que abarquem essa nova unidade territorial com o nível de abrangência que esta pesquisa alcança. Por outro lado, a própria região, institucionalmente instalada, ainda busca formas de se consolidar como tal, ou seja, formas de alcançar a sua implementação efetiva. O amplo diagnóstico ora realizado contribuirá para esse processo bem como para o fornecimento de dados que subsidiem a elaboração de futuras ações, sejam locais ou cooperadas, para a implementação de políticas públicas metropolitanas.

Dentre as principais questões regionais, a desigualdade entre as municipalidades se destaca. A cidade pólo apresenta índices de renda, de incremento econômico, de organização institucional, de demografia, de habitação e de violência bastante

diferenciados daqueles dos demais municípios. Desde a sua implantação, processos de segregação socioespacial foram os definidores de uma espacialidade que se caracteriza por esse perfil, especialmente na área conurbada¹, formada por Maringá, Sarandi e Paiçandu.

A pesquisa foi realizada pelo Observatório das Metrôpoles: Núcleo Região Metropolitana de Maringá, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-CCH, da Universidade Estadual de Maringá - UEM, vinculado à rede nacional Observatório das Metrôpoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano-IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. A equipe local é constituída por docentes pesquisadores dos departamentos de Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo e Educação da UEM, por geógrafo da Prefeitura Municipal de Maringá, docentes de outras instituições de ensino superior, bem como discentes dos cursos de Ciências Sociais e Arquitetura e Urbanismo, vinculados através de projetos de iniciação científica.

A espacialização de informações a um nível intrametropolitano que englobasse a totalidade do território metropolitano foi realizada com a utilização de dados censitários em AEDs². Neste trabalho, esta é a base geográfica para a elaboração de mapas com a espacialização de informações. O território da RMM foi dividido em 25 AEDS, conforme a *Tabela 1*, e espacializado no *Mapa 1*.

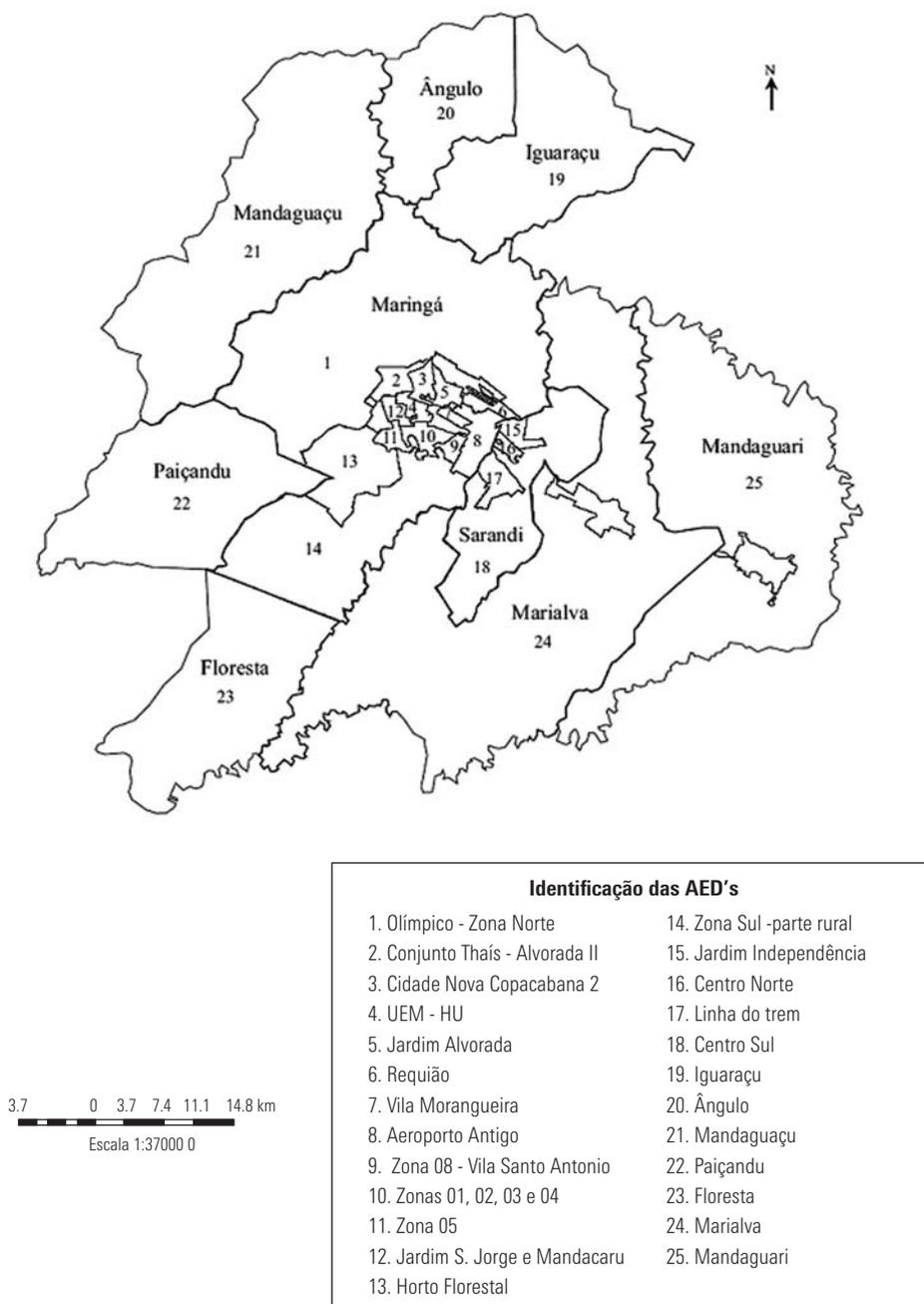
-
- 1 Segundo o *Dicionário Aurélio: Século XXI* (1999), conurbação é o “conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma seqüência, sem, contudo, se confundirem”, ou seja, um espaço formado por vários municípios em uma única mancha urbana.
 - 2 As AEDs são agregações de setores censitários urbanos e rurais definidas pelo IBGE. O padrão de apresentação de indicadores será feito por AEDs ou Áreas Homogêneas e serão apresentados em mapas. Os dados por município serão apresentados em tabelas.

TABELA 1 – Áreas de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá – 2000

AEDs	Nomes	Código
Ângulo	Ângulo	4101150001001
Floresta	Floresta	4107900001001
Iguaraçu	Iguaraçu	4110003001001
Mandaguaçu	Mandaguaçu	4114104001001
Mandaguari	Mandaguari	4114203001001
Marialva	Marialva	4114807001001
Maringá	Vila Morangueira	4115200001001
Maringá	Jardim Alvorada	4115200001002
Maringá	UEM–HU	4115200001003
Maringá	Zona 8 – Vila Santo Antônio	4115200001004
Maringá	Zona 5	4115200001005
Maringá	Zonas 01 02 03 e 04	4115200001006
Maringá	Jardim São Jorge e Mandacaru	4115200001007
Maringá	Conjunto Thais – Alvorada II	4115200001008
Maringá	Requião	4115200001009
Maringá	Zona Sul – Parte Sul	4115200001010
Maringá	Aeroporto Antigo	4115200001011
Maringá	Cidade Nova – Copacabana 2	4115200001012
Maringá	Horto Florestal	4115200001013
Maringá	Olímpico – Zona Norte – Parte Rural	4115200001014
Paiçandu	Paiçandu	4117503001001
Sarandi	Sarandi – Centro Sul	4126256001001
Sarandi	Sarandi – Centro Norte	4126256001002
Sarandi	Jardim Independência	4126256001003
Sarandi	Linha do Trem	4126256001004

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata).

MAPA 1 – Áreas de Expansão Demográfica da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Base Cartográfica: IBGE.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles, 2006.

1. O Contexto Histórico e a Institucionalização da Região Metropolitana de Maringá

1.1. Caracterização do Quadro Histórico e Institucional da Área Metropolitana

A partir do anos 1930, a região Norte do Estado do Paraná vivenciou um intenso processo de ocupação capitalista. Imensas dimensões desse território, consideradas pelo Estado e por agentes sociais a ele associados como “vazios demográficos”, foram incorporadas ao sistema nacional de produção de café e, posteriormente, ao de outros grãos.

Nessa região, Maringá desponta, desde os anos 1950, como uma cidade que conjuga crescimento populacional e intenso ritmo de urbanização. France Luz (1997) afirma que, em 1950, apenas 18,8% da população de Maringá residia na área urbana do município e 81,2% na área rural. Em 1960, o quadro era bem diferente: 45,7% na área urbana e 54,3% na área rural. Ou seja, em uma década, a população urbana cresceu três vezes mais que a rural. Como destacou Luz (1999, p. 123), Maringá foi um dos principais núcleos de povoamento fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, rapidamente, se constituiu em um dos mais importantes centros urbanos do Estado.

Na nossa percepção, Maringá estava integrada ao projeto, promovido pelo executivo federal, de ocupação capitalista de áreas consideradas de fronteira agrícola. Aqui, as entidades federal e estadual se associaram a uma companhia de terras inglesa para incorporarem as “novas” áreas do território à dinâmica produtiva.

Um dado importante a ser destacado é o de que, assim como outros municípios do interior do País que se tornaram importantes centros urbanos, Maringá tem todo o seu dinamismo econômico vinculado às atividades agropecuárias, o que não significa uma contradição com o acelerado processo de urbanização que ela experimenta. Há, sim, harmonia entre uma economia regional voltada para a produção agropecuária e agroindustrial e a consolidação de Maringá como a cidade pólo, onde se desenvolvem o comércio e os serviços. É em Maringá que se reúnem diversos grupos sociais que se esforçam para tornar toda essa região e, particularmente, o município pólo, em um lugar de pujança, tranqüilidade e excelente “qualidade de vida”.

Uma parcela influente da opinião pública local mostra grande satisfação ao ver a cidade ser rotineiramente apontada como um dos melhores municípios do Brasil. Para eles, isso foi conseguido porque Maringá se tornou a *Dallas brasileira*, como mostrou a emblemática e polêmica matéria da revista *Veja*, em 1999, ao apresentar uma foto aérea da região central da cidade, tirada à noite, imagem que é um dos cartões postais do município:

Poucas pessoas que olhem para a constelação de arranha-céus iluminados da foto no alto desta página imaginariam que ela apresenta uma cidade com pouco mais de cinqüenta anos de existência. Afinal, a imagem sugere semelhança com Curitiba, Belo Horizonte e até com São Paulo. Pegue essa mesma foto e peça a opinião da empresária Carmem Panza, uma maringaense de 41 anos de idade. Orgulhosa e espontânea ela dirá: “Não é igualzinha a Dallas?” Carmem é a porta-voz de um desejo mal disfarçado dos moradores dessa espécie de capital do noroeste do Paraná: ser uma capital do Texas ou da Califórnia no Brasil (...) São 285.000 habitantes e renda *per capita* de 7.000 dólares. As taxas de homicídio e analfabetismo estão entre as mais baixas do Brasil. Toda população tem acesso a água encanada e coleta de lixo. (LIMA, 1999, p. 19).

Com matérias ufanistas como essa, pintando uma imagem estereotipada de um município que não é nem tão rico, nem tão pujante e nem tão parecido com Dallas, os representantes de determinados grupos políticos vêm promovendo e consolidando um projeto de cidade que se encontra em consonância com um determinado tipo de desenvolvimento que nem sempre é o mais justo, democrático e inclusivo. Destacamos que as constantes reafirmações da “pujança” encobrem alguns indicadores sociais não tão favoráveis para a própria cidade e, sobretudo, para os demais municípios que compõem a sua região metropolitana.

Entretanto, a vontade de aproximar Maringá de Dallas não é unânime e, talvez, não seja nem mesmo hegemônica. As reações contrárias a essa imagem não são imprevistas e denotam uma das contradições próprias das cidades que estão vendo os seus espaços urbanos se tornarem lugares cada vez mais complexos e plurais. Para algumas pessoas, o projeto Maringá-Dallas contraria o entendimento que elas têm do que seria uma cidade moderna, cosmopolita, urbana e “do futuro”. Há, portanto, em Maringá um complexo jogo de classificações que ajudam alguns grupos a criarem as suas próprias configurações dentro de um espaço que é também palco de disputas de diferentes projetos políticos e culturais.

É importante considerar que, em dissonância com os indicadores positivos, constantemente lembrados quando se fala de Maringá, existem outros dados não muito entusiasmantes, alguns deles trabalhados nos capítulos que se seguem. Além disso, Maringá está circunscrita a uma região na qual as notícias de violência e atrocidades contra os pobres do campo são constantes. Em 1999, portanto no mesmo ano em que foi publicada a matéria da revista *Veja*, que associava Maringá à cidade de *Dallas*, uma matéria da revista *Caros Amigos* denunciava uma outra fase de recrudescimento contra os movimentos que lutam pela democratização do acesso à terra no Paraná:

Madrugada fria, por volta das 3h. A escuridão é total, e no descampado em volta há muito silêncio, a sensação é de quietude e paz. De repente, eclode o inferno. Centenas de pontos de luz invadem o negrume da noite, tiros, cães ferozes ladram, bombas explodem na escuridão (...) Com as mãos na nuca, os homens são obrigados a deitar de bruços sobre o chão lamacento. As mulheres e as crianças, amedrontadas e vigiadas por cães, são levadas para outro canto, sem direito sequer a um copo de água. Suas moradias são destruídas e incendiadas, seus pertences são roubados, sua dignidade aviltada (...) Tudo isso aconteceu no Brasil, mais precisamente no noroeste do Paraná, durante a madrugada de 21 de maio de 1999. As vítimas são camponeses do MST acampados em fazendas de Querência do Norte e região (ARBEX, 1999, p. 10).

Notícias como essas, infelizmente, são rotineiras quando se trata da situação das áreas rurais do Paraná, particularmente dessa região Norte do Estado. A conhecida fertilidade das terras roxas, os razoáveis canais para escoamento da produção e a integração de toda essa região à lógica da produção de grãos para o mercado externo ajudaram a valorizar ainda mais as suas já valiosas terras. A luta pela posse da terra em regiões agricultáveis que circundam cidades de médio porte, como Maringá, endossam o argumento de que a criação desses novos e complexos núcleos urbanos se deu sem solucionar o problema da tensão pela posse da terra. Um dos motivos é o fato de essas cidades terem sido criadas em

espaços já ocupados por grupos sociais que mantinham relações produtivas com a terra, mas que não foram considerados aptos a participar da grande empreitada capitalista que associou Estado e companhias de terras, como dissemos anteriormente.

É importante considerar, ainda, que a ação colonizadora, no Norte do Paraná, nas primeiras décadas do século passado, foi, desde os primeiros momentos, extremamente anti-ecológica e segregadora, porque devastou indiscriminadamente as florestas para o cultivo, principalmente do café, o “ouro verde”, e excluiu a maioria da população que já vivia nessas áreas, tendo em vista a existência de populações indígenas e cablocas que mantinham relações produtivas com a terra, muito antes da chegada dos chamados “pioneiros” e da companhia de terras que organizou a ocupação capitalista da região. A bibliografia que trata criticamente desse processo³ discute a necessidade de falar, não exatamente de uma ocupação, mas de re-ocupação, que teria seguido a lógica da exploração capitalista da terra e se pautado pela violência e pela exclusão, uma vez que a presença de índios e caboclos era percebida como impedimento para o progresso e para o desenvolvimento da região.

A produção do espaço urbano constituído pela atual RM de Maringá (PR) obedeceu, desde a sua gênese, a uma orientação que reproduziu, no território, processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário e do poder público. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial também segmentada. Em toda essa região acabou sendo definida uma espacialidade que separou os moradores conforme as suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano e, ao fim, segregou-os num limite tão extremo que os grupos de renda baixa da população só encontraram possibilidade de moradia fora das áreas urbanas centrais.

Quando se fala da cidade sede desta região, Maringá, a primeira característica que a identifica é o seu planejamento. O ideário urbanístico que serviu de paradigma ao planejamento das cidades, na primeira década do século XX, contém os elementos que inspiraram o engenheiro Jorge Macedo Vieira (1894-1978) na elaboração do projeto urbano de Maringá. Para isso, faz-se necessário tratar alguns aspectos do modelo da *cidade-jardim*, à medida que Maringá é freqüentemente associada a esse padrão. A “cidade-jardim” consiste num modelo urbanístico concebido por Ebenezer Howard, em 1902. Vieira realizou o seu primeiro trabalho na área de engenharia, ainda estudante, num

3 Integram essa abordagem crítica os trabalhos de Gonçalves, Tomazzi e outros.

estágio na Cia City⁴, no qual recebeu forte influência do ideário da cidade-jardim. As influências recebidas por Vieira se referem, principalmente, às idéias e soluções formais do modelo da *garden city*, e essa influência foi um dos elementos presentes no projeto urbanístico de Maringá.

A região se constitui por um conjunto de municípios cujas características socioeconômicas individuais resultam em espacialidades urbanas bastante diferenciadas umas das outras, como observaremos nas análises realizadas. Algumas das suas diferenças são, inclusive, resultado da maneira como um município afeta o outro na dinâmica das suas relações. Inversamente, há integral semelhança quando se observa a formação histórica desses espaços, cada qual resultante do mesmo empreendimento feito pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), nos anos 1940.

A implementação do espaço urbano maringaense foi planejada no arrojado projeto urbanístico que definia a possibilidade de uma ocupação residencial diferenciada segundo as condições econômicas dos compradores. Essa diferenciação resultou numa segmentação socioespacial, geradora de um espaço inter e intra-urbano segregado.

1.2. Considerações sobre o Desenvolvimento Socioeconômico da Região Metropolitana de Maringá

O total do PIB da RMM, em 2002, alcançou o valor de R\$ 3.742.449,00⁵ a preço de mercado corrente. Maringá concentra R\$ 2.740.167,00 desse total, sendo R\$ 1.385.793,00 no setor de serviços e R\$ 1.097.303,00, na indústria. A participação da região no PIB do Estado do Paraná encontra-se no patamar de 4,6%, a cidade pólo contribui com 3,4% desse índice. O município de Maringá participa com um índice de 73,2% do total da aglomeração, seguido de Sarandi, com 6,6%, e de Marialva, com 5,4%.

O PIB *per capita* do Paraná, em 2002, foi de R\$ 6.644,00. Na RMM, o valor que se destaca é de R\$ 9.195,00 no pequeno município de Iguaraçu, seguido pelo da cidade sede, com o valor de R\$ 9.058,00. Em oposição, os dois municípios com os menores PIB's *per capita* são o de Paiçandu e Sarandi, com valores de R\$ 3.357,00 e R\$ 3.181,00, respectivamente.

4 A empresa *City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited* que, em 1912, possuía 37% do perímetro urbano de São Paulo, conforme Rego (2001).

5 O PIB estadual, em 2002, foi de R\$ 81.449.312,00 e a população, de 9.883.312 habitantes.

No município de Maringá reside 58,4% do total da população metropolitana e, em Sarandi, 14,9%. O total da população da RMM representa 5,24% da população estadual; apenas a cidade de Maringá compreende 3,06% da população paranaense. Em Sarandi, o município com o menor PIB *per capita* da região, encontra-se o maior crescimento demográfico que, entre 1991 e 2000, se manteve com taxa de 4,52% ao ano, seguido por Paiçandu, cuja taxa anual no período foi de 3,69%, em Maringá, o incremento populacional manteve-se numa taxa de 2,06% ao ano. Em Sarandi é encontrada a maior densidade populacional com um total de 692 habitantes por km², seguido do total maringaense com 592 habitantes e, em oposição, estão Ângulo e Iguaraçu, com apenas 27 e 22 habitantes por km², respectivamente.

O município de Sarandi, que apresenta a maior densidade demográfica regional, também é aquele com os maiores índices de mobilidade pendular. Ou seja, 32,64% do total dos moradores saem em direção ao pólo para estudar ou trabalhar e retornam todos os dias, bem como 30,11% dos moradores de Paiçandu também realizam esse movimento diário para Maringá. Os dois municípios são os únicos que apresentam contigüidade espacial, formando com Maringá uma única mancha urbana.

Se considerarmos aqueles moradores maiores de 15 anos, o índice é de 44,3% que saem de Sarandi todos os dias para o trabalho ou estudo e, em Paiçandu, são 41,5% dos habitantes dessa faixa etária que deixam a cidade pela manhã e retornam à noite. Em ambos os municípios, dos que trabalham ou estudam fora, 93% se dirigem a Maringá.

O grande fluxo de moradores para essa região tem uma origem no próprio Estado, com um índice de 82,4% de migrantes que para cá se mudaram entre 1995 e 2000. Em Sarandi, onde houve o maior incremento demográfico, 23,3% do total da população acima de cinco anos constitui-se de migrantes que para lá se dirigiram no referido período, sendo 76,33% oriundos do Paraná.

A taxa de urbanização da região é bastante elevada na maioria dos municípios. Maringá apresenta a maior taxa (98,4%). Vemos nos municípios de Iguaraçu (78,2%), Marialva (77,0%) e Ângulo (75,7%) as menores taxas de urbanização. No caso de Marialva, a taxa de urbanização é baixa, pois está vinculada ao arranjo produtivo em torno da cultura da uva fina (que se mantém numa estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades rurais, fixando muitos moradores). Em Ângulo e Iguaraçu, as baixas taxas têm relação com o número reduzido de moradores dessas municipalidades.

Os dados a serem apresentados manifestarão processos de desigualdade intermunicipais. Destacamos alguns aspectos mais contundentes, por exemplo, em Iguaraçu está o maior índice de pessoal ocupado, 57,1% do total de habitantes, e 80% dos residentes com dez anos ou mais. Isso supera muito o segundo contingente, localizado em Maringá, com 28,4% de ocupados sobre o total da população. No município de Ângulo, apenas 7,3% do total da população tem ocupação.

1.3. Condição Social da MetrÓpole

O relatório acerca da situação social da população moradora nas regiões metropolitanas brasileiras (OBSERVATÓRIO, 2005) mostra condições bastante distintas, não só numa escala inter-aglomerados, mas também, e nesse caso com distância social bem maior, numa escala intra-aglomerados. Os indicadores utilizados para medir tal condição foram: Índice de Carência Habitacional (ICH) e taxa de pobreza, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para confrontar os resultados decorrentes dos dois indicadores selecionados.

A RMM analisada, constituída por nove municípios, mostra que somente a cidade pólo apresenta situação “muito boa”, e as demais municipalidades se classificam com uma condição social “média”.

TABELA 2 – Evolução do IDH-M da Região Metropolitana de Maringá, 1991-2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000	% de crescimento IDH-M
Ângulo	0,658	0,742	12,77
Floresta	0,729	0,773	6,04
Iguaraçu	0,686	0,740	7,87
Mandaguaçu	0,682	0,762	11,73
Mandaguari	0,705	0,791	12,2
Marialva	0,708	0,784	10,73
Maringá	0,762	0,841	10,37
Paiçandu	0,660	0,746	13,03
Sarandi	0,696	0,768	10,34

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2002.
Organização; Observatório das MetrÓpoles – Núcleo RM de Maringá

No município pólo da região, no período 1991-2000, o IDH-M cresceu 10,3%, passando de 0,762, em 1991, para 0,841, em 2000. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a longevidade, com 39,9%, seguida pela educação, com 35,3%, e pela renda, com 24,8%.

Nesse período, o mesmo índice teve crescimento de 12,2%, em Mandaguari, passando de 0,705 para 0,791; em Sarandi, 10,34%, passando de 0,696 para 0,768; Paiçandu cresceu 13%, passando de 0,660 para 0,746; Mandaguaçu cresceu 11,7%, passando de 0,682 para 0,762; Marialva cresceu 10,73%, passando de 0,708 para 0,784; Floresta cresceu 6%, passando de 0,729 para 0,773; Iguaçu cresceu 7,8%, passando de 0,686 para 0,740; Ângulo cresceu 12,7% passando de 0,658 para 0,742.

As dimensões que contribuíram para esse crescimento foram principalmente relacionadas à educação, com índices que se elevaram de 35,3%, em Maringá, a 82%, em Floresta; quanto à longevidade, os índices se elevaram entre 12,3% (Floresta) e 41,9% (Mandaguari), e a renda, que apresentou crescimento entre 5,4% (Floresta) e 24,8% (Maringá).

1.4. Situação dos Municípios da RMM em Relação ao IDH-M – 2000

TABELA 3 – Situação dos Municípios da RMM

Município	IDH-M	Classificação PNUD	Classificação Nacional	% Nacional Municípios Melhor Situação	% Nacional Municípios Igual ou Pior Situação	Classificação Estadual	% Estadual Municípios Melhor Situação	% Estadual Municípios Igual ou Pior Situação
Ângulo	0,74	Médio	2089 ^a	37,90	62,10	190 ^a	47,70	52,60
Floresta	0,77	Médio	1227 ^a	22,30	77,70	80 ^a	19,80	80,20
Iguaçu	0,74	Médio	2141 ^a	38,90	61,10	198 ^a	49,40	50,60
Mandaguaçu	0,76	Médio	1523 ^a	27,60	72,40	115 ^a	28,60	71,40
Mandaguari	0,79	Médio	771 ^a	14,00	86,00	36 ^a	8,80	91,20
Marialva	0,78	Médio	949 ^a	17,20	82,80	53 ^a	13,00	87,00
Maringá	0,84	Alto	63 ^a	1,10	98,90	6 ^a	1,30	98,70
Paiçandu	0,75	Médio	1977 ^a	35,90	24,10	174 ^a	43,40	56,60
Sarandi	0,77	Médio	1367 ^a	24,80	75,20	94 ^a	23,30	76,60

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Em 2000, o IDH-M de Mandaguari foi de 0,791. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH

entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Mandaguari apresenta uma situação boa: ocupa a 771ª posição, 770 municípios (14,0%) estão em situação melhor e 4.736 municípios (86,0%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Mandaguari apresenta uma situação boa: ocupa a 36ª posição, 35 municípios (8,8%) estão em situação melhor e 363 municípios (91,2%) estão em situação pior ou igual.

O IDH-M de Sarandi, em 2000, foi de 0,768. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Sarandi apresenta uma situação boa: ocupa a 1.367ª posição, 1.366 municípios (24,8%) estão em situação melhor e 4.140 municípios (75,2%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Sarandi apresenta uma situação boa: ocupa a 94ª posição, 93 municípios (23,3%) estão em situação melhor e 305 municípios (76,7%) estão em situação pior ou igual.

Em Paiçandu, o IDH-M no ano de 2000 foi de 0,746. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Paiçandu apresenta uma situação intermediária: ocupa a 1.977ª posição, 1.976 municípios (35,9%) estão em situação melhor e 3.530 municípios (64,1%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Paiçandu apresenta uma situação intermediária: ocupa a 174ª posição, 173 municípios (43,4%) estão em situação melhor e 225 municípios (56,6%) estão em situação pior ou igual (Ibid.).

Em 2000, o IDH-M de Mandaguaçu foi de 0,762. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Mandaguaçu apresenta uma situação boa: ocupa a 1.523ª posição, 1.522 municípios (27,6%) estão em situação melhor e 3.984 municípios (72,4%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Mandaguaçu apresenta uma situação boa: ocupa a 115ª posição, 114 municípios (28,6%) estão em situação melhor e 284 municípios (71,4%) estão em situação pior ou igual (Ibid.).

Para o município de Marialva, em 2000, o IDH-Municipal foi de 0,784. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Marialva apresenta uma situação boa: ocupa a 949ª posição, 948 municípios (17,2%) estão em situação melhor e 4.558 municípios (82,8%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Marialva apresenta uma situação boa: ocupa a 53ª posição, 52 municípios (13%) estão em situação melhor e 346 municípios (87%) estão em situação pior ou igual.

Em 2000, o IDH-M de Iguaraçu foi de 0,740. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Iguaraçu apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2.141ª posição, 2.140 municípios (38,9%) estão em situação melhor e 3.366 municípios (61,1%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Iguaraçu apresenta uma situação intermediária: ocupa a 198ª posição, 197 municípios (49,4%) estão em situação melhor e 201 municípios (50,6%) estão em situação pior ou igual.

Em Floresta, no ano 2000, o IDH-M foi de 0,773. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Floresta apresenta uma situação boa: ocupa a 1.227ª posição, 1.226 municípios (22,3%) estão em situação melhor e 4.280 municípios (77,7%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Floresta apresenta uma situação boa: ocupa a 80ª posição, 79 municípios (19,8%) estão em situação melhor e 319 municípios (80,2%) estão em situação pior ou igual.

Em 2000, o IDH-Municipal de Ângulo foi de 0,742. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH-M entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Ângulo apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2.089ª posição, 2.088 municípios (37,9%) estão em situação melhor e 3.418 municípios (62,1%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Ângulo apresenta uma situação intermediária: ocupa a 190ª posição, 189 municípios (47,4%) estão em situação melhor e 209 municípios (52,6%) estão em situação pior ou igual.

O município de Maringá, no ano 2000, apresentou um IDH-Municipal de 0,841. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH-M maior que 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Maringá apresenta uma situação boa: ocupa a 63ª posição, 62 municípios (1,1%) estão em situação melhor e 5.444 municípios (98,9%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Maringá apresenta uma situação boa: ocupa a 6ª posição, 5 municípios (1,3%) estão em situação melhor e 393 municípios (98,7%) estão em situação pior ou igual.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ARBEX, José Jr. Terror no Paraná. *Revista Caros Amigos*. São Paulo, n. 27, 1999.

GONÇALVES, José H. Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970. In: DIAS, Reginaldo; GONÇALVES, J. H. Rollo (Coords.). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: Eduem, 1999. p. 88-121.

LIMA, Maurício. Dalls no Paraná. *Revista Veja*. São Paulo, n. 20, 1999.

LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 1996. CD-ROM.

_____. Censo Demográfico 2000. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum*. Maringá. v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

TOMAZI, Nelson Dacio. Norte do Paraná histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

2. Características Geofísicas e Infra-estruturas Urbanas do Recorte Político-institucional da Região Metropolitana de Maringá

2.1. Localização e Características Geofísicas

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) está localizada na Mesorregião Norte Central Paranaense (*Mapa 2*), conforme a regionalização do IBGE, e no Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná (MAACK, 1981), abrangendo uma área de 2.303,8 km².

Tal planalto é constituído por derrames basálticos, e a sua geomorfologia é caracterizada pela presença de pequenos planaltos e patamares. As altitudes dos municípios dessa região variam de 300 a 750 metros, com predominância de relevo suavemente ondulado, com interflúvios e espigões longos, que apresentam declividades entre 0% e 10%. Esse é o relevo predominante nos Municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Ângulo, Iguaraçu e Floresta. No norte do município de Marialva encontramos declividades que chegam a 20% e, em Mandaguari, as declividades chegam a 40% na parte norte, inaptas para agricultura mecanizada e urbanização.

A litologia dessa área teve a sua formação no Mesozóico e compõe-se pela Formação Serra Geral (embasamento rochoso predominante) e Formação Caiuá, que ocorrem em pequena área do quadrante noroeste de Maringá, da parte norte de Ângulo e Iguaraçu, e do oeste e sul de Mandaguaçu. A primeira formação é composta por rochas efusivas basálticas toleíticas, com basaltos maciços e amigdalóide, e a segunda é composta por arenito fino a médio.

Nesse recorte político-espacial predomina o clima Subtropical Mesotérmico Úmido (Cfa (h) - Cwa), com chuvas concentradas no verão, que são quentes. A temperatura dos meses mais quentes é superior a 22° e dos meses mais frios inferior a 18°C, com poucos registros de geadas, com precipitação pluviométrica que varia entre 1.300 mm e 1.700 mm; e umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica. Com o desmatamento desenfreado da vegetação natural, pela rápida colonização dos solos férteis do Norte do Paraná, houve alterações nas condições climáticas que acarretaram a presença de estações secas cada vez mais prolongadas na região (MAACK, 1981).

O potencial hídrico da região é caracterizado pela presença de duas bacias hidrográficas: do *Pirapó* (bacia hidrográfica do Paranapanema), na qual estão os municípios de Iguaraçu, Ângulo, a parte norte dos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari e Mandaguaçu; e do *Ivaí* (com vales mais profundos), compreendendo a parte sul da RMM, no qual estão inclusos os municípios de Floresta e Paiçandu e a parte sul dos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari e Mandaguaçu.

O clima úmido e os solos predominantemente férteis da região possibilitaram o desenvolvimento da Floresta Estacional Semidecidual, constituindo um dos biomas com maior biodiversidade do País. Segundo Bigarella e Mazuchowski (1985), essa região possuía árvores com altitudes que chegavam a 30-40 metros, entre elas, as espécies denominadas “madeira de lei”, como peroba, canela, cedro, pau-d’alho e ipês.

As características físico-ambientais naturais da RMM, principalmente pelo solo ser favorável ao desenvolvimento da cultura cafeeira, sofreram profundas transformações, com a rápida ocupação nas décadas de 1940 e 50, e, ainda mais, com a modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 70. Tais transformações atingiram as características morfológicas e físico-químicas do solo e a camada inferior da troposfera, devido às mudanças no regime hidrológico desencadeadas pela retirada de vegetação.

Na Mesorregião Norte Central do Paraná, restam apenas 134.398,6 ha de cobertura florestal, correspondendo a 5,5% da área total da mesorregião, conforme pesquisa da SOS Mata Atlântica (2002). Na RMM, a única Unidade de Conservação Estadual ou Federal existente é o Horto Florestal de Mandaguari, com 21,53 hectares, criado em 1979, por lei estadual, requerendo, assim, ampliação de áreas florestais, para preservação das espécies nativas que existiam nesse bioma.

2.2. Infra-estruturas Urbanas de Saneamento Básico e Desigualdade Socioambiental

A cidade é discutida constantemente como a *não-natureza*, aludindo o fato de ser independente da natureza. Questiona-se, assim, o que seriam as enchentes, os deslizamentos de massas, as reservas florestais deixadas em áreas com alta declividade (geralmente reocupadas por favelas) etc., comum a múltiplas cidades? Os fenômenos em estado normal ou em anomalia são processos naturais, sob maior ou menor pressão “antrópica”, que condicionam processos sócio-geoeconômicos, como a distribuição espacial das classes sociais, infra-estruturas e serviços urbanos e atividades econômicas no espaço urbano.

A obra humana a partir da revolução industrial passou a ser uma realidade cada vez mais desigual e excludente. Além disso, a temporalidade da natureza se difere da temporalidade da acumulação capitalista, impossibilitando estender o padrão de vida de quase um terço da população do planeta para toda população.

Segundo Wagner Ribeiro (2003, p. 331), temos que escolher entre manter o modelo de acumulação capitalista ou prover os marginalizados de meios para a reprodução da vida humana. “As saídas resultam da política e, portanto, de quem conseguir organizar suas demandas coletivamente e tiver mais força na negociação. Com essas considerações é preciso concluir que o caos deve perdurar por muitos anos ainda”.

A acessibilidade a infra-estruturas e serviços urbanos de saneamento básico em qualidade e quantidade necessárias caracteriza-se como um desafio à realidade social brasileira, influenciada pelas dinâmicas econômicas, demográficas e políticas, que privilegiam alguns bairros de algumas cidades de algumas regiões. Como geralmente são financiados com recursos de bancos internacionais (Banco Mundial, BID e Bird), pode-se afirmar que privilegiam também alguns países, os que, seguramente, pagaram as dívidas e os juros. Aos demais, políticas neomalthusianas.

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) encontra-se numas dessas áreas privilegiadas da *Região Concentrada*, tanto economicamente quanto politicamente, num dos eixos urbanos mais dinâmicos do País – o Eixo Urbano Londrina-Maringá, no entanto, tais privilégios são absorvidos por alguns bairros de classes média e alta de algumas cidades.

A partir dessas considerações gerais, pode-se fazer uma análise comparativa entre a quantidade e a qualidade da infra-estrutura de saneamento básico dos municípios da RMM relacionado com as densidades demográficas.

A densidade demográfica (habitantes por km²) dos municípios da RMM é bastante distinta tanto no nível urbano como interurbano, resultante do processo de colonização e posterior planejamento implementado, e pode ser agrupada em quatro grupos: a) Iguaçu (21,6), Ângulo (26,8) e Floresta (32,2); b) Mandaguaçu (57,1), Marialva (60,3) e Mandaguari (93,3); c) Paiçandu (179,7); e, d) Maringá (587,6) e Sarandi (684,5) (Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU, 2000). Essas densidades variam de 21,6 até 684,5 hab./km², desencadeando maior ou menor pressão sobre o meio ambiente, onde os impactos estão relacionados a outros aspectos, como: culturais, naturais, geoeconômicos e, sobretudo, sociais, como corrobora Caseti (1991, p. 22):

a questão ambiental é antes de tudo um problema social, intensamente agravado com a divisão do trabalho e, por conseguinte, com a conversão da forma de apropriação da natureza de valor-de-uso para valor-de-troca, instituída a partir da lógica capitalista.

No Brasil, a iluminação urbana é predominantemente elétrica desde 1936. De um total de 2.424 localidades (denominação que abrange cidades, vilas e povoados), 2.003 (82,6%) eram iluminadas à eletricidade, 322 (13,3%) a querosene, 62 (2,6%) a gás acetileno e 37 (1,5%) a gás carbônico. O serviço era oferecido por empresas municipais em 827 localidades (34,1% do total) e por empresas particulares em 1.597 localidades (65,9%) (IBGE, Comunicação Social, 2003).

Com relação à área asfaltada em cada municipalidade, a RMM é composta de realidades urbanas bastante distintas, com uma infra-estrutura que se apresenta consolidada em alguns municípios e, em outros, absolutamente deficiente. Por exemplo, a malha viária de Maringá, Iguaçu, Floresta e Marialva conta com índice de 80 a 100% de suas ruas pavimentadas, enquanto Paiçandu encontra-se na faixa dos municípios que têm de 20 a 40% de cobertura asfáltica. Os municípios de Mandaguari e Mandaguaçu têm entre 60 e 80% de suas ruas pavimentadas e os de Ângulo e Sarandi possuem asfaltamento na faixa entre 40 e 60% das ruas (METRODATA, 2000).

Para garantir qualidade de vida aos moradores das cidades, os equipamentos de saneamento básico, tais como rede geral de distribuição de água, rede coletora de esgoto, rede de drenagem urbana, além dos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana são de grande

importância. Esses equipamentos e serviços amenizam os problemas da ocupação urbana, mas nem sempre eliminam os impactos sobre o meio ambiente, à medida que não existem tecnologias que os eliminem, ou, então, são grandes as dificuldades das municipalidades para viabilizar as que existem devido ao alto grau de sofisticação de muitas delas.

A rede geral de distribuição de água e os serviços de limpeza urbana e coleta de lixo estão presentes em todos os distritos da RMM, mas não alcançam um atendimento a todo o espaço urbano metropolitano. A rede coletora de esgoto inexistente nos municípios de Ângulo, Floresta e Iguaraçu, onde há uma baixa densidade demográfica, e também nos três distritos de Marialva, nos dois distritos de Maringá (Iguatemi e Floriano) e num distrito de Paiçandu. A rede de drenagem urbana é outro equipamento também não encontrado em todo o território da RMM (PNSB, 2000).

2.2.1. Abastecimento de Água

O abastecimento de água é realizado por meio da rede geral, poço ou nascente e, ainda, por outra forma de acesso, segundo a distinção do SNIU, que utilizaremos para a análise desse tema. A forma predominante de abastecimento de água dos municípios da RMM é pela rede geral, excedendo 80% em todos os municípios, com um volume fornecido de 98.394 litros em 2000.

O menor índice de atendimento pela rede geral é o de Marialva, com 82,11%, e Floresta e Iguaraçu, com 85,43% e 86,10%, respectivamente. Ângulo e Mandaguaçu apresentam uma taxa de 86,88%, Mandaguari, 90,63%, e Maringá, 92,82%. Paiçandu e Sarandi, com 97,04% e 97,99%, respectivamente. Em Sarandi, a distribuição por rede geral de água é municipalizada, com custo menor e, portanto, mais acessível à população que apresenta, naquele município, baixos níveis de renda, como se observa ao longo desse trabalho.

A água retirada de poço, principalmente dos mais rasos, ou nascente não é segura para ser ingerida pelo homem ou para irrigação de hortaliças, pois pode estar contaminada, devido à vulnerabilidade à contaminação pelo uso de agrotóxicos e demais atividades que não destinam corretamente os resíduos tóxicos, poluentes ou contaminados.

O município de Sarandi, que tem a distribuição de água municipalizada, conseqüentemente, mais acessível, possui o menor índice da RM na utilização de abastecimento por poço ou nascente (1,94%), e, em Paiçandu, o abastecimento por essa forma também é baixo

(2,80%), se compararmos os dois com os demais municípios, Maringá (7,01%), Mandaguari (9,22%), Mandaguaçu (10,65%), Ângulo, Iguaraçu e Floresta, com variação de 13% a 14,5%, e, em Marialva, o maior índice de abastecimento por poço ou nascente, de 15,20%.

A quantidade de domicílios que utilizam outra forma de acesso à água e sem canalização interna nas moradias é baixa em todos os municípios, variando entre 0 e 16 domicílios nos municípios da RMM. Essa forma de abastecimento é ausente em Ângulo e Iguaraçu e o município com maior uso desse meio é Floresta, com 0,14%.

Outros dados relevantes para caracterizar o serviço de abastecimento de água na RMM, constam da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB)⁶. Essa pesquisa aponta que 50% dos 14 distritos da RMM são atendidos pela esfera administrativa municipal e as demais, pela esfera estadual. Desses 14 distritos, apenas 6 fazem a fluoretação e 12, a cloração, 2 não fazem tratamento, em 1 não se faz a vigilância da qualidade da água. No entanto, em nenhuma das fontes de captação para abastecimento de água dos distritos da RMM foi encontrada poluição ou contaminação.

Outro indicador importante da qualidade do abastecimento de água potável é a quantidade de coliformes fecais. Observando os dados enviados pelas prefeituras municipais em 2002, a quantidade de coliformes fecais presentes na água após o tratamento em Ângulo e Sarandi é nula. O resultado se difere para os Municípios de Paiçandu, Mandaguari, Mandaguaçu, Marialva e Maringá, ao aparecer resultado fora do padrão (coliformes fecais acima dos índices máximos permissíveis) em: 9 das 1.170 amostras analisadas em Paiçandu; 23 das 601 análises realizadas em Mandaguari; 36 das 473 amostras, em Mandaguaçu; em 83 das 2.572 amostras, em Maringá; e, 250 das 250 análises de amostras, em Marialva (sic.). Esses dados não estão disponíveis para os Municípios de Floresta e Iguaraçu, pois não enviaram relatório.

2.2.2. Coleta e Disposição do Esgoto

O serviço de esgoto tem por finalidade a coleta e disposição final de águas residuais originadas pela população e compõe um item da infra-estrutura urbana de fundamental importância, tanto pela relevância pertinente à saúde pública e à preservação ambiental, quanto por aumentar a possibilidade de densificação, através da verticalização residencial.

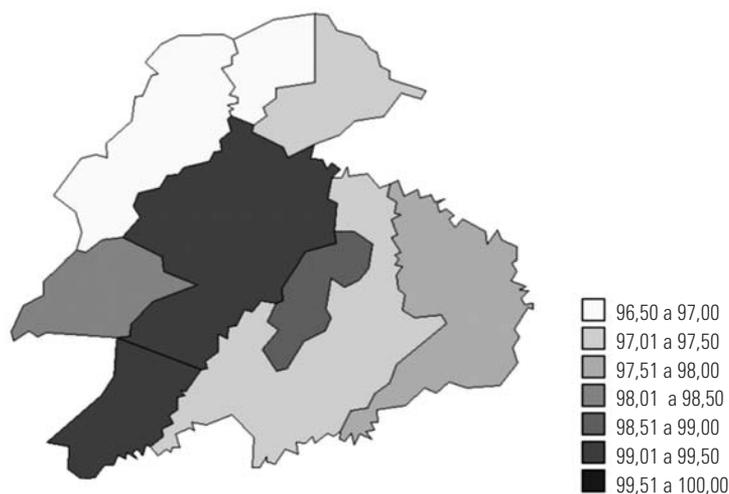
6 O município de Floresta não enviou os dados para a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) realizada em 2000 e 2003.

No Brasil, o acelerado processo de urbanização com carência de investimentos em infra-estrutura e serviços de saneamento básico derivaram em espaços urbanos em deficitários sistemas de tratamento de esgotos. Por constituir-se de um equipamento urbano de alto custo, nas cidades brasileiras, geralmente, é implantado somente nas áreas centrais, no entanto, os recursos financeiros geralmente são públicos.

Na RMM, há 138.112 domicílios (IBGE, 2000). Desses, 32% possuem ligações de esgoto, resultando num total de 33.741 m³ de esgoto tratado por dia. Os demais domicílios possuem fossa séptica ou fossa rudimentar. Os usos de fossa séptica ou rudimentares não estão distribuídos de forma homogênea na região, variando de 45,6%, em Maringá, até 99,5%, em Ângulo e Iguaraçu, pois 0,5% dos domicílios desses municípios não possuem nem banheiro, nem sanitário e nenhuma forma de esgotamento sanitário.

Segundo dados do PNUD (2002), todos os municípios da região em estudo possuíam 96% ou mais de pessoas que residiam em domicílios com água encanada e banheiro no ano de 2000. Ângulo e Mandaguaçu com os menores percentuais – abaixo de 97%, Iguaraçu, Marialva e Mandaguari com esse indicador entre 97% e 98%, Paiçandu e Sarandi, entre 98% e 99%, e Maringá e Floresta, com mais de 99% da população com acesso a essas infra-estruturas indispensáveis, como se pode ver no mapa que segue (*Mapa 3*).

MAPA 3 – A Acessibilidade à Água Encanada e ao Banheiro por Pessoas da Região Metropolitana de Maringá em suas Residências – 2000



Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2004.
Adaptação: Adeir Archanjo da Mota, 2006.

Relacionando o volume de água distribuída por dia ao volume de esgoto tratado por dia, encontra-se o índice de 34,3%, ou seja, apenas essa faixa do volume de água distribuída recebe tratamento antes de retornar aos rios. As economias residenciais esgotadas por rede coletora da RMM é de 62.076. Ao relacionar essa quantidade ao total de domicílios, encontra-se o índice de 44,95% de domicílios atendidos.

2.2.3. Coleta e Disposição do Lixo

Um dos principais problemas de grandes aglomerações urbanas é encontrar um local adequado, amplo e com implantação das tecnologias de coleta e disposição do lixo que causem o menor impacto ambiental possível, pois, além dos resíduos sólidos volumosos, existem os resíduos líquidos, o “chorume”, um líquido escuro formado a partir da decomposição do lixo.

Todos os municípios da RMM possuem serviços de coleta de lixo e limpeza urbana. O serviço de coleta de lixo, segundo dados do SNIU (2000), atende mais de 96% das pessoas que vivem em domicílios urbanos. Em Mandaguçu e Marialva, esse serviço é acessível a 96% e 97% da população, respectivamente; em Paiçandu e Iguaçu, a 97% e 98%; em Mandaguari e Ângulo, a 98 e 99%; em Sarandi, Floresta e Maringá, a 99% a 100% da população.

Embora esse serviço atenda à quase totalidade da população urbana, um aspecto positivo, sua disposição não é feita de forma ambientalmente correta, pois 96,3% do lixo coletado é destinado aos lixões a céu aberto na RMM (PNSB, 2000), o que causa significativos problemas socioambientais, desde o risco de poluição do solo, do ar, dos recursos hídricos, do escape de gases, até o comprometimento de futuros usos para edificação após desativação, desvalorização imobiliária dos imóveis do entorno das áreas destinadas a tal uso, bem como os sérios riscos de saúde e social decorrentes da ocupação desses lixões por parte dos catadores de lixo.

Essa forma de destinação final do lixo coletado – vazadouro a céu aberto (lixão) – responde por 100% da disposição do lixo dos municípios de Ângulo, Maringá, Marialva, Paiçandu e Sarandi. Em Mandaguari 100%, da disposição também é feita de forma inadequada, porém 85% é feita em vazadouro a céu aberto e 15% em vazadouro em áreas alagadas. Somente Iguaçu e Mandaguçu fazem a destinação correta do lixo coletado; a primeira, destinando a aterro controlado e, a segunda, para aterro sanitário. O aterro

controlado é considerado pelos órgãos competentes como forma adequada, no entanto, pode ainda causar impacto ambiental significativo do solo, da atmosfera e dos recursos hídricos tal qual os vazadouros a céu aberto, diferenciado-se desses apenas pela realização de recobrimento dos resíduos com uma camada de terra, o que diminui a proliferação de insetos e roedores (PNSB, 2000).

A coleta de lixo residencial é realizada com frequência diferenciada entre os municípios da região. Em Ângulo, duas vezes por semana, em Iguaraçu, Paiçandu, Sarandi e Maringá é realizada três vezes por semana. Marialva, Mandaguari e Mandaguaçu, assim como nas áreas centrais do município de Maringá, a coleta é feita diariamente. Destaque-se que, em Mandaguaçu, embora a coleta de lixo seja diária e disposta de forma adequada, o aterro sanitário localiza-se próximo a áreas residenciais.

Ao compararmos os dados da RMM sobre a forma de disposição do lixo com o Paraná e o Brasil, verificamos que a RMM, com o índice de 98,20% de disposição inadequada (vazadouro a céu aberto e em áreas alagadas), está muito aquém dos índices do Paraná, com 38,59%, e dos 21,25% brasileiro. Quanto à quantidade de lixo coletado em relação à população urbana da RMM, o valor de 1,02 kg/pessoa está próximo da média do Paraná, que possui o índice de 0,97 kg/pessoa diariamente, segundo o PNSB.

Nos municípios de Maringá e Mandaguaçu, realiza-se coleta seletiva, a reciclagem, a remoção de entulhos e coleta de lixo especial – de parte do “lixo” urbano. Os demais municípios fazem apenas a remoção de entulhos e coleta de lixo especial (PNSB, 2000). Nenhum município da RMM faz o controle do lixo industrial, bem como nenhum município possui usina de compostagem, nem processo de incineração de lixo.

2.2.4. Drenagem

O sistema de drenagem subterrânea é outro componente importante da infra-estrutura para o escoamento de água de diversas origens, mas, principalmente, para drenagem das águas pluviais nas cidades. Esse sistema exige contínua manutenção, devido à constante obstrução das galerias de água por folhas, areia e demais objetos deixados pelos transeuntes.

Outro impacto ambiental foi destacado por Zamuner et al. (2002), ao evidenciar que a rápida densificação urbana de várias cidades do Paraná desencadeou inúmeros processos erosivos. Essas rápidas densificações

destroem as vegetações nativas, mudam os caminhos preferenciais de escoamento superficial das águas pluviais e acrescentam a esses volumes de águas servidas, criando, de um lado, voçorocas e taludes instáveis e, de outro, agravando as enchentes pelo volume de sedimentos depositados nos córregos e rios urbanos. (ZAMUNER et al., 2002, p. 1.794).

Todos os municípios da RMM possuem esse sistema de drenagem subterrâneo, do tipo rede coletora separadora (PNSB, 2000), entretanto, ele não atende a todos os bairros de tais municípios. Destes, sete fazem algum tipo de manutenção, como limpeza e desobstrução de galerias, executadas por seis municípios; limpeza e desobstrução de dispositivo de captação, realizadas por cinco municípios; varrição e limpeza de vias, realizadas pelos sete municípios; e dragagem e limpeza de canais, feitas por dois municípios.

Os pontos de lançamento dessa rede de drenagem⁷² são cursos d'água permanentes (a forma mais comum), realizada por sete dos municípios da região em estudo (87,5%); áreas livres públicas ou particulares, feita por dois municípios (25%); e reservatórios de acumulação ou detenção, encontrados em quatro municípios (50%).

Referências Bibliográficas

CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, UFG, v. 11, n. 1, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

RIBEIRO, Wagner C. Entre prometeu e Pandora – Sociedade e Natureza no início do Século XXI. In: CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália I. G. (Orgs.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 323-334.

ZAMUNER, Lourival D.; NÓBREGA, Maira T.; MARTONI, Astrid M. A urbanização e o desencadeamento de processos erosivos em área de preservação ambiental na cidade de Maringá, Estado do Paraná. *Acta Scientiarum*. Maringá, UEM/PPG, v. 24, n. 6, p. 1.793-1.800, 2002.

7 Um mesmo município pode apresentar mais de uma atividade desenvolvida na manutenção da rede de drenagem urbana.

capítulo 3

3. As Tipologias Socioocupacional e Socioespacial: As Desigualdades Sociais da Região Metropolitana de Maringá

A População Economicamente Ativa (PEA), que estava inserida no mercado de trabalho metropolitano, compunha-se, em 2000, por 245 mil pessoas. A relação entre essa parcela e o número total de pessoas com idade potencial para participar do mercado de trabalho (pessoas de 10 ou mais anos de idade) indica a pressão para nele ingressar. Em Maringá e região, a taxa de participação era de 62%, ou seja, a cada 100 pessoas de 10 ou mais anos de idade, 62 participavam do mercado de trabalho (*Tabela 4*).

TABELA 4 – População em Idade Ativa, Economicamente Ativa e Desocupada e Taxas de Atividade e de Desocupação Segundo Tipos Socioocupacionais – Região Metropolitana de Maringá – 2000

Típos	População em Idade Ativa (a)	População Economicamente Ativa (b)	População Ocupada	População Desocupada (c)	Taxa de Atividade (b/a)	Taxa de Desocupação (c/b)
Superior	37.649	22.108	20.217	1.891	58,7	8,6
Médio superior	41.878	25.172	22.753	2.419	60,1	9,6
Médio	167.838	106.312	91.874	14.438	63,3	13,6
Operário popular	50.572	30.906	25.387	5.519	61,1	17,9
Operário agrícola	70.580	43.095	37.632	5.463	61,1	12,7
Agrícola	26.356	16.684	15.051	1.633	63,3	9,8
TOTAL	394.873	244.277	212.914	31.363	61,9	12,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A necessidade de participar do mercado de trabalho mostra-se mais elevada nas áreas com moradores de categorias ocupacionais formadas, prioritariamente, por trabalhadores do secundário e, em seguida, com menor peso, do terciário. A pressão sobre o mercado de trabalho vem acompanhada por maiores taxas de desocupação, que atinge seu maior valor (17,9%) no conjunto de áreas ocupadas pelos moradores que se incluem na categoria ocupacional *operário popular* (cor laranja), que só prepondera na AED correspondente ao município de Paíçandu e nas duas áreas do município de Sarandi (Jardim Independência e Linha do Trem), ambos os espaços com moradores de baixa renda. A taxa de desocupação destas áreas (17,9%) é superior à média metropolitana (12,8%) reunindo um contingente de quase seis mil pessoas desocupadas.

A atual configuração social do espaço metropolitano, a partir da inserção dos moradores no mercado de trabalho, resulta dos recentes ajustes desse mercado, basicamente, em quatro dimensões formuladas por Delgado (2001): baixo crescimento da ocupação; precarização do trabalho, refletida principalmente no aumento da informalidade; aumento das taxas de desemprego e mudança na distribuição setorial da ocupação, com aumento na participação das atividades industriais no total do emprego.

No caso da RMM, podemos destacar o crescimento da atividade industrial ocorrido na cidade pólo como elemento diretamente relacionado aos ajustes do mercado de trabalho. A participação da atividade industrial na composição do PIB alcançou 51%, em 1998, bastante elevado em relação ao índice de 26%, em 1970. Como reflexo desse aumento, o número de empregos formais, em Maringá, passou de 54 mil para 76 mil no período 1990-2000. Em Paíçandu, de 850 para quase 2 mil, e, em Sarandi, de 2,3 mil para 5,3 mil, conforme dados do Iparde (Mapas Temáticos, 2003).

O Censo Demográfico aponta a existência, em 2000, de aproximadamente 213 mil pessoas ocupadas na RMM. Dois grupos se destacam na estrutura socioocupacional maringense (*Tabela 5*): o grupo das categorias do setor secundário, com 26,61% do total de ocupados, e o de trabalhadores das categorias médias, com 21,56%. O primeiro grupo congrega um conjunto de ocupações em funções manuais, a maior parte absorvida na construção civil (8,72%) e a outra, na indústria tradicional (7,20%); contra apenas 5,0% na indústria moderna, o que significa que os maiores contingentes de trabalhadores, nessa região, se inserem em atividades de baixa qualificação.

Embora as atividades do secundário constituam a maior categoria desde 1991, as ocupações médias alcançam o segundo lugar (antes das ocupações do terciário) com

21,56% dos ocupados, sendo os empregados de escritório o maior contingente desse grupo (8,07%), juntamente com a parcela de pessoas envolvidas em funções técnicas e artísticas (5,38%), ambas requerendo algum tipo de conhecimento especializado.

TABELA 5 – População em Idade Ativa, População Ocupada Total e Segundo Categorias Socioeconômicas – Região Metropolitana de Maringá – 2000

CATEGORIAS	OCUPADOS	
	abs	%
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	394.873	–
POPULAÇÃO OCUPADA	212.914	–
OCUPADOS COM CATEGORIA DEFINIDA	211.458	100,00
DIRIGENTES	2.792	1,32
Grandes empregadores	1.726	0,82
Dirigentes do setor público	463	0,22
Dirigentes do setor privado	602	0,28
INTELECTUAIS	11.684	5,53
Profissionais autônomos de nível superior	2.353	1,11
Profissionais empregados de nível superior	3.795	1,79
Profissionais estatutários de nível superior	658	0,31
Professores de nível superior	4.879	2,31
PEQUENOS EMPREGADORES	9.082	4,29
Pequenos empregadores	9.082	4,29
OCUPAÇÕES MÉDIAS	45.590	21,56
Ocupações de escritório	17.067	8,07
Ocupações de supervisão	6.923	3,27
Ocupações técnicas e artísticas	11.378	5,38
Ocupações de saúde e educação	5.781	2,73
Ocupações de segurança, justiça e correio	2.080	0,98
Artesãos	2.362	1,12
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO	36.971	17,48
Trabalhadores do comércio	19.090	9,03
Prestadores de serviços especializados	17.881	8,46
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	56.259	26,61
Trabalhadores manuais da indústria moderna	10.694	5,06
Trabalhadores manuais da indústria tradicional	15.215	7,20
Trabalhadores manuais de serviços auxiliares	11.903	5,63
Trabalhadores manuais da construção civil	18.447	8,72
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO	35.153	16,62
Prestadores de serviços não especializados	9.129	4,32
Empregados domésticos	17.138	8,10
Ambulantes e Biscateiros	8.886	4,20
AGRICULTORES	13.927	6,59
Agricultores	13.927	6,59

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (microdados)

Os agrupamentos de trabalhadores das categorias intelectuais e das atividades agrícolas apresentam menor participação na composição da estrutura socioocupacional metropolitana em relação à década anterior e as categorias dirigentes são as que têm a menor proporção de ocupados, com apenas 0,82% de grandes empregadores. Entre os trabalhadores não-especializados, que são 16,62% do total, os empregados domésticos são maioria (8,10%). A participação da categoria ambulantes e biscateiros (4,20%) e prestadores de serviços não-especializados (4,32%) ressalta o crescimento, apontado no início deste item, das ocupações que significam impactos do ajuste sofrido pelo mercado de trabalho nos últimos anos.

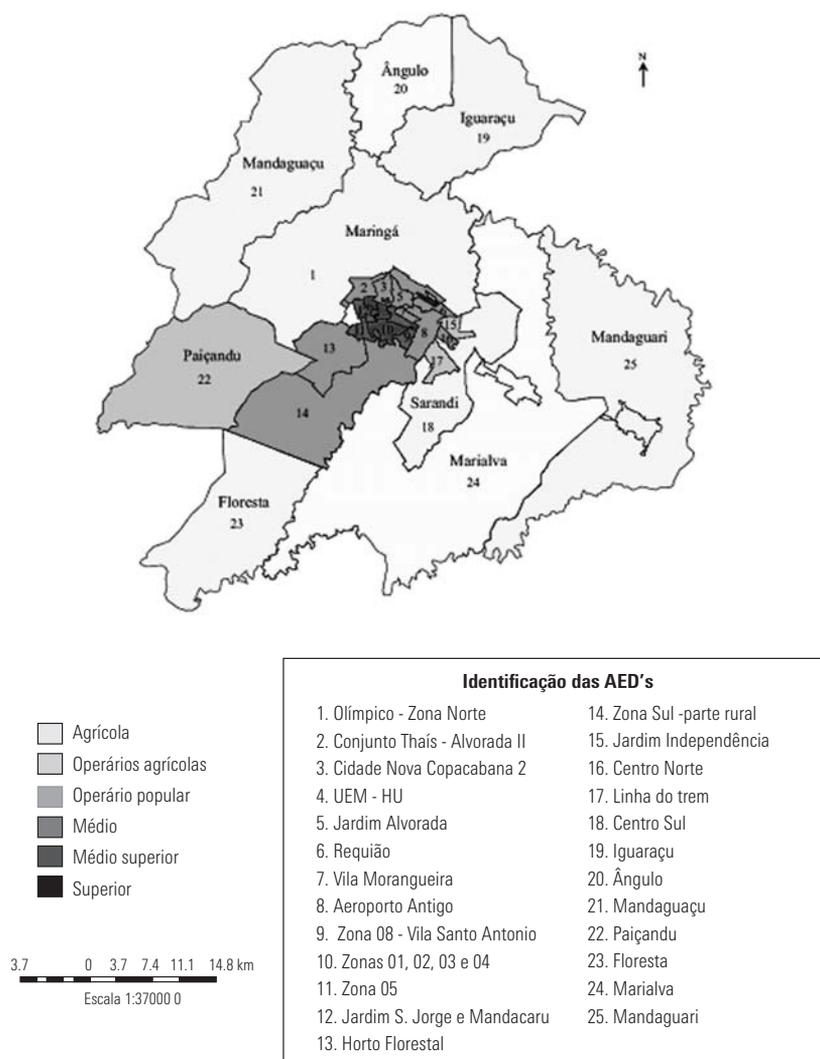
A segregação residencial observada em Maringá, bem como a desigualdade social nos municípios no entorno do pólo, faz parte do desenvolvimento dessa espacialidade (*Mapa 1*). Observamos que tal processo se mantém em 2000, quando se verifica que os três tipos socioespaciais em que sobressai a participação dos grupos em posição mais elevada na estrutura social (dirigentes, intelectuais, pequenos empregadores e ocupações médias) reúnem unidades espaciais (AEDs) localizadas apenas em Maringá e somente em 2 áreas centrais, dentre as 25 existentes, classificadas no tipo superior. Na extensão próxima a elas, encontra-se o médio superior e, na periferia da cidade pólo, o médio inferior. Em nenhum município da RMM aparecem áreas classificadas em tipos socioespaciais com essas características de ocupação superior.

O tipo *superior* reúne 2 áreas, que conformam um eixo que se estende do centro (zona 1) incorporando os bairros adjacentes da zonas 2, 3, 4 e região da UEM. Nesse conjunto de áreas, estão concentrados 9,5% da população ocupada na região. Mais de um terço das pessoas da RMM, classificadas como dirigentes (35,56%) ou intelectuais (33,56%), residem nesse tipo. Os setores médios também têm presença importante nesse tipo, representando 27,57% da população ocupada aí residente (exata descrição, bem como as que seguem sobre esse tema encontram-se reunidas nos subitens que compõem as *Tabelas 6, 7, 8 e 9*).

No extremo oposto estão os trabalhadores do secundário (2,45%), do terciário não-especializado (3,81% - biscateiros, domésticos e prestadores de serviços) e das atividades agrícolas (1,95%) cuja presença é muito pequena nesta área.

O segundo tipo, *médio superior*, caracteriza-se pela participação ainda importante dos grupos dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores e, principalmente, pela acentuada participação de categorias médias (34,26 %). Das 3 áreas que compõem esse tipo, todas se localizam na cidade pólo, adjacentes ao centro.

MAPA 4 – Tipologias Socioocupacionais da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000



Fonte: Iparde; IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

O tipo *médio* reúne 9 áreas, todas localizadas no pólo, local em que reside o maior número de pessoas ocupadas, 92 mil (43,1% dos ocupados) entre todos os tipos. A presença de categorias médias mantém-se elevada (24,0%), mas se amplia a presença dos grupos da base da estrutura social, pois trabalhadores do secundário são 28,66% de moradores nesse tipo. Na realidade, esse fato é atestado pelo quociente locacional (densidade) de

quase todos os grupos socioocupacionais, cujos valores são muito próximos de 1 para os moradores no tipo médio, diferente do superior em que há concentração de moradores das categorias profissionais dirigentes .

Nesse sentido, trata-se de um tipo socioespacial no qual o nível de segregação é menor, na medida em que todos os grupos estão representados quase que na mesma proporção em que se fazem presentes na RMM. Porém, ressalta-se que essa proximidade física entre os diversos grupos sociais não significa a ausência de distâncias sociais no interior dessas áreas, fato corroborado pela presença, nesse tipo, de áreas, em torno do Aeroporto Antigo, de ocupação por classes de maior renda, e do Conjunto Requião e Thais, espaços onde predominam moradores de baixa renda.

Reunindo 3 áreas, o tipo *operário popular* configura-se como um conjunto social no qual a presença dos grupos superiores e médios é quase inexistente, sendo preponderante a participação dos trabalhadores do setor secundário, registrando-se a presença de 40,85% de trabalhadores industriais.

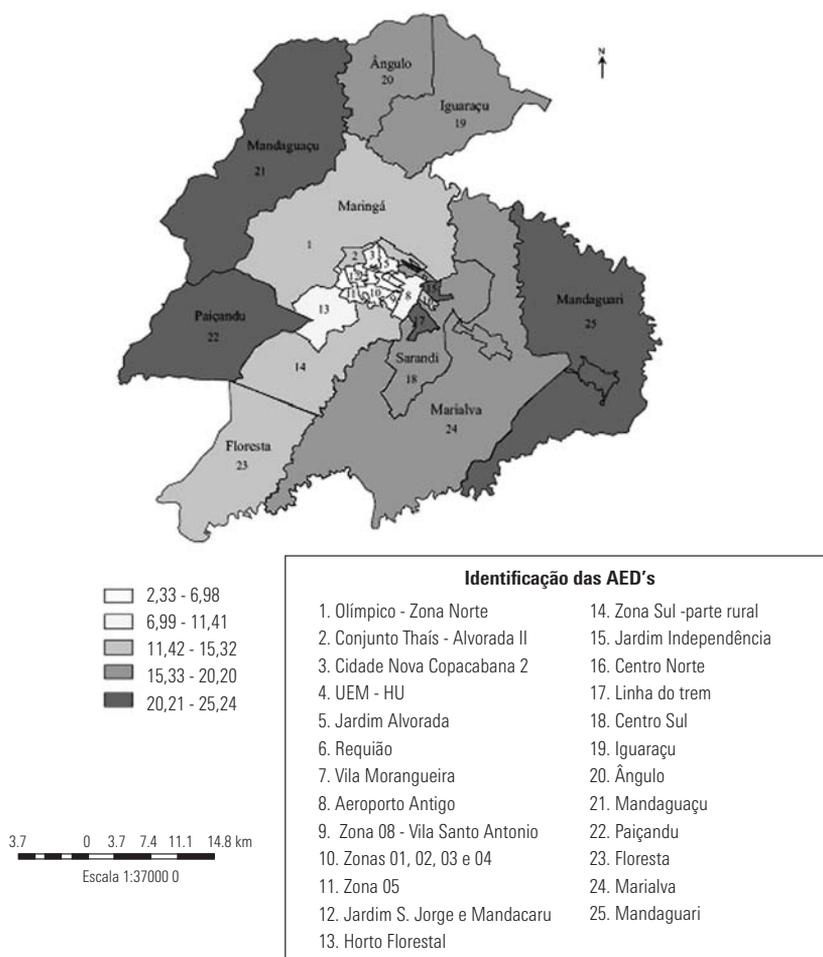
Todas as áreas desse tipo socioespacial localizam-se fora do município pólo, porém todas no entorno de Maringá, nos municípios de Paiçandu e Sarandi, únicas espacialidades que apresentam essa categoria de trabalhadores.

O tipo *operário agrícola* reúne 6 áreas, 1 no extremo do perímetro urbano maringaense ao norte e, as demais, em alguns municípios metropolitanos com presença razoável de atividade agrícola aliada à industrial, o que explica a participação de mais de 20% de moradores dos grupos superiores e médios nesse tipo, juntamente com trabalhadores em atividades agrícolas que representam 41,25%. Entretanto, cerca de 40% são trabalhadores dos setores secundário e terciário não-especializado, o que garante o perfil operário ao tipo.

O último tipo socioespacial é marcado pela participação mais acentuada de trabalhadores agrícolas. O tipo *agrícola* envolve duas áreas, todas fora de Maringá (Ângulo e Marialva), nas quais a participação das ocupações em atividades agrícolas é de 34,08% do total de ocupados, porém a participação dos trabalhadores do secundário se apresenta igualmente elevada (31,73%).

Em relação ao índice de pobreza, em todos os municípios da RMM, o percentual de famílias com renda familiar per capita até meio salário-mínimo é maior que 20% e, no município pólo, apenas 3 das 14 áreas (Requião, Olímpico e Alvorada) têm mais que 10% de famílias com renda *per capita* nessa faixa (Mapa 5).

MAPA 5 – Percentual de Famílias por Classe de Renda Mensal Per Capita que Recebem até ½ Salário Mínimo da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

TABELA 6 – Distribuição das Categorias Socioeconômicas por Tipos
(Absoluto e Densidade Relativa) – Região Metropolitana de Maringá – 2000

CATEGORIAS (Dados absolutos)	TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL						
	Superior	Médio superior	Médio	Operário popular	Operário agrícola	Agrícola	Total
Dirigentes	993	590	733	64	328	83	2.792
Intelectuais	3.921	2.174	3.620	239	1.151	580	11.684
Pequenos empregadores	2.504	1.784	2.966	248	1.000	579	9.082
Ocupações médias	6.861	6.697	21.895	2.759	5.912	1.466	45.590
Trabalhadores do terciário especializado	2.757	4.230	18.381	4.338	5.339	1.926	36.971
Trabalhadores do secundário	1.379	3.839	26.164	10.271	11.040	3.566	56.259
Trabalhadores do terciário não especializado	1.340	2.861	16.067	5.985	6.891	2.010	35.153
Agricultores	272	447	1.475	1.243	5.744	4.747	13.927
TOTAL	20.025	22.622	91.301	25.147	37.405	14.958	211.458

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

TABELA 7 – Distribuição Percentual das Categorias Socioeconômicas por Tipos – Região Metropolitana de Maringá – 2000

CATEGORIAS (Dados relativos)	TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL						
	Superior	Médio superior	Médio	Operário popular	Operário agrícola	Agrícola	Total
Dirigentes	35,56	21,14	26,26	2,30	11,76	2,98	100,00
Intelectuais	33,56	18,61	30,98	2,05	9,85	4,96	100,00
Pequenos empregadores	27,57	19,64	32,66	2,73	11,01	6,38	100,00
Ocupações médias	15,05	14,69	48,03	6,05	12,97	3,22	100,00
Trabalhadores do terciário especializado	7,46	11,44	49,72	11,73	14,44	5,21	100,00
Trabalhadores do secundário	2,45	6,82	46,51	18,26	19,62	6,34	100,00
Trabalhadores do terciário não especializado	3,81	8,14	45,71	17,02	19,60	5,72	100,00
Agricultores	1,95	3,21	10,59	8,92	41,24	34,08	100,00
TOTAL	9,47	10,70	43,18	11,89	17,69	7,07	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

TABELA 8 – Composição Socioeconômica dos Tipos
Região Metropolitana de Maringá – 2000

CATEGORIAS (Dados da coluna)	TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL						
	Superior	Médio superior	Médio	Operário popular	Operário agrícola	Agrícola	Total
Dirigentes	4,96	2,61	0,80	0,26	0,88	0,56	1,32
Intelectuais	19,58	9,61	3,96	0,95	3,08	3,87	5,53
Pequenos empregadores	12,50	7,88	3,25	0,99	2,67	3,87	4,29
Ocupações médias	34,26	29,60	23,98	10,97	15,81	9,80	21,56
Trabalhadores do terciário especializado	13,77	18,70	20,13	17,25	14,27	12,88	17,48
Trabalhadores do secundário	6,89	16,97	28,66	40,85	29,52	23,84	26,61
Trabalhadores do terciário não especializado	6,69	12,65	17,60	23,80	18,42	13,44	16,62
Agricultores	1,36	1,98	1,62	4,94	15,36	31,73	6,59
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

TABELA 9 – Densidade – Região Metropolitana de Maringá – 2000

CATEGORIAS (Densidade)	TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL						
	Superior	Médio superior	Médio	Operário popular	Operário agrícola	Agrícola	Total
Dirigentes	3,8	2,0	0,6	0,2	0,7	0,4	1,0
Intelectuais	3,5	1,7	0,7	0,2	0,6	0,7	1,0
Pequenos empregadores	2,9	1,8	0,8	0,2	0,6	0,9	1,0
Ocupações médias	1,6	1,4	1,1	0,5	0,7	0,5	1,0
Trabalhadores do terciário especializado	0,8	1,1	1,2	1,0	0,8	0,7	1,0
Trabalhadores do secundário	0,3	0,6	1,1	1,5	1,1	0,9	1,0
Trabalhadores do terciário não especializado	0,4	0,8	1,1	1,4	1,1	0,8	1,0
Agricultores	0,2	0,3	0,2	0,8	2,3	4,8	1,0
TOTAL	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ARANTES, Otilia et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE (2001). Estatuto da Cidade: Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. Série fonte de referência. Legislação, n. 40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico*, 2000 (Metrodata), 2005.

_____. Censo Demográfico 1991 – Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 1996. CD-ROM.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional. Home page do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – redes urbanas regionais: Sul. Brasília: Ipea, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. Lei Complementar 83, de 1998. Institui a Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: 1998.

MENDONÇA, Jupira G. Segregação e mobilidade residencial na região metropolitana de Belo Horizonte. 2002. 228 p. Tese (Doutoramento em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, RJ.

METRODATA. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.

MOURA, R.; DELGADO, P. R. et al. Brasil Metropolitano: uma configuração heterogênea. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, Iparades, n. 105, p. 33-56, jul./dez. 2003.

MOURA, Rosa; FIRKOWISKI, Olga. Metrôpoles e Regiões Metropolitanas: o que isso tem em comum? Anais do IX Encontro Nacional da Anpur. v. 1, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. p. 105-114.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

ONU/PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York] home page acessada em maio de 2004.

PREFEITURA Municipal de Maringá, Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento. Maringá, 1991.

RODRIGUES, Ana Lúcia; TONELLA, Celene. Metrôpole regional no contexto da dinâmica paranaense. XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2003.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO/SEDUH/PMM. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado/2004. Projeto de Lei em processo de envio para o Legislativo Municipal, 2004.

TASCHNER, Suzana P.; BÓGUS, Lúcia M. M. São Paulo como patchwork. Cadernos Metrôpole. São Paulo. Grupo de Pesquisa Pronex, n. 1, p. 43-98, 1999.

TONELLA, C. Poder local e políticas públicas: um estudo exploratório sobre conselhos gestores. *Cadernos metrôpole – desigualdade e governança*. São Paulo, n. 10, p. 103-140, 2003.

TONELLA, C. Relatório de Pesquisa (CNPq). Poder Local e Políticas Públicas: Um Estudo Exploratório Sobre Conselhos Gestores. 2002.

TONELLA, Celene; RODRIGUES, Ana Lúcia. Metrôpole regional no contexto da dinâmica paranaense. XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2003.

4. Demografia no Capitalismo: Desigualdade Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá

Neste estudo buscou-se discutir as questões relativas à demografia da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Utilizaram-se como fontes os Censos Demográficos (IBGE, 1991 e 2000) e o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2002). Procurou-se descrever e compreender os processos com base nos dados apresentados pelas tabelas que contemplam os seguintes indicadores: 1) situação de domicílio (urbano ou rural), níveis de urbanização, taxa geométrica de crescimento e densidade demográfica; 2) longevidade e mortalidade; 3) fecundidade; 4) estrutura etária da população; 5) situação de vulnerabilidade social; 6) distribuição da população por cor.

4.1. Situação de Domicílio, Taxa de Urbanização, Taxa Geométrica de Crescimento e Densidade Demográfica

A história da urbanização brasileira foi marcada pela tradicional ocupação do litoral, que durou mais de quatro séculos, do início do século XVI até meados do século XX. No contexto da Segunda Guerra Mundial, com a preocupação de ocupar a porção oeste do território brasileiro, se deu uma nova etapa do processo de urbanização brasileira. O contexto de criação das cidades norte-paranaenses é expressão desse novo período, denominado por Santos (2005) de *nova urbanização* brasileira, no movimento dialético de metropolização e desmetropolização.

No Brasil, diversos Estados foram induzidos à modernização agrícola, alguns se modernizaram em longo prazo, outros em menos de uma década, mas o Norte do Estado do Paraná passou por esse processo em menos de três décadas, pois, além do não-financiamento ao produtor de café (que ocupava muita mão-de-obra) e a “ferrugem” que ganhava campo nos cafezais, a geada de 1975 foi a “última gota” que inviabilizou a continuidade da pequena propriedade. Muitos afirmam que foi a “geada negra” e se esquecem de citar o importante papel das políticas nacionais e internacionais de incentivo a tal “modernização”, que não correspondiam às necessidades sociais e geo-histórica brasileira, na qual, ainda hoje, se observam alguns dos efeitos multiplicadores desse processo.

Esse impacto sobre a população rural mais em forma de evento que de processo (em curto tempo) foi considerado por Graziano da Silva (1982, p. 49) como *parcial, conservadora e dolorosa*, pois inviabilizou a agricultura familiar, tradicional e de subsistência, sinônimos de “atraso” para o olhar capitalista, dando origem a uma enorme massa de desempregados e emigrantes, sinônimos de “preguiçosos” e “vagabundos”, supondo que não trabalham por apenas desestímulo pessoal.

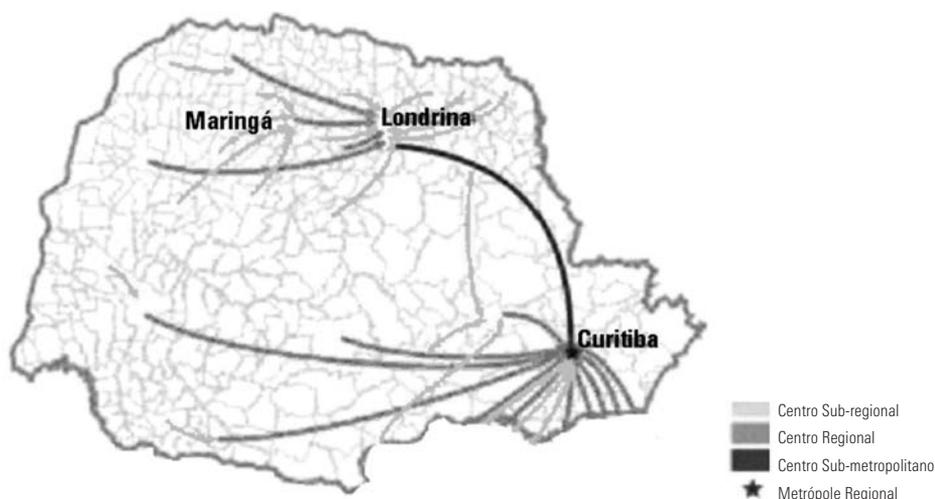
Essa política ajudou também a concentrar ainda mais as terras no Brasil (aumento em número e área dos latifúndios), acentuar os problemas urbanos de muitas cidades (principalmente das metrópoles: São Paulo e Rio de Janeiro) e a fortalecer o setor industrial, composto, em grande parte, no período, por transnacionais com tecnologias obsoletas em seu país de origem, em busca de mão-de-obra e matéria-prima barata, além do mercado em formação.

Em 1978, a quase totalidade dos fluxos no Norte do Paraná era polarizada por Londrina, enquanto Maringá tinha influência restrita, sendo essa cidade polarizada por Londrina e de baixo nível de centralidade em relação aos primeiros anos do século XXI (*Mapa 6*).

Na década de 1980, o processo de urbanização causou sérios problemas para o planejamento urbano e regional do Paraná, com a perda de grande contingente populacional para outros Estados do País e para outros países (principalmente, Paraguai). Ferreira (1986) constatou que, em apenas uma década, ocorreu um decréscimo de 2.647.000 pessoas na área rural e na urbana um saldo positivo de 1.335.000. Esse agravamento do êxodo rural, principalmente no Norte do Paraná, fez com que retirantes do campo se dirigissem, principalmente, às cidades médias e grandes, como Londrina, Maringá, Umuarama,

Apucarana, e suas cidades dormitórios, como Sarandi e Cambe. Entretanto, o maior fluxo populacional se dirigiu à Região Metropolitana de Curitiba (MORO, 1998).

MAPA 6 – Relação Entre as Principais Centralidades da Região Sul do Brasil em 1978



Adaptação: MOTA, A.A., 2005.

Fonte: MOURA e WERNECK, 2001.

Entre Maringá e Londrina, outras cidades com porte pequeno ou médio passam por um acelerado crescimento urbano, destacando-se a cidade de Sarandi, uma das cidades que mais cresce em número de habitantes do Paraná, entretanto, conforme o padrão de urbanização latino-americano, com enormes carências de infra-estrutura e habitação, e outras cidades em ritmo acelerado de crescimento, como Arapongas, Apucarana e Cambe. Enquanto a maioria das cidades da Mesorregião Norte Central que não estão no eixo do Complexo Urbano Londrina–Maringá tendem a perder população e a diminuir a te no mapa de relações entre as centralidades urbanas paranaenses de 1993 (*Mapa 7*), no qual se visualiza que a cidade de Maringá relaciona-se e tem polarizado um número maior de cidades em relação a 1978, polarizando Centros Sub-regionais: Paranaíba, Umuarama, Campo Mourão, conforme o estudo de *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA; UNICAMP; IBGE, 1999), no qual ficam evidentes as influências exercidas por Maringá no Sul do Estado do Mato Grosso do Sul. A cidade passa a competir com Londrina, pelos fluxos de pessoas, idéias, infra-estrutura, investimentos e mercadorias e a ter fluxos de centralidade muito fortes diretamente com Curitiba.

MAPA 7 – Relações Entre as Centralidades do Estado do Paraná em 1993



Fonte: Moura e Werneck (2001).

Dados da projeção populacional municipal paranaense de 2000 a 2010, realizada pelo Ipardes (2005), são reveladoras dos processos geo-sócio-demográfico vigentes na rede urbana paranaense, ao apontar cidades e aglomerados que continuaram a se densificar, denominados “espacialidades de concentração urbana”, e regiões que continuaram a perder população, denominadas “extensas áreas de esvaziamento”. Em síntese, os resultados dessa pesquisa indicam a continuidade de concentração populacional na Região Metropolitana de Curitiba e nos aglomerados de Maringá, Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, em oposição a 84% dos municípios inseridos nas espacialidades de esvaziamento, o que aumenta a exigência de um “reequilíbrio” econômico e populacional.

Essas pesquisas vêm confirmar o desenvolvimento socioespacial desigual, no qual as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas vão concentrando e acumulando os aspectos positivos e negativos do modo de vida urbana, as melhores condições de infra-estruturas e serviços urbanos, provenientes de recursos públicos, que são apropriados por indivíduos, famílias ou grupo minoritário, permitindo que realizem novos investimentos, com o objetivo de maior concentração e acumulação de poder econômico e político – uma das lógicas de reprodução do capital.

Com relação ao grau de urbanização da RMM (*Tabela 13*), constata-se que a taxa média de urbanização no Censo Demográfico de 1991 já era elevada (92,50%),

porém variava em 26,6% entre o município mais urbanizado – Maringá – e o município menos urbanizado – Iguaçu. Em 2000, a taxa média era de 95,3%, isto é, apenas 4,7% da população estava em situação de domicílio rural. Destes, Marialva (6.589), Maringá (4.675), Mandaguari (3.114) e Mandaguaçu (2.715) se destacam, respectivamente, com o maior número de pessoas no campo. Por mudanças no tipo de agricultura, Marialva e Sarandi foram os únicos municípios onde o número de habitantes em área rural aumentou. Marialva, em 1991, tinha 6.448 pessoas morando em área rural e, em 2000, 6.589. Sarandi passou de 1.773, em 1991, para 1.929, em 2000.

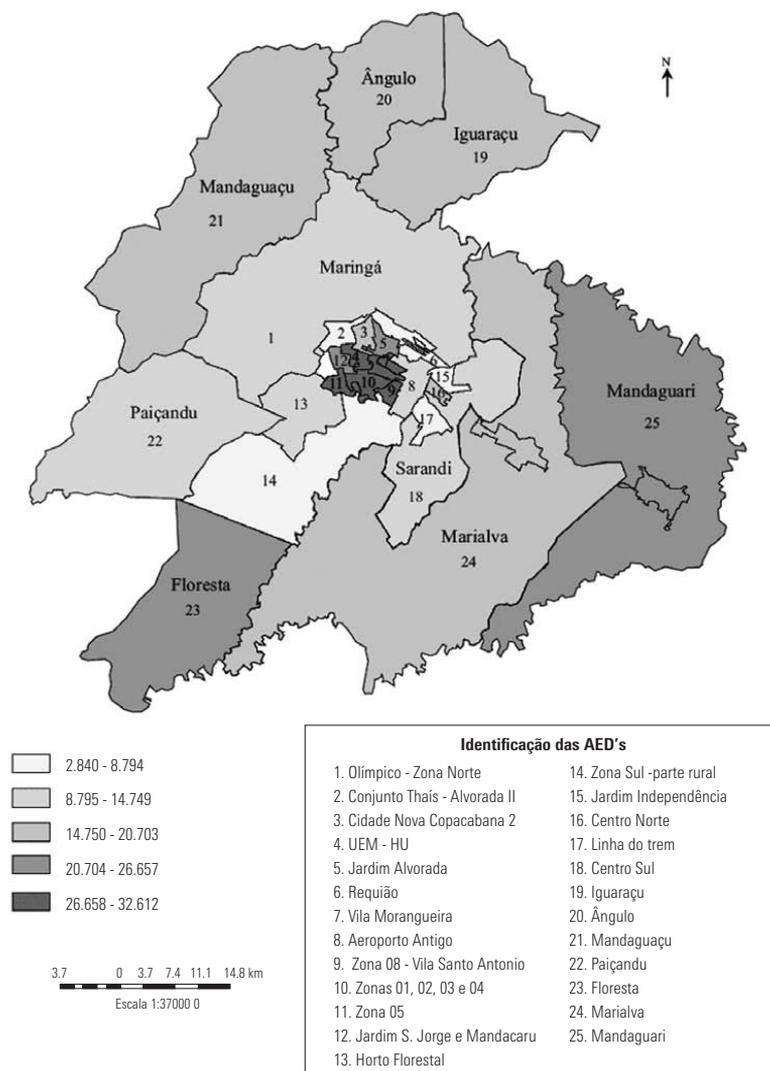
Ainda em Sarandi foi encontrada a maior densidade populacional da RMM, 692 habitantes por km², por dois fatores principais: o município com maior taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000 do Paraná (4,5% ao ano); e o município com a menor extensão territorial da RMM (104,3 Km²). Em seguida, vem Maringá, com 592 habitantes por km², tendo esse indicador reduzido por apresentar a maior extensão territorial da RMM (490,9 Km²). Contrapondo-se aos níveis de densidade demográfica de Maringá e Sarandi, ou mesmo Paçandu – com 180 habitantes por km² –, têm-se os municípios de Ângulo e Iguaçu que dispõem das menores densidades demográficas da região: 26,9 e 21,7 habitantes por km², respectivamente, e áreas de 105,7 km² e 166,1 km² (*Tabela 14*). É relevante ressaltar que Iguaçu foi o único município da região em estudo que teve o número de população reduzido (5% ao ano) pelo desmembramento do Município de Ângulo (*Tabela 15*).

Com relação ao nível de integração dos municípios da RMM com a cidade pólo, constatamos que, no período 1991-2000, a taxa de crescimento anual de Sarandi e Paçandu (alto grau de integração) foi de 4,3%, e 371,2 pessoas por km², enquanto os municípios com baixo grau de integração (Ângulo, Floresta, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari e Marialva.) apresentam 1,6% de crescimento ao ano e densidade demográfica de 70,4 habitantes por km² (*Tabela 18* e *Tabela 19*).

A população residente total da RMM em 2000 era de 479.324, a cidade pólo concentra 288.653. Considerando a população residente por área de expansão demográfica (AED), observa-se que, em Maringá, as AEDs Zona sul e Zonas 1, 2, 3 e 4 concentram o maior número de habitantes com 32.612 e 27.296, respectivamente; o conjunto Requião vem em seguida, com 26.120, e, na seqüência, Jardim Alvorada (24.731), Aeroporto Antigo (24.325), Cidade Nova – Copacabana (22.755), Conj. Thaís–Alvorada II (21.639), Zona 8–Vila Santo Antônio (18.619); enquanto as regiões Olímpico–Zona Norte, Jardim São Jorge–Mandacaru, Horto florestal, UEM – HU e Zona 5 variam entre 14.906 e 15.617 habitantes. A área com

menor número de população residente é a região em que se situa a Vila Morangueira, com 14.580 pessoas. Sarandi contabiliza, em 2000, 71.422 habitantes. Destes, 19.647 estavam na região centro-norte, 18.499, no centro-sul, 17.412, na região Sarandi–Linha do Trem, e 15.864, Sarandi–Jardim Independência. Nos demais municípios tem-se 31.395 habitantes em Mandaguari, 30.764 em Paiçandu, 28.702 em Marialva, 16.828 em Mandaguaçu, 5.122 em Floresta, 3.598 em Iguaçu e 2.840 em Ângulo (*Mapa 8*).

MAPA 8 – População Residente por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

4.2. Longevidade e Mortalidade

A partir dos indicadores de longevidade e mortalidade da população (*Tabela 2*), é possível observar que a expectativa de vida em Sarandi se destaca da dos demais municípios, inclusive, do município pólo, Maringá. Em 1991, a esperança de vida ao nascer era de 69,4 anos em Sarandi, e 66,5 em Maringá, Floresta e Ângulo são outros municípios em que esse indicador supera a cidade sede. Respectivamente, neles se têm 68,1 e 67 como previsão de idade máxima alcançada em 1991. Em 2000, Sarandi mantém sua posição quanto a esse indicador (72,9), e Mandaguari, que em 1991 tinha para sua população a esperança de vida ao nascer de 66,4 anos, atinge, em 2000, o nível de Sarandi nesse indicador.

Quanto à probabilidade de sobrevivência até os 40 anos em 1991, o Município de Sarandi se destaca, pois, enquanto todos os demais municípios oscilam entre 89 e 91,8% de chances de sobrevivência até os 40 anos, Sarandi apresenta 92,8% nesse índice. O crescimento de Mandaguari e Maringá no índice de expectativa de vida aludido acima se repete também nesse indicador. De 1991 para 2000, a expectativa de vida até os 40 anos em Maringá cresceu de 90,5 para 94,6, e em Mandaguari esse crescimento foi de 90,3 para 95, a mesma probabilidade de Sarandi para o ano de 2000.

Quanto às taxas de mortalidade infantil tanto relativas às crianças de até um ano de idade, quanto às de cinco anos nota-se uma melhora geral e significativa dos índices, com queda da mortalidade entre 1991 e 2000. Acrescenta-se a isso que, no município sede, essa queda é a mais acentuada. A mortalidade de crianças no seu primeiro ano de vida era de 35%, em Maringá, no ano de 1991. No ano de 2000, esse número caiu para 14,3%, configurando-se, junto com Sarandi (13%) e Mandaguari (13%), como os municípios com menores taxas de mortalidade, em contraste com Iguaraçu (24,4%) e Floresta (20,4%). Os demais municípios oscilam entre 19,2% e 19,6%.

4.3. Estrutura Etária da População

Sobre a estrutura etária da população metropolitana, percebe-se que, nas AEDs do Município de Maringá, encontram-se as menores concentrações de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, variando entre 18,8% e 27,8% dos moradores. Por outro lado, a maior participação dessa faixa etária da RMM é encontrada em Sarandi, nas

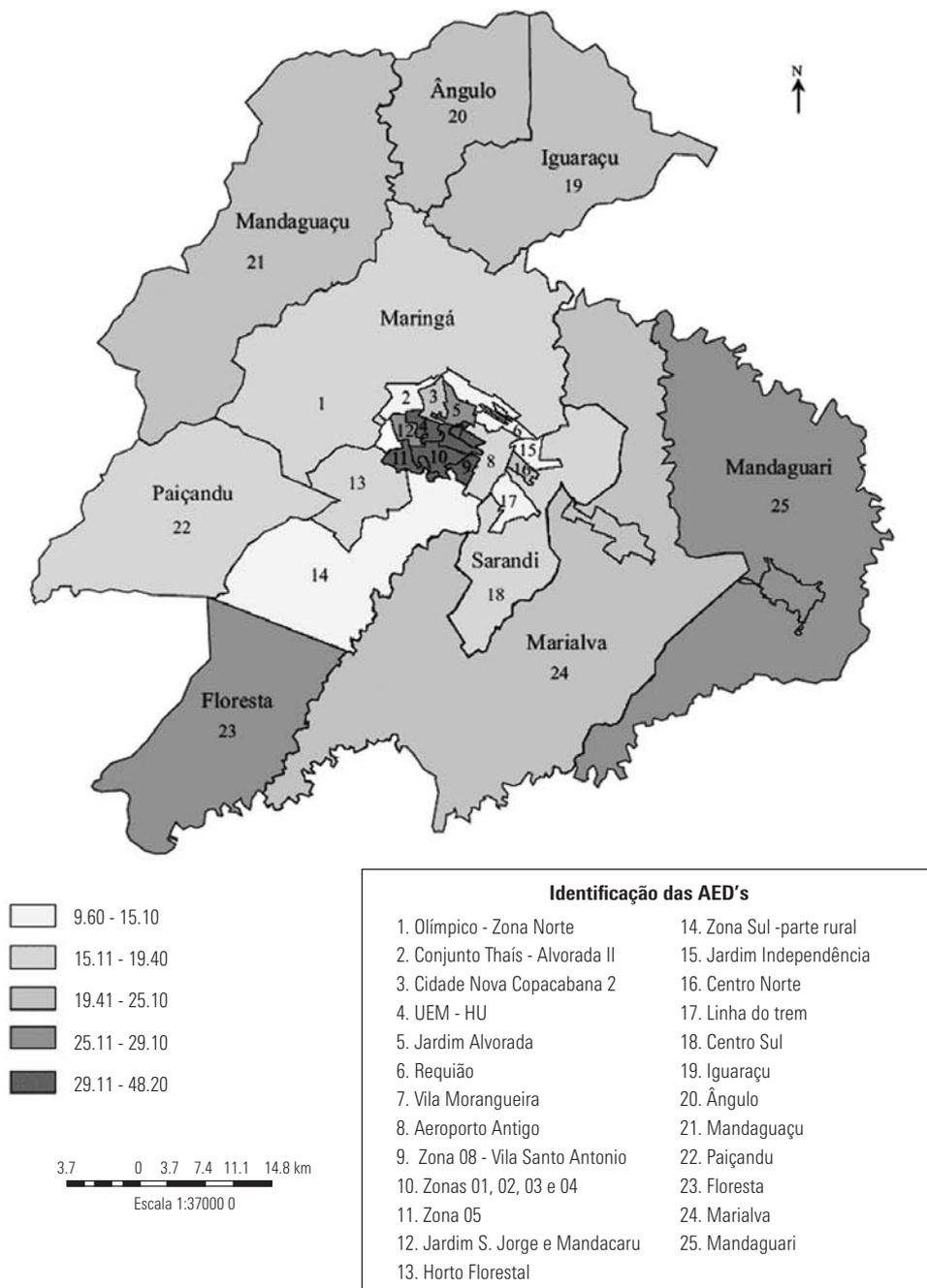
AEDs Linha do Trem (33,3%) e Jardim Independência (32,3%). Destaca-se que essas áreas de população jovem são as mesmas nas quais se encontram os maiores índices de pobreza da RMM.

O índice de envelhecimento, que mede o número de idosos para cada 100 crianças de 0 a 14 anos (*Tabela 16*), mostra-se mais elevado nas áreas centrais e adjacências do município sede (48,2 e 40) e menos elevado nas áreas dos municípios de Paiçandu (16,6) e Sarandi (entre 9,6 e 23,6). Estes são os municípios com maior importância relativa da população infantil e adolescente (*Mapa 9*).

A partir da verificação dos indicadores de estrutura etária da população (*Tabela 10*), pode-se dizer que a proporção da população jovem, de 15 a 22 anos, foi pouco variável em todos os municípios em 1991, variando em média cerca de dois pontos percentuais (de 15,3% em Floresta a 17,4% em Paiçandu), e menor ainda no ano de 2000, variando apenas um ponto percentual (de 14,2% em Ângulo a 15,4% em Marialva). Uma maior discrepância encontrou-se entre os dados relativos à formação da população de crianças, de 0 a 14 anos, e da população adulta, de 23 a 64 anos. Maringá comparece nesse quadro como a cidade com mais baixa concentração de crianças, e, ainda, revela queda dessa formação do início ao fim da década (29,7% em 1991 e 24,5% em 2000). Constatação diametralmente oposta a essa se dá quanto à concentração de adulto nessa cidade pólo, que, além de ser a mais alta, cresceu significativamente no mesmo período (de 50,6% em 1991 para 54,3% em 2000).

Observa-se que há redução geral na RMM da taxa de população infantil na década observada. Destaca-se aí a redução mais acentuada desse indicador nas cidades de Floresta (de 30,7%, em 1991, para 25,9%, em 2000) e Iguaraçu (de 33,1%, em 1991, para 28,2%, em 2000). A população adulta, ao contrário, se eleva. Ângulo, Iguaraçu, Paiçandu e Sarandi vêem essa taxa se elevar em cerca de 5 pontos percentuais, ou seja, a média da formação populacional de adultos, cerca de 45%, em 1991, sobe para 50% da população, em 2000. A taxa de idosos (acima de 65 anos) se eleva de 1991 a 2000 moderadamente, de um a dois pontos percentuais, em todos os municípios. Essa taxa se mantém ainda mais elevada em Ângulo (6,7%, em 1991, e 7,9% em 2000) e mais baixa em Paiçandu e Sarandi (respectivamente, 3,8%, em 1991, e 4,8%, em 2000; 3,6% em 1991, e 4,5%, em 2000).

MAPA 9 – Índice de Envelhecimento da Região Metropolitana de Maringá por AEDs – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

4.4. Situação de Vulnerabilidade Social

Um dos indicadores em destaque na temática vulnerabilidade social da área em estudo é a discrepância entre a quantidade de portadores de deficiências dos diferentes municípios, sobretudo, entre os municípios de Ângulo e Iguaçu, com 26,5% e 21,8% da população total com alguma deficiência, e Mandaguaçu e Maringá, com 7,1% e 12,1%, respectivamente. Os demais municípios possuem entre 12,3% e 15,7% da população com um ou mais tipo de necessidades especiais (físicas, sensoriais e mentais) (*Tabela 20*).

No que se refere à razão de sexo, segundo IBGE (2000), o número total de homens para cada 100 mulheres na Região Metropolitana de Maringá é 95,1 (*Tabela 17*). Calculado para diferentes grupos etários, a razão de sexo permite avaliar se existe ou não um equilíbrio entre os sexos nas áreas estudadas. Para a faixa etária de 0 a 14 anos, constatou-se que o Município de Floresta se destaca por apresentar maior número de crianças do sexo masculino do que feminino, isto é, existem 111,6 homens para cada 100 mulheres. Em Ângulo, por sua vez, ocorre o inverso, o número de meninos (0 a 14 anos) é menor (90,2) para o grupo de 100 meninas. Os demais municípios da região, em geral, mostraram-se em equilíbrio quanto à razão de sexo tendo como média para a região 102,5 (*Tabela 17*).

Em contrapartida, perceberam-se desequilíbrios nas proporções de homens e mulheres para a população adulta em apenas dois municípios e para a população idosa em quase todos municípios. Para a faixa etária adulta (15 a 64 anos) os desequilíbrios são irrelevantes, com exceção de Maringá (90,1) e Ângulo (109,3), a razão de sexo dos demais municípios variam entre 98,0 e 101,0. Quanto à população idosa (65 anos ou mais), apenas Iguaçu (111,7) apresenta número superior à proporção de 100 mulheres. Todos os outros municípios da região apresentaram razão de sexo inferior a 100, variando entre 75,0 e 98,0. Ou seja, existem mais mulheres idosas que homens idosos em nossa região.

4.5. Distribuição da População por Cor

A distribuição geoespacial da cor da população no espaço urbano é relevante, porque outros elementos estão incluídos na segregação socioespacial, como se pode perceber através dos dados por AEDs disponível pelo Observatório das Metrôpoles, no qual Maringá possuía,

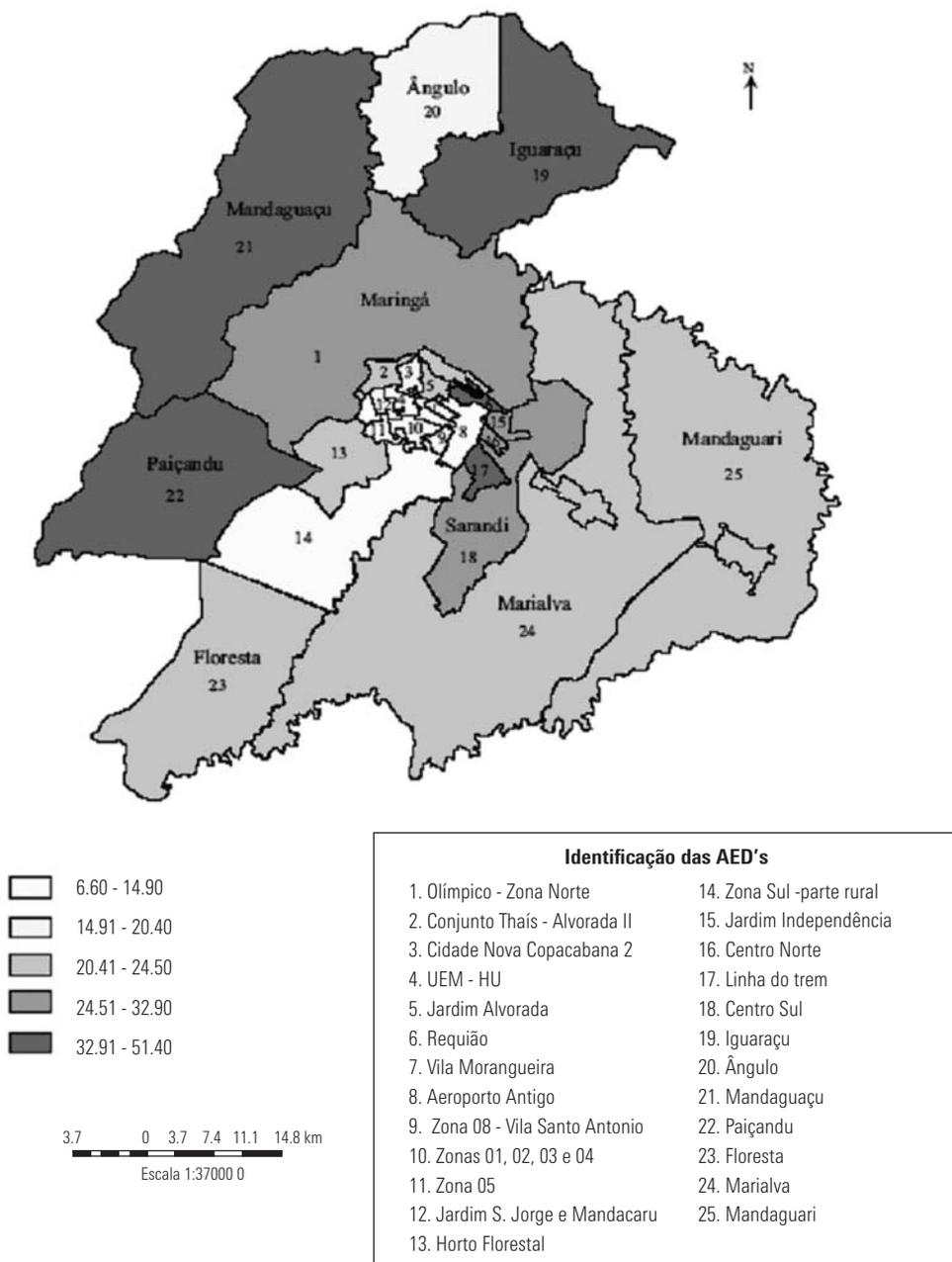
em 2000, um percentual de 76,52% de população branca, 19,57% de população negra ou parda e 3,53% de população amarela ou indígena (*Tabela 15*).

A maior proporção de população branca (84,97%) está nas cinco primeiras zonas contidas no plano inicial, onde se concentra a população com mais alta renda *per capita*, ou seja, nas áreas mais centrais do espaço urbano maringense (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7). A população negra ou parda para essas mesmas zonas corresponde a apenas 8,07%. Enquanto nas AEDs Requião e Olímpico – Zona Norte, localizadas no quadrante norte, limítrofe com os municípios de Sarandi e Paiçandu, a população negra ou parda é de 37,11% e 26,3%, respectivamente, e a população branca é de 62,01%, correspondendo aos bairros populares, ou seja, que concentram a população de mais baixa renda, afastadas do centro e dos instrumentos sociais importantes como prefeitura, hospitais, bibliotecas, fórum etc. (*Tabela 20*).

Ao se fazer uma analogia de Maringá com as outras cidades do aglomerado, fica mais evidente tal “separação”, tanto na escala urbana como da “intrametropolitana” (*Mapa 10*). Pode-se identificar AEDs da cidade de Maringá com índices da proporção da população de cor branca em relação à população de cor negra ou parda inferiores às de Paiçandu, Marialva e da AED mais central de Sarandi. No município de Sarandi, as áreas onde estão o maior percentual de população negra e parda são a Linha do Trem (37,8%) e Jardim Independência (32,9%), onde reside o maior contingente de população de baixa renda da RM, como já se mostrou anteriormente. Se comparando as médias se têm grandes diferenças, ao se comparar todas as AEDs da RMM, desconsiderando os limites municipais, tem-se uma *extrema desigualdade* da distribuição da população por cor.

Nos municípios de Iguaçu e Mandaguaçu, por exemplo, respectivamente, 53,5% e 47,9% da população é branca e 45,4% e 51,4% é negra ou parda, configurando-se com os municípios da região onde o percentual da população negra e parda está próxima ou é maior que a da população branca. Por sua vez, Ângulo e Floresta são os municípios que têm os maiores percentuais de população branca da RM, respectivamente, 83,6% e 82,47%, por estarem em situação geográfica desfavorável com relação aos principais eixos rodoviários, permanecendo a composição de cor populacional sem grandes mudanças desde a colonização, quando se recebeu grandes contingentes populacionais de cor branca.

MAPA 10 – Distribuição da População da Região Metropolitana de Maringá Segundo a Cor (Negro – Pardo) por AEDs – 2000



Referências Bibliográficas

FERREIRA, Y. N. Industrialização e Urbanização do Paraná. *Geografia*. Londrina, v. 3, p. 113-128, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 1996. CD-ROM.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

IPARDES. *Paraná – Projeções Municipais por sexo e idade 2000 a 2010*. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/proj_2000_2010.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2005.

IPEA; UNICAMP; IBGE (Org.). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.

Campinas: Unicamp/ IE/Nesur, Ipea, IBGE, 1999.

MORO, D. A. Desenvolvimento Econômico e Dinâmica Espacial da População no Paraná

Contemporâneo. *Boletim de Geografia*. Maringá, v. 16, n. 1, p. 1-55, 1998.

MOURA, R; WERNECK, D. Z. Rede, Hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 100, p. 27-57, 2001.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005 [1993].

Anexos

TABELA 10 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Segundo a Estrutura Etária da População – 1991-2000

Código	Município	Criança até 14 anos		Jovens de 15 a 22 anos		Adulto de 23 a 64 anos		Idosos 65 anos e mais		População total	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
410115	Ângulo	29,6%	28,0%	15,7%	14,2%	45,8%	50,0%	6,7%	7,9%	100,0%	100,0%
410790	Floresta	28,4%	25,9%	15,3%	14,4%	48,2%	52,2%	5,7%	7,4%	100,0%	100,0%
411000	Iguaraçu	30,9%	28,2%	16,3%	14,6%	45,4%	50,9%	5,2%	6,3%	100,0%	100,0%
411410	Mandaguacu	29,4%	28,1%	16,1%	14,7%	47,5%	51,1%	5,0%	6,2%	100,0%	100,0%
411420	Mandaguari	28,5%	26,3%	15,6%	14,5%	48,6%	52,3%	5,3%	7,0%	100,0%	100,0%
411480	Marialva	28,6%	26,1%	15,5%	15,4%	48,4%	52,2%	5,6%	6,3%	100,0%	100,0%
411520	Maringá	27,8%	24,5%	15,3%	15,2%	50,6%	54,3%	4,4%	6,0%	100,0%	100,0%
411750	Paiçandu	30,8%	29,3%	17,4%	15,3%	45,4%	50,5%	3,8%	4,8%	100,0%	100,0%
412625	Sarandi	31,5%	29,6%	17,1%	15,3%	45,6%	50,6%	3,6%	4,5%	100,0%	100,0%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nota: (1) Classificação segundo o escore nacional: Pólo, Muito Alto, Alto, Médio, Baixo, Muito Baixo

TABELA 11 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Segundo indicadores de Longevidade e Mortalidade – 1991-2000

Código	Município	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Mortalidade até um ano de idade, 1991	Mortalidade até um ano de idade, 2000	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 1991	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos, 2000	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos, 1991
410115	Ângulo	67,09	69,58	33,06	19,56	38,06	22,68	90,95	92,69	75,49
410790	Floresta	68,19	69,18	29,62	20,45	34,12	23,7	91,84	92,38	77,53
411000	Iguaraçu	66,29	67,51	35,72	24,36	41,1	28,22	90,27	91,01	73,98
411410	Mandaguacu	65,29	69,58	39,17	19,56	45,06	22,68	89,39	92,69	72,09
411420	Mandaguari	66,4	72,93	35,32	13,04	40,65	15,13	90,37	95,04	74,2
411480	Marialva	64,95	69,72	40,41	19,26	46,47	22,33	89,08	92,79	71,44
411520	Maringá	66,51	72,22	34,97	14,32	40,25	16,62	90,46	94,57	74,4
411750	Paiçandu	64,95	69,72	40,41	19,26	46,47	22,33	89,08	92,79	71,44
412625	Sarandi	69,44	72,93	25,99	13,04	29,96	15,13	92,79	95,04	79,78
Média		66,6	70,4	35,0	18,1	40,2	21,0	90,5	93,2	74,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 12 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores de Fecundidade, – 1991-2000

Código	Município	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000	Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos, 1991	Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos, 2000	Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos, 1991	Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos, 2000
410115	Ângulo	2,57	2,5	–	0,2	3,45	14,5
410790	Floresta	2,8	2,77	–	0,05	8,07	5,7
411000	Iguaraçu	2,45	2,17	–	0,24	15,14	6,55
411410	Mandaguacu	2,36	2,26	–	0,01	3,65	8,25
411420	Mandaguari	2,39	2,26	–	0	2,11	8,65
411480	Marialva	2,21	2,11	–	0	6,42	11,93
411520	Maringá	2,24	2,11	–	0,03	3,77	5,25
411750	Paiçandu	2,68	2,11	–	0	5,2	9,68
412625	Sarandi	2,39	2,25	–	0,42	8,16	9,14
Média		2,5	2,3	–	0,1	6,2	8,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 13 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000

Código	Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
		Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
		1991	2000	Urbana		Rural						
4101150	Ângulo		2.840		2.150		690		75,7			
4107900	Floresta	4.527	5.122	3.469	4.386	1.058	736	76,6	85,6	1,4	2,6	-4,0
4110003	Iguaraçu	5.691	3.598	4.029	2.814	1.662	784	70,8	78,2	-5,0	-3,9	-8,0
4114104	Mandaguacu	14.697	16.828	11.122	14.113	3.575	2.715	75,7	83,9	1,5	2,7	-3,0
4114203	Mandaguari	28.086	31.395	21.250	28.281	6.836	3.114	75,7	90,1	1,2	3,2	-8,4
4114807	Marialva	22.625	28.702	16.177	22.113	6.448	6.589	71,5	77,0	2,7	3,5	0,2
4115200	Maringá	240.292	288.653	234.079	283.978	6.213	4.675	97,4	98,4	2,1	2,2	-3,1
4117503	Paiçandu	22.197	30.764	20.997	29.622	1.200	1.142	94,6	96,3	3,7	3,9	-0,5
4126256	Sarandi	47.981	71.422	46.208	69.493	1.773	1.929	96,3	97,3	4,5	4,6	0,9
Total		386.096	479.324	357.331	456.950	28.765	22.374	92,5	95,3	2,4	2,8	-2,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 14 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Área dos Municípios e Densidade Demográfica – 2000

Código	Municípios	População Total	Área (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
4101150	Ângulo	2.840	105,70	26,87
4107900	Floresta	5.122	159,40	32,20
4110003	Iguaraçu	3.598	166,10	21,66
4114104	Mandaguaçu	16.828	294,00	57,24
4114203	Mandaguari	31.395	336,00	93,44
4114807	Marialva	28.702	476,40	60,25
4115200	Maringá	288.653	490,90	588,01
4117503	Paiçandu	30.764	171,00	179,91
4126256	Sarandi	71.422	104,30	684,77
	Total	479.324	2303,80	208,06

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 15 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Cor e a Distribuição da População Segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 1991 e 2000

Código	Municípios	População residente e cor				Distribuição da população segundo a cor sobre a população total (%)		
		População Total	Cor ¹			Branca	Preta/pardo	Outros
			Branca	Preta/pardo	Outros ²			
4101150	Ângulo	2.840	2.374	458	8	83,59	16,14	0,27
4107900	Floresta	5.122	4.224	803	95	82,47	15,68	1,85
4110003	Iguaraçu	3.598	1.924	1.634	41	53,46	45,41	1,13
4114104	Mandaguaçu	16.828	8.064	8.647	117	47,92	51,38	0,69
4114203	Mandaguari	31.395	23.435	7.577	384	74,64	24,13	1,22
4114807	Marialva	28.702	21.414	6.427	861	74,61	22,39	3,00
4115200	Maringá	288.653	220.864	56.490	11.298	76,52	19,57	3,91
4117503	Paiçandu	30.764	19.123	11.230	411	62,16	36,50	1,34
4126256	Sarandi	71.422	48.227	22.367	828	67,52	31,32	1,16
	Total	479.324	349.648	115.634	14.042	72,95	24,12	2,93

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Notas:

(¹) Refere-se apenas a população que declarou a cor.

(²) Está incluso a categoria ignorado.

TABELA 16 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente Total, Grupos Etários Seleccionados e Índice de Envelhecimento – 2000

Código	Município	População residente total, grupos etários e índice de envelhecimento			
		Total	Grupos etários seleccionados (%)		Índice de envelhecimento ¹
			0 a14	65 e mais	
4101150	Ângulo	0,59	0,62	0,70	25,09
4107900	Floresta	1,07	1,07	1,30	27,31
4110003	Iguaraçu	0,75	0,81	0,83	22,78
4114104	Mandaguaçu	3,51	3,79	3,76	22,14
4114203	Mandaguari	6,55	6,63	8,04	27,14
4114807	Marialva	5,99	6,01	6,75	25,09
4115200	Maringá	60,22	56,84	61,65	24,25
4117503	Paçandu	6,42	7,25	5,37	16,55
4126256	Sarandi	14,90	16,97	11,60	15,28
	Total	100	100	100	22,36

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 17 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente Total e Razão de Sexo por Faixas de Idade – 2000

Código	Município	População residente total e razão de sexo por faixas de idade				
		Total	Razão de sexo			
			Total	0 a14	15 a 64	65 e mais
4101150	Ângulo	2.840	101,13	90,22	109,30	75,71
4107900	Floresta	5.122	102,69	111,64	101,01	88,46
4110003	Iguaraçu	3.598	102,25	107,16	99,34	111,69
4114104	Mandaguaçu	16.828	99,88	101,02	99,69	96,85
4114203	Mandaguari	31.395	97,88	103,48	96,56	90,44
4114807	Marialva	28.702	100,67	109,22	100,12	76,89
4115200	Maringá	288.653	92,26	101,94	90,14	80,10
4117503	Paçandu	30.764	99,16	101,16	98,36	98,05
4126256	Sarandi	71.422	99,14	103,68	98,30	83,72
	Total	479.324	95,10	102,52	93,46	83,44

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 18 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento – 1991 e 2000

Nível de integração metropolitana	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991
Município Pólo	240.292	288.653	234.079	283.978	6.213	4.675	97,4	98,4	2,1	2,2	-3,1
Muito alto											
Alto	70.178	102.186	67.205	99.115	2.973	3.071	95,8	97,0	4,3	4,4	0,4
Médio											
Baixo	84.076	97.058	62.205	80.462	21.871	16.596	74,0	82,9	1,6	2,9	-3,0
Muito baixo											
Total	394.546	487.897	363.489	463.555	31.057	24.342	92,1	95,0	2,4	2,7	-2,7

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 19 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Área e Densidade Demográfica – 2000

Nível de integração metropolitana	População Total	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
Município Pólo	288.653	490,9	588,0
Muito alto			
Alto	102.186	275,3	371,2
Médio			
Baixo	97.058	1.378,2	70,4
Muito baixo			
Total	487.897	2.144,4	227,5

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 20 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente Total e Pessoas com algum Tipo de Deficiência – 2000

Nível de integração metropolitana	População residente total e pessoas com algum tipo de deficiência			
	Total	Pessoas com algum tipo de deficiência		% das pessoas com algum tipo de deficiência
		Sim	Não	
Município Pólo	288.653	34.924	253.729	12,10
Muito alto				
Alto	102.186	13.508	88.678	13,22
Médio				
Baixo	97.058	13.754	83.304	14,17
Muito baixo				
Total	487.897	62.187	425.710	12,75

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 21 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por População Residente, Cor ou Raça e a Distribuição da População Segundo a Cor ou Raça sobre a População Total – 1991 e 2000

AED	Código	População residente e cor				Distribuição da população segundo a cor sobre a população total (%)		
		População Total	Cor ¹			Branca	Preta/pardo	Outros
			Branca	Preta/pardo	Outros ²			
Ângulo	4101150001001	2.840	2.374	458	8	83,59	16,14	0,27
Floresta	4107900001001	5.122	4.224	803	95	82,47	15,68	1,85
Iguaraçu	4110003001001	3.598	1.924	1.634	41	53,46	45,41	1,13
Mandaguacu	4114104001001	16.828	8.064	8.647	117	47,92	51,38	0,69
Mandaguari	4114203001001	31.395	23.435	7.577	384	74,64	24,13	1,22
Marialva	4114807001001	28.702	21.414	6.427	861	74,61	22,39	3,00
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	14.580	11.109	2.967	504	76,19	20,35	3,45
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	24.731	18.395	5.621	715	74,38	22,73	2,89
Maringá (UEM-HU)	4115200001003	15.073	12.500	998	1.576	82,93	6,62	10,45
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	18.619	14.722	2.767	1.130	79,07	14,86	6,07
Maringá (Zona 05)	4115200001005	14.906	12.750	1.250	907	85,53	8,38	6,08
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	27.296	23.038	2.119	2.139	84,40	7,76	7,84
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	15.195	12.252	2.449	494	80,63	16,12	3,25
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	21.639	16.159	5.296	184	74,67	24,48	0,85
Maringá (Requião)	4115200001009	26.120	16.197	9.694	229	62,01	37,11	0,88
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	32.612	23.298	8.568	746	71,44	26,27	2,29
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	24.325	19.907	3.370	1.049	81,84	13,85	4,31
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	22.755	17.949	3.622	1.183	78,88	15,92	5,20
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	15.185	11.489	3.388	308	75,66	22,31	2,03
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	15.617	11.101	4.381	135	71,08	28,05	0,87
Paiçandu	4117503001001	30.764	19.123	11.230	411	62,16	36,50	1,34
Sarandi(Centro Sul)	4126256001001	18.499	13.660	4.616	223	73,84	24,95	1,21
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	19.647	13.415	5.946	286	68,28	30,26	1,46
Sarandi (Jardim Independencia)	4126256001003	15.864	10.564	5.224	76	66,59	32,93	0,48
Sarandi (Linha do trem)	4126256001004	17.412	10.588	6.581	242	60,81	37,80	1,39
Total		479.324	349.648	115.634	14.042	72,95	24,12	2,93

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Notas: (¹) Refere-se apenas a população que declarou a cor.

(²) Está incluso a categoria ignorado.

5. Aspectos da Habitação na Região Metropolitana de Maringá

Neste capítulo, abordaremos algumas características relacionadas à infra-estrutura e às condições materiais das moradias na Região Metropolitana de Maringá, utilizando dados sobre qualidade de vida, ofertas de serviços públicos, condição da propriedade etc. Para tanto, usaremos o conjunto de indicadores construídos a partir da sistematização de informações censitárias dos anos 1991 e 2000 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005). Foi utilizado um conjunto de tabelas que demonstra o resultado de pesquisas em nove municípios da RMM por domicílios. As informações contidas nessas tabelas foram sintetizadas de maneira a facilitar a leitura e o entendimento das condições de habitação da região.

Além de apresentar dados sobre os municípios da RMM, a pesquisa traz informações sobre áreas mais detalhadas dos dois maiores municípios. O IBGE dividiu-os em Áreas de Ponderação Amostral – as AEDs – e, desse modo, oferece informações mais detalhadas sobre eles. Assim, Maringá está subdividida em 14 AEDs e Sarandi, em 4. Cada um dos outros municípios dessa RMM configura-se em uma AED.

Iniciaremos nossa análise a partir dos dados concernentes às AEDs sobre o total de famílias conviventes⁸, domicílios improvisados⁹, cômodos cedidos ou alugados, domicílio em aglomerados subnormais¹⁰ e déficit habitacional, espacializados no *Mapa 11*. A cidade

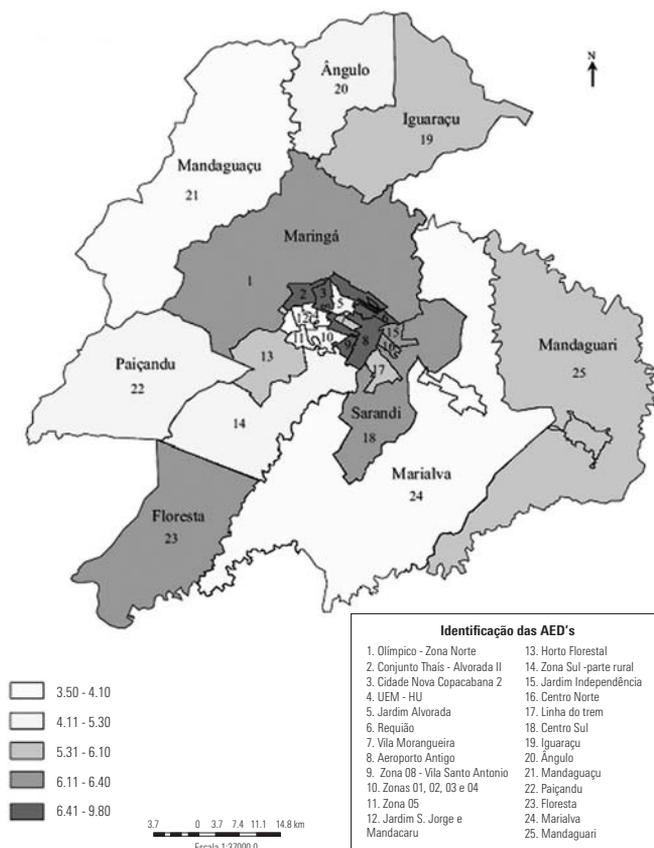
8 Por famílias conviventes entende-se o domicílio particular ocupado por um grupo de seis ou mais pessoas sem relação de parentesco ou dependência doméstica.

9 Domicílios improvisados são aqueles que não atendem a condição de fim residencial, embora servisse de moradia na data do censo. Ex.: lojas, fábricas, armazéns, embarcações, veículos etc.

10 Segundo o Censo Demográfico, domicílios em aglomerados subnormais são caracterizados como conjuntos (favelas e assemelhados) construídos por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

pólo possuía, em 2000, déficit habitacional de 6,03%. É possível observar que, dentre as 14 AEDs de Maringá, a que apresenta maior déficit habitacional é a do Requião¹¹ (um dos conjuntos destinados à habitação popular de Maringá), com um total de 7.510 famílias e déficit de 664 habitações, perfazendo um percentual de 9,8%. Por ser um bairro popular, parece ser grande a incidência de mais de uma família coabitando o mesmo domicílio, o que caracteriza uma carência por novos imóveis. A localidade em torno da UEM e HU é a de menor déficit habitacional, com 3,5%. As zonas 1, 2, 3 e 4¹² são as de maior número de cômodos improvisados, 37 desses tipos de cômodos de um total de 8.811 domicílios, perfazendo 0,32% e seu déficit habitacional é de 279 habitações (*Tabela 29*).

MAPA 11 – Déficit Habitacional por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

11 Cujo código dado pelo IBGE é 4115200001009.

12 Cujo código dado pelo IBGE é 4115200001006.

Vale ressaltar que em Maringá existem cerca de 120 moradores de rua¹³ que residem em construções abandonadas, fato diferente de outras cidades, onde essa população se vê obrigada a pernoitar em praças, embaixo de viadutos e marquises.

Em Sarandi, cujo déficit habitacional em 2000 era de 6,24%. O seu Centro Norte possui o maior déficit habitacional¹⁴, com carência de 355 habitações, e também possui o maior número de cômodos cedidos ou alugados, isto é, 32, num total de 5.738 domicílios. A taxa de déficit habitacional de Paiçandu auferida em 2000 foi de 4,68%, em Ângulo, de 4,97%, em Paiçandu, de 4,68%, e em Iguaraçu, de 5,48%.

Com referência ao débito habitacional na RMM, excetuando-se Maringá e Sarandi, verifica-se que Floresta detém a maior incidência, com 6,3%, e Marialva com a menor, com 3,5%. Em Sarandi, nas suas quatro AEDs, verificam-se percentuais semelhantes, em torno de 6,2%.

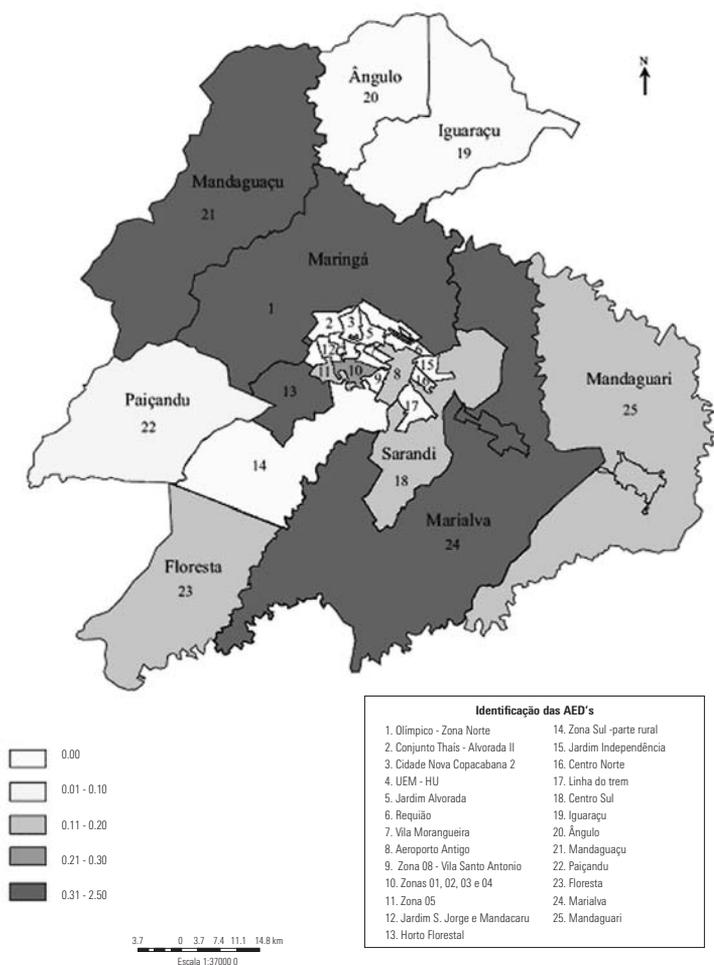
De acordo com os dados sobre os elementos que proporcionam uma melhor qualidade de vida das pessoas que vivem na RMM (*Tabela 22*), verifica-se que houve um aumento do percentual de domicílios com acesso a serviços como água encanada, banheiro, coleta de lixo e energia elétrica em todos os municípios da RMM. De modo inverso, o percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, que já era baixo em 1991, é praticamente nulo em 2000. Vejamos alguns exemplos desses percentuais: em 1991, a cidade da RMM com o melhor percentual de pessoas que viviam em domicílios com água encanada era Ângulo, com 77,69%, em 2000 esse percentual subiu para 98,32%. Quanto às pessoas que viviam em domicílios com banheiro e água encanada em 1991, a região apresentava índices positivos (*Mapa 12*) e a cidade com o menor percentual nesse campo da RMM era Mandaguaçu, com 71,13%, passando, em 2000, para 96,94%. Os dados sobre o município com o menor percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo em 1991 era Ângulo, com 36,72% de residências favorecidas com esse serviço, ao passo que, em 2000, esse percentual teve um aumento considerável, indo para 98,33%. Quanto aos percentuais referentes a pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, em 1991,

13 Em 2001, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania–PMM realizou uma pesquisa na cidade e encontrou 120 pessoas em situação de rua, sendo 38% procedentes de outros municípios do Estado do Paraná, 20% do Estado de São Paulo e 14% naturais do próprio município, além de pequenos percentuais oriundos de diversos Estados brasileiros. Nesse universo, a maioria dos indivíduos, 86,6%, é do sexo masculino e 13,4%, do sexo feminino (RODRIGUES, 2004, p. 62).

14 Cujo código dado pelo IBGE é 4126256001002.

eles eram altos em toda a RMM, contando com mais de 97%, e, em 2000, chegaram a 100%, praticamente.

MAPA 12 – Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Carência de Água nos Municípios da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

As AEDs da RMM têm percentuais positivos quanto a esse conjunto de serviços, porém, aquele que apresenta um percentual maior de carência em todas as AEDs é o esgotamento sanitário adequado. Em Mandaguari (déficit habitacional de 6,11%, em 2000), dos 8.326 domicílios somente 2.737 domicílios têm esse serviço, contabilizando 32,87% do seu total. No Conjunto Thaís–Alvorada II¹⁵, que possui 6.072 domicílios, apenas 3.300 têm o serviço, significando 54,35% do total de domicílios. O fato é também relevante para a Zona Sul – Parte Rural¹⁶, com um total de 9.210 domicílios, dos quais 5.313, ou seja, 57,69%, estão sem o serviço. Vê-se, desse modo, que o escoamento sanitário se caracteriza como um problema grave para os municípios da RMM. Nesse sentido, a Região caminha em consonância com a prática ligada às políticas públicas em nosso País, em que obras cujos benefícios não podem ser visualizados mais facilmente são negligenciadas. É sabido que obras mais aparentes, como praças, chafarizes e conjuntos esportivos, dão maior retorno eleitoral ao responsável direto pela administração pública.

Sobre o percentual de domicílios particulares permanentes ao regime de aluguel (*Tabela 2*), notamos que 21,86% dos 138.137 domicílios da RMM estão nessa situação, o que representa um universo de 15.209 residências. Em Ângulo, verificamos o menor percentual (4,93%), e, em Maringá, o maior (25,95%). Observamos também que a quantidade de domicílios particulares permanentes construídos em terreno próprio representa 64,98% do total, essa situação é mais observada em Ângulo (76,77%) e, em menor proporção, em Maringá (62,11%).

O Censo IBGE 2000 mostra que 12,2% das habitações da RMM são caracterizadas como domicílios particulares permanentes do tipo apartamento¹⁷ (*Tabela 9*), uma taxa que pode ser considerada baixa, porém, isso ocorre porque há municípios na região que não possuem essa forma de edificação. Nos municípios de Mandaguaçu, Mandaguari e Marialva, a sua incidência é ínfima (em média, 1,5% dos domicílios). Em Maringá, essa situação apresenta grande diversidade, pois, em algumas das AEDs, como a do Horto Florestal e Olímpico, não há domicílios do tipo apartamento, porém, na região da UEM – HU, essa incidência é de 74,6%. Assim, temos que, em Maringá, (19,2%), essa particularidade se apresenta mais intensamente e, em Ângulo, Floresta, Iguaraçu e Paiçandu ela inexistente.

15 Caracterizada como a AED de código 4115200001008.

16 Caracterizada como a AED de código 4107900001010.

17 “Tipo apartamento” são edificações com as mesmas características do apartamento, ou seja, numa mesma edificação para diferentes domicílios, ainda que não se trate de edificação vertical.

Em Sarandi, verificamos que a quantidade de domicílios particulares permanentes de tipo apartamento não é significativa, pois é na região Centro-Sul que se apresenta o maior percentual, com apenas 4,2%.

Entre 1991 e 2000, houve uma melhora nas condições de moradia nos municípios da RMM, pois as informações concernentes ao percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso a bens de consumo evidenciam, que em 1991, o percentual de domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório foi de 15,9%, enquanto, em 2000, esse indicador caiu para 10,8%. Houve também, em todos os municípios, uma diminuição dessa incidência. Enquanto, em Paiçandu, verifica-se uma queda de 24,57% para 13,93%, no município de Sarandi, esse índice é comparativamente alto, pois, embora apresente uma diminuição de 29,68%, foi baixa em comparação com as outras cidades, visto que, em 1991, era de 22,57% e, em 2000, chegou a 15,87%.

Em relação às informações sobre as pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados nos municípios da RMM, verificamos que, em 1991, o percentual representava 59,6%. Em 2000, houve um aumento para 68,5%. O município que fez o maior crescimento desse índice foi o de Mandaguçu que, em 1991, contava com 56,16% de pessoas vivendo em domicílios próprios e, em 2000, esse número passou para 70,12%. A cidade que apresentou o menor crescimento foi Sarandi que, em 1991, contava com 63,4% de pessoas que viviam em domicílios em terrenos próprios e quitados e, em 2000, o índice passou para 70,7%. Vale observar que os dados acima refletem uma melhora na qualidade de vida dos moradores da RMM, pois demonstram melhores condições de moradia por domicílio e se caracterizam também como um fator de maior independência econômica de uma parcela da população.

5.1. Quanto ao Nível de Integração

Os dados do censo demográfico 2000¹⁸¹¹ relacionados à habitação também oferecem informações quanto ao nível de integração metropolitana. Esses dados apresentam as características do município pólo em relação às dos municípios com alto nível de integração – Sarandi e Paiçandu – e com aqueles com baixo nível de integração, ou seja, todos os outros municípios da região. Por nível de integração metropolitana podemos entender a relação dos municípios da RMM com o município pólo – Maringá – no que

18 ¹¹ IBGE (2000); Org.: Observatório das Metrôpoles, Metrodata (2005).

se refere ao movimento pendular dos seus habitantes em direção a ele, à conurbação, às relações comerciais e às práticas públicas realizadas conjuntamente. Seguem abaixo alguns desses dados.

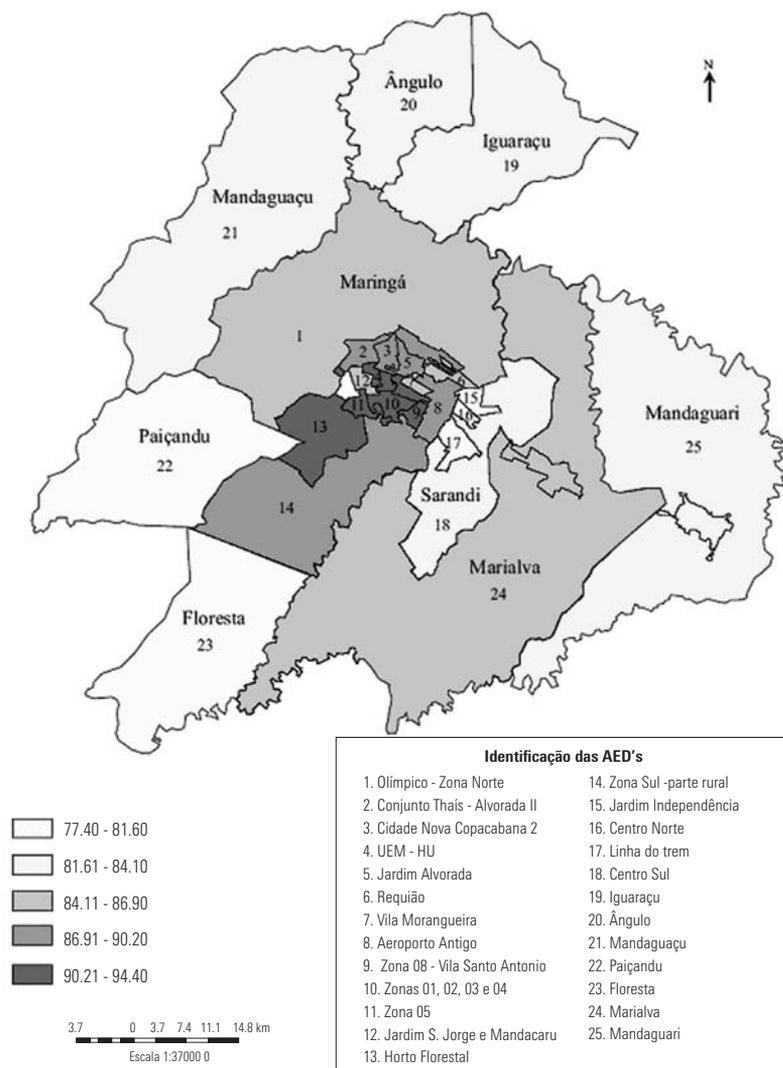
No que se refere aos domicílios particulares permanentes com acesso a bens de uso difundido, verificamos, em Maringá, o percentual de 89,22%, em Paiçandu e Sarandi, 79,58%, e nos demais municípios, 83,97%, o que demonstra uma paridade entre os domicílios situados em toda a RMM (*Mapa 13*). Entretanto, se levarmos em conta aqueles que possuem bens de média difusão, notamos uma grande disparidade, pois, enquanto a cidade pólo tem um percentual de 71,57%, Sarandi e Paiçandu têm apenas 32,82% e os demais municípios, 37,30% (*Tabela 24*).

Quanto aos domicílios particulares permanentes com inadequação por adensamento, os dados apresentam um baixo percentual em toda a RMM (3,10%), em Paiçandu e Sarandi essa incidência é maior, com 4,84%. Levando-se em consideração que esse indicador demonstra a precariedade na habitação, por se tratar de um conjunto de casas num espaço físico relativamente pequeno para esse fim, vemos que, nos municípios com alto nível de integração com o município pólo, essa inadequação é mais facilmente observada. Esse fato significa um processo de exclusão socioespacial dos representantes das classes menos favorecidas para os municípios adjacentes a Maringá (*Tabela 25*).

Os indicadores referentes aos domicílios particulares permanentes com coleta adequada de lixo demonstram que a RMM está bem servida, com 98,94%. Do mesmo modo, o abastecimento adequado de água contempla 95,75% dos domicílios. Já o item que trata do escoamento sanitário adequado mostra que apenas 54,13% dos domicílios recebem esse benefício. Na cidade pólo, o percentual é de 70,85%. Nos municípios com baixo nível de integração metropolitana, é de 40,01%, e, em Sarandi e Paiçandu, é onde notamos o maior índice de deficiência, com 16,12% (*Tabela 26*).

Os dados sobre os domicílios particulares permanentes alugados mostram que, em toda a RMM, os percentuais atingem 21,67%, esse fenômeno é maior em Maringá, com 25,95%, e o menor nas cidades de baixo nível de integração, com 12,85%. Isso significa que nessas localidades a incidência de domicílios próprios é maior (*Tabela 27*).

MAPA 13 – Percentual de Domicílios que Possuem Todos os Bens de Uso Difundido por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

Quanto aos domicílios particulares permanentes com até três cômodos, verifica-se que o percentual da RMM é de 7,4%, essa particularidade é maior em Sarandi e Paçandu, com 12,5%, nas cidades baixo nível de integração metropolitana é de 6,7%, e, em Maringá, 6%. Esse item demonstra, mais uma vez, a peculiaridade de Sarandi e Paçandu, no sentido em que apresentam dados negativos da RMM em relação à cidade pólo (*Tabela 28*).

Conclusão

Os dados acima destacados permitem fazer algumas considerações. Eles demonstram que as cidades de Sarandi e Paiçandu têm alto nível de integração com a cidade pólo e características negativas relacionadas à habitação. Isso se dá devido ao caráter elitista da organização espacial da cidade de Maringá, que exclui a população trabalhadora com menor poder aquisitivo e a direciona para as cidades limítrofes. Por seu turno, nas cidades com baixo nível de integração, vêem-se índices mais positivos quanto à habitação, o que pode demonstrar certa autonomia desses municípios em relação à cidade pólo. Nota-se que a cidade pólo, no conjunto das suas políticas públicas, não incorpora todos os municípios da RMM, suas ações se dão de modo independente e centralizado, sem buscar uma integração mais efetiva entre todos os municípios que compõem a região. Essa situação é mais evidente no que diz respeito àqueles municípios em conurbação com a cidade pólo, visto que, se, em Maringá, os índices relacionados à habitação são relativamente positivos, o mesmo não acontece em Sarandi e Paiçandu.

As informações oferecidas pelo censo demográfico demonstram a necessidade de se pensar numa ação dos poderes públicos municipais que visem o desenvolvimento da RMM como um todo, evitando a reprodução das desigualdades socioeconômicas. É necessário que fique bem claro para o poder público, em especial da cidade pólo, que uma região metropolitana não se faz com ações unilaterais, mas sim, com atitudes que levem à integração e ao desenvolvimento uniforme de toda a região.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991 – Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 1996. CD-ROM.

_____. Censo Demográfico 2000. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – redes urbanas regionais: Sul. Brasília: Ipea, 2000.

Observatório das Metrôpoles. Metrodata. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo.

Anexos

TABELA 22 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos, 1991 e 2000

Código	Município	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 1991	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000	% de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991
410115	Ângulo	77,69	98,32	73,73	96,6	36,72	98,33	97	99,74	0,52
410790	Floresta	95,69	99,53	91,55	99,34	97,28	99,33	99,19	99,73	0
411000	Iguaraçu	94,04	99,61	90,66	97,49	83,95	97,96	98,6	99,89	0,22
411410	Mandaguacu	93,25	99,09	71,13	96,94	69,53	96	97,67	99,51	0
411420	Mandaguari	93,58	99,29	83,5	97,53	95,66	98,01	97,19	99,81	0
411480	Marialva	95,78	99,35	90,18	97,49	90,5	96,4	97,79	99,8	0,63
411520	Maringá	98,75	99,75	95,54	99,06	96,79	99,4	99,85	99,94	0,02
411750	Paiçandu	90,85	99,17	87,86	98,08	92,09	97,57	98,58	99,45	0
412625	Sarandi	95,66	99,65	90,54	98,86	88,63	99,12	98,81	99,5	0
Média		92,8	99,3	86,1	97,9	83,5	98,0	98,3	99,7	0,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 23 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros – 2000

Código	Município	Domicílios particulares permanentes					
		Total	Próprios			Alugados (%)	Outros (%)
			Total	Com propriedade do terreno (%)	Sem propriedade do terreno (%)		
4101150	Ângulo	831	649	98,33	1,67	4,96	16,99
4107900	Floresta	1.476	1.068	97,79	2,21	13,65	14,02
4110003	Iguaraçu	1.030	706	94,86	5,14	8,69	22,76
4114104	Mandaguaçu	4.698	3.447	96,21	3,79	11,09	15,53
4114203	Mandaguari	9.167	6.522	97,22	2,78	14,31	14,54
4114807	Marialva	8.101	5.491	95,55	4,45	13,86	18,37
4115200	Maringá	84.220	53.995	96,88	3,12	25,95	9,93
4117503	Paiçandu	8.575	6.568	97,60	2,40	15,39	8,02
4126256	Sarandi	20.040	14.284	96,49	3,51	18,63	10,09
	Total	138.137	92.729	96,80	3,20	21,86	11,01

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 24 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Segundo o Acesso a Bens – 2000

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes			
	Total	Domicílios com acesso a bens (%)		
		de uso difundido ¹	de média difusão ²	de uso restrito ³
Município Pólo	84.220	89,23	71,57	57,52
Muito alto				
Alto	28.614	79,58	32,82	29,91
Médio				
Baixo	27.841	83,97	37,30	33,90
Muito baixo				
Total	140.675	86,22	56,90	47,23

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

Notas: (¹) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido.

(²) Refere-se aos domicílios com pelo menos 2 bens de média difusão.

(³) Refere-se aos domicílios com pelo menos 1 bem de difusão restrita.

TABELA 25 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Segundo as Condições de Moradia – 2000

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Em terreno não próprio	Sem sanitários	Domicílios com inadequação				
				Por adensamento (%)	por carência			
					de água (%)	de iluminação (%)	de instalação sanitária (%)	na destinação do lixo urbano (%)
Município Pólo	84.220	1.684	73	2,67	0,17	0,08	0,16	0,53
Muito alto								
Alto	28.614	658	9	4,84	0,06	0,56	0,23	1,24
Médio								
Baixo	27.841	853	142	2,64	1,22	0,24	0,95	2,24
Muito baixo								
Total	140.675	3.195	225	3,10	0,36	0,21	0,33	1,02

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 26 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo e Percentuais de Ruas sem Pavimentação – 2000

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total	Com abastecimento adequado de água ¹ (%)	Com escoamento sanitário adequado ² (%)	Com coleta adequada de lixo ³ (%)	Percentual de ruas pavimentadas
Município Pólo	82.969	93,69	70,85	99,46	-
Muito alto					-
Alto	27.820	99,19	16,12	98,72	-
Médio					-
Baixo	23.462	98,95	40,08	97,35	-
Muito baixo					-
Total	134.252	95,75	54,13	98,94	-

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Notas: (¹) - considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada em pelo menos um cômodo.

(²) - considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(³) - considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

TABELA 27 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes Próprios, Alugados e Outros – 2000

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes					
	Total	Próprios			Alugados (%)	Outros (%)
		Total	Com propriedade do terreno (%)	Sem propriedade do terreno (%)		
Município Pólo	84.220	53.995	62,11	2,00	25,95	9,93
Muito alto						
Alto	28.614	20.852	70,57	2,30	17,66	9,47
Médio						
Baixo	27.841	19.812	68,10	3,06	12,85	15,99
Muito baixo						
Total	140.675	94.659	65,02	2,27	21,67	11,04

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 28 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos – 2000

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Com até 3 cômodos	
Município Pólo	84.220	5.041	5,98
Muito alto			
Alto	28.614	3.575	12,49
Médio			
Baixo	27.841	1.858	6,67
Muito baixo			
Total	140.675	10.474	7,45

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) - Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 29 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Total de Famílias Conviventes, Domicílios Improvisados, Cômodos Ceedidos ou Alugados, Domicílios em Aglomerados Subnormais e Déficit Habitacional – 2000 (%)

AED	Código	Total de famílias conviventes	Domicílios improvisados	Cômodos cedidos ou alugados	Domicílios em aglomerados subnormais	Déficit habitacional
Ângulo	4101150001001	4,2	0,0	0,6	–	5,0
Floresta	4107900001001	5,3	0,2	0,6	–	6,3
Iguaçu	4110003001001	4,8	0,0	0,5	–	5,5
Mandaguacu	4114104001001	3,9	0,0	0,0	–	4,1
Mandaguari	4114203001001	5,4	0,3	0,1	–	6,1
Marialva	4114807001001	2,5	0,5	0,5	–	3,5
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	4,8	0,1	0,8	–	5,9
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	4,4	0,3	0,4	–	5,3
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	2,5	0,1	0,8	–	3,5
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	6,7	0,3	1,4	–	8,9
Maringá (Zona 05)	4115200001005	3,3	0,0	0,7	–	4,1
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	3,2	0,4	0,4	–	4,1
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	3,9	0,0	0,0	–	4,0
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	7,3	0,0	0,2	–	8,0
Maringá (Requião)	4115200001009	8,8	0,0	0,2	–	9,8
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	4,3	0,2	0,1	–	4,9
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	6,0	0,0	0,2	–	6,6
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	6,2	0,0	0,2	–	6,7
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	5,6	0,1	0,0	–	6,1
Maringá (Olímpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	5,1	0,7	0,1	–	6,3
Paiçandu	4117503001001	4,4	0,0	0,1	–	4,7
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	5,3	0,3	0,4	–	6,3
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	5,0	0,4	0,6	–	6,2
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	5,9	0,0	0,2	–	6,4
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	4,9	0,3	0,5	–	6,0
Total		4,9	0,2	0,3	–	5,7

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Nota: Dados não totalizam 100% devido a ocorrência de dupla contagem nos dados.

TABELA 30 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Domicílios Particulares Permanentes de Tipo de Apartamento – 2000

AED	Código	Domicílios particulares permanentes		%
		Total	Tipo apartamento	
Ângulo	4101150001001	831	0	0,0
Floresta	4107900001001	1.476	0	0,0
Iguaraçu	4110003001001	1.030	0	0,0
Mandaguaçu	4114104001001	4.698	46	1,0
Mandaguari	4114203001001	9.167	147	1,6
Marialva	4114807001001	8.101	165	2,0
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	4.495	85	1,9
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	7.272	628	8,6
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	5.089	3.797	74,6
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	5.643	1.488	26,4
Maringá (Zona 05)	4115200001005	4.333	754	17,4
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	8.496	5.127	60,3
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	4.455	987	22,1
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	6.072	52	0,9
Maringá (Requião)	4115200001009	6.846	70	1,0
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	9.529	2.435	25,6
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	6.996	491	7,0
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	6.522	228	3,5
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	4.103	0	0,0
Maringá (Olímpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	4.369	0	0,0
Paiçandu	4117503001001	8.575	0	0,0
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	5.226	219	4,2
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	5.738	106	1,8
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	4.336	11	0,3
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	4.740	0	0,0
Total		138.137	16.835	12,2

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

capítulo 6

6. Educação na Região Metropolitana de Maringá

Os índices educacionais constituem-se importantes referências para a avaliação das diferenças sociais entre os vários segmentos populacionais. Segundo o Boletim *Como anda o Rio de Janeiro, análise da conjuntura social*, elaborado pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do Rio de Janeiro: “o nível de instrução, embora não diretamente ligado à captação de bem-estar material e à distribuição de bens, geralmente mantém com essas variáveis uma forte correlação” (1995, p. 47).

Isso significa que os dados a serem apresentados podem indicar ou ter relação direta com os índices de pobreza e distribuição de renda na RM de Maringá.

6.1. Analfabetismo

O Governo Federal tem se empenhado em erradicar o analfabetismo no Brasil, principalmente através de programas de alfabetização de adultos (Brasil Alfabetizado, por exemplo) e do estabelecimento da obrigatoriedade da frequência escolar na faixa etária de 7 a 14 anos. Contudo, os processos de segregação econômica, social e cultural, inerentes ao capitalismo, não permitem que todos tenham acesso a esses programas ou à escola em geral. Isso se reflete nos dados que vamos apresentar, evidenciando que ainda há muito a ser realizado nessa esfera.

Na faixa de 7 a 14 anos, na qual a frequência à escola é obrigatória, segundo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), observamos que Maringá apresenta, dentro da RM observada, o menor percentual de

analfabetismo em 1991, 4,12%. Em 2000, perde a primeira posição para Mandaguari, que registra apenas 1,47% de analfabetismo, enquanto Maringá registra 2,15%, perfazendo cerca de 52% de redução do analfabetismo do ano de 1991 para 2000 (*Tabela 31*).

Mandaguaçu exibe o maior percentual de analfabetismo em 1991, 13,92%, mas, em 2000, apresenta somente 2,45%, demonstrando que foi o município da Região Metropolitana de Maringá que proporcionalmente mais reduziu o analfabetismo.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, ainda dentro da faixa de obrigatoriedade da frequência escolar, em 1991, novamente é Mandaguaçu que apresenta o maior percentual de analfabetos, 5,8%. Em 2000, essa posição passa para o município de Iguaraçu, com 3,13% de analfabetos de 10 a 14 anos (*Tabela 31*).

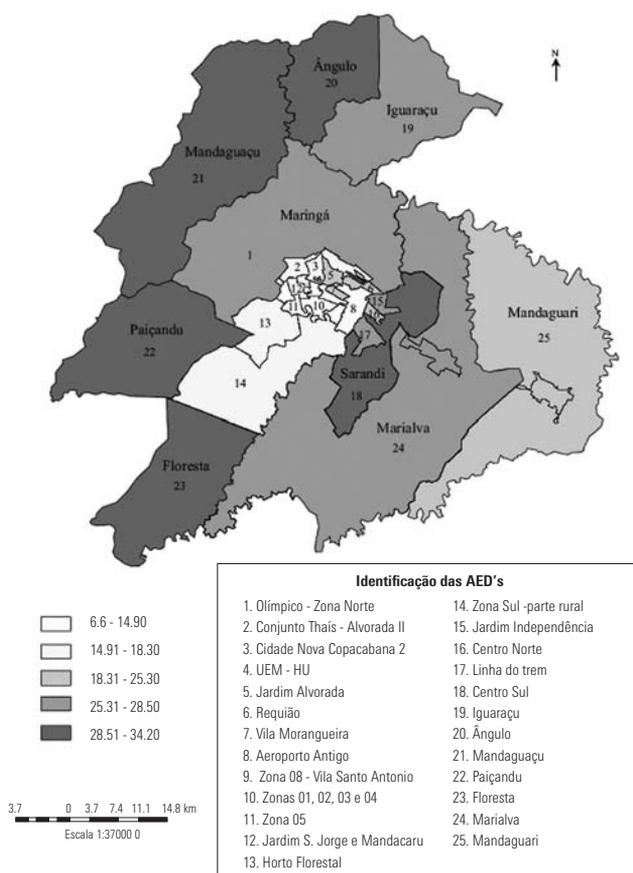
No ano de 2000, Maringá não figura entre os menores percentuais. Enquanto registra 0,96% de analfabetos na faixa etária de 10 a 14 anos, Floresta, Sarandi, Mandaguari, Mandaguaçu e Marialva apresentam índices menores.

Como podemos ver (*Tabela 40*), conforme a faixa etária vai subindo, os índices de analfabetismo também crescem. No levantamento feito pelo IBGE, em 2000, Ângulo apresenta o maior índice de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, 16,1%. E todos os municípios da região metropolitana de Maringá, exceto a cidade pólo, ficaram com taxas superiores às identificadas nas AEDs de Maringá. Sarandi apresenta 7,8%, na Região Centro-Norte, e Ângulo, como já foi dito, 16,1%. Nas áreas desagregadas de Maringá, as regiões que apresentam os menores índices de analfabetismo correspondem às áreas mais nobres da cidade, isto é, as zonas 1, 2, 3, 4, 5 e a região da UEM–HU (Universidade Estadual de Maringá e Hospital Universitário). O Jardim Olímpico, Zona Norte e Parte Rural mostram o mais alto índice de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais (8,3%), acompanhado de perto pela Vila Morangueira, com 7,0%. As demais regiões de Maringá ficaram com índices entre 4,3% e 6,7%.

O município sede apresenta os menores índices entre os demais da Região Metropolitana. Mas, mesmo assim, os índices são mais altos do que aqueles que estão registrados nas tabelas expostas anteriormente, que contemplaram a faixa etária de 7 a 14 anos e de 10 a 14 anos. Isso confirma nossa afirmação de que, conforme sobe a faixa etária, cresce o índice de analfabetismo.

Observemos os dados quanto ao nível de “integração metropolitana” na faixa de 15 anos e mais que não sabem ler no ano de 2000 (*Tabela 36*). Enquanto a taxa de analfabetismo nessa faixa etária em Maringá, município pólo foi de 4,9%, Paçandu e Sarandi, municípios que têm um alto nível de integração metropolitana com Maringá, registraram 10,0% de analfabetismo. Os demais municípios, que possuem baixo nível de integração metropolitana com o município pólo, também ficaram na casa dos 10% (*Mapa 14*). Percebemos, portanto, que medidas urgentes devem ser tomadas em todos os municípios que circundam Maringá para que as taxas de analfabetismo diminuam a ponto de, pelo menos, alcançarem os índices registrados no município pólo.

MAPA 14 – Taxa de Analfabetismo dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá por AED's em 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

Os índices até aqui apresentados procuram demonstrar o grau de analfabetismo na população conforme a faixa etária. O Atlas do Desenvolvimento Humano e o IBGE, além de identificar essa variável, possui outra que também chama a atenção sobre o analfabetismo funcional. Analfabetos funcionais são pessoas cujo grau de alfabetização é insuficiente para que exerçam funções básicas na sociedade moderna. O analfabetismo funcional é típico de pessoas que têm quatro anos ou menos de escolarização.

Nessa variável, analfabetismo funcional, os índices são preocupantes. Maringá, a cidade pólo da RM, possui índices baixos nas duas faixas etárias selecionadas e nos dois levantamentos realizados, em 1991 e em 2000. Enquanto Maringá, em 1991, na faixa de 10 a 14 anos, registra 39,71%, (somente Floresta fica abaixo de Maringá, com 37,76%), as demais cidades ficaram com 44,69% a 57,74% de analfabetos funcionais. Na faixa etária de 15 anos ou mais, Maringá registrou, também em 1991, 25,92%, e as demais cidades variaram entre 38,7% e 54,6% (*Tabela 33*).

Em 2000, na faixa etária de 10 a 14 anos, Maringá registrou 22,73%. Mandaguaçu e Floresta ficaram com índices próximos: respectivamente, 19,84% e 21,74%. Na faixa etária de 15 anos ou mais, Maringá registra, em 2000, 16,9%, enquanto os demais municípios ficaram entre 25,95 e 36,48%.

Mesmo que Maringá tenha apresentado índices mais baixos que os demais municípios de RM, isso não significa que a situação na cidade pólo seja muito melhor. Analfabetismo funcional impede, com certeza, acesso a postos de trabalho que ofereçam melhor remuneração. Esses postos exigem trabalhadores mais qualificados, resultando no aumento da pobreza e da desigualdade social. Ou seja, analfabetismo reduz a empregabilidade e as oportunidades de inclusão social.

Na *Tabela 3*, podemos verificar que a média dos sujeitos com mais de 15 anos que têm menos de quatro anos de estudo em todos os municípios da região metropolitana, excetuando Maringá, gira em torno de 30% no ano de 2000. Maringá registra 16,9%, mas temos que considerar que alguns municípios da RM servem de “cidade dormitório” para pessoas que trabalham em Maringá. Assim, os índices de Maringá são baixos, mas podem não ser representativos da real situação de analfabetismo funcional dos trabalhadores da cidade.

Os percentuais de responsável pela família sem instrução ou com até 3 anos de estudo em 2000 são dados que tratam, também, do analfabetismo funcional. O maior índice foi encontrado em Floresta, com 42,8%, seguido de todas as AEDs do Sarandi. Em Maringá, encontramos os menores índices nas áreas mais nobres da cidade, o mais alto índice se apresenta no Jardim Olímpico, Zona Norte e Parte Rural, com 33,5% (*Tabela 14*).

A *Tabela 9* registra o nível de “integração metropolitana” nesse mesmo grupo de pessoas. Enquanto o município pólo apresenta 19,4% de responsáveis pela família sem instrução, ou com até 3 anos de estudo, os demais municípios, tanto os que apresentam alto como baixo nível de “integração metropolitana”, registraram índices na casa dos 30%. Nota-se a grande diferença em relação ao município pólo, revelando desigualdades sociais dentro da Região Metropolitana de Maringá.

Observa-se que ficam explícitos os dados referentes à faixa etária de 0 a 6 anos de idade que freqüentam creche ou escola. O dado que mais chama a atenção é o de Ângulo. Enquanto na *Tabela 40* Ângulo apresentou o maior índice de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais (16,1%) na *Tabela 11*, o município apresenta o maior índice de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creche ou escola na Região Metropolitana de Maringá, isto é, 61,2%, índice mais alto do que o apresentado por Maringá. A administração do município de Ângulo deve ter feito uma ampla campanha e criado as condições de expansão da educação infantil, principalmente a oferecida de forma gratuita e pública.

O menor índice de freqüência a creches e escolas ficou na região Centro-Sul de Sarandi, 23,6%. Maringá apresenta índices altos nas regiões mais nobres e o menor índice no Olímpico, Zona Norte e Parte Rural, com 30,2%.

Quanto ao nível de “integração metropolitana”, dentro desse mesmo grupo, há várias questões que podem ser observadas (*Tabela 37*). O percentual de pessoas de 0 a 6 anos de idade que freqüentam creche ou escola no município pólo é de 44,2%. Os municípios que apresentam um nível baixo de “integração metropolitana” registraram 41,6%, ou seja, na mesma casa de Maringá. Já Paiçandu e Sarandi, municípios bastante integrados à Maringá, apresentaram 28,6% de pessoas nessa faixa etária que freqüentam creche ou escola, índice muito baixo, se comparado ao registrado no município pólo e demais municípios da região metropolitana. É urgente a elaboração de políticas de atendimento a essa faixa etária em Paiçandu e Sarandi.

6.2. Ensino Fundamental e Médio

Faremos, agora, uma comparação entre a taxa bruta de frequência no ensino fundamental e no ensino médio.

Ao compararmos a taxa bruta de frequência no ensino fundamental com a do ensino médio, vemos que há uma queda acentuada nos índices, significando que o número de pessoas que fazem o ensino médio é inferior ao número daqueles que estão no ensino fundamental. Dito de outra forma, grande parte daqueles que freqüentam o ensino fundamental param de estudar e sequer chegam a se matricular no ensino médio.

Maringá apresenta uma evolução no que se refere àqueles que freqüentaram o ensino fundamental e o médio. Em 2000, a taxa bruta da população que estava no ensino fundamental era de 115,75 e, no mesmo ano, a taxa bruta das pessoas que freqüentavam o ensino médio foi de 122,59. Floresta também apresenta uma evolução: em 2000, a taxa bruta da população que estava no ensino fundamental era de 119,43 e, no mesmo ano, a taxa bruta das pessoas que freqüentavam o ensino médio foi de 124,19 (*Tabela 32*).

Nos demais municípios da RM, a taxa bruta de frequência ao ensino fundamental é superior se comparada com a do ensino médio no ano de 2000.

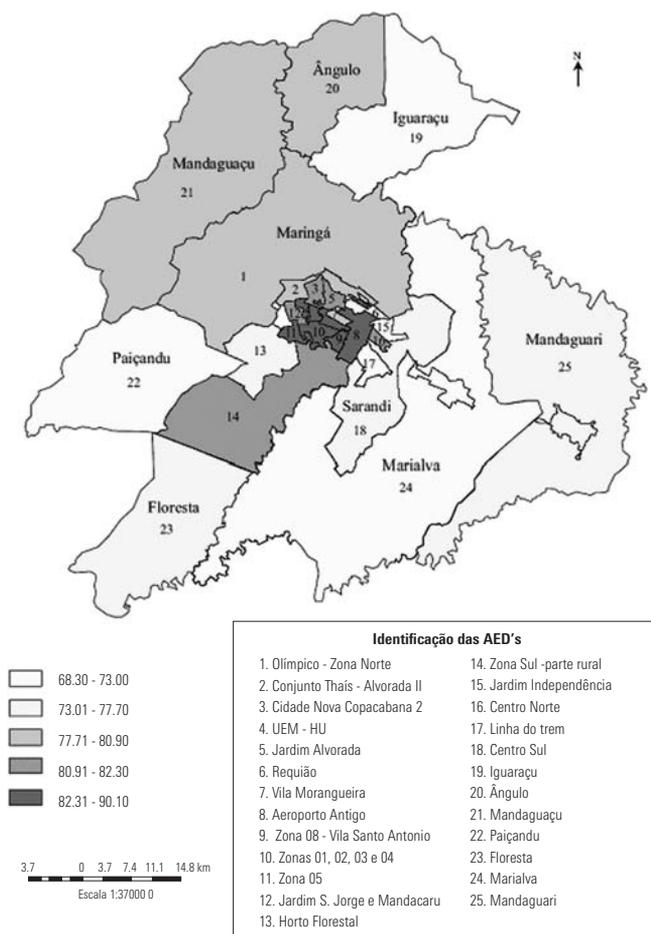
Em 1991, se compararmos os índices de frequência no ensino fundamental e no ensino médio, observamos que todos os municípios da RM apresentam um percentual inferior. Em Maringá, por exemplo, a frequência no ensino fundamental, em 1991, era de 114,05 e, no ensino médio, era de 53,79, representando cerca de 60% de queda. Isso mostra que apenas cerca de 40% daqueles que cursam o ensino fundamental chegam, depois, ao ensino médio.

Os dados demonstram também que, de 1991 a 2000, cresceu muito a frequência no ensino médio, grau geralmente exigido para a obtenção de empregos mais qualificados e melhor remunerados. Já a evolução de 1991 para 2000, no que se refere à frequência no ensino fundamental, não cresceu tanto assim.

Observemos as taxas de pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escolas em 2000 na Região Metropolitana de Maringá. A cidade de Ângulo apresenta o menor índice de pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola, 94,3%. Em Maringá, as regiões de Floresta, Jardim São Jorge e Mandacaru mostraram índices de 100% de frequência à

escola nessa faixa etária. Sarandi, Iguaraçu e Mandaguaçu apresentam baixas taxas (*Tabela 12*). A faixa etária em destaque nesta tabela corresponde à idade em que se espera que as crianças freqüentem o ensino fundamental. Ao se analisar o percentual de pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola e série adequada, observa-se que os índices mais altos aparecem nas regiões mais ricas da cidade de Maringá, alcançando de 85,3% a 90,1%. Novamente os índices mais baixos são encontrados nos demais municípios que compõem a região metropolitana. Sarandi, na AEDs Linha do Trem, apresenta somente 68,3% de pessoas nessa faixa etária que freqüentam escola e série adequada (*Mapa 15*).

MAPA 15 – Percentual de Pessoas de 7 a 14 anos que Freqüentam Escola em Série Adequada na Região Metropolitana de Maringá por AEDs – 2000



Sarandi, no entorno da Linha do Trem, apresenta o mais baixo índice de pessoas de 15 a 17 anos de idade que freqüentam escolas, ou seja, 63,6%, seguido de Ângulo com 66,3% (ver *Tabela 33*). Maringá tem o maior índice na região da UEM–HU, com 98,1%, e assegura índices próximos a este nas regiões mais nobres da cidade (ver Zona 1, 2, 3, 4 e Zona 5).

Nos deteremos, por fim, nos dados quanto ao nível de “integração metropolitana” nesse mesmo grupo de pessoas (*Tabela 8*). Enquanto Maringá registra 85,0% de pessoas de 15 a 17 anos de idade que freqüentam escola, Paiçandu e Sarandi apresentam taxa de 71,2% e, os demais municípios, 78,0%. Todos os municípios ficam na faixa dos 80%, o que revela que, entre as pessoas dessa faixa etária que freqüentam escola, não há muitas disparidades na região metropolitana.

6.3. Ensino Superior

Maringá tem, ultimamente, ganhado visibilidade como cidade de perfil universitário. Esse perfil se constituiu não somente pelo crescimento da Universidade Estadual de Maringá (UEM), mas também pela criação de várias Faculdades privadas. Na última década, cresceu muito a iniciativa privada no que se refere à oferta de cursos superiores e também aumentou o rol de cursos novos que a UEM passou a oferecer.

Mas, se considerarmos que as cidades circunvizinhas a Maringá abrigam boa parte da classe trabalhadora do município pólo, podemos afirmar que não é muito alto o nível de educação daqueles que migram em direção a Maringá para trabalhar e moram em outros municípios.

Em comparação aos demais municípios da Região Metropolitana, Maringá apresenta um razoável índice de pessoas que freqüentam o ensino superior, taxa bruta de 22,66, em 1991, e 40,15, em 2000. Sarandi, município contíguo a Maringá, mostra os piores índices: taxa bruta de 1,13, em 1991, e 3,59, em 2000 (*Tabela 32*).

Vamos fazer comparações entre os índices de freqüência no ensino médio e depois no superior com o objetivo de verificar o percentual de pessoas que cursam o ensino médio e comparar esses dados com os daqueles que adentram no ensino superior.

Percebe-se que todos os municípios da Região Metropolitana obtiveram índices de freqüência no ensino médio muito maiores em 2000, comparados ao ano de 1991.

Maringá, por exemplo, possuía 29,8% das pessoas entre 15 e 17 anos (faixa etária daqueles que normalmente teriam acesso ao ensino médio) em 1991 e, em 2000, esse índice subiu para 63,58% (*Tabela 34*).

Em 1991, em Maringá, apenas 29,8% das pessoas de 15 a 17 anos freqüentava o ensino médio. No mesmo ano, somente 10,38% de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos freqüentavam o ensino superior, demonstrando que nem todos aqueles que terminam o ensino médio conseguem cursar o superior (*Tabela 35*).

Em 2000, também em Maringá, o ensino médio era freqüentado por 63,58% da população na faixa etária entre 15 e 17 anos e o ensino superior apresenta 17,76%, significando, também, que é baixo o índice de pessoas que terminam o ensino médio e conseguem adentrar na universidade pública e nas faculdades particulares da Região.

Sarandi, em 1991, tinha 11,54% da população no ensino médio. No mesmo ano, somente 0,59% freqüentaram o ensino superior. Em 2000, 41,49% fizeram o ensino médio e apenas 1,24%, o ensino superior. Conclui-se que, em Sarandi, o percentual daqueles que, em 1991, freqüentaram o ensino médio e depois o superior é maior do que o ocorrido em 2000 (*Tabela 34*).

A evolução do ingresso no ensino superior em Maringá diminuiu em percentual. Ou seja, em 1991 era maior a proporção de pessoas que freqüentavam o ensino médio e depois chegavam ao ensino superior, isto é, mais ou menos a metade. Em 2000, essa proporção diminuiu muito: dos 63,58% que freqüentavam o ensino médio apenas 17,76 chegavam ao superior, representando muito menos do que a metade.

Conclusão

Pelo exposto, verificamos que Maringá não apresenta os piores índices de analfabetismo nem de freqüência no ensino fundamental, médio e superior. Entretanto, as cidades circunvizinhas, que fazem parte da RMM, e que hospedam grande parte dos que aqui trabalham, apresentam dados inferiores, cooperando para que relativizemos as informações a respeito da cidade pólo.

Os índices demonstram que ainda há muito a fazer no campo educacional. E, mais do que isso, há ainda muito a fazer no campo social, político e econômico para ampliar as possibilidades de acesso aos vários níveis educacionais.

Para nós, o governo, seja municipal, estadual ou federal, deveria investir mais na educação básica, que deve ser oferecida não somente àqueles que estão na faixa etária oficialmente obrigatória, mas também a jovens e adultos que nunca tiveram a oportunidade de freqüentar os bancos escolares. Mas isso não significa abandonar o ensino superior, deixando-o nas mãos da iniciativa privada, o que vem acontecendo nos últimos anos.

Além disso, são necessárias políticas públicas educacionais mais inclusivas em todos os municípios da Região Metropolitana e não somente em Maringá. Isso contribuiria para aumentar o nível de integração e diminuir as desigualdades sociais entre todos os municípios da região metropolitana de Maringá.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei LDB: de diretrizes e bases da educação: Lei 9.394/96*. 3. ed. Brasília: DP&A, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. (Coord.). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1995.

Anexos

TABELA 31 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Analfabetismo por Faixa Etária da População, 1991 e 2000

Código	Município	% 7 a 14 anos analfabetas, analfabetas, analfabetas,		% 10 a 14 anos analfabetas, analfabetas, analfabetas,		% 15 a 17 anos analfabetas, analfabetas, analfabetas,		% 18 a 24 anos analfabetas, analfabetas, analfabetas,		% 15 anos ou mais analfabetas, analfabetas,		% 25 anos ou mais analfabetas, analfabetas,	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
410115	Ângulo	10,43	4,9	3,58	1,33	7,04	2,57	10,32	2,47	27,64	16,82	36,82	21,31
410790	Floresta	5,85	2,02	1,68	0,26	1,12	0,04	3,4	1,23	17,35	11,65	22,97	14,95
411000	Iguaraçu	10,46	4,99	3,09	3,13	2,18	0,47	4,21	2,03	19,3	15,05	23,87	16,78
411410	Mandaguaçu	13,92	2,45	5,8	0,11	3,68	2,25	7,72	2,49	18,99	12,1	25,96	15,78
411420	Mandaguari	5,52	1,47	3,01	0,8	1,8	0,44	4,59	1,28	16,1	11,77	20,95	11,74
411480	Mariahu	6,86	2,23	1,54	0,81	3,05	0,01	2,77	2,69	16,18	9,77	19,9	12,6
411520	Maringá	4,12	2,15	0,91	0,96	1,27	0,48	2,09	0,32	9,14	5,39	11,89	6,37
411750	Paicandu	11,27	2,75	2,99	1,12	4,88	2,1	4,33	1,67	19,25	11,89	25,68	15,28
412825	Sarandi	8,8	3,11	1,81	0,7	2,73	0,44	1,92	0,45	16,22	10,25	23,21	12,53
	Média	8,6	2,9	2,7	1,0	3,1	1,0	4,6	1,6	17,8	11,6	23,5	14,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 32 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores Utilizados no IDH-M Educação 1991–2000

Código	Município	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000	Taxa bruta de frequência à escola, 1991	Taxa bruta de frequência à escola, 2000	Taxa bruta de frequência ao fundamental, 1991	Taxa bruta de frequência ao fundamental, 2000	Taxa bruta de frequência ao ensino médio, 1991	Taxa bruta de frequência ao ensino médio, 2000	Taxa bruta de frequência ao superior, 1991	Taxa bruta de frequência ao superior, 2000
410115	Ângulo	72,37	83,18	61,2	80,29	101,87	115,6	30,2	84,78	2,76	10,09
410790	Floresta	82,65	88,35	71,42	92,01	113,4	119,43	64,47	124,19	7,42	24,39
411000	Iguaraçu	80,7	84,95	68,37	81,93	105,44	113,64	70,39	94,63	11,77	12,22
411410	Mandaguaçu	81,01	87,9	56,58	81,58	96,65	115,18	30,22	95,58	8,5	14,98
411420	Mandaguari	83,9	88,23	63,93	89,99	109,76	122,96	40,25	109,56	12,65	20,84
411480	Marialva	83,82	90,23	67	83,18	105,27	114,18	48,1	91,66	12,88	26,24
411520	Maringá	90,86	94,61	74,41	92,27	114,05	115,75	53,79	122,59	22,66	40,15
411750	Paiçandu	80,75	88,11	54,95	79,23	101,65	118,76	17,86	94,36	1,77	6,65
412625	Sarandi	83,78	89,75	55,8	77,84	99,62	121,31	24,16	80,12	1,13	3,59
Média		82,2	88,4	63,7	84,3	105,3	117,4	42,2	99,7	9,1	17,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 33 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Analfabetismo Funcional por Faixa Etária da População, 1991 e 2000

Código	Município	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000
410115	Ângulo	51,83	27,47	26,36	11,31	31,1	13,26	54,6	36,48
410790	Floresta	37,76	21,74	9,94	4,05	15,97	5,43	41,58	30,9
411000	Iguaraçu	45,63	34,57	21,27	6,31	21,27	9,19	42,79	30,92
411410	Mandaguacu	53,81	19,84	29,69	14,18	23,2	11,29	47,45	30,86
411420	Mandaguari	44,69	27,19	14,65	3,44	15,43	6,17	38,24	25,95
411480	Mariava	46,23	31,84	13,23	8,41	10,2	9,11	38,7	28,17
411520	Maringá	39,71	22,73	9,12	3,54	8,84	2,52	25,92	16,9
411750	Paçandu	57,74	29,77	23,72	8,36	21,07	9,57	43,81	30,81
412625	Sarandi	46,62	30,77	18,2	4,48	15,88	9,12	42,04	28,38
Média		47,1	27,3	18,5	7,1	18,1	8,4	41,7	28,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 34 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Nível Educacional da População entre 15 e 17 anos, 1991 e 2000

Código	Município	% 15 a 17 anos na escola, 1991	% 15 a 17 anos na escola, 2000	% 15 a 17 anos analfabetas, 1991	% 15 a 17 anos analfabetas, 2000	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo, 1991	% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo, 2000	% 15 a 17 anos no ensino médio, 1991	% 15 a 17 anos no ensino médio, 2000	% 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio, 1991	% 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio, 2000
410115	Ângulo	50,58	68,59	7,04	2,57	26,36	11,31	81,35	44,26	15,37	42,96	15,64	45,54
410790	Floresta	64,48	80,07	1,12	0,04	9,94	4,05	64,28	30,86	29,35	55,21	30,71	59,2
411000	Iguaraçu	59,64	75,25	2,18	0,47	21,27	6,31	68,56	33,62	26,7	48,36	28,43	52,88
411410	Mandaguaçu	43,82	75,07	3,68	2,25	29,69	14,18	83,02	45,14	16,47	46,62	16,53	49,41
411420	Mandaguari	52,67	80,55	1,8	0,44	14,65	3,44	70,63	38,3	24,46	51,45	25,04	53,79
411480	Mariaha	53,19	73,85	3,05	0,01	13,23	8,41	63,86	45,51	29,79	44,86	29,81	46,14
411520	Maringá	69,18	85,01	1,27	0,48	9,12	3,54	63,6	25,53	29,8	63,58	31,86	67,77
411750	Paçandu	42,51	70,42	4,88	2,1	23,72	8,36	83,44	42,68	10,96	44,55	10,97	47,25
412625	Sarandi	42,96	71,52	2,73	0,44	18,2	4,48	83,51	45,83	11,54	41,49	12,2	42,48
Média		53,2	75,6	3,1	1,0	18,5	7,1	73,6	39,1	21,6	48,8	22,4	51,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 35 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Nível Educacional da População entre 18 e 24 anos, 1991 e 2000

Código	Município	% 18 a 24 anos analfabetas, 1991	% 18 a 24 anos analfabetas, 2000	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo, 2000	% 18 a 24 anos com doze anos ou mais de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com doze anos ou mais de estudo, 2000	% 18 a 24 anos no curso superior, 1991	% 18 a 24 anos no curso superior, 2000	% 18 a 24 com acesso ao curso superior, 1991	% 18 a 24 com acesso ao curso superior, 2000
410115	Ângulo	10,32	2,47	31,1	13,26	66,92	43,49	1,8	4,93	0,16	2,65	0,32	2,73
410790	Floresta	3,4	1,23	15,97	5,43	56,06	30,55	4,23	6,45	1,62	5,47	1,67	5,5
411000	Iguaraçu	4,21	2,03	21,27	9,19	54,03	32,26	7,43	5,6	2,72	2,65	2,87	3,4
411410	Mandaguaçu	7,72	2,49	23,2	11,29	72,52	41,14	4,09	8,1	2,64	7,75	2,65	8,11
411420	Mandaguari	4,59	1,28	15,43	6,17	56,41	33,01	9,63	7,65	6,13	8,73	6,13	8,73
411480	Mariaiva	2,77	2,69	10,2	9,11	59,36	29,52	6,53	10,07	5,72	12,44	5,73	12,74
411520	Maringá	2,09	0,32	8,84	2,52	43,15	18,9	11,42	15,82	10,38	17,76	11,29	18,63
411750	Paçandu	4,33	1,67	21,07	9,57	73,1	47,1	1,85	1,62	0,97	2,07	1,33	2,07
412625	Sarandi	1,92	0,45	15,88	9,12	71,18	42,97	1,62	1,16	0,59	1,24	0,59	1,24
Média		4,6	1,6	18,1	8,4	61,3	35,4	5,4	6,8	3,4	6,8	3,6	7,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 36 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler – 2000

Nível de integração metropolitana	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Município Pólo	217.892	10.633	4,9
Muito alto			
Alto	72.038	7.202	10,0
Médio			
Baixo	71.438	7.738	10,8
Total	361.368	25.573	7,1

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 37 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000

Nível de integração metropolitana	Número de pessoas de 0 a 6 anos de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Que frequentam creche ou escola (B)	
Município Pólo	30.746	13.577	44,2
Muito alto			
Alto	14.297	4.094	28,6
Médio			
Baixo	11.212	4.664	41,6
Total	56.256	22.336	39,7

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 38 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 a 17 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000

Nível de integração metropolitana	Número de pessoas de 15 a 17 anos de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Que frequentam escola (B)	
Município Pólo	16.381	13.925	85,0
Muito alto			
Alto	5.985	4.261	71,2
Médio			
Baixo	5.836	4.553	78,0
Total	28.203	22.739	80,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 39 – Nível de Integração Metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por Responsável pela Família Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudo – 2000

Nível de integração metropolitana	Responsável pela Família		B / A (em %)
	Total (A)	Sem instrução ou com até 3 anos de estudo (B)	
Município Pólo	89.044	17.303	19,4
Muito alto			
Alto	30.169	10.059	33,3
Médio			
Baixo	29.102	9.952	34,2
Muito baixo			
Total	148.315	37.314	25,2

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 40 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler – 2000

AED	Código	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
		Total	Que não sabem ler	
Ângulo	4101150001001	2.062	331	16,1
Floresta	4107900001001	3.795	504	13,3
Iguaraçu	4110003001001	2.585	309	11,9
Mandaguaçu	4114104001001	12.104	1.524	12,6
Mandaguari	4114203001001	23.146	2.116	9,1
Marialva	4114807001001	21.216	2.093	9,9
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	11.342	797	7,0
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	18.939	1.217	6,4
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	12.246	129	1,1
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	14.405	622	4,3
Maringá (Zona 05)	4115200001005	11.785	327	2,8
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	22.023	396	1,8
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	11.643	593	5,1
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	15.670	1.046	6,7
Maringá (Requião)	4115200001009	18.520	1.038	5,6
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	23.531	1.293	5,5
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	18.202	812	4,5
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	16.993	837	4,9
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	11.267	590	5,2
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	11.326	936	8,3
Paiçandu	4117503001001	21.740	2.542	11,7
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	13.271	1.290	9,7
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	14.671	1.144	7,8
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	10.745	1.025	9,5
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	11.611	1.201	10,3
Total		354.838	24.712	7,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 41 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 0 a 6 Anos de Idade que Frequentam Creche ou Escola – 2000

AED	Código	Número de pessoas de 0 a 6 anos de idade		B / A (em %)
		Total (A)	Que frequentam creche ou escola (B)	
Ângulo	4101150001001	305	186	61,2
Floresta	4107900001001	558	255	45,8
Iguaraçu	4110003001001	391	210	53,6
Mandaguaçu	4114104001001	2.098	815	38,8
Mandaguari	4114203001001	3.755	1.799	47,9
Marialva	4114807001001	3.217	914	28,4
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	1.501	652	43,4
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	2.599	960	36,9
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	1.113	572	51,4
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	1.838	953	51,9
Maringá (Zona 05)	4115200001005	1.182	625	52,9
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	1.994	1.185	59,4
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	1.625	927	57,1
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	2.765	1.088	39,3
Maringá (Requião)	4115200001009	3.067	962	31,4
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	4.030	1.819	45,1
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	2.618	1.195	45,7
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	2.627	1.182	45,0
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	1.704	828	48,6
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	2.084	629	30,2
Paiçandu	4117503001001	4.326	1.314	30,4
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	2.386	563	23,6
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	2.359	698	29,6
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	2.429	644	26,5
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	2.798	876	31,3
Total		55.368	21.851	39,5

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 42 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 7 a 14 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000

AED	Código	Número de pessoas de 7 a 14 anos de idade		B / A (em %)
		Total (A)	Que frequentam escola (B)	
Ângulo	4101150001001	473	446	94,3
Floresta	4107900001001	769	769	100,0
Iguaraçu	4110003001001	622	602	96,9
Mandaguaçu	4114104001001	2.626	2.544	96,9
Mandaguari	4114203001001	4.494	4.430	98,6
Marialva	4114807001001	4.269	4.144	97,1
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	1.737	1.713	98,6
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	3.193	3.106	97,3
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	1.714	1.705	99,5
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	2.376	2.351	98,9
Maringá (Zona 05)	4115200001005	1.939	1.927	99,4
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	3.279	3.245	99,0
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	1.927	1.927	100,0
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	3.204	3.164	98,7
Maringá (Requião)	4115200001009	4.533	4.407	97,2
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	5.051	4.952	98,0
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	3.505	3.456	98,6
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	3.135	3.118	99,4
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	2.214	2.185	98,7
Maringá (Olímpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	2.207	2.169	98,3
Paiçandu	4117503001001	4.698	4.482	95,4
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	2.842	2.759	97,1
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	2.617	2.587	98,8
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	2.690	2.584	96,1
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	3.003	2.881	95,9
Total		69.118	67.652	97,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)soas de 15 a 17 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000

TABELA 43 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Pessoas de 15 a 17 Anos de Idade que Frequentam Escola – 2000

AED	Código	Número de pessoas de 15 a 17 anos de idade		B / A (em %)
		Total (A)	Que frequentam escola (B)	
Ângulo	4101150001001	192	128	66,3
Floresta	4107900001001	278	213	76,5
Iguaraçu	4110003001001	207	148	71,6
Mandaguaçu	4114104001001	957	721	75,3
Mandaguari	4114203001001	1.831	1.475	80,6
Marialva	4114807001001	1.741	1.284	73,8
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	672	528	78,6
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	1.298	1.095	84,3
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	924	906	98,1
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	989	838	84,7
Maringá (Zona 05)	4115200001005	769	719	93,5
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	1.616	1.520	94,1
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	873	757	86,7
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	1.293	1.084	83,8
Maringá (Requião)	4115200001009	1.816	1.405	77,3
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	1.784	1.471	82,5
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	1.388	1.134	81,7
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	1.204	1.006	83,6
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	861	736	85,4
Maringá (Olímpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	892	725	81,4
Paiçandu	4117503001001	1.728	1.216	70,4
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	1.137	872	76,7
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	1.178	925	78,6
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	929	603	64,9
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	1.014	645	63,6
Total		27.573	22.155	80,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 44 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por Responsável pela Família Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudo – 2000

AED	Código	Responsável pela Família		B / A (em %)
		Total (A)	Sem instrução ou com até 3 anos de estudo (B)	
Ângulo	4101150001001	867	345	39,7
Floresta	4107900001001	1.560	667	42,8
Iguaraçu	4110003001001	1.085	393	36,2
Mandaguaçu	4114104001001	4.890	1.726	35,3
Mandaguari	4114203001001	9.718	2.948	30,3
Marialva	4114807001001	8.345	2.881	34,5
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	4.728	1.193	25,2
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	7.627	2.197	28,8
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	5.225	426	8,2
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	6.082	1.067	17,5
Maringá (Zona 05)	4115200001005	4.482	724	16,2
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	8.817	803	9,1
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	4.647	968	20,8
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	6.547	1.362	20,8
Maringá (Requião)	4115200001009	7.510	1.807	24,1
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	9.982	1.647	16,5
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	7.443	1.345	18,1
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	6.961	1.311	18,8
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	4.354	898	20,6
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	4.637	1.553	33,5
Paçandu	4117503001001	8.969	3.332	37,2
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	5.534	1.830	33,1
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	6.060	1.696	28,0
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	4.607	1.455	31,6
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	5.000	1.745	34,9
Total		145.680	36.322	24,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

capítulo 7

7. Renda e Trabalho

“Brasil, terra de contrastes ... Contrastes geográficos, contrastes econômicos, contrastes sociais.”

“Mas é preciso ir ainda adiante. Se até no contraste existe harmonia, o conjunto persiste também na conciliação dos antagonismos”

“Assim, o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar”

(BASTIDE, 1959, p. 5, 9 e 11)

Nos anos 1950, Roger Bastide fortaleceu uma determinada representação do Brasil, aquela que o identifica como uma terra de contrastes. Firmava-se a idéia de que a Sociologia teria que compreender, analisar e descrever os antagonismos existentes em um país estruturado pelas diferenças de classe, cultura, etnia, religião etc.

Bastide, portanto, contribuiu para a construção de uma interpretação do Brasil como o lugar no qual as diferenças, de alguma forma, se equilibram, o que apresentaria aos analistas o desafio de elaborar novas classificações que explicassem esse poderoso jogo de ser uma coisa e também outra. Essa percepção do Brasil como espaço no qual os antagonismos se equilibram tornara-se uma espécie de idéia fixa para as Ciências Sociais brasileiras, ao menos, desde os anos 1930.

Naquela época, a realidade social brasileira estava assentada em um passado escravocrata, pautado na exploração monocultural da terra e no latifúndio. Esse “complexo”, como apontou Gilberto Freyre no livro *Casa-Grande e Senzala*, em 1933, teria conformado um sistema de produção com poder para aristocratizar e democratizar a sociedade

brasileira, criando mecanismos de mobilidade social, ao mesmo tempo que consolidava a diferença entre senhores e escravos. O complemento da segunda frase de Bastide, citada na epígrafe deste trabalho, detalha a idéia de que a sexualidade e a conformação de um povo miscigenado ajudaria a diluir, por exemplo, o preconceito de cor.

Hoje, várias décadas depois de iniciado esse debate sobre como e por que, em nosso País, teria sido criada uma surpreendente habilidade para se promover o “equilíbrio de antagonismos”, continuamos a nos perguntar como e por que, ao analisar os indicadores de renda e trabalho, gerados pelos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1991 e 2000, particularmente para a Região Metropolitana de Maringá (RMM), constatamos a existência de uma série de contrastes e antagonismos no interior dessa região. Diferenças que permanecem quando comparamos a situação vivida pelos habitantes da RMM àquela experimentada por moradores de outras regiões brasileiras.

Parece, como bem pontuou Bastide (1959), que ainda procuramos um “sistema de conceitos” suficientemente *bom para pensar* alguns retratos da realidade que saltam dos levantamentos estatísticos que ora temos em mãos. Portanto, nosso objetivo, neste trabalho, é refletir sobre como e por que:

- » a Região Metropolitana de Maringá desponta como uma das mais ricas e pujantes regiões brasileiras, mesmo que as taxas de intensidade da pobreza e da indigência tenham apresentado uma elevação substancial entre 1991 e 2000;
- » os municípios de Maringá e Sarandi tiveram ampliação percentual da intensidade de indigentes¹⁹, particularmente as crianças, entre 1991 e 2000, mesmo quando todos os outros municípios da região tiveram diminuição;
- » os municípios com alto grau de integração (Maringá, Sarandi e Paiçandu) tiveram as maiores ampliações nas taxas de intensidade de pobreza e indigência entre 1991 e 2000;

19 Distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos indigentes, ou seja, inferior a R\$ 37,75 (um quarto do salário-mínimo), do valor da linha de pobreza, definida por uma renda domiciliar *per capita* média inferior a meio salário-mínimo, R\$ 75,50 (valores de julho de 1999), Atlas do IDH-M (2003).

- » em toda RMM há, entre 1991 e 2000, um aumento no percentual da renda proveniente de transferências governamentais e uma diminuição no percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho;
- » enquanto Maringá, município pólo dessa Região Metropolitana, tem a maior renda *per capita*, em 1991 e em 2000, Sarandi e Paiçandu são as cidades da região com as menores rendas, para o mesmo período;
- » há uma diminuição do percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres em toda a região, destacando-se que o município sede e os que com ele têm alto grau de integração (Sarandi e Paiçandu) tiveram as maiores taxas de diminuição, respectivamente, 1% a menos em Maringá e 1,5% em Sarandi e Paiçandu;
- » o percentual da renda apropriada pelos 40%, 60% e 80% mais pobres da população de toda a RMM diminuiu;
- » o percentual da renda apropriada pelos 20% e 10% mais ricos aumentou;
- » em 2000, a renda familiar *per capita* de todos os municípios da RMM concentra-se entre meio e três salários-mínimos;
- » no interior da RMM há uma diferença muito grande na renda *per capita* das famílias e na renda mensal do responsável pelo domicílio, quando comparamos algumas áreas de ponderação amostral (AEDs), localizadas no município de Sarandi, com outras localizadas em Maringá;
- » a população em idade ativa tem uma divisão equilibrada; contudo, a população economicamente ativa é majoritariamente masculina;
- » a maior parte das pessoas que afirmaram ter alguma ocupação entre os dias 23 e 29 de julho de 2000, eram homens, brancos e com menos de 8 anos de estudo; entretanto, em Maringá a escolaridade desses ocupados aumenta;
- » o grau de formalização no mercado de trabalho em toda a RMM é baixo, somente em Mandaguçu, Maringá e Sarandi ele chega aos 50% ou um pouco mais;
- » o rendimento médio no trabalho principal é muito baixo em todos os municípios da região; contudo, ele é ainda mais baixo para as mulheres e para os negros.

7.1. Indicadores de Pobreza para Região Metropolitana de Maringá entre 1991 e 2000

Falar sobre pobreza e indigência não é tarefa fácil de ser feita quando o foco da análise é uma região conhecida como uma das mais ricas do Brasil em razão das imagens até então construídas *de e sobre* Maringá, cidade de médio porte, que é o município pólo dessa RM. Além disso, é preciso pontuar que mais do que compreendidas, analisadas ou utilizadas como referência para a elaboração de políticas públicas de combate à pobreza, as taxas de intensidade da indigência e da pobreza vêm sendo utilizadas como instrumento de barganha por representantes do executivo municipal e por outros agentes sociais que buscam combater a pobreza e a miséria no País. Esses indicadores viraram moeda de troca no momento de captação dos recursos disponíveis para a implementação das políticas sociais.

Entre os anos de 1991 e 2000, na Região Metropolitana de Maringá, o percentual de pobres diminuiu em todos os municípios que a compõem, e o percentual de indigentes só não diminuiu nos municípios de Maringá e Sarandi, que tiveram, respectivamente, a seguinte ampliação: 1,79% para 2,82% e 6% para 7%. Contudo, quando observamos as taxas de intensidade da pobreza e da indigência, temos um quadro um pouco diferente.

As taxas de intensidade de pobreza diminuíram entre 1991 e 2000 em Ângulo (38,15 para 35,37), Floresta (32,9 para 30,23), Iguaçu (35,78 para 34,25), Mandaguari (38,43 para 32,69), Marialva (35,63 para 33,21). Porém, nesse mesmo período, elas tiveram um ligeiro aumento no município pólo e naqueles que estabelecem com ele alto grau de integração: em Maringá, a ampliação da intensidade foi de 28,89 para 38,73; em Paçandu, de 32,1 para 35,97, e Sarandi, 33,08 para 43,46 (*Tabela 47*).

Houve, ainda, uma ampliação significativa da taxa de indigência, entre 1991 e 2000, em todos os municípios da RM, merecendo destaque a situação do município pólo que ampliou a indigência de 31,29 para 62,1 e Paçandu e Sarandi que tiveram a taxa de indigência ampliada, respectivamente, de 27,88 para 58,55 e de 28,76 para 70,32.

Como explicar essa aparente contradição nas informações? Pois, se o percentual de pobres diminuiu em toda a RM, e o percentual de indigentes teve um pequeno aumento apenas em Maringá e Sarandi, como pode ter ocorrido uma ampliação tão expressiva da taxa de intensidade da indigência em toda a RM?

Talvez, tenhamos que observar com um pouco mais de cuidado o fato de que se o percentual de crianças pobres diminuiu em todos os municípios da RMM, o percentual de crianças indigentes teve uma ampliação em Maringá e Sarandi. O aumento de crianças em situação de indigência, entre 1991 e 2000, em Maringá, foi de 2,7% para 4,5%, e Sarandi, de 8% para 10%.

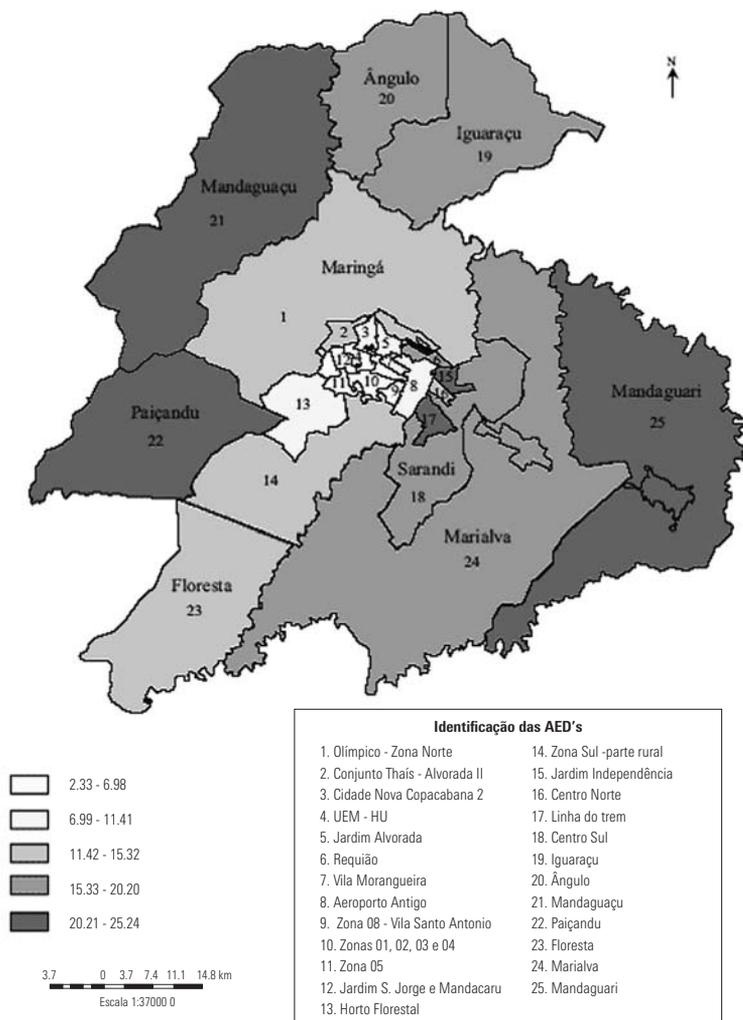
Esses indicadores, quando associados à leitura da ampliação substancial da taxa de indigência em todos os municípios da RM, informam que a orientação para o desenvolvimento dessa área tem gerado diferenciações internas importantes e, como consequência, o pagamento de baixos salários, como detalharemos no próximo item deste trabalho. Isso se traduz no empobrecimento global da população da RM, e as crianças e os moradores dos dois municípios mais populosos (Maringá e Sarandi) são os que mais sofrem.

7.2. Renda Familiar Per Capita da RMM em 2000

Na Região Metropolitana de Maringá, a maior parte das famílias tem uma renda *per capita* que fica entre um e três salários-mínimos. Tomemos como referência o município pólo e os que com ele mantêm alto grau de integração: em Maringá, 43% das famílias recebem entre um e três salários-mínimos; em Sarandi 40% das famílias estão nessa mesma faixa de renda e, em Paiçandu, 38%. A única exceção na RMM é o município de Iguaraçu, onde a concentração da renda *per capita* fica na faixa de mais de meio a um salário-mínimo, nesse município, 35% das famílias estão nessa condição.

Destacamos que, ao juntarmos as famílias com renda *per capita* de mais de meio a um salário-mínimo àquelas que estão na faixa seguinte, de mais de um a três salários-mínimos, percebemos que é essa a condição da maioria das famílias em todos os municípios da RM. É importante salientar que 71% das famílias de Maringá recebem de meio a três salários-mínimos, e essa situação é ainda mais generalizada nos municípios de Paiçandu e Sarandi, nos quais, 94% e 93% das famílias possuem, respectivamente, essa composição de renda *per capita*, como pode ser observado no mapa abaixo.

MAPA 16 – Percentual de Famílias por Classe de Renda Mensal Per Capita que Recebem até meio Salário-Mínimo por AEDs – RM Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrópoles (2006).

Está, portanto, configurado o quadro de baixa renda das famílias da RMM, o que, em certa medida, auxilia a compreender o porquê da ampliação da taxa de indigência dessa RM. O quadro fica ainda mais preciso quando observamos a situação de algumas AEDs da RMM. Assim, a leitura por áreas desagregadas, principalmente para os municípios de Maringá e Sarandi, possibilita uma leitura intra-urbana mais precisa e fica fácil perceber como algumas delas concentram os piores indicadores.

No caso específico da renda *per capita*, temos o seguinte cenário: em duas áreas localizadas no município de Sarandi, ao norte, no Jardim Independência e adjacências, e, ao sul, em todos os bairros acima da Linha do Trem, encontramos 61,5% e 63,7% das famílias vivendo com uma renda *per capita* entre meio e um salário-mínimo. Não surpreende que essas mesmas AEDs tenham os menores percentuais de famílias que recebem mais de três salários-mínimos: 2,8% e 2,6%, respectivamente.

A situação dessas regiões de Sarandi é bem diferente daquela encontrada em algumas AEDs do município pólo, no qual podemos encontrar regiões que concentram sempre os melhores indicadores. Particularmente no que se refere à renda *per capita* das famílias, temos a seguinte configuração: em duas áreas de Maringá: UEM-HU e Zonas 1, 2, 3 e 4, 66,1% e 65,5% das famílias têm uma renda *per capita* acima de três salários-mínimos. São essas mesmas áreas que possuem os menores percentuais de famílias vivendo com um renda *per capita* de meio a um salário-mínimo: 2,3% e 3,3%, respectivamente.

Ressaltamos que essa análise intra-urbana ilustra muito bem o nível das diferenças internas dessa RMM. Por um lado, as duas AEDs de Sarandi são exemplares dos processos de periferação da pobreza e da miséria em curso na RMM. Por outro lado, a situação das AEDs de Maringá denotam a tendência à concentração de melhores rendas em algumas regiões muito precisas da RMM. As duas áreas de Sarandi retratadas acima se referem a regiões reconhecidamente pobres daquele município, e as outras duas de Maringá abarcam as regiões centrais da cidade pólo e alguns bairros que são próximos da região central e, ainda, aquele no qual está localizada a Universidade Estadual de Maringá. A análise por AED habilita a afirmar que está em curso, nessa RMM, um processo de diferenciação interna que aproxima alguns bairros e, até mesmo, alguns municípios de outras áreas de pobreza e indigência localizadas nas regiões mais pobres do Brasil e assemelha outros às áreas mais ricas.

A seguir, observamos (*Tabela 45*) que, em duas áreas do mesmo tipo em Maringá e, em Curitiba, a situação é muito similar, ou seja, o percentual de chefes de família com renda até dois salários-mínimos em uma área no *tipo superior* (assim qualificado por agregar moradores cuja posição na ocupação de trabalho garante rendas altas) é de 14,14%, em Maringá, e de 10,52%, em Curitiba. Enquanto, nessa mesma área, o índice de chefes cujas rendas são maiores de dez salários-mínimos é de 46,26% e 45,58%, respectivamente.

Quanto às características do responsável pela família em área do *tipo popular operário*, observamos que, em Maringá, 50,63% dos chefes recebem até dois salários-mínimos e, em Curitiba, 49,52%. Ao contrário, quando se trata de faixas acima de dez salários-mínimos, notamos apenas 3,75% dos responsáveis na AED de Maringá e 1,93% na de Curitiba.

TABELA 45 – Número de Famílias por Classe de Renda Mensal em Maringá e Curitiba, Segundo Tipo Socioespacial – 2000

Tipo Socio Espacial	AED	Número de Famílias: Total	Número de Famílias: Classe de Renda Mensal do Responsável em Salário Mínimo - até 2	% de Famílias: Classe de Renda Mensal do Responsável em Sm - Até 2	Número de Famílias: Classe de Renda Mensal do Responsável em Salário Mínimo - Acima de 10	% de Famílias: Classe de Renda Mensal do Responsável em Sm - Acima de 10
Superior	Maringá (Zonas 1,2,3 e 4)	8811	1246	14,14%	4076	46,26%
	Curitiba (4106902999012)	7293	767	10,52%	3324	45,58%
Popular operário	Sarandi (Pq. Alvamar)	5534	2802	50,63%	208	3,75%
	Curitiba (4106902999053)	5479	2713	49,52%	106	1,93%

Fonte: Micro dados da amostra do Censo Demográfico de 2000, IBGE; METRODATA, Observatório das Metrôpoles

Ainda acerca de similaridades da ocupação residencial em áreas que agregam moradores de maiores e de menores rendas, observamos que, no âmbito municipal, Maringá e Curitiba (que se caracterizam por agregar moradores de maiores rendas que os municípios do entorno) têm o mesmo perfil. A renda *per capita* dos dois municípios é de, respectivamente, R\$ 465,37 e R\$ 619,82. Enquanto em Sarandi, município do entorno de Maringá, essa mesma renda é de R\$ 187,13, e, em Fazenda Rio Grande, da região de Curitiba, a renda *per capita* é de R\$ 194,31.

TABELA 46 – Renda Per Capita em Municípios das Regiões Metropolitanas de Maringá e de Curitiba, 2000

Municípios (Pr)	Renda Per Capita 2000 (Em Reais)
Maringá	465,37
Paiçandu	182,23
Sarandi	187,13
Ângulo	205,51
Curitiba	619,82
Fazenda Rio Grande	194,31

Fonte: Atlas do IDH, PNUD, 2003

Retornando à RMM, observamos que a conformação da renda *per capita* das famílias de outras AED's do município pólo e o conhecimento empírico que temos dessas áreas permitem afirmar que está em curso a delimitação de alguns bairros que têm um perfil operário, visto que, neles, mais de 50% das famílias recebem entre 1 e 3 salários mínimos, nos referimos às áreas do Jardim Alvorada, Horto Florestal, Vila Morangueira, Conjunto Thais–Alvorada II e Cidade Nova–Copacabana II (*Tabela 53*).

Ao avaliarmos a situação da renda mensal dos que foram classificados como responsáveis pelas famílias, percebemos que, com exceção do município pólo, em todos os outros, a maior parte dessas pessoas recebe até dois salários-mínimos: em Ângulo, 62% dos responsáveis pelas famílias recebem até dois salários-mínimos; em Iguaraçu, 58%; em Floresta e Mandaguáçu, 56%; em Paiçandu, 55%; em Mandaguari, 54%; em Sarandi, 53%; em Marialva, 49%; e em Maringá, 32% (*Tabela 48*).

Destacamos que Maringá é o município da RM que tem o maior percentual de responsáveis de família que recebem acima de dez salários-mínimos (17%) e, na maioria dos demais municípios, esse percentual não ultrapassa os 5%. Essa é a situação de Sarandi e Ângulo (3%) e Paiçandu (2%). Esses dados levam a pensar que a composição da renda *per capita* das famílias da RMM depende da participação de outros membros da família.

A análise por AED da condição da renda mensal do responsável por domicílio, em 2000, mostra que aquelas áreas com menor renda familiar *per capita* são também as que têm o maior percentual de responsáveis recebendo até dois salários-mínimos.

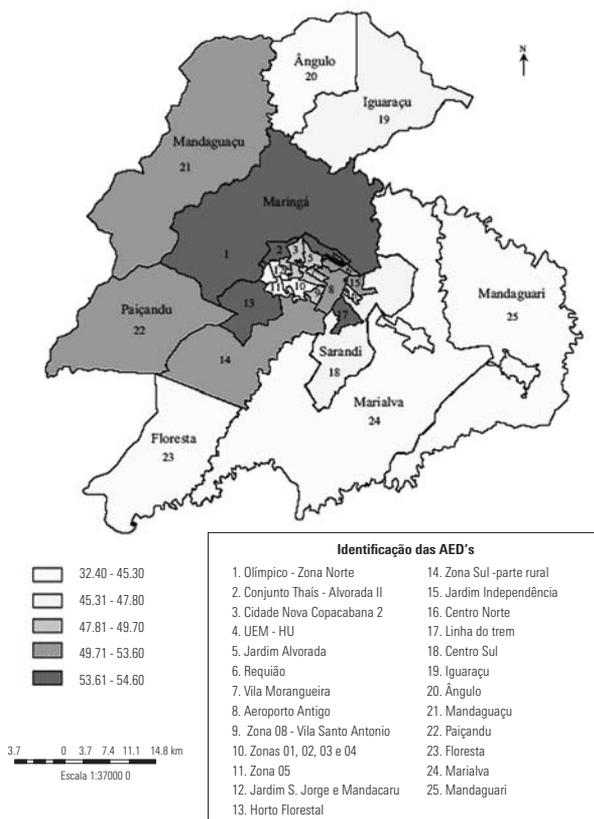
Em todos os municípios da RMM, a maioria dos ocupados com rendimento no trabalho principal, em 2000, eram homens, brancos e tinham menos de oito anos de estudo. Entretanto, há uma diferença que precisa ser destacada: em Maringá a maioria dos ocupados também é constituída por homens brancos, mas eles possuem mais de oito anos de estudo. Essa informação indica que o município sede possui uma mão-de-obra com escolaridade mais alta e, portanto, mais bem qualificada. Quando observamos essa informação do número de ocupados por AED, percebemos que a tendência de a maioria ser masculina, branca e ter menos que oito anos de estudo se reproduz em todas as áreas. Em Maringá, a situação também é bem parecida, contudo, em várias AEDs dessa cidade, os ocupados têm maior escolaridade.

No Brasil, a maioria dos ocupados também são homens e, no Paraná, o quadro é o mesmo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD, IBGE, 2004), as pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana do levantamento, totalizavam, no Brasil, 82.816.911. Destes, 48.077.644 (58%) eram homens e 34.739.267

(42%), mulheres. Do total de ocupados, 21,3% têm até três anos de estudo e 34,3%, 11 anos ou mais de estudo. No caso das mulheres, 41% das ocupadas têm mais de 11 anos de estudo, contra apenas 28% de homens com o ensino médio concluído. O rendimento médio mensal dos brasileiros ocupados é R\$ 733,00. Os homens recebem, em média, R\$ 835,00 e as mulheres, R\$ 579,00, ou seja, 69,3% do rendimento médio dos homens.

A maioria da população ocupada na RMM está trabalhando no setor informal; pequenas diferenças podem ser percebidas em Mandaguaçu, Maringá e Paçandu, que têm uma ligeira vantagem para o setor formal. O grau de formalização do trabalho nos municípios da RMM é baixo. Somente em Mandaguaçu, Maringá e Sarandi ele atinge a marca dos 50% ou um pouco mais. O que indica que essa região repete os mesmos índices de informalidade das relações de trabalho que se apresentam no Brasil e no Estado do Paraná (*Mapa 17*).

MAPA 17 – Grau de Formalização de Trabalho por AEDs – RM Maringá – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

O rendimento mensal médio no trabalho principal, medido em salários-mínimos, é muito baixo em todos os municípios da RMM. A melhor situação é a do município pólo e as piores, as dos dois municípios a ele altamente integrados (Paiçandu e Sarandi). Em Ângulo, são três salários-mínimos; em Floresta, 2,9; em Iguaraçu, 2,7; em Mandaguaçu, 3; em Mandaguari, 2,8; em Marialva, 3,9; em Maringá, 5,4; em Paiçandu, 2,4 e em Sarandi, 2,6.

As mulheres e os negros recebem sempre os menores salários. Observe-se a seguinte situação: em Maringá, os homens têm um rendimento médio no trabalho principal que é de 6,6 salários-mínimos; os brancos recebem 5,9 salários, entretanto, as mulheres recebem apenas 3,8 salários-mínimos de rendimento médio, e os “não-brancos” recebem o mesmo montante. As mulheres de Paiçandu e Sarandi têm o menor rendimento médio de toda a RM, recebem 1,8 salários-mínimo. As mulheres de Maringá têm o maior rendimento médio de toda a RMM, 3,8 salários-mínimo. No que se refere aos “não-brancos”, em Marialva, essa população tem um rendimento médio de 4,2 salários-mínimo e, em Ângulo e Mandaguari, ela recebe em média apenas 1,8 salários-mínimo (*Tabela 49*).

Em todas as AEDs da RMM, conforme *Tabela 10*, os homens brancos são os que têm o melhor rendimento mensal médio. Destacando-se a média salarial acima de dez salários-mínimos dos homens de três áreas de Maringá: as Zonas 1, 2, 3 e 4 (15,5 salários-mínimos); a região da UEM-HU (13 salários-mínimos) e a Zona 5 (11,3 salários-mínimos).

7.3. População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa na RMM em 2000

A divisão sexual da população em idade ativa da RMM, conforme *Tabela 6*, é bastante ponderada, apesar de, na média, termos um percentual um pouco mais alto de mulheres nessa condição (52%) do que de homens (48%). Contudo, mesmo as mulheres compoem a maioria da população ativa, elas são a minoria entre a população economicamente ativa: na média da RMM, os homens integram 58% da população economicamente ativa e as mulheres, 42% (*Tabela 51*). A divisão ponderada por sexo da população em idade ativa permanece em todos os municípios da RMM, mas a diferença de sexo entre a população economicamente ativa é expressiva quando observamos a situação dos municípios. Na maior parte deles, o percentual de homens integrando a população economicamente ativa ultrapassa os 60%: em Ângulo, é 66%; em Mandaguaçu, 64%; em Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari e Iguaraçu, é 61%; em Floresta, 60%; e em Maringá, 56% (*Tabela 52*). A tendência dessa diferença por sexo entre a população em idade ativa e a população

economicamente ativa permanece a mesma quando observamos essa RM pelas áreas desagregadas de Sarandi e Maringá. Contudo, lembramos que a média do Brasil é equivalente, ou seja, do total da PEA, 58,2% são homens e 41,2% mulheres, e a estadual tem, entre os ocupados, 57,3% de homens e 42,7% de mulheres (PNAD, 2004).

Em todos os municípios da RMM, a maior parte da população em idade ativa está concentrada na faixa etária de 25 a 49 anos. A população economicamente ativa também está concentrada nessa faixa. Esse quadro se reproduz em todas as AEDs da RMM.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. *Construção do espaço urbano e representação social: um estudo de caso em Maringá*. Araraquara, 2004. Tese de Doutorado. UNESP.

BASTIDE, Roger. *Brasil Terra de Contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

CALVINO, S. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

COSTA, Simone P. *Estrada da Vida Organização do mundo dos rodeios no Brasil*. Rio de Janeiro, 2003. 268 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, José H. Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970. In: DIAS, Reginaldo; GONÇALVES, J. H. Rollo (Coords.). *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999. p. 88-121.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico*, 2000 (Metrodata), 2005.

_____. *Censo Demográfico 1991 – Documentação dos Microdados da Amostra*. Rio de Janeiro: 1996. CD-ROM.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional*. Home page do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *PIB - Dados Preliminares*. Brasília: 2001.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: Ipea, 2000.

- Observatório das Metrôpoles. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar. IBGE, 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.
- LIMA, Maurício. Dallas no Paraná. *Revista Veja*, n. 20, São Paulo, 1999.
- LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. *Maringá: A Prefeitura*, 1980.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MEDEIROS, Marcelo. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. Brasília, novembro de 2003, home page do Ipea, 2003. (Texto para discussão, n. 998).
- MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e a formulação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 984).
- MENDONÇA, Jupira G. Segregação e mobilidade residencial na região metropolitana de Belo Horizonte. Rio de Janeiro, 2002. 228 p. Tese (Doutoramento em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ.
- METRODATA. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.
- MOURA, Rosa; FIRKOWISKI Olga. Metrôpoles e Regiões Metropolitanas: o que isso tem em comum? Anais do IX Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001. p. 105-114. v. 1.
- NEGRI, Silvio Moisés. *A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá – PR: cidade de Paçandu, um estudo de caso*. Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.
- ONU/PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York] home page acessada em maio de 2004.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TOMAZI, Nelson Dacio. Norte do Paraná histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- TONELLA, C. Poder local e políticas públicas: um estudo exploratório sobre conselhos gestores. *Cadernos metrópole – desigualdade e governança*. São Paulo, n. 10, p. 103-140, 2003.

Anexos

TABELA 47 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá, Indicadores de Pobreza, 1991 e 2000

Código	Município	% de Indigentes, 1991	% de Indigentes, 2000	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000	% de crianças indigentes, 1991	% de crianças indigentes, 2000	% de crianças pobres, 1991	% de crianças pobres, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000
410115	Ângulo	14,65	7,86	49,57	27,16	22,32	12,22	59,12	40,03	38,15	35,37	30,74	40,98
410790	Floresta	6,2	3,33	28,31	16,62	9,82	5,41	38,59	24,52	32,9	30,23	26,14	48,69
411000	Iguaraçu	10,84	6,51	40,98	24,15	15,53	10,77	50,14	36,85	35,78	34,25	27,57	45,05
411410	Mandaguacu	10	7,33	33,94	24,31	15,98	10,7	46,85	34,79	35,58	35,79	24,02	50,99
411420	Mandaguari	11	5,4	28,78	22,43	16,84	8,39	38,41	32,49	38,43	32,69	31,98	55,24
411480	Marialva	8,47	5,46	30,74	21,05	12,24	8,81	42,99	33,41	35,63	33,21	29,52	52,11
411520	Maringá	1,79	2,82	10,8	8,35	2,7	4,48	15,73	12,73	28,89	38,73	31,29	62,1
411750	Paiçandu	8,21	7,03	30,48	23,14	11,79	9,06	41,12	31,54	32,1	35,97	27,88	58,55
412625	Sarandi	6	6,99	29,19	20,65	7,85	9,58	37,89	28,08	33,08	43,46	28,76	70,32
Média		8,6	5,9	31,4	20,9	12,8	8,8	41,2	30,5	34,5	35,5	28,7	53,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 48 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Classe de Renda Mensal do Responsável em Salário-Mínimo – 2000

Código	Município	Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo				
		Total	até 2	mais de 2 a 5	mais de 5 a 10	acima de 10
4101150	Ângulo	867	62,38	27,10	7,53	2,99
4107900	Floresta	1.560	55,59	26,76	12,24	5,40
4110003	Iguaraçu	1.081	57,53	30,15	6,73	5,59
4114104	Mandaguaçu	4.890	56,05	26,08	9,74	8,14
4114203	Mandaguari	9.718	54,28	30,32	9,01	6,40
4114807	Marialva	8.345	49,07	29,84	12,74	8,35
4115200	Maringá	88.997	31,73	32,59	19,08	16,60
4117503	Paçandu	8.969	54,80	34,69	8,08	2,44
4126256	Sarandi	21.200	52,94	36,32	8,18	2,56
	Total	145.629	40,18	32,62	15,24	11,96

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 49 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Rendimento Médio no Trabalho Principal em Salário-Mínimo – 2000

Código	Município	Rendimento médio no trabalho principal em salário mínimo						
		Total	Sexo		Cor		Escolaridade	
			Homens	Mulheres	Branco	Não Branco	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
4101150	Ângulo	3,0	3,3	2,4	3,2	1,8	2,7	3,5
4107900	Floresta	2,9	3,4	2,0	2,9	2,6	2,8	3,0
4110003	Iguaraçu	2,7	3,0	2,2	3,3	2,1	1,8	3,5
4114104	Mandaguaçu	3,0	3,5	2,0	3,4	2,5	2,3	3,8
4114203	Mandaguari	2,8	3,4	1,9	3,2	1,8	2,0	3,6
4114807	Marialva	3,9	4,6	2,6	3,8	4,2	2,9	5,2
4115200	Maringá	5,4	6,6	3,8	5,9	3,8	3,3	6,6
4117503	Paçandu	2,4	2,8	1,8	2,7	2,0	2,1	3,0
4126256	Sarandi	2,6	3,1	1,8	2,9	2,1	2,5	3,0
	Total	4,4	5,3	3,2	4,9	3,1	2,9	5,7

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 50 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo a População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Taxa de Atividade – 2000

Código	Município	População em idade ativa			População economicamente ativa			Taxa de atividade		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4101150	Ângulo	2.369	51,54	48,46	1.446	65,78	34,22	61,02	77,88	43,09
4107900	Floresta	4.281	50,32	49,68	2.619	60,49	39,51	61,17	73,54	48,64
4110003	Iguaraçu	2.970	50,40	49,60	1.755	61,37	38,63	59,10	71,96	46,04
4114104	Mandaguaçu	13.763	49,81	50,19	7.739	64,44	35,56	56,23	72,74	39,85
4114203	Mandaguari	26.087	49,18	50,82	16.246	60,78	39,22	62,28	76,96	48,06
4114807	Marialva	23.987	49,70	50,30	15.238	61,27	38,73	63,53	78,32	48,92
4115200	Maringá	243.712	47,50	52,50	151.652	56,22	43,78	62,23	73,64	51,90
4117503	Paçandu	24.757	49,59	50,41	15.020	61,39	38,61	60,67	75,12	46,46
4126256	Sarandi	57.228	49,31	50,69	35.180	60,87	39,13	61,47	75,89	47,45
	Total	399.154	48,29	51,71	246.895	58,20	41,80	61,79	74,51	49,89

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 51 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo a População Economicamente Ativa, População Ocupada e Taxa de Ocupação – 2000

Código	Município	População economicamente ativa			População ocupada			Taxa de ocupação		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4101150	Ângulo	1.446	65,78	34,22	1.351	67,02	32,98	93,4	95,2	90,0
4107900	Floresta	2.619	60,49	39,51	2.263	61,92	38,08	86,4	88,5	83,3
4110003	Iguaraçu	1.755	61,37	38,63	1.468	65,36	34,64	83,6	89,1	75,0
4114104	Mandaguaçu	7.739	64,44	35,56	6.963	65,29	34,71	90,0	91,2	87,8
4114203	Mandaguari	16.246	60,78	39,22	13.874	62,51	37,49	85,4	87,8	81,6
4114807	Marialva	15.238	61,27	38,73	13.700	62,34	37,66	89,9	91,5	87,4
4115200	Maringá	151.652	56,22	43,78	133.567	57,53	42,47	88,1	90,1	85,4
4117503	Paçandu	15.020	61,39	38,61	12.526	62,91	37,09	83,4	85,5	80,1
4126256	Sarandi	35.180	60,87	39,13	29.464	63,11	36,89	83,8	86,8	79,0
	Total	246.895	58,20	41,80	215.176	59,65	40,35	87,2	89,3	84,1

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 52 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Número de Ocupados com Rendimento no Trabalho Principal – 2000

Código	Município	Número de ocupados com rendimento no trabalho principal						
		Total	Sexo		Cor ¹		Escolaridade ¹	
			Homens	Mulheres	Branco	Não Branco	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
4101150	Ângulo	1.250	67,50	32,50	84,56	15,44	61,05	38,95
4107900	Floresta	2.217	62,49	37,51	85,82	14,18	51,91	47,63
4110003	Iguaraçu	1.445	65,59	34,41	52,83	46,56	43,93	54,48
4114104	Mandaguaçu	6.832	65,25	34,75	50,98	49,02	54,08	45,09
4114203	Mandaguari	13.339	62,70	37,30	73,20	26,55	50,91	48,00
4114807	Marialva	12.306	65,67	34,33	75,54	24,46	53,22	45,69
4115200	Maringá	130.495	57,87	42,13	76,02	23,71	34,65	64,55
4117503	Paiçandu	12.399	63,04	36,96	60,03	38,81	60,66	39,04
4126256	Sarandi	28.948	63,29	36,71	67,53	31,82	59,37	37,97
	Total	209.231	60,10	39,90	72,87	26,79	42,78	56,16

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) – Observatório das Metrôpoles Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Nota: (1) o número de ocupados pode não coincidir com o total de ocupados devido a casos de não declaração do referido atributo.

TABELA 53 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo População por Faixa de Renda Familiar Per Capita – 2000

AED	Código	Número de famílias por faixas de renda familiar per capita				
		Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
Ângulo	4101150001001	867	20,1%	35,4%	35,7%	8,8%
Floresta	4107900001001	1.560	15,3%	36,4%	36,8%	11,5%
Iguaraçu	4110003001001	1.081	20,0%	34,7%	32,8%	12,4%
Mandaguaçu	4114104001001	4.890	21,9%	31,5%	33,7%	12,9%
Mandaguari	4114203001001	9.718	21,4%	29,3%	37,4%	12,0%
Marialva	4114807001001	8.345	17,5%	29,9%	38,0%	14,7%
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	4.728	9,0%	18,0%	52,6%	20,4%
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	7.627	10,8%	21,1%	53,1%	15,0%
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	5.225	2,3%	4,9%	26,6%	66,1%
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	6.066	3,9%	17,1%	42,6%	36,4%
Maringá (Zona 05)	4115200001005	4.482	4,2%	13,3%	32,6%	49,9%
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	8.811	3,3%	5,7%	25,5%	65,6%
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	4.635	7,0%	17,8%	39,8%	35,4%
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	6.547	11,7%	28,0%	51,5%	8,8%
Maringá (Requião)	4115200001009	7.510	16,0%	28,3%	47,4%	8,4%
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	9.982	11,8%	20,2%	39,1%	29,0%
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	7.443	8,4%	19,8%	48,1%	23,7%
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	6.949	7,7%	18,1%	50,9%	23,3%
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	4.354	8,8%	22,1%	53,1%	16,0%
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	4.637	14,6%	31,3%	45,0%	9,0%
Paiçandu	4117503001001	8.969	21,6%	34,4%	38,1%	6,0%
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	5.534	20,2%	30,5%	41,1%	8,1%
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	6.060	13,4%	28,2%	46,4%	11,9%
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	4.607	23,3%	38,2%	35,8%	2,8%
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	5.000	25,2%	38,5%	33,6%	2,6%
Total		145.629	13,2%	24,1%	41,1%	21,6%

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

TABELA 54 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo Rendimento Médio no Trabalho Principal em Salário-Mínimo – 2000

AED	Código	Rendimento médio no trabalho principal em salário mínimo						
		Total	Sexo		Cor		Escolaridade	
			Homens	Mulheres	Branços	Não Brancos	Menos de 8 anos de estudo	8 e mais anos de estudo
Ângulo	4101150001001	3,0	3,3	2,4	3,2	1,8	2,7	3,5
Floresta	4107900001001	2,9	3,4	2,0	2,9	2,6	2,8	3,0
Iguaraçu	4110003001001	2,7	3,0	2,2	3,3	2,1	1,8	3,5
Mandaguaçu	4114104001001	3,0	3,5	2,0	3,4	2,5	2,3	3,8
Mandaguari	4114203001001	2,8	3,4	1,9	3,2	1,8	2,0	3,6
Marialva	4114807001001	3,9	4,6	2,6	3,8	4,2	2,9	5,2
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	3,8	4,5	2,8	4,0	3,1	3,0	4,3
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	3,5	4,4	2,3	3,7	2,7	2,8	4,1
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	10,8	13,0	8,4	11,4	7,9	6,7	11,3
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	5,7	7,1	3,8	6,0	4,3	4,2	6,3
Maringá (Zona 05)	4115200001005	8,8	11,3	5,7	8,8	8,4	5,2	9,9
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	11,6	15,5	7,1	12,2	8,6	11,1	11,7
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	6,7	7,7	5,2	7,1	5,1	3,3	8,2
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	2,8	3,3	2,0	3,0	2,4	2,4	3,2
Maringá (Requião)	4115200001009	2,7	3,4	1,8	2,8	2,6	2,4	3,1
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	4,9	6,0	3,5	5,7	3,0	2,7	6,1
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	4,2	5,2	2,8	4,4	3,3	3,3	4,7
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	4,4	5,3	3,0	4,4	4,4	3,0	5,2
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	3,7	4,5	2,5	3,9	3,0	2,6	4,4
Maringá (Olímpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	2,7	3,1	2,1	3,0	2,1	2,4	3,2
Paçandu	4117503001001	2,4	2,8	1,8	2,7	2,0	2,1	3,0
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	2,8	3,4	1,8	3,1	2,0	2,5	3,2
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	3,2	3,7	2,3	3,6	2,3	3,0	3,5
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	2,2	2,5	1,5	2,3	1,9	2,0	2,4
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	2,2	2,6	1,5	2,2	2,1	2,2	2,2
Total		4,4	5,3	3,2	4,9	3,1	2,9	5,7

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

8. Mobilidade e Transporte para uma População Crescente: a Segregação pela Ausência de Integração

8.1. Imigração

Este capítulo busca avaliar a capacidade de mobilidade da população relacionada às possibilidades de transporte para o trabalho ou lazer, bem como refletir acerca do processo de imigração que se reflete nas discussões dos capítulos precedentes, nos quais se observa que a Região Metropolitana de Maringá (RMM) apresenta um incremento demográfico crescente desde o seu surgimento.

Para caracterizar o processo migratório que deu origem à atual configuração demográfica dos municípios que integram a RMM, utilizaremos alguns indicadores. O primeiro se refere à proporção de imigrantes de cinco anos ou mais de idade que realizou migração no período entre 1995 e 2000. O município de Sarandi apresenta o maior índice, com 23,3% dos atuais moradores tendo se mudado para lá no período, seguido por Paiçandu, o município que recebeu o segundo maior contingente de novos moradores (18,6%). No outro extremo, Mandaguari aparece como o espaço cujo conjunto de imigrantes foi o menor, com um índice de 9,6% de novos habitantes, e Ângulo, como o segundo município de menor incorporação de novos moradores (11,2%). Destaca-se que, para o conjunto metropolitano, a média de imigrantes recebidos foi de 16,4%, o que demonstra ser essa região incorporadora de população (*Tabela 56*).

Uma análise interna nos municípios de Sarandi e Maringá, possibilitada pelos dados desagregados por AED²⁰, mostra que a intensa imigração não resultou numa ocupação homogênea do espaço, mas ocorreu mais intensamente em algumas regiões das duas cidades. Por exemplo, em Sarandi, houve uma anexação de 30,3% e 30,8% de moradores, respectivamente, nos bairros Jardim Independência e adjacências da área que denominamos Linha do Trem, que abarca todos os bairros localizados acima da estrada de ferro que cruza a cidade. Ou seja, mais de um terço da atual população desses espaços se mudou para lá no período citado, gerando a ampliação urbana e incrementando um mercado imobiliário que comercializou terrenos sem obedecer aos instrumentos urbanísticos mínimos que garantissem uma qualidade residencial.

Maringá é o outro município para o qual temos dados que possibilitam uma análise intra-urbana, ou seja, de espaços internos, compostos por um conjunto de bairros com características homogêneas. A área que recebeu o maior contingente de imigrantes (24,2%) foi a que compreende a região UEM-HU, justificado pela característica universitária que possui, pois é onde se localiza a maior universidade da cidade, bem como o complexo universitário de saúde (*Tabela 61*).

As outras regiões da cidade que mais incorporaram imigrantes no período foram as das imediações do Horto Florestal (19,6%), dos bairros Cidade Nova e Copacabana 2 (17,4%), e a que apresentou o menor número de novos moradores foi a Vila Morangueira.

Considerando o conjunto metropolitano, segundo o nível de integração dos municípios com o pólo²¹, observamos que aqueles que têm um alto nível de integração com Maringá (cujo índice de imigrantes foi de 15%) foram os que receberam o maior contingente de imigrantes (21,9%) e os de baixa integração incorporaram, conjuntamente, 13,3% de novos moradores (*Tabela 59*).

O conjunto desses novos moradores é oriundo de diversas localidades. Os dados permitem analisar a origem dos moradores que vieram de outros Estados ou países, de

20 Área de Expansão Demográfica, IBGE (2000). Aqui podemos olhar para Maringá e Sarandi (tendo em vista serem estes os dois únicos municípios da região com essas áreas desagregadas) e percebermos quais são as regiões nesses municípios que mais sofreram o impacto para cada um dos indicadores analisados.

21 Que apresenta dois conjuntos distintos que incluem os municípios da RMM. Com *alto* nível de integração, Sarandi e Paiçandu e com *baixo* nível, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo e Floresta (Relatório da Atividade 1: “Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”, Observatório das Metrôpoles, 2005).

outros municípios do Paraná ou da RMM. Assim, observa-se que, dentre os que se mudaram para a RMM, 31,5% veio de outros Estados ou países, 45,7%, de municípios paranaenses e 20% trocaram de residência entre municípios da própria RM. Ou seja, os novos moradores da área metropolitana de Maringá são oriundos, principalmente, de outros municípios do Estado, mas quase um terço veio de outros Estados brasileiros (*Tabela 57*).

Cabe destacar a origem daqueles imigrantes que vieram para Sarandi, considerando ter sido o município que mais recebeu população. O maior contingente dos novos moradores (36,9%) é oriundo de outros municípios do Estado, porém 20% deles vêm de municípios da própria RMM. Isso se justifica pelo fato de muitos habitantes que, inicialmente moraram em Maringá (cidade pólo), migrarem para Sarandi em busca de viabilizar a casa própria. Inferimos que boa parcela deles são ex-moradores de Maringá que, não conseguindo comprar a casa própria no município sede, se deslocaram para uma cidade com imóveis a preços mais acessíveis. Isso aparece em alguns trechos de entrevistas realizadas por Borges (2004)²², quando o pesquisador pergunta a moradores de Sarandi por quais motivos moram lá (id.):

– Motivo foi dificuldade financeira (...) Por causa que a gente construiu casa, comprou a data e construiu a casa. Aqui é mais em conta a moradia (desempregado, 43 anos).

– (...) de Maringá para Sarandi foi porque eu queria uma residência e aqui em Maringá os imóveis são assim, em relação ao padrão de cidade, são bem mais caros do que em Sarandi. Eu fui comprar em Sarandi, porque eu comprei o mesmo padrão de casa que eu compraria aqui, mas pela metade do preço, o mesmo tempo que eu gastava da minha casa para o serviço eu estou gastando de lá até aqui (bancária, 41 anos).

– (...) porque é uma cidade grande como Maringá, só não fiquei para morar lá, porque é uma cidade muito exigente, na área social, comércio, questão de dinheiro, questão de tudo, profissionalismo também. (...) Você paga água aqui mais barato, você tem carência de baixa renda de luz, as coisas aqui são mais perto do centro. Quando você tem uma carência, você tem que buscar o lado mais fácil (...) Eu comprei aqui uma data bem mais barato do que lá, agora eu estou construindo aqui, seria bem mais fácil do que lá também. Então tudo é carência, o que seria, a renda que dá possibilidade para se viver na cidade (desempregado, 31 anos).

O aprofundamento sobre a origem dos imigrantes mostra, para os municípios de Sarandi e Maringá, que a área em Maringá (UEM-HU), para onde se dirigiu a maior parte dos imigrantes, recebeu 53,4% de municípios do próprio Estado e 30% de outros

22 Texto extraído de sua Dissertação de Mestrado – Geografia-UEM.

Estados brasileiros, de cidades da RM maringaense vieram apenas 13%. Não obstante, em todas as áreas de Maringá prepondera a imigração oriunda de outros municípios do Paraná (49%). Em Sarandi, dos que se mudaram para a região do Jardim Independência, a maioria (52%) veio de cidades da própria RM de Maringá, e a área que congrega os bairros acima da Linha do Trem recebeu a maioria dos novos moradores (38,9%) de outros municípios paranaenses. A área de Ângulo é a segunda que mais recebeu imigrantes da própria região metropolitana (44%) (Tabela 62).

Quando focamos a origem dos imigrantes por município, segundo nível de integração com o pólo, observamos que os municípios com alto nível de integração receberam quase o mesmo contingente de novos moradores vindos de outros municípios do Estado (38,3%) e da própria RM (37,3%), sendo 21,3% de outros Estados brasileiros. Os municípios com baixo nível de integração com Maringá receberam mais moradores de municípios paranaenses (47,4%), além de 25% de imigrantes da RMM e 25% vindos de outros Estados (Tabela 62).

Estamos falando de um processo de imigração que se ampliou muito a partir dos meados da década de 1970, também pela substituição do café pela soja e pelo trigo, gerando um significativo êxodo rural e a conseqüente migração para as cidades²³. Nesse período, houve um excessivo crescimento dos maiores pólos urbanos paranaenses, dentre os quais, Maringá.

Após os anos 1970, a urbanização foi generalizada no aglomerado urbano de Maringá, proporcionando o crescimento, principalmente, de Paiçandu e Sarandi. Essas cidades representaram, para esses trabalhadores migrantes, a oportunidade de ter acesso à moradia. Como se viu no texto sobre habitação, nesses municípios, concentra-se o maior

23 A questão não se constitui objeto específico de nossas análises. Todavia é preciso destacar que a substituição do plantio de café e conseqüente êxodo rural não adveio somente da geadas de 1975, mas, também, das novas políticas governamentais que incentivavam outras culturas ou novos processos para a cafeicultura: “Em 1975, 32% da cafeicultura nacional estava instalada no Norte do Paraná. Mas a geadas desse ano e a erradicação dos velhos cafeeiros eliminaram cerca de 211 mil pés no Estado, diminuindo a área destinada à cafeicultura em 59 mil hectares entre 1970 e 1975, e mais 224 mil ha. no quinquênio seguinte, totalizando uma redução da área plantada de 282.472 ha. durante os anos de 1970. Por outro lado, ao mesmo tempo em que seguia a erradicação, novas plantações eram realizadas sob rigoroso controle, ou seja, em novas bases técnicas. Assim, entre 1970 e 1979, diminuiu em 27% o total de cafeeiros adultos no Estado, aumentando em 48% os cafeeiros novos, enquanto a área plantada sofreu decréscimo de 26%, o que indica que a produção se tornou mais intensiva. As novas plantações passaram a ser formadas sob rigoroso controle por parte das instituições de crédito” (ROSA, 1990, p. 44).

contingente de pessoas morando em casa própria. No entanto, a quantidade de moradores por domicílio e por cômodo também é maior, o que resulta numa equação inversamente proporcional à qualidade da moradia.

Quando se perguntou, na entrevista aludida acima, se os moradores tinham intenção ou simples desejo de voltar para a cidade de origem, a maior parte respondeu que sim, quando se tratava da cidade de Maringá. Os advindos de cidades pequenas e de regiões distantes responderam de forma negativa. Nesse contexto, a grande maioria deseja habitar Maringá, independentemente de esta ser ou não a cidade de origem.

Na verdade, o que expressam esses trabalhadores, em face das dificuldades que enfrentam na luta pelo direito à cidade que os emprega, não é o desejo de morar em Maringá, de fato, mas o desejo de conquistar a cidadania e, principalmente, a condição de igualdade. É um desejo de inserção territorial. O lugar mais carente de recursos se apresenta como não desejado justamente pela precariedade das suas condições. Ou, como Calvino (1990) descreve: “...de agora em diante, vou descrever as cidades e você identificará se elas realmente existem e se são como eu as imaginei. (...) a cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali...”

8.2. Mobilidade e Transporte

O transporte público é fundamental para garantir a mobilidade das pessoas, principalmente as que habitam uma aglomeração urbana ou uma região metropolitana, pois esta é a garantia da condição de deslocamento para trabalhadores e cidadãos, frente às grandes distâncias que separam os domicílios dos locais de trabalho, de estudo, de lazer.

No entanto, conforme o relatório *Perfil da Mobilidade, do Transporte e do Trânsito nos Municípios Brasileiros* (Ministério das Cidades; Associação Nacional de Transportes Públicos, 2003), verifica-se que apenas 35% dos municípios (com mais de 60 mil habitantes) informaram que existe integração entre as linhas intermunicipais. O percentual referente à integração metropolitana é ainda mais baixo, de apenas 10%.

O transporte coletivo na Região Metropolitana de Maringá não é integrado. Assim, “...tanto as linhas para Sarandi quanto para Paiçandu não estão integradas às linhas de Maringá nem integradas entre si. Isso significa que estes habitantes das cidades adjacentes

não conseguem tomar dois ônibus pagando uma única passagem, como acontece com os usuários do transporte em Maringá” (Borges, 2004). A situação se agrava ainda mais se considerarmos que as três empresas de transporte compõem o mesmo grupo empresarial e possuem monopólio sobre a concessão pública.

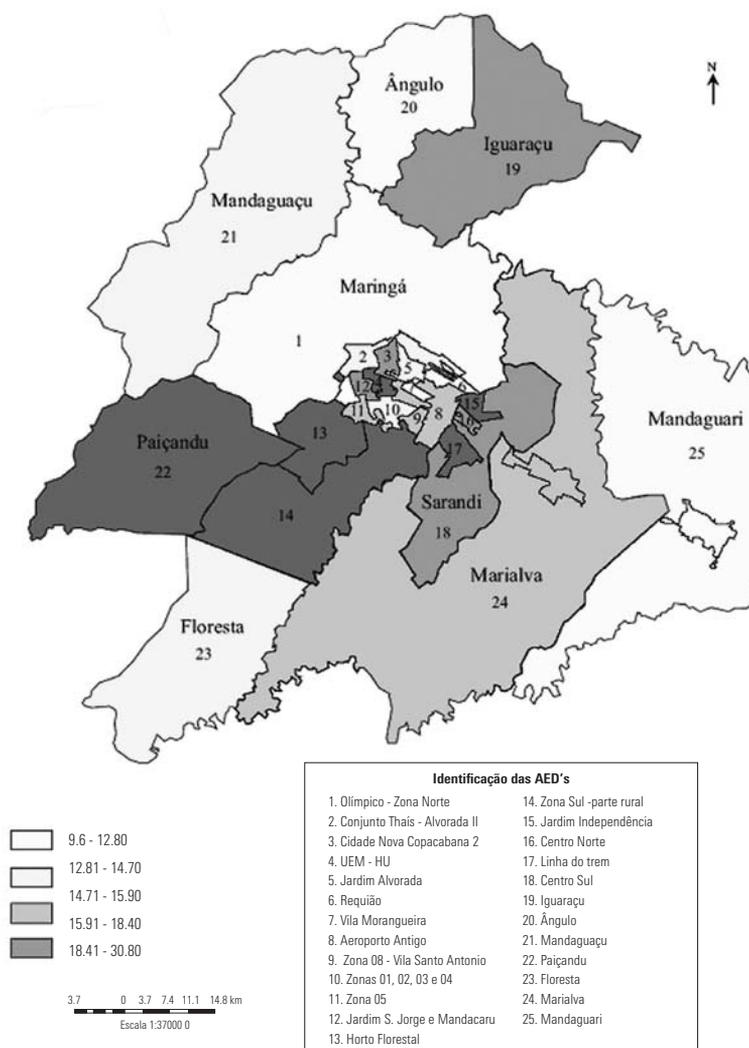
O fato de o empregador da cidade de Maringá ter de pagar quatro passagens diárias ao invés de duas já está se tornando um obstáculo à contratação de trabalhadores dos municípios vizinhos, o que resulta em diminuição para estes da possibilidade de acesso ao mercado de trabalho maringaense, que é muito mais promissor que o das municipalidades metropolitanas. Isso ocorre principalmente quando a empresa que oferece vagas se localiza no limite oposto ao município de origem do trabalhador, ou seja, quando o trabalhador não conseguiria se deslocar de ônibus utilizando uma única linha, pois, quase todas as linhas no aglomerado urbano de Maringá partem de um extremo em direção ao centro e vice-versa.

A falta de uma gestão integrada do transporte coletivo, em meio a uma região metropolitana institucionalizada, denota a ausência de uma gestão metropolitana efetiva. Mesmo assim, cabe salientar que o grupo proprietário das três empresas que monopolizam esse serviço no aglomerado urbano de Maringá adotou uma política de valorização das cidades em que atua, fazendo delas as suas sedes. A empresa que atua em Maringá só contrata moradores dessa cidade, a que faz a ligação de Sarandi a Maringá só emprega moradores de Sarandi, e a que faz as linhas de Paiçandu para Maringá só aceita como funcionários pessoas que morem em Paiçandu.

No que se refere à proporção de imigrantes de data fixa por AEDs (*Mapa 18*), a área UEM-HU em Maringá apresenta o maior número de pessoas imigrantes em 2000. A proporção de pessoas mudando-se para essa área, no período entre 1995 e 2000, é 24,2. As regiões Horto Florestal, Cidade Nova e Copacabana 2 também mostraram uma intensa dinâmica de pessoas estabelecendo moradia nesses espaços, a proporção é 19,6 e 17,4, respectivamente. A Zona Sul/Parte Rural junto com a Zona 5 compartilham da mesma proporção, 15,8. A Vila Morangueira, mais uma vez, é a região com o menor número, apenas 11,8. Em contrapartida, o município de Sarandi detém os maiores números de concentração populacional por migração em suas AEDs. Na AED Sarandi-Linha do Trem e no bairro Jardim Independência, a média de imigrantes é de 30,8 e 30,3 respectivamente, enquanto a proporção para as demais áreas de Sarandi varia entre 16,0 e 18,0. O município

de Mandaguari é o que menos recebeu imigrantes entre 1995 e 2000, sua proporção para esse indicador é 9,6.

MAPA 18 – Proporção de Imigrantes de Data Fixa da Região Metropolitana de Maringá por AED's – 2000



Fonte: IBGE (2000).

Elaboração: Observatório das Metrôpoles (2006).

Um diagnóstico da situação de mobilidade dos moradores da RMM pode ser estabelecido com a análise do movimento pendular, o ato de um conjunto de moradores

que saem todos os dias de seu município de domicílio e se dirigem a outro nas vizinhanças para estudar ou trabalhar.

Na RMM, o maior número de pessoas de 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam²⁴ fora do município de residência são de Sarandi, com 44,3%; e de Paiçandu, com 41,5%. Moradores de Mandaguaçu (25,5%) e Floresta (21,3) também saem e retornam diariamente para outra cidade. Aquelas municipalidades que fixam mais os seus moradores são Maringá, com apenas 3,1%, e Mandaguari, com 7% dos moradores maiores de 15 anos recorrendo a atividades fora dos seus espaços de domicílios (*Mapa 19*) (*Tabela 58*).

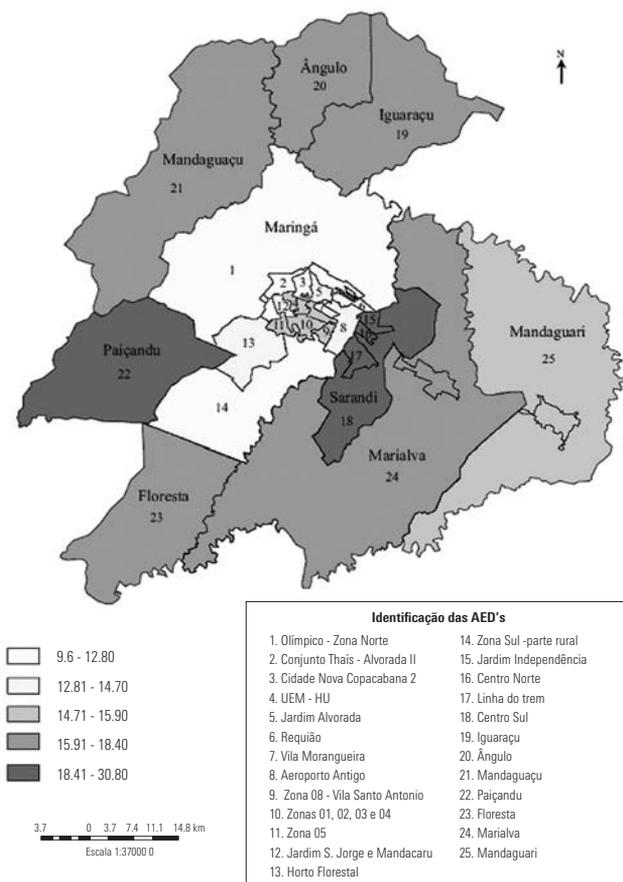
Dentre os que saem diariamente, descreveremos os percentuais daqueles que se dirigem a Maringá: de Paiçandu, 94%; de Sarandi, 92%; de Mandaguaçu, 86,5%; de Marialva, 72,8%; de Floresta, 69%; de Iguaçu, 52%; de Mandaguari, 45%; e de Angulo, 31%. Ou seja, a maioria das pessoas que trabalham ou estudam fora do local onde residem, em Maringá, totaliza um contingente de 73% (*Tabela 58*).

Podemos realizar uma análise intra-urbana para Maringá e Sarandi no que se refere a esse movimento diário dos moradores, observando de quais áreas saem mais pessoas. 50% dos moradores da região acima da Linha do Trem trabalham fora e, destes, quase a totalidade (95,5%) se dirige ao pólo metropolitano; 49% das pessoas residentes na região do Jardim Independência trabalha ou estuda fora do município e, destes, 92,8% se dirige a Maringá. Em Sarandi, das áreas mais próximas ao centro, 38,4% sai do sul norte para o trabalho, diariamente, e 41,8% sai do centro norte. De todos eles, a maioria (90%) se dirige a Maringá (*Tabela 63*).

Destaca-se ainda que, em Maringá, a área que possui o maior contingente de moradores que trabalham em outro município se localiza na região central e zonas próximas, com um contingente de 6% de moradores em tal situação. Esta é uma das áreas ocupadas pela elite dirigente, conforme se viu no capítulo sobre a tipologia socioocupacional da RMM. Inferimos que muitos dos que se dirigem a outros municípios são, principalmente, empresários que têm seus negócios instalados na região.

24 Os dados do IBGE não separam essas duas atividades, todavia, sem dúvida, é mais expressivo o conjunto dos que saem para o trabalho, considerando que aqui se apresentam percentuais dos que têm mais de 15 anos.

MAPA 19 – Percentual de Pessoas que Trabalham ou Estudam Fora do Local de Moradia por AEDs da Região Metropolitana de Maringá – 2000



Quando observamos o movimento pendular para o conjunto dos municípios da RM, segundo o nível de integração, vemos que, para os municípios de alta integração com o pólo, quase a metade dos que trabalham ou estudam (43%) saem diariamente e, destes, a maioria (92,5) vem para Maringá. Os demais municípios, com baixo grau de integração, têm 12,6% dos trabalhadores ou estudantes que saem todos os dias, 67,2% se dirige à cidade pólo (*Tabela 60*).

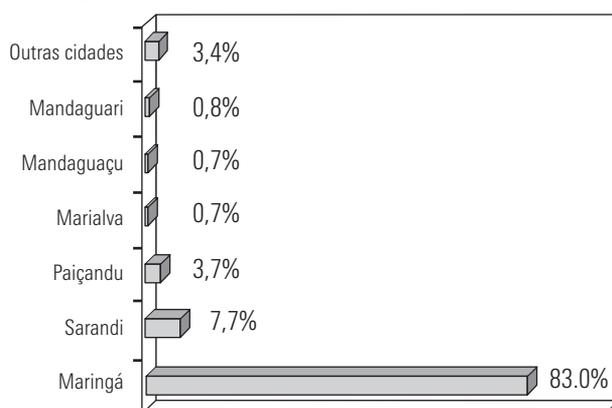
Enfim, esse é um movimento que caracteriza bem o nível de integração existente entre os municípios metropolitanos e a sede, pois o número de pessoas que estabelece relações de interdependência com o pólo é um dos indicadores da integração existente.

Observamos que, por exemplo, o município de Marialva, apesar de uma condição de quase conurbação com Maringá, possui apenas 10% dos que trabalham fora se dirigindo a Maringá. Isso também em função de um mercado de trabalho interno que consegue incorporar os moradores, como se viu no capítulo sobre trabalho e renda (*Tabela 58*).

Como dado complementar, uma pesquisa realizada recentemente, Censo Econômico (Prefeitura Municipal de Maringá-*PMM* e Associação Comercial e Industrial de Maringá-*ACIM*, 2002), identificou o local de residência das pessoas que trabalham em Maringá. Constatou-se que 17,0% da força de trabalho empregada na cidade pólo é formada por trabalhadores que moram em municípios circunvizinhos, 7,7% (6.756 pessoas) são de Sarandi e 3,7% (3.246 pessoas) são provenientes de Paiçandu. Considerando-se que o mercado local empregava 87.737 trabalhadores em 2002, 14.915 praticavam a mobilidade pendular, já que moravam em outros municípios.

Conquanto seja evidente que Maringá polariza uma região na qual se constata a aglomeração urbana caracterizada por uma interdependência maior ou menor entre os municípios, a cidade pólo possivelmente atrai mais pessoas destinadas ao consumo do que ao trabalho, inclusive, porque possui um setor de comércio e serviços bastante significativo. Do total dos trabalhadores em Maringá, 83% residem aqui, corroborando o que afirmamos anteriormente acerca das resistência dos empresários locais para contratar trabalhadores da região, devido à inexistência de um sistema integrado de transporte no âmbito metropolitano.

GRÁFICO 1 – Origem da Força de Trabalho que se Emprega em Maringá – 2002



Fonte: *PMM* e *ACIM*²⁵ (2002).

25 Associação Comercial de Maringá (*Acim*).

Quanto ao transporte de massa, o ônibus é a única opção na RMM. Conforme o Censo Econômico (PMM/ACIM, 2002), a maior parte dos trabalhadores (53,6%) utiliza carro próprio para se deslocar da casa para o trabalho. Em segundo lugar aparece o transporte coletivo (ônibus), com 44,1%. Porém, é importante salientar que para os trabalhadores das indústrias, o ônibus se apresenta como o meio de transporte mais utilizado, com 44,8%, contra 44,5% daqueles que utilizam o carro próprio. É justamente nas indústrias que está a maior parte dos trabalhadores de Sarandi e Paiçandu que se deslocam para Maringá diariamente para trabalhar.

Outro meio de transporte muito utilizado pelos trabalhadores da indústria é a bicicleta (28,1%). Segundo Borges (2004), muitos trabalhadores de Paiçandu se deslocam até Maringá de bicicleta, principalmente pelo fato de entre essas duas cidades existir uma ciclovia que as liga. Muitos trabalhadores de Sarandi também utilizam esse meio de transporte para se deslocar até a cidade pólo. O centro de Sarandi está apenas a 9 quilômetros do centro de Maringá.

Abaixo se observa a representatividade de cada meio de transporte utilizado pelas pessoas que trabalham em empresas de Maringá, contemplando também os que habitam outros municípios da região. O transporte coletivo e a bicicleta são os meios de locomoção mais frequentes, conforme o aludido Censo Econômico.

TABELA 55 – Meio de Transporte Utilizado pelos Funcionários em Maringá – 2002

Itens	% (relativo)			
	Indústria	Comércio	Serviço	Total
Carro próprio	44,5	52,2	57,0	53,6
Ônibus de linha	44,8	44,5	43,5	44,1
A pé	23,7	21,5	19,0	20,6
Moto	22,2	16,0	14,2	15,8
Bicicleta	28,1	13,4	12,6	14,6
Ônibus fretado pela empresa	1,4	0,7	0,9	0,9
Carona	0,0	0,2	0,1	0,1
Caminhão	0,0	0,1	0,2	0,1
Van	0,0	0,1	0,0	0,0

Fonte: PMM e Acim (2002).

Conforme pesquisa realizada com trabalhadores na cidade de Maringá, que residem em Sarandi e Paiçandu (BORGES, 2004), verificou-se que, para a maioria, ocorreu melhoria no sistema de transporte com a renovação da frota de ônibus e um maior número de horários e com a construção da ciclovía entre Maringá e Paiçandu. Mas um morador de Sarandi reivindicou uma ciclovía para proporcionar uma maior segurança àqueles que utilizam a bicicleta ao se deslocar entre Sarandi e Maringá.

Com efeito, a centralidade exercida pelo pólo e a qualidade urbana assegurada pela rigorosa legislação urbanística na formação da cidade de Maringá contribuíram para um crescente processo de imigração em busca, não somente de emprego mas de “qualidade de vida”. Diferentemente, a legislação urbanística de Sarandi e Paiçandu, bem como dos demais municípios da RMM, mais permissíveis e flexíveis, contribuíram para um processo de especulação imobiliária que resultou numa ocupação urbana desordenada e, muitas vezes, irregular, gerando uma situação residencial sem qualidade urbanística e, portanto, com preços bastante reduzidos, com a manutenção das ações especulativas reprodutoras dos processos de desigualdade que, cada vez mais, se acirram e se evidenciam no tecido social urbano.

Atualmente, a RMM se encontra em processo de implementação efetiva e um dos primeiros e principais desafios que deverá ser enfrentado na arena metropolitana diz respeito ao transporte integrado, pois, como se observou neste trabalho, o movimento realizado por moradores entre as diversas cidades da região é bastante significativo e não pode deixar de constar nas pautas a serem encaminhadas para a efetivação de uma política metropolitana.

Enfim, as questões sobre o espaço urbano da RMM e a sua dinâmica de ocupação devem incluir, obrigatoriamente, todas as municipalidades envolvidas, pois é impossível pensar em políticas públicas para os municípios envolvidos, seja de transporte, saúde, educação, meio ambiente, ou qualquer outra, sem avaliar as especificidades de cada um e a sua inserção no conjunto metropolitano. As pessoas não podem ser duplamente prejudicadas. Primeiramente, quando não conseguem residir em áreas privilegiadas próximas ao local de trabalho, lazer ou educação, constituindo-se vítimas do processo de segregação socioespacial (RODRIGUES, 2004), e, a seguir, não encontrando qualquer facilidade para transpor as distâncias do seu dia-a-dia, sejam as sociais, sejam as espaciais.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ – ACIM. Censo Econômico de Maringá, 2002.

BORGES, William A. 2004. *A periferia decorrente da mobilidade centrada no trabalho: A questão no Aglomerado Urbano de Maringá*. Maringá, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá.

CALVINO, S. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá. Maringá – Oportunidades de Investimento. CD-ROM, 2002.

INSTITUTO BRASEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Documentação dos Microdados da Amostra. Rio de Janeiro: 2002. CD-ROM.

MINISTÉRIO DAS CIDADES; ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. *Perfil do Transporte e Trânsito Urbanos*. Brasília: 2003 (Relatório Final).

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS DE DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: maio 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSA, Maria Cristina. Semeando os fios (re)colhendo a trama: estudo da produção do algodão no assentamento de bóias-frias de Querência do Norte-PR. 1983 a 1988. Araraquara, 1990. Dissertação (Mestrado). Unesp.

Anexos

TABELA 56 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000

Código	Municípios	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa
		5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹	
4101150	Ângulo	2.638	295	11,2
4107900	Floresta	4.731	686	14,5
4110003	Iguaraçu	3.321	590	17,8
4114104	Mandaguaçu	15.392	2.257	14,7
4114203	Mandaguari	28.813	2.757	9,6
4114807	Marialva	26.414	4.100	15,5
4115200	Maringá	267.330	41.568	15,5
4117503	Paiçandu	27.823	5.169	18,6
4126256	Sarandi	64.338	15.009	23,3
	Total	440.800	72.431	16,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (¹) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

TABELA 57 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000

Código	Municípios	Imigrantes de data fixa por origem ¹				Total
		Interestadual ou outros países	Intraestadual		Origem não identificada	
			Outros municípios	Intra- metropolitano		
4101150	Ângulo	40	125	130	0	295
4107900	Floresta	104	311	199	72	686
4110003	Iguaraçu	122	179	253	36	590
4114104	Mandaguaçu	417	1.157	658	25	2.257
4114203	Mandaguari	955	1.184	520	98	2.757
4114807	Marialva	957	2.225	859	59	4.100
4115200	Maringá	15.926	20.337	4.151	1.153	41.568
4117503	Paiçandu	998	2.198	1.688	284	5.169
4126256	Sarandi	3.293	5.531	5.834	351	15.009
	Total	22.811	33.248	14.293	2.079	72.431

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (¹) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

TABELA 58 – Municípios da Região Metropolitana de Maringá Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

Código	Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
		Total (A)	Que trabalham ou estudam				
			Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
4101150	Ângulo	2.062	1.417	232	72	16,4	30,9
4107900	Floresta	3.795	2.487	530	365	21,3	68,8
4110003	Iguaraçu	2.585	1.639	205	107	12,5	51,9
4114104	Mandaguaçu	12.104	7.732	1.968	1.702	25,5	86,5
4114203	Mandaguari	23.146	15.382	1.079	484	7,0	44,8
4114807	Marialva	21.216	14.920	1.504	1.095	10,1	72,8
4115200	Maringá	217.892	153.219	4.744	0	3,1	0,0
4117503	Paiçandu	21.740	13.631	5.654	5.302	41,5	93,8
4126256	Sarandi	50.298	32.625	14.467	13.315	44,3	92,0
	Total	354.838	243.052	30.384	22.441	12,5	73,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

TABELA 59 – Nível de integração metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000

Nível de integração metropolitana	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa
	5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹	
Município Pólo	267.330	41.567,7	15,5
Muito alto			
Alto	92.161	20.178,7	21,9
Médio			
Baixo	89.286	11.882,6	13,3
Muito baixo			
Total	448.777	73.629	16,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

TABELA 60 – Nível de integração metropolitana da Região Metropolitana de Maringá por População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

Nível de integração metropolitana	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Município Pólo	217.892	153.219	4.744	0	3,1	0,0
Muito alto						
Alto	72.038	46.256	20.121	18.618	43,5	92,5
Médio						
Baixo	71.438	47.692	6.023	4.047	12,6	67,2
Muito baixo						
Total	361.368	247.167	30.889	22.664	12,5	73,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

TABELA 61 – Áreas de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá por População Residente de 5 Anos e Mais de Idade e Imigrantes de Data Fixa – 2000

AEDs	Código	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa
		5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹	
Ângulo	4101150001001	2.638	295	11,2
Floresta	4107900001001	4.731	686	14,5
Iguaraçu	4110003001001	3.321	590	17,8
Mandaguaçu	4114104001001	15.392	2.257	14,7
Mandaguari	4114203001001	28.813	2.757	9,6
Marialva	4114807001001	26.414	4.100	15,5
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	13.543	1.594	11,8
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	22.920	3.293	14,4
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	14.280	3.460	24,2
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	17.357	2.595	15,0
Maringá (Zona 05)	4115200001005	14.087	2.233	15,8
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	25.915	3.706	14,3
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	14.101	2.318	16,4
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	19.720	2.863	14,5
Maringá (Requião)	4115200001009	23.968	3.070	12,8
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	29.736	4.701	15,8
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	22.505	3.586	15,9
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	20.920	3.645	17,4
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	14.036	2.750	19,6
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	14.242	1.755	12,3
Paiçandu	4117503001001	27.823	5.169	18,6
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	16.731	3.084	18,4
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	18.028	2.885	16,0
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	14.119	4.282	30,3
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	15.460	4.758	30,8
Total		440.800	72.431	16,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

TABELA 62 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo Imigrantes de Data Fixa por Origem – 2000

AED	Código	Imigrantes de data fixa por origem ¹				Total
		Interestadual ou outros países	Intraestadual		Origem não identificada	
			Outros municípios	Intra-metropolitano		
Ângulo	4101150001001	40	125	130	0	295
Floresta	4107900001001	104	311	199	72	686
Iguaraçu	4110003001001	122	179	253	36	590
Mandaguaçu	4114104001001	417	1.157	658	25	2.257
Mandaguari	4114203001001	955	1.184	520	98	2.757
Marialva	4114807001001	957	2.225	859	59	4.100
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	636	643	236	78	1.594
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	1.105	1.843	250	95	3.293
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	1.223	1.932	226	78	3.460
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	607	1.583	292	113	2.595
Maringá (Zona 05)	4115200001005	967	1.005	241	19	2.233
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	1.459	1.770	340	137	3.706
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	809	1.253	149	106	2.318
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	1.228	1.238	301	96	2.863
Maringá (Requião)	4115200001009	1.308	1.338	404	20	3.070
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	2.132	2.002	462	104	4.701
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	1.533	1.496	516	41	3.586
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	1.618	1.687	191	149	3.645
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	827	1.468	358	97	2.750
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	473	1.079	183	20	1.755
Paçandu	4117503001001	998	2.198	1.688	284	5.169
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	665	1.417	888	114	3.084
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	984	902	943	57	2.885
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	666	1.365	2.227	23	4.282
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	977	1.847	1.776	158	4.758
Total		22.811	33.248	14.293	2.079	72.431

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

TABELA 63 – Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Maringá Segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

AED	Código	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
		Total (A)	Que trabalham ou estudam				
			Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Ângulo	4101150001001	2.062	1.417	232	72	16,4	30,9
Floresta	4107900001001	3.795	2.487	530	365	21,3	68,8
Iguaraçu	4110003001001	2.585	1.639	205	107	12,5	51,9
Mandaguaçu	4114104001001	12.104	7.732	1.968	1.702	25,5	86,5
Mandaguari	4114203001001	23.146	15.382	1.079	484	7,0	44,8
Marialva	4114807001001	21.216	14.920	1.504	1.095	10,1	72,8
Maringá (Vila Morangueira)	4115200001001	11.342	7.572	188	0	2,5	0,0
Maringá (Jardim Alvorada)	4115200001002	18.939	12.493	342	0	2,7	0,0
Maringá (UEM - HU)	4115200001003	12.246	9.229	446	0	4,8	0,0
Maringá (Zona 08 Vila Santo Antonio)	4115200001004	14.405	9.999	489	0	4,9	0,0
Maringá (Zona 05)	4115200001005	11.785	8.464	439	0	5,2	0,0
Maringá (Zonas 01 02 03 04)	4115200001006	22.023	15.745	906	0	5,8	0,0
Maringá (Jardim S. Jorge e Mandacaru)	4115200001007	11.643	7.916	242	0	3,1	0,0
Maringá (Conjunto Thais - Alvorada II)	4115200001008	15.670	11.109	204	0	1,8	0,0
Maringá (Requião)	4115200001009	18.520	13.105	202	0	1,5	0,0
Maringá (Zona Sul - Parte Rural)	4115200001010	23.531	16.864	301	0	1,8	0,0
Maringá (Aeroporto Antigo)	4115200001011	18.202	12.936	419	0	3,2	0,0
Maringá (Cidade Nova Copacabana 2)	4115200001012	16.993	11.713	248	0	2,1	0,0
Maringá (Horto Florestal)	4115200001013	11.267	7.996	202	0	2,5	0,0
Maringá (Olimpico - Zona Norte Parte Rural)	4115200001014	11.326	8.078	115	0	1,4	0,0
Paiçandu	4117503001001	21.740	13.631	5.654	5.302	41,5	93,8
Sarandi (Centro Sul)	4126256001001	13.271	8.713	3.346	3.010	38,4	89,9
Sarandi (Centro Norte)	4126256001002	14.671	9.691	4.047	3.642	41,8	90,0
Sarandi (Jardim Independência)	4126256001003	10.745	6.841	3.349	3.107	48,9	92,8
Sarandi (Linha do Trem)	4126256001004	11.611	7.379	3.725	3.557	50,5	95,5
Total		354.838	243.052	30.384	22.441	12,5	73,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

9. Alguns Aspectos da Violência na Região Metropolitana de Maringá

Os dados sobre homicídios, gerados pelo Ministério da Saúde, a partir das informações existentes no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Segurança Pública e nos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), colocam a Região Metropolitana de Maringá (RMM) em uma situação razoavelmente confortável quando a comparamos com outras regiões brasileiras. Informações disponíveis no banco de dados do Ministério da Saúde Datasus (Ministério da Saúde) e do Ipea de 2003, mostram que o município pólo dessa região e os outros dois, que mantêm com ele um alto grau de integração (Sarandi e Paçandu), tiveram as seguintes taxas de homicídios, considerando-se um universo de 100 mil habitantes: Maringá, 7,6 (23 casos), Sarandi, 23,0 (18 casos) e Paçandu, 6,0 (2 casos). Em 2002, o Ministério da Saúde, trabalhando com as regiões metropolitanas brasileiras, na forma como foram definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que, nesse ano, a então região metropolitana de Maringá, naquela época composta dos seguintes municípios, Maringá, Sarandi, Paçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaçu e Ângulo, alcançou a taxa de homicídio de 10,3, tendo ocorrido 51 casos. Se considerarmos a mesma informação para o período de 1998 a 2002, foram registrados 225 casos de homicídio – números infinitamente menores do que os 3.703 da região metropolitana de Curitiba e os 672 casos da região metropolitana de Londrina, para o mesmo período.

Esses indicadores levaram Maringá a ocupar o posto de uma das cidades, com mais de 100 mil habitantes, menos violentas do Brasil. É como se essa região tivesse conseguido se manter incólume à escalada de violência que atinge, desde os anos 1980, boa parte das cidades brasileiras. Uma análise dos dados produzidos pelos censos e pelo

Ministério da Saúde mostram que a taxa de mortalidade por homicídio cresceu em todo o Brasil, passando de 130%, ou seja, 11,7 casos para cada 100 mil habitantes, em 1980, para 27 casos, em 2000.

Sabemos que, no Brasil, é falha a busca por políticas públicas que tratem de forma eficaz a questão da segurança pública e, portanto, contribuam para a redução das taxas de homicídio. O problema da “ordem”, ou a falta dela, tem se reduzido a eficiência ou não do poder policial. E não é por acaso. Se o problema de segurança pública atinge índices considerados insustentáveis, pode-se, em certa medida, culpar a polícia que, na maioria das cidades brasileiras, é mal aparelhada e sofre com a falta de pessoal qualificado. Os agentes do Estado são, na maior parte, mal remunerados. O trabalho de reflexão e análise dos dados sobre o perfil socioeconômico da população que habita as regiões metropolitanas brasileiras tem mostrado que a solução para os casos de violência que resultam em homicídios é muito mais complexa do que a ampliação dos efetivos policiais ou o investimento em uma política intensiva de encarceramento da população mais pobre.

É de domínio público que a força repressora do Estado tem atuado com extrema violência, principalmente, nos bairros mais pobres. Essa prática, no Brasil, é uma questão histórica que está enraizada na formação da nossa sociedade, como nos lembra Lúcio Kowarick:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo freqüentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Não poderia ser diferente numa ordem em que o elemento vivo que levava adiante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha de onde morar ou quando deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda sorte de violências, o mais das vezes morria em cativeiro. (KOWARICK, 1994, p. 43-44).

Como se pode observar, a tradição hierarquizada das classes sociais no Brasil remonta ao período da escravidão, quando o negro, mesmo alforriado, não tendo como subsistir, roubava e por isso era considerado criminoso. A mesma lógica pode ser aplicada aos conflitos agrários, nos quais o Estado reage contra os camponeses

sem terra que, em muitos casos, foram usurpados e, se hoje, ocupam a propriedade para forçar a realização da reforma agrária são considerados invasores e, também, criminosos. Os latifundiários contratam jagunços armados para defender a propriedade dos “vadios”. O uso desse tipo de força é uma outra tradição que está enraizada na ordem “senhorial-escravocrata”, cuja:

...violência ganhava plena significação, pois era elemento necessário para a manutenção e expansão da grande propriedade. Residual do ponto de vista produtivo, destituído de significação social num sistema cujo sentido era dado pela economia escravocrata, os senhores utilizaram o homem livre para serviços de defesa, coação ou morte, enfim, para toda espécie de violência, necessária para reproduzir uma forma de dominação cujo arbítrio podia se manifestar de maneira desenfreada. Esse poderio sem limites e a violência nele implícita, cuja sustentação material realizava-se na exploração do trabalho escravo, só poderiam marginalizar ainda mais o homem livre: peça importante na sustentação de um sistema que supunha sua exclusão para as tarefas produtivas, esse crescente volume de indivíduos, no decorrer dos séculos, foi reproduzido como uma massa imprestável para o trabalho, tida e havida pelos potentados como indolente e vadia. (KOWARICK, 1994, p. 30-31).

Cabe lembrar que fatos como esses foram reforçados nas décadas seguintes e, como destaca Wacquant, na edição brasileira de seu livro *Prisões da Miséria*, há no Brasil, assim como em vários de seus vizinhos da América do Sul, uma encruzilhada entre tratar a miséria e seus correlatos de forma *social* ou de forma *penal*. Nas palavras desse autor:

Em primeiro lugar, por razões ligadas à sua história e sua posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais (estrutura de dominação que mascara a categoria falsamente ecumênica de “globalização”), e a despeito do enriquecimento coletivo das décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades. (WACQUANT, 2001, p. 8).

Wacquant lembra, ainda, que, desde 1989, a morte violenta é a principal causa de mortalidade no Brasil. Segundo suas análises, a busca da sobrevivência na economia criminosa é um desdobramento da política neoliberal adotada pelo Estado:

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. (WACQUANT, 2001, p. 8).

O risco de morte aumenta substancialmente nos bairros pobres das grandes cidades brasileiras. Nessas áreas, a força policial, em geral, é exercida de forma mais violenta. O saldo desses confrontos, entre outras conseqüências, são os “acidentes” com balas perdidas e o crescimento das mortes e das mutilações da população que reside nessas áreas ou circula entre elas.

O aumento substancial das taxas de homicídio no Brasil tem levado ao fortalecimento de uma idéia, na nossa percepção, errada: acredita-se que a associação entre o uso da força policial e a ampliação da política de encarceramento, diminuirá o número de mortes violentas. Não obstante, o problema do encarceramento atinge, substancialmente, as camadas mais miseráveis da população. A questão racial é outro fator que agrava ainda mais a situação. Os negros e os afro-descendentes, geralmente, recebem as penas mais severas em comparação com o criminoso de origem branca. A política de repressão à miséria coloca lenha na fogueira da questão racial, uma vez que a população pobre é, em sua grande maioria, de origem negra. Segundo Loïc Wacquant, esse quadro reflete a acentuada dominação racial existente na sociedade brasileira. Em suas palavras:

...Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acesso à ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema do negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado. (WACQUANT, 2001, p. 9-10).

Essas conclusões de Wacquant estão alicerçadas em pesquisas feitas por Adorno (1995) e Moraes e Souza (1999). Esses trabalhos mostram, ainda, que o problema se agrava quando os tribunais mostram um certo desinteresse em promover justiça, não atuando precisamente no campo investigativo, deixando essa prática a cargo da polícia civil que, nem sempre, consegue apurar a veracidade dos crimes. Isso, de certa forma, se reflete na incapacidade do próprio judiciário.

O sentimento de insegurança ajuda, também, a reforçar o interesse por soluções privadas, esquecendo-se de que o problema da violência não é uma questão de cunho individual. Portanto, difícil de ser resolvido com a afirmação de um modo de vida urbano que privilegia, para os que podem pagar, moradias em condomínios fechados, complexos

sistemas de segurança e a contratação de milícias privadas para proteção da propriedade e do patrimônio.

Em relação à Região Metropolitana de Maringá, observando-se a questão das taxas de homicídio, é importante fazer o seguinte destaque: Sarandi, o segundo município mais populoso dessa região, teve, em 2003, a maior taxa de homicídios da RM (23 casos para cada 100 mil habitantes). Assim, é possível indicar que o processo de periferização da pobreza na RMM veio acompanhado da ampliação da violência nesse município, que concentra a população mais pobre da RMM.

É importante observar que a RMM tem uma posição extremamente favorável quando comparada com as RMs constituídas em torno de grandes capitais, o que, de certa forma, torna pouco proveitosa a construção de quadros comparativos que trabalhem com as temáticas da violência social e da criminalidade. Mas é, certamente, produtivo traçar essa comparação entre a RMM e outras regiões que tenham um porte semelhante ao dela.

Assim, Maringá, talvez, tenha recebido o título de cidade menos violenta do Brasil por ser a cidade pólo de uma região metropolitana que, em 2003, contabilizou apenas dez mortes violentas de jovens. Enquanto as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, nesse mesmo período, tiveram, respectivamente, 148 e 195 jovens mortos (por 100 mil habitantes).

Contudo, comparando-se a RMM com outras de porte semelhante, ela não é a menos violenta. As RMs do Vale do Itajaí e Tubarão tiveram, em 2002, respectivamente, taxas de 4,3 e 5,0 homicídios por 100 mil habitantes. Também encontram-se no grupo das regiões com até 5 homicídios por 100 mil habitantes as RMs Carbonífera e Norte/Nordeste Catarinense.

Dessa forma, Maringá, em classificação proposta por Andrade e Figueiredo (2005), a partir de uma leitura dos dados fornecidos pela Senasp, integra o grupo das RMs que possuem a taxa de 10 até 19 homicídios por 100 mil habitantes, estando acompanhada, portanto, das RMs de São Luiz, Vale do Aço e Florianópolis. Ou seja, em relação às taxas de homicídios, Maringá é mais violenta do que regiões que têm um perfil sociodemográfico semelhante ao seu e equipara-se a algumas regiões que têm grandes capitais como cidade pólo.

Entretanto, considerando a realidade de alguns municípios que também se localizam na região Norte do Paraná, mas que não compõem a RMM, acreditamos que algumas considerações devem ser feitas. Na Região Metropolitana de Londrina, observamos um fenômeno de interligação entre a cidade pólo dessa RM, Londrina, e o segundo município mais populoso dessa mesma RM, Cambé, muito parecido com aquele que ocorre entre Maringá e Sarandi. Por isso, talvez, valha a pena refletir sobre o que tem acontecido com as taxas de homicídio dessas duas cidades.

Em 2003, Londrina, com 467.332 habitantes, registrou uma taxa de 39,59 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, foram contabilizados 185 casos. Cambé, com 92.605 habitantes, teve uma taxa de 43,19, sendo registrados 40 casos de homicídios. O aumento significativo dessas taxas para Londrina e Cambé, quando comparadas com aquelas de Maringá e Sarandi, revela que a violência e a criminalidade são muito mais agudas nas duas primeiras. O que poderia justificar diferenças tão grandes entre cidades e RMs tão próximas? Apenas o maior número de habitantes? Acreditamos que não. Afinal, se compararmos apenas os municípios de Cambé e Sarandi, veríamos que Cambé tem apenas 13.564 habitantes a mais que Sarandi, o que não justificaria o fato de esse mesmo município ter mais que o dobro do número de homicídios que Sarandi. Portanto, há uma espécie de “blindagem” que tem livrado a RMM das situações de violência e criminalidade que se desdobram em mortes; entretanto, faltam análises mais precisas para explicar como e por que isso vem ocorrendo.

Os três principais municípios que compõem a RMM constituem casos exemplares, mesmo quando os comparamos isoladamente a outros municípios vizinhos no Paraná. Vejamos as taxas de homicídio para algumas cidades com mais de 80 mil habitantes e o número de homicídios em 2003: Apucarana, com população de 111.760 habitantes, tem 12,5 de taxa de homicídio, com o registro de 14 casos. Arapongas, com 91.859 habitantes, tem 8,71 e 8 casos. Campo Mourão, com 81.259 habitantes, tem 29,54, e 24 casos. Assim, a cidade de Maringá, isoladamente, quando comparada a esses municípios, continua com a menor taxa de homicídio (7,58).

Outro diagnóstico que pode contribuir para um mapeamento mais preciso sobre a temática da violência na RMM é o que trabalha com os coeficientes de mortalidade por agressões que, em 2004, contabilizou 7,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Necessitamos, também, de uma análise das mortes atribuídas às chamadas causas externas: em 2004, 75% das pessoas que tinham entre 15 e 19 anos e foram à óbito, na RMM, tem sua morte tributada a causas externas – uma população tão jovem, morrendo em grande parte por esse motivo pode significar uma população morta em situações de violência, uma vez que sabemos que as “causas externas” revelam também uma parte das mortes em situações violentas.

Merece destaque o fato de que, dos 51 casos de homicídios registrados para toda a RMM, em 2002, 10 deles foram praticados contra adolescentes. Uma outra questão relevante é compreender melhor o impacto de um tipo de violência que tem dado à essa região coeficientes de mortalidade bem preocupantes: a violência no trânsito. Em 2004, as mortes por acidentes de transporte na RMM, segundo informações do banco de dados do Ministério da Saúde (Datasus), foram 33 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Vale a pena destacar que a cidade menos violenta do Brasil tem alarmantes índices de mortes por acidentes de trânsito, o que revela uma outra faceta da violência e da criminalidade. Informações colhidas junto à Secretaria de Transito de Maringá e ao 4º Batalhão da Polícia Militar da cidade mostram que, em 2003, tivemos 61 óbitos por acidentes no trânsito e, ainda: 2.424 acidentes com vítima, 2.844 acidentes sem vítima e 319 atropelamentos.

As situações de violência que conduziram uma parcela da população da RMM a fazer exames no Instituto Médico Legal (IML) foram preliminarmente levantadas pela equipe que trabalha na Secretaria Municipal da Mulher, no ano de 2005. Tal levantamento, mesmo sem a menor possibilidade de gerar quadros comparativos entre a RMM e outras RMs brasileiras, apresenta informações importantes.

Em 2002, das 2.338 pessoas atendidas pelo IML, 833 eram do sexo feminino, ou seja 65%. Em 2003, esse índice sobe para 67%, e, em 2004, fica em 66,8%. Uma parte significativa dos casos de agressão registrados no IML são por abuso sexual: em 2002, contabilizavam 17% dos casos, em 2003 (15%) e 2004 (15%). Em todos os anos, os levantamentos indicam que em mais de 80% dos casos o agressor é conhecido.

Uma conclusão preliminar sobre a temática da violência na RMM, remete, certamente, ao modelo de colonização que vigorou nessa região. Lembramos que, desde o início da exploração capitalista das terras dessa região do Estado do Paraná, alguns “valores” foram

amplamente difundidos: cidades como Maringá e Londrina foram “formadas” com a idéia de que seriam cidades do “futuro”, voltadas para as atividades comerciais, privilegiando o dinamismo econômico e empresarial.

Deveria se aproveitar a disposição para o trabalho em condições adversas e o “espírito pioneiro” para se consolidar uma “civilização” moderna, futurista e equilibrada, além de pacífica e em harmonia com o meio ambiente. Esses ideais foram e são insistentemente reiterados nessas regiões. Os espaços modernamente planejados e conectados com as “melhores” ações de constituição de núcleos urbanos teriam ainda propiciado a formação de lideranças políticas e empresariais que combinam com tanta modernidade. Nesse percurso, a ideologia dos pioneiros é acionada com alguma freqüência, embora se tenha o entendimento de que ela não conseguiu se manter como um padrão hegemônico: resgata-se dos pioneiros a vontade de fazer, a vocação para o dinamismo, mas acrescenta-se a isso a exigência da mudança e da transformação que sobrepõem os pioneiros e tudo que faz parte do passado.

O imperativo do presente e a vocação para um futuro (que é visto sempre como uma fase onde tudo será melhor) é uma marca muito forte na cidade de Maringá e em toda a sua RM: em menos de 60 anos, a ideologia da ação de pioneiros, construindo um espaço, se não foi esquecida, ao menos, diluiu-se na criação de uma outra perspectiva que “soluciona” e “controla” os problemas e que tira Maringá do passado de “região pioneira” e a coloca no futuro de “cidade com qualidade de vida” e um importante “pólo” para uma região cada vez mais elástica. Dessa forma, Maringá se torna atraente e é apresentada como uma cidade que oferece condições para novas ações empreendedoras.

Entretanto, a ideologia da qualidade de vida deixa de fora tudo que fica nas franjas da cidade: os pobres, os bairros periféricos, a falta de planejamento, os crimes contra a propriedade. Enfim, a pobreza e a miséria precisam ser apagadas. Assim como o padrão anterior excluiu da história de Maringá e da região grupos sociais inteiros (índios, catadores de café, ribeirinhos, caboclos e nipo-brasileiros), a ideologia da cidade verde e com “qualidade de vida” resolve que os seus pobres não existem, ou que não são tão pobres assim e nem tão violentos quanto os dos grandes centros urbanos.

Nessa região metropolitana brasileira, que tem uma cidade média como pólo, a miséria e a violência são apresentadas como problemas sob controle ou passam a não existir na hora em que a cidade é apresentada como um produto a ser vendido.

Referências Bibliográficas

ADORNO, SÉRGIO. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 43, p. 45-63, nov. 1995.

ANDRADE, Luciana Texeira; FIGUEIREDO, Fernanda Odilla Vasconcellos. *Vulnerabilidade social e criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT Cidades: Transformações, governança e Participação. Belo Horizonte, 31 de maio a 3 de junho de 2005. Mimeo.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional. Home page do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PIB – Dados Preliminares. Brasília: 2001.

MARINGÁ 2020. Disponível em: <<http://www.codem.org.br/codem/?action=maringa>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; SOUZA, Marcilene Garcia. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*. São Paulo, 13, p 7-16, nov. 1999.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre os agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

ONU/PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. [New York] home page acessada em maio de 2004.

ROLIM, Rivaíl Carvalho. *O Policiamento e a Ordem*. Histórias da Polícia em Londrina 1948-1962. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Punir os Pobres*. Nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia e Revan, 2003.

capítulo 10

10. Gestão e Desempenho Institucional dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá

Esta análise tem por objeto o desempenho institucional e de gestão dos municípios a partir de uma ótica metropolitana. A incipiência da Região Metropolitana de Maringá e a ausência de um órgão metropolitana atuante se apresentam como os principais obstáculos a um projeto comum entre os municípios. Apesar disso, a reunião de informações homogêneas se apresenta como um passo importante de preparação dos agentes envolvidos e interessados em tornar a RMM uma realidade.

As informações aqui reunidas adquirem o caráter de plena atualidade já que foram aplicados questionários nas oito administrações municipais, em Maringá, onde os dados foram coletados em diversas secretarias. As informações foram atualizadas para 2005 e, em alguns poucos casos, foi possível confrontar os dados coletados com os do Perfil dos Municípios Brasileiros, gestão pública, 2001, do IBGE.

Observa-se que os municípios que compõem a RMM são bastante recentes, a maioria foi instalada na década de 1950, fruto da frente de expansão capitaneada pela cultura do café (*Tabela 64*). A exceção é Mandaguari, cuja data de instalação é anterior: 1937. Desmembramentos posteriores geraram os municípios de Floresta, Sarandi e Ângulo.

10.1.Aspectos Políticos e de Gestão

Buscou-se observar, na *Tabela 65*, o grau de instrução dos prefeitos, vice-prefeitos, bem como partidos pelos quais se elegeram e o grau de incidência da reeleição. Seis prefeitos têm superior completo e três concluíram o ensino médio. Entre os vice-prefeitos, cinco concluíram o ensino superior, dois o ensino médio, e dois, o ensino fundamental. Os partidos pelos quais se elegeram foram: quatro pelo PMDB, três pelo PP, um pelo PDT e um pelo PT. Foram reeleitos os prefeitos de Ângulo, Floresta, Mandaguaçu, Marialva, Paiçandu e Sarandi, ou seja, mais de 60% foram reconduzidos aos cargos pelos seus eleitores nas eleições de 2004.

10.2.Planejamento Municipal

Procura-se aqui averiguar a intensidade do planejamento municipal tendo como referência a existência ou não de instrumentos legais: Lei Orgânica Municipal, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual, Plano de Governo, Plano Plurianual de Investimento e Planos Estratégicos. O resultante da consulta foi que todos os municípios dispõem de Lei Orgânica, Plano Plurianual de Investimento, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual. Quanto a planos Estratégicos, Ângulo, Mandaguaçu e Paiçandu informaram não possuir. Mandaguaçu informou não ter elaborado Plano de Governo, conforme consta na *Tabela 67*.

No que se refere a instrumentos de planejamento urbano (*Tabela 68*), a totalidade dos municípios possuem Lei de Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Obras. Oito municípios apontaram a existência de Lei de Loteamento Equivalente (exceção Sarandi) e Código de Posturas (exceção Iguaraçu). Quanto ao Plano Diretor, obrigatório para os municípios pertencentes às regiões metropolitanas, sete municípios indicaram a sua existência e Ângulo informou não possuir, enquanto Floresta afirma que “está em fase de elaboração”. Sobre outras legislações específicas, como Código de Vigilância Sanitária, Lei do Solo Criado e IPTU Progressivo, sete municípios informaram a sua existência. Quanto à legislação sobre área de interesse social, apenas cinco municípios informaram possuir tal mecanismo.

10.3.Existência de Consórcios Intermunicipais

Os Consórcios Municipais são instrumentos centrais na consolidação de regiões metropolitanas, pois permitem o encaminhamento de soluções conjuntas para problemas

que extrapolam os limites municipais. Não é possível um município resolver de forma individual, por exemplo, a despoluição de um rio. Alguns são tradicionais e recorrentes em inúmeras regiões como os Consórcios de Bacias Hidrográficas, de Transporte Intermunicipal, de Saúde e, mais recentemente, os Consórcios referentes à destinação do lixo urbano. Os instrumentos de cooperação intermunicipal não são recentes, já registrados nas décadas de 1980, e intensificados na década de 1990, como parte do processo de descentralização de algumas políticas públicas²⁶. A Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, transforma-se, hoje, em um instrumento legal importante que deverá incrementar a prática da cooperação não só entre governos, mas também em parcerias com a sociedade civil. A quase inexistência de consórcios intermunicipais na RMM é um indicador da incipiência do projeto. No entanto, vale destacar que estão ocorrendo iniciativas importantes na área de saúde e na área da destinação do lixo urbano. Na área de saúde, o Consócio Intermunicipal de Saúde (CIS) foi o único citado pelos agentes municipais (*Tabela 69*) e abrange não só os municípios da RMM, mas também interliga os 30 municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (Amusep). Sem descartar a sua importância, destaque-se que não é um produto próprio da RMM, mas sim, de orientação federal.

As iniciativas relativas à destinação do lixo urbano são produto de articulações intermunicipais. Verifica-se que este é um problema de difícil solução para os administradores municipais por diferentes motivos: o volume é cada vez mais expressivo, a destinação adequada – aterros sanitários – torna a política pública onerosa e quase inviável para os cofres públicos municipais. O desemprego estrutural que marca negativamente a economia brasileira empurra um volume grande de desempregados para a busca da sobrevivência na comercialização de recicláveis.

Além do exposto, é um dado que a atividade e o problema não respeitam os limites técnicos dos municípios e a busca de soluções aponta claramente para a cooperação intermunicipal. No caso de Maringá e dos municípios em seu entorno, o problema saltava aos olhos das sucessivas administrações, mas soluções eram postergadas. O chamado lixão de Maringá, em 2000, já existia por 30 longos anos e, no ano de 2001, a equipe que assumiu a Prefeitura Municipal de Maringá teve como compromisso desocupar e desativá-lo. Uma decisão judicial impôs um ritmo acelerado ao processo de desocupação do espaço, onde vivia

26 O tema é discutido em CRUZ, M. C. M. T. (2002) *Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente*.

“do” e “no” lixo um número considerável de pessoas. Nas primeiras incursões e tentativas de desativação do lixão, o poder público teve que lidar com a resistência dos catadores, pois muitos moravam no local (durante a semana) em barracos precários. Pode-se perceber por levantamentos realizados na época, que a maior parte do contingente de catadores era oriunda dos municípios vizinhos, Sarandi (a 8 km) e Paiçandu (a 15 km). Além disso, fora registrada a existência de mais de 50 crianças vivendo no meio do lixo. O processo de desocupação teve que contar com um esforço conjunto de várias Secretarias do Município, e os catadores se retiraram do local por meio da garantia de que tivessem condições mínimas de trabalho. No bojo dessa ocupação, surgiu a proposta de formatação de cooperativas²⁷.

Diante da complexidade e da necessidade de inúmeros encaminhamentos conjuntos, surgiu a articulação em torno do Conselho Gestor do Complexo do Lixo, fórum pouco institucionalizado, mas com a participação intensa dos segmentos envolvidos: representantes das cooperativas, representantes das prefeituras de Maringá, Sarandi e Paiçandu e dos chamados apoiadores, entidades que contribuía de alguma forma para a sustentabilidade dos empreendimentos (eram, basicamente, a Universidade Estadual de Maringá, por meio do núcleo da Unitrabalho, a Cut/ADS e, no início, o Sebrae). Na gestão 2001-2004 da Prefeitura de Maringá, existiu um núcleo de economia solidária ligado à Secretaria de Ação Social e Cidadania (Sasc).

Apesar da existência das cooperativas, a dificuldade da administração de Maringá em eliminar o lixão e de dispor de uma coleta seletiva estimulou a recomposição de um contingente de catadores naquele espaço. Segundo um líder informal dos trabalhadores do lixão, diariamente, cinco compradores de material reciclado passam pelo local. “Cada um

27 Existem hoje inúmeras cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Maringá, Sarandi e Paiçandu. As unidades - COOPERMARINGÁ - Cooperativa Maringá de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços, COCAREMA - Cooperativa de Reciclagem de Maringá e COOPERNORTE - Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços (Usina de Reciclagem) - estão localizadas em Maringá, mas compostas por moradores dos três municípios. Organizou-se, em seguida, duas novas cooperativas em Maringá: COOPERCANÇÃO - Cooperativa Canção, e COOPERATIVA DAS PALMEIRAS. Estas são de catadores de rua que estão há algum tempo sendo mobilizados para este tipo de organização pelos mesmos agentes que acompanharam e organizaram as primeiras cooperativas, já citadas. No ano de 2003, começou também a organização dos trabalhadores catadores do lixão nos Municípios de Paiçandu e Sarandi, os quais, atualmente, estão se organizando em uma Cooperativa: a ASCEPMAR - Associação de Paiçandu de Materiais Recicláveis, e uma em Sarandi, a ASCEMAR - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis. As cooperativas citadas compõem hoje uma Central de Comercialização, uma cooperativa de segundo grau, que tem por objetivo realizar venda de recicláveis conjuntamente e obter melhores ganhos na transação. Existem, ainda, em Maringá, outras associações atuando isoladamente com a reciclagem como a COOPERCICLA e a COLETIVA.

deles compra uns R\$ 2 mil de lixo por dia. Pesam o que foi recolhido por cada um de nós, pagam e revendem na cidade”, contabiliza. Com uma comercialização de R\$ 10 mil ao dia, e considerando que os catadores trabalham de segunda a sábado, o giro de dinheiro no lixão de Maringá ultrapassa facilmente os R\$ 200 mil por mês. São mais de 250 toneladas de lixo urbano depositado ali por dia. O informante e outras dez pessoas da sua família trabalham no local, que já garantiu a ele a compra de uma casa própria, de um terreno, o pagamento da prestação de outro terreno e a aquisição de um carro velho. “Junto com minha mulher, tiramos mais de R\$ 1,8 mil por mês e sustentamos os cinco filhos que estudam”, disse. Cerca de 120 pessoas trabalham atualmente no local que, em agosto de 2004, foi reaberto por ele e outras pessoas que já tinham sido retiradas do lixão e que vêm no local uma fonte de renda, pois Maringá recicla em torno de 4% do lixo produzido²⁸.

Após as eleições municipais de 2004, o grupo que assumiu a administração de Maringá iniciou uma outra articulação em busca de soluções para a destinação do lixo urbano. Os prefeitos de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva (Mandaguari incorporou-se posteriormente) firmaram um compromisso verbal de formação de um consórcio intermunicipal para resolver de forma conjunta o problema do lixo urbano. Ocorrem reuniões periódicas do denominado Consórcio Intermunicipal do Lixo, buscando avaliar a melhor forma para o tratamento do lixo em conjunto. Somando as quatro cidades, a produção diária de lixo é superior a 400 toneladas. De acordo com o presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), dos 399 municípios paranaenses, 180 ainda sofrem com o problema dos lixões a céu aberto. “De acordo com a legislação, os aterros sanitários em todos os municípios já deveriam estar instalados e funcionando desde dezembro do ano passado”, disse.

O prefeito de Sarandi avalia que, com a criação do consórcio intermunicipal, será possível analisar várias propostas e definir qual a melhor alternativa para solucionar o grave problema do lixo que atinge os municípios da região. “O consórcio intermunicipal também ressalta a importância e a necessidade de termos a região metropolitana regulamentada pelo Estado”, avaliou²⁹. Observa-se que a discussão e as ações que envolvem a destinação do lixo urbano têm propiciado um alto grau de integração entre alguns municípios da RMM, mais intensamente entre Maringá, Sarandi e Paiçandu.

28 Informações veiculadas em *O Diário do Norte do Paraná*, em 13 de março de 2005, p. 3.

29 Reportagem de Murilo Gatti e publicada em *O Diário do Norte do Paraná*, de 28 de abril de 2005, p. 3.

10.4. Quadro de Funcionários

A *Tabela 3* reúne informações relativas ao quadro de funcionários da administração direta e indireta das prefeituras da RMM. Buscamos comparar os números disponíveis em 2001 com os fornecidos em 2005. Observamos que a totalidade das administrações tiveram aumento no seu quadro de funcionários e, algumas, em percentuais bastante significativos, conforme se verifica por meio dos percentuais: Ângulo foi a administração que mais cresceu em número de funcionários, 60%; seguida de Marialva, 35,9%; Sarandi, 27,4%; Mandaguaçu, 24,1%; Paiçandu, 23,4%; Floresta, 15,5%; Mandaguari, 14,2%. Cabe destaque ao baixo crescimento, comparativamente, de Maringá, com o incremento em sua folha de apenas 8,9%. Iguaçu também registrou baixo crescimento, de 8,1%. Os números se referem à gestão 2001-2004 e aos primeiros meses da gestão que assumiu em 1º de janeiro de 2005. Mesmo estando em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, a tendência geral foi de crescimento das folhas de pagamento, e é sempre necessário destacar que as administrações das localidades de menor porte são as principais empregadoras.

10.5. Atividades Terceirizadas e Atividades Informatizadas

Conforme consta na *Tabela 7*, a terceirização de atividades na RMM se apresenta ainda com baixa incidência. A atividade de processamento de dados é a mais terceirizada, com seis indicações, seguida dos serviços de abastecimento de água (cinco indicações) e os demais serviços com quatro indicações cada: obras civis, coleta de lixo hospitalar, serviço de esgoto sanitário.

Por outro lado, a informatização ocorre com grande intensidade nos municípios, conforme *Tabela 8*. O Cadastro Imobiliário (IPTU) é informatizado na totalidades dos municípios. Itens, como banco de dados de patrimônio, tesouraria/contabilidade, controle de execução orçamentária, cadastro de alvarás, cadastro de ISS, cadastro de funcionários e folha de pagamentos, estão informatizados em todos os municípios, com exceção de Mandaguaçu. Destaque-se que sete municípios dispõem de página na internet, cinco possuem cadastro/banco de dados da saúde, e quatro têm mapeamento digital.

10.6. Democratização da Gestão Municipal

As práticas participativas se disseminaram no Brasil ao longo dos anos 1990 e, pode-se afirmar, se consolidaram nos últimos anos. Hoje é possível afirmar que os conselhos setoriais

de políticas públicas estão instituídos nos âmbitos nacional, estadual e municipal, o que permite visualizar um sistema nacional de participação não mais restrito aos grandes centros urbanos, mas oportunamente interiorizado, como demonstraremos. O marco apontado por todos aqueles que se debruçam sobre o tema é a Constituição Federal de 1988. Ela trouxe consigo mudanças significativas para o desenho institucional da democracia brasileira, à medida que reconhecia formalmente uma série de novos direitos e criava novos mecanismos de participação política ao lado dos tradicionais procedimentos da democracia representativa. A partir de inúmeras proposições por iniciativa, inclusive, de segmentos organizados da sociedade, políticas públicas tão importantes como as de saúde, assistência social e relações de trabalho, não mais seriam prerrogativas da burocracia estatal, mas passariam a ser formuladas no interior de arenas decisórias que contassem com a participação da sociedade civil. Os conselhos gestores representam um novo marco institucional do Estado brasileiro.

Passados quase quinze anos desde a promulgação da Carta de 1988, os conselhos gestores têm se tornado um objeto de estudo cada vez mais recorrente na literatura acadêmica, mas são ainda pouco estudados se levarmos em conta a importância política e cultural que essas instituições podem ter para a democracia brasileira.

O balanço do estágio de organização dos conselhos gestores na RMM será dividido em duas fases: a primeira levará em conta o grau de organização dos conselhos gestores obrigatórios por lei federal: saúde, criança e adolescente, trabalho, assistência social e a intensidade de sua presença no espaço público municipal, auferindo-se, para tanto, o seu caráter deliberativo/consultivo e a existência de fundo especial para a área, além de periodicidade de reuniões. Numa segunda abordagem, rastreamos a existência de conselhos de iniciativa municipal como turismo, transporte, segurança, mulher, meio ambiente, política urbana e orçamento.

Os conselhos de saúde, assistência social, criança e adolescente e emprego/trabalho estão instalados e regulamentados em toda a RMM. Quanto ao caráter dos conselhos, se deliberativo ou apenas consultivo, a expectativa, diante das atribuições previstas nas leis que regulamentam esses conselhos (LOAS, Estatuto, Codefat etc.) é que sejam todos deliberativos.

Ao serem perguntados sobre a periodicidade das reuniões, os informantes construíram uma imagem que não é compatível com a expectativa de funcionamento ativo. Perguntou-se se realizavam reuniões com periodicidade semanal, mensal, bimestral ou

trimestrais e semestrais. Os municípios de Mandaguaiçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi foram homogêneos nas respostas, para os quatro conselhos citados, ocorreram reuniões mensais. Os municípios de Ângulo, Floresta e Iguaraçu apontaram periodicidades diversas e espaçadas, entre bimestrais, trimestrais ou semestrais.

No que se refere aos conselhos de iniciativa municipal, o conselho de meio ambiente teve o maior número de indicações, está organizado em cinco municípios, conforme *Tabela 10*. O Conselho de Habitação recebeu duas indicações, assim como o de Orçamento. Quanto aos outros conselhos, os dois municípios maiores dispõem de um número importante de órgãos em funcionamento. Para Maringá: conselho de trânsito, conselho de segurança, conselho do idoso, conselho dos portadores de necessidades especiais, conselho da mulher, conselho de cultura, conselho de turismo, conselho antidrogas, conselho de educação e conselho do desenvolvimento econômico. Quanto ao município de Sarandi, indicou-se a existência de conselhos como o do idoso e da mulher.

Não se defende a criação indiscriminada de conselhos, pois não é a quantidade que implica um maior envolvimento da comunidade na definição e fiscalização e dos rumos das políticas públicas, mas, sim, a qualidade da participação nas estruturas existentes. Em municípios de pequeno porte, não se justifica a organização de um número excessivo de conselhos, pois isso provocará duplicidade de participação, como já apontado em trabalho realizado com os conselhos da região:

em municípios menores, (...) o número de membros por conselho, a quantidade de conselhos e a existência de uma sociedade civil pouco organizada, levam a situações de dupla, tripla representação e em um caso extremo, pode ocorrer de uma pessoa ser membro em quatro conselhos ao mesmo tempo. Cada área de política social estabelece, na legislação específica, um número determinado de conselheiros, sem que sejam discutidos, no conjunto, se a sociedade local dá conta de absorver e fornecer quadros para uma participação de qualidade. (TONELLA, 2003, p. 135-136).

10.7. Situação de Moradias/Loteamentos Urbanos

As informações fornecidas e que constam na *Tabela 74* apontam uma situação de certa regularidade no que diz respeito a moradias e loteamentos urbanos. Apenas Sarandi indicou a existência de dois núcleos de favelas. Quanto à existência de loteamentos clandestinos, foi apenas detectado em Marialva e loteamentos irregulares foram indicados 10, em Maringá, e 17 em Sarandi.

10.8. Incentivos de Atração de Atividades Econômicas e Capacitação Profissional

A prática disseminada por todo o Brasil nas últimas décadas foi a da guerra fiscal entre municípios e Estados para a atração de atividades econômicas que gerassem emprego e tributos às localidades. Ao se verificar os indicadores de incentivos de atração de atividades econômicas, conforme *Tabela 78*, constatou-se que, dos nove municípios, oito adotaram a concessão de isenção de IPTU e fornecimento de infra-estrutura como prática, cinco, a isenção de ISS, três indicaram a prática de doação de terras, cinco municípios dispõem de área industrial própria. No que diz respeito a pessoal, os nove municípios apontaram a existência de programa de geração de trabalho e renda e de capacitação profissional.

10.9. Instrumentos Legais de Justiça e Segurança Pública

Indagou-se acerca dos instrumentos legais de justiça e segurança pública: comissão de defesa do consumidor, delegacia da mulher, defesa civil, judiciário de pequenas causas, conselho tutelar e guarda municipal. Conforme consta na *Tabela 79*, apenas o conselho tutelar está estruturado nos nove municípios, a segunda maior incidência é a da defesa civil, organizada em seis municípios. O juizado de pequenas causas está implantado em cinco municípios e a comissão de defesa do consumidor, em quatro. Já a delegacia da mulher está implantada apenas nos municípios maiores, Maringá e Sarandi, observe-se que são esses mesmos municípios que dispõem de conselho da mulher em funcionamento. Finalmente, a guarda municipal está estruturada apenas em Iguaraçu (com até dez componentes).

10.10. Equipamentos de Cultura, Lazer e Serviços

O grau de urbanização no Brasil atingiu 82,1%, segundo o censo de 2000. Tal informação torna homogêneas situações muito díspares, como tratar da cidade de São Paulo, com mais de dez milhões de habitantes, e sedes municipais de até 18 habitantes, como chama a atenção Eli da Veiga (2005). A definição de urbano no Brasil remonta ao período Getulista, mais especificamente, ao Estado Novo (Decreto Lei 311/38) e está em vigor até hoje. Na maior parte do mundo, há uma classificação territorial que leva em conta diferenças, como as densidades populacionais, e discriminam assim povoados, vilas e cidades.

A RMM reúne alguns municípios com número reduzido de habitantes e detecta-se o baixo “grau de urbanização” que essas unidades possuem. Para auferir o grau de urbanização, leva-se em conta a presença/ausência de equipamentos sociais básicos da área de saúde, serviços e cultura/lazer.

Nos dois últimos casos, serviços e cultura/lazer, alguns indicadores foram selecionados para análise: bibliotecas, cinemas, museus, casas de espetáculos/teatros, livrarias, videolocadoras, entre outros, conforme consta na *Tabela 80*. Bibliotecas, clubes/associações recreativas e Ginásio poliesportivo são os únicos equipamentos existentes na totalidade dos municípios. Casas de espetáculos/teatro e videolocadoras existem em oito localidades. Seis municípios contam com livrarias e provedores de internet. Lojas de discos, CDs e rádio AM foram registradas em cinco municípios. Unidades de ensino superior estão presentes em três municípios. Há rádio FM em quatro localidades. Detecta-se a ausência ou quase inexistência de museus, cinemas e geradoras de TV (existentes em apenas dois municípios) e orquestras de música. Observe-se que os municípios menores (Ângulo, Floresta e Iguaraçu) não dispõem de equipamentos importantes, como cinemas, livrarias e museus.

Shopping center é um equipamento de serviços mais complexo e foi apontado como presente em Maringá e Sarandi. Maringá polariza fortemente o comércio regional, os seus inúmeros *shoppings centers* e redes de supermercados atraem compradores de toda a região, e tal dinâmica tem sido apontada pelos agentes locais como inibidora do desenvolvimento endógeno.

Conclusão

A desejável articulação entre os municípios da região, para buscar a solução dos problemas comuns, tem seu processo apenas iniciado, como relatamos, são iniciativas tímidas diante das necessidades. Há um alto grau de articulação em curso a partir da temática da destinação do lixo urbano e dos agentes envolvidos. A área da saúde caminha também para a busca de soluções partilhadas entre os municípios da região.

Entende-se que superar as brutais diferenças de nível de renda, qualidade de vida e desenvolvimento econômico entre Maringá e os de mais municípios, notadamente, Paiçandu e Sarandi, depende de vontade política dos governantes. O risco sempre presente é as articulações em torno da Região Metropolitana beneficiarem apenas alguns municípios.

Referências Bibliográficas

CRUZ, M. C. M. T. Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente. *In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (Org.). Novos contornos do desenvolvimento local: conceitos em construção.* São Paulo: Polis/FGV-EASP, 2002. p. 197-244.

TONELLA, C. Poder local e políticas públicas: um estudo exploratório sobre conselhos gestores. *Cadernos metrópole: desigualdade e governança.* São Paulo, Educ, n. 10, p. 103-140, 2003.

_____. Relatório de Pesquisa (CNPq). Poder Local e Políticas Públicas: Um Estudo Exploratório sobre Conselhos Gestores. Maringá, novembro de 2002.

TONELLA, C.; RODRIGUES, A. L. Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense. *Anais... ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7, Caxambu, 2003.*

VEIGA, E. da. *A história não nos absolverá nem a geografia.* Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

Anexos

TABELA 64 – Ano de Instalação e Ano de Ingresso dos Municípios na Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi
Ano de Instalação do Município	1993	1961	1955	1951	1937	1951	1951	1961	1982
Ano de Ingresso na RMM	1998		1998	1998	1998		1998	1998	1998

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 65 – Nível de Instrução dos Prefeitos e Vice-prefeitos, Partido Atual e Reeleição dos Prefeitos por Municípios – Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Total
Nível de Instrução do Prefeito*	MED	SUP	MED	SUP	SUP	SUP	SUP	SUP	0
Nível de Instrução do Vice-Prefeito	MED	FUN	SUP	FUN	SUP	SUP	SUP	MED	0
Reeleição	x	x		x		x		x	6
Partido Atual	PMDB	PP	PDT	PMDB	PP	PMDB	PP	PMDB	0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 66 – Composição do Quadro de Pessoal da Administração Direta, Indireta e Funcionários Inativos, por Municípios Região Metropolitana de Maringá – 2001 – 2005

Municípios	Número de funcionários ativos nas administração direta e indireta								Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício								Número de servidores ativos da administração indireta, por vínculo empregatício				Número de funcionários aposentados e pensionistas				"Existência de Instituto ou Fundo Municipal de Previdência"				Contrato de Prestação de Serviço												
	2001 - até 100	2005 - Até 100	2001 - 101 a 200	2005 - 101 a 200	2001 - 201 a 300	2005 - 201 a 300	2001 - 301 a 500	2005 - 301 a 500	2001 - 501 a 1000	2005 - 501 a 1000	2001 + de 1000	2005 + de 1000	2001 - Estatutários	2005 - Estatutários	2001 - CLT	2005 - CLT	2001 - Outros	2005 - Outros	2001 - Estatutários	2005 - Estatutários	2001 - CLT	2005 - CLT	2001 - Outros	2005 - Outros	2001 - Aposentados	2005 - Aposentados	2001 - Pensionistas	2005 - Pensionistas	2001 - Sim	2005 - Sim	2001 - Não	2005 - Não	1	5							
totais	0	0	520	376	0	260	386	479	1958	2424	7233	2069	9068	4658	0	146	402	195	566	0	2	2	0	234	690	344	175	115	7	8	2	1	5								
Ângulo			110	176									85	112		13	18				2																				
Floresta			225		260								179			46																									
Iguaraçu			185	200									140	175	24		1																								
Mandaguçu						386	479						340	410		29	69									5	59	5	18												
Mandaguari									737	842			600	648	2	55	125	82							27	28	3	3													
Marialva									601	817			477	703	97	124									73	101	10	36													
Maringá											5609		5124					484							511	127															
Paçandú									620	765			619	755	10										24	46	10	24													
Sarandi											1624	2069	1504	1855			130							234	43	110	13	32													

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005
ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 67 – Existência de Lei Orgânica, Plano Estratégico e Existência de Planejamento Municipal, Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Lei Orgânica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Plano de Governo	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Plano Plurianual de Investimentos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Lei de Diretrizes Orçamentárias	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Lei de Orçamento Anual	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Planos Estratégicos		x	x		x	x	x		x	6

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 68 – Existência de Legislação e Instrumentos de Planejamento Urbano, por Município Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Plano Diretor			x	x	x	x	x	x	x	7
Lei de Perímetro Urbano	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Lei de Parcelamento do Solo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Lei de Zoneamento Equivalente	x	x	x	x	x	x	x	x	x	8
Legislação sobre áreas de interesse social					x	x	x	x	x	5
Legislação sobre áreas de interesse especial					x		x	x	x	4
Código de Obras	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Código de Posturas	x	x		x	x	x	x	x	x	8
Código de Vigilância Sanitária	x	x		x	x		x	x	x	7
Lei do Solo Criado	x	x		x	x		x	x	x	7
IPTU Progressivo	x		x	x	x	x	x	x		7
Operações Interligadas										0
Operações Urbanas					x					1
Transferência de Potencial Construtivo										0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 69 – Existência de Consórcios Intermunicipais de Saúde. Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paçandu	Sarandi	Total
Existência de CIS	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Quantidade de CIS	1	1	1	1	1	2	1	1	1	10
Participação Governo Federal		x				x	x	x	x	5
Participação Governo Estadual						x			x	2
Nenhum dos Dois			x	x						2

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 70 – Existência de Serviços Terceirizados Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paçandu	Sarandi	Total
Coleta de lixo Domiciliar									x	1
Coleta de lixo Hospitalar		x	x			x			x	4
Coleta de lixo Industrial									x	1
Varredura de Rua e Limpeza Urbana										0
Limpeza de Prédios Públicos da Adm Municipal										0
Segurança dos Prédios da Adm Municipal										0
Obras Cívicas	x		x					x	x	4
Processamento de Dados	x	x	x			x		x	x	6
Serviço de Advocacia								x		1
Transporte Escolar										0
Manutenção Estradas/ Vias Públicas										0
Contabilidade										0
Serviço de Abastecimento de Água		x		x	x		x	x		5
Serviço de Esgoto Sanitário				x	x		x	x		4
Outros										0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 71 – Tipo de Atividades Informatizadas, por Municípios da Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaiçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paçandu	Sarandi	Total
Página na Internet	x	x	x			x	x	x	x	7
Cadastro/Banco de Dados da Saúde	x				x	x	x	x		5
Cadastro/Banco de Dados Educação					x	x	x	x		4
Cadastro/Banco de Dados Patrimônio	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Tesouraria/Contabilidade	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Controle de execução Orçamentária	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Cadastro de Alvarás	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Cadastro de ISS	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Cadastro Imobiliário - IPTU	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Cadastro de Funcionários	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Folha de Pagamento	x	x	x		x	x	x	x	x	8
Mapeamento Digital		x					x	x	x	4

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 72 – Existência de Cadastro Imobiliário, com Indicação de Algumas Características do Cadastro por Municípios Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaiçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paçandu	Sarandi	Total
Existência de Cadastro Imobiliário	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Informatização do Cadastro Imobiliário	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Cadastro Territorial Predial em Conjunto				x	x			x	x	4
Cadastro Territorial e Predial Separados	x	x	x			x	x			5
Nº Unidades Prediais Cadastradas	751	1818	1175	4400	9716	7146	89054	8015	17100	139175
Nº Unidades Territoriais Cadastradas		454	700	2211	2129	2001	31712	4021	14030	57258
Última Atualização Planta Valores IPTU	2004	2003	2004	2004	2001	2005	2003	2004	1993	
Período Último Recadastramento Imóveis	2000	2002	2004	1998	2001	2001	2001	1991	2001	

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 73 C – Existência de Conselhos Municipais, por Área de Atuação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005

Municípios	Política Urbana						Desenvolvimento Urbano						Orçamento									
	tem	Fundo Especial	Regulamentado	Regulam./Instalado	Deliberativo	Consultivo	Periodicidade	tem	Fundo Especial	Regulamentado	Regulam./Instalado	Deliberativo	Consultivo	Periodicidade	tem	Fundo Especial	Regulamentado	Regulam./Instalado	Deliberativo	Consultivo	Periodicidade	
Totais								1		1		1			1		1		1			
Ângulo																						
Floresta																						
Iguaraçu																						
Mandaguacu																						
Mandaguari																						
Marialva																						
Maringá								x		x		x										
Paçandú																						
Sarandí																						

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá

Sobre as abreviaturas nos itens de periodicidade: "sem" – Semanal, "Mens" – Mensal, "B/T" – entre Bimestral e Trimestral, "Semt" – Semestral, "Irr" – Irregular

Nos Municípios da RMM não consta a existência dos seguintes conselhos: "Cultura", "Transporte", "Política Urbana"

TABELA 74 – Existência de Favelas, Cortiços e Loteamentos Irregulares e Clandestinos, ou Assemelhados, Cadastro, Grau de Abrangência do Cadastro E Número de Unidades Cadastradas por Municípios. Região Metropolitana de Maringá – 2005

Municípios	Existência de favelas		Cadastro ou levantamento de favelas (último)			Total de domicílios em favelas		Existência de cortiços		Cadastro ou levantamento de cortiços (último)			Existência de loteamentos clandestinos		Cadastro ou levantamento de loteamentos clandestinos (último)			Existência de loteamentos irregulares		Cadastro ou levantamento de loteamento irregulares (último)			Total de loteamentos irregulares				
	Sim	Não	Sim (ano)	Não	Total	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Total	Parcial	Sim (ano)	Não	Sim (ano)	Total	Parcial
TOTAIS	1	8	-	8	-	x	2	-	0	9	0	0	0	0	0	0	0	1	8	1	8	1	1	8	1	0	19
Ângulo		x		x					x	x									x					x			
Floresta		x		x					x	x									x					x			
Iguaraçu		x		x					x	x									x					x			
Mandaguçu		x		x					x	x									x					x			
Mandaguari		x		x					x	x									x					x			
Marialva		x		x					x	x									x					x			1
Maringá		x		x					x	x									x					x			1
Paçandú		x		x					x	x									x					x			
Sarandí	x		2004				x	2		x														2002	1		17

Fonte: Prefeitura dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005
ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá

TABELA 75 – Existência de Órgão Específico na Área de Habitação, Cadastro de Famílias Interessadas em Programas Habitacionais e Conselho de Habitação, e Existência de Lei com Indicação do Lote Mínimo, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá

	Ângulo	Floresta	Iguaçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Órgão Específico política Habitacional		x					x		x	3
Cadastro de Famílias Interessadas em Programas Habitacionais	x	x		x	x	x	x		x	7
Conselho Municipal de Habitação		x							x	2
até 125 m2				x	x					2
Mais de 125 m2	x	x	x			x	x	x	x	7
Lei não Regulamentada										0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá

TABELA 76 – Existência e Tipo de Programa ou Ação na Área de Habitação, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Construção de Unidades		x	x		x		x	x	x	6
Oferta de Lotes		x								1
Urbanização de Assentamentos										0
Regularização Fundiária										0
Oferta de Material de construção	x									1
Melhoria de cortiços										0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá

TABELA 77 – Total de Licenças para Construção e Total de Alvarás de Habitação Concedidos, por Municípios – Região Metropolitana de Maringá – 2004

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Total de licenças para Construir	3	18	na	25	105	1319	4581	na	na	6051
Total de Alvarás de Habitação	3	19	76	25	105	1319	4712	380	7706	14345

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá

TABELA 78 – Existência e Tipo de Incentivos para Atrair Atividades Econômicas e Existência de Programas ou Ações de Capacitação Profissional

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Iseção IPTU	x		x	x	x	x	x	x	x	8
Iseção ISS	x			x	x	x	x		x	6
Doação de Terras			x		x		x			3
Fornecimento de Infra-estrutura	x		x	x	x	x	x	x	x	8
Distrito Industrial			x	x			x	x	x	5
Geração de Trabalho e Renda	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Capacitação Profissional	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá

TABELA 79 – Tipo de Instrumentos Legais de Justiça e Segurança Pública Existentes, e Existência de Guarda Militar, por Municípios, Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Comissão Defesa do Consumidor				x	x		x		x	4
Núcleo Delegacia da Mulher							x		x	2
Defesa Civil	x	x	x		x		x		x	6
Juizado de Pequenas Causas				x	x	x	x		x	5
Conselho Tutelar	x	x	x	x	x	x	x	x	x	9
Guarda Municipal – Não Tem	x	x		x	x	x	x		x	7
Guarda Municipal – até 10			x							1

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Guarda Municipal – de 11 a 20										0
Guarda Municipal – de 21 a 40										0
Guarda Municipal – Mais de 40										0

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá

TABELA 80 – Tipo de Estabelecimentos Culturais e de Lazer Existentes e de Banda de Música e de Orquestra, por Municípios - Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Bibliotecas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Museus						X	X			2
Casas de Espetáculo/Teatros	X	X	X	X	X	X	X		X	8
Cinemas						X	X			2
Clubes/Associações Recreativas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Ginásio Poliesportivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Banda de Música						X			X	2
Orquestra										

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá

TABELA 81 – Tipo de Estabelecimentos Selecionados de Comércio, Serviços e Lazer Existentes, por Municípios- Região Metropolitana de Maringá – 2005

	Ângulo	Floresta	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Marialva	Maringá	Paiçandu	Sarandi	Total
Videolocadora	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Livraria				X	X	X	X	X	X	6
Loja de Discos, Fitas e Cd's				X		X	X	X	X	5
Shopping Center							X		X	2
Unidades de Ensino Superior					X		X		X	3
Radio AM				X	X	X	X		X	5
Radio FM				X	X	X	X			4
Geradora de TV						X	X			2
Provedor de Internet			X	X	X	X	X	X		6

Fonte: Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá, 2005

ORGANIZAÇÃO: Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá

11. Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá

A análise tomou por base os dados apresentados no Relatório de Atividades 1 – *Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias* (versão abril de 2005) e no Relatório de Atividades 3c – *Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas* (dezembro de 2004), vinculados ao Projeto *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil*, e reorganizados nas *Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9*.

Cabe esclarecer que, do Relatório 1, foram selecionados dados de nove municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM): Ângulo, Floresta, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paçandu e Sarandi, tendo em vista que o Relatório 3c apresenta dados de sete municípios, com exclusão de Ângulo e Floresta. O Município de Ângulo foi desmembrado de Iguaçu em 1993 e, com Floresta, foi incorporado à RMM pela Lei Complementar 13.565/2002.

Com aprovação do Projeto de Lei Complementar 18, em maio de 2005, a RMM passou a compreender 13 municípios (Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Paçandu, Sarandi, Maringá, Floresta, Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé), enquanto o Projeto de Lei Complementar 688/2003, que regulamenta seu funcionamento e cria o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Paraná.

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA, 2002), Maringá é classificada como Centro Sub-regional. De acordo com o Relatório de Atividades 1 (p. 76), na hierarquização dos espaços urbanos, a RMM está situada no Grupo 6, sendo considerada uma aglomeração urbana não-metropolitana, visto que, entre

outros indicadores, a maior parte dos municípios que compõem a RMM apresenta baixo grau de integração na dinâmica da aglomeração.

No conjunto da RMM, apenas três municípios (Maringá, Paiçandu e Sarandi) têm alto grau de integração na dinâmica da aglomeração, constituindo uma mancha contínua de ocupação, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica. Nessa área, localiza-se a maior parte das agências bancárias (39), dos empregos em atividades de ponta (5.571), dos empregos formais (92.315) e a sede de uma empresa dentre as 500 maiores do País. Mas apenas a cidade núcleo tem condição social muito boa. Paiçandu e Sarandi, bem como as demais cidades da RMM, são classificadas em condição social média (*Tabelas 1 e 2*).

Com base nos dados apresentados na *Tabela 3*, tem-se que a média do PIB³⁰ *per capita* do total de oito municípios da RMM (3,92) é pouco superior à média do PIB *per capita* das demais cidades excluída a cidade núcleo (3,31). Mas, comparando esses dados com as demais Regiões Metropolitanas do Grupo 6, constata-se que a média do PIB *per capita* da RMM é bem inferior à média das Regiões Metropolitanas Vale do Itajaí (6,43), Carbonífera (5,44), Tubarão (5,29), ficando próxima da média do PIB *per capita* da Região Metropolitana Foz do Itajaí (3,83) e Vale do Aço (3,03).

Considerando os indicadores de renda e população, apresentados na *Tabela 4* (Anexo), verifica-se que o PIB *per capita* da cidade núcleo (8,18) é bem maior que o PIB *per capita* das demais cidades da RMM, sendo 40% a 50% superior ao PIB *per capita* de cinco cidades (Ângulo, Iguaraçu, Mandaguacu, Mandaguari, Marialva), que têm baixa integração na dinâmica da aglomeração, e 80% superior ao de Paiçandu (1,63) e Sarandi (1,58), cujos limites geográficos se confundem com a cidade núcleo e têm alto grau de integração na dinâmica da aglomeração.

De acordo com o Relatório de Atividades 3c (p. 9), em diversas Regiões Metropolitanas do Brasil, “há cidades periféricas com renda *per capita* maior que a cidade

30 O Produto Interno Bruto (PIB) refere-se ao total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Do lado da renda é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

núcleo”. Nas RMs do Grupo 6, isso se verifica nas RM Vale do Aço, RM Carbonífera e RM Tubarão, mas não na RM de Maringá, considerando o PIB *per capita* em 1996 com preço de 2000 (cf. Relatório 1, p. 86-92). No ano de 2002, entretanto, Iguaçu apresentou PIB *per capita* pouco maior que Maringá 9.195 e 9.058 respectivamente (*Tabelas 86 e 87*).

A variação real média do PIB *per capita* entre 1999 e 2002 foi positiva em quatro dos nove municípios da RMM (Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu e Marialva), e negativa nos demais, incluída a cidade núcleo, embora o crescimento do PIB no mesmo período seja positivo em todos os municípios da RMM, com destaque para Iguaçu e Mandaguaçu, com os maiores índices (32,40% e 31,87%, respectivamente), e Mandaguari com o menor índice (8,79%) dentre todos os municípios (*Tabela 88*).

Ressalte-se que Paiçandu e Sarandi apresentaram taxas elevadas de crescimento populacional no período 2000-2004 (3,39 e 3,97, respectivamente), se comparadas às taxas de crescimento das demais cidades da RMM, com taxas entre 1,07 e 2,61. Mas nenhuma cidade da RMM apresentou crescimento populacional negativo, a menor taxa é de Iguaçu (1,07), cuja integração na dinâmica da aglomeração é baixa (*Tabelas 82 e 85*).

Os indicadores de receitas, apresentados na *Tabela 8*, permitem aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes e de liberdade de utilização em cada município. No caso da Região Metropolitana de Maringá, a receita resultante da arrecadação municipal própria, ou seja, a receita resultante dos tributos administrados diretamente pelo município e sobre os quais pode legislar (IPTU, ISS, ITBI e outras taxas), seguindo a tendência geral dos municípios brasileiros, é maior na cidade núcleo, atingindo 36,92% da receita total, do que a média do total da Região (16,20%) ou a média das demais cidades excluída a cidade núcleo (12,92%). Os municípios de Iguaçu e Mandaguaçu apresentam os menores percentuais de arrecadação de recursos próprios (9,04% e 8,66%, respectivamente), abaixo, inclusive, da média das demais cidades, excluída a cidade núcleo com 12,92% (*Tabela 90*).

Observe-se que, em geral, a receita própria das diferentes cidades das Regiões Metropolitanas é metade da receita própria da cidade núcleo (cf. Relatório 3c, p. 5) e, no caso em análise, a média da receita própria das demais cidades (12,92%) representa apenas um terço da receita própria da cidade núcleo (36,92%), indicando grande disparidade entre os municípios da RMM, o que dificulta a cooperação na solução de problemas comuns.

A receita resultante de recursos próprios, acrescida das transferências de cota-parte de tributos federais e estaduais (ITR, IRRF, cota-parte do ICMS, cota-parte do IPV, Fundo de Participação dos Municípios etc.) também é maior na cidade núcleo (50,31%) do que a média das demais cidades (20,21%), ou a média do total da Região (24,51%), indicando que a cidade núcleo tem maior estabilidade da receita. Novamente, os Municípios de Iguaçu e Mandaguçu apresentam os menores índices em relação a esse indicador (14,35% e 17,44%, respectivamente), o que talvez se explique pelas diferenças na forma de relacionamento com os demais entes federados.

Em relação à parcela da receita total que se origina de fontes garantidas por lei (transferências compensatórias da assistência social e transferências especiais como saúde e educação), a cidade núcleo apresenta menor índice (69,68%), abaixo da média das demais cidades (84,14%) e da média do total da Região (81,82%). Chama a atenção Paiçandu, que tem 93,28% da receita total garantidos por transferências legais. Isso indica menor propensão a cooperar em projetos de interesse comum, tendo em vista a forte vinculação das receitas e a necessidade de arcar com despesas de competência exclusiva do município com a parcela livre da receita, como a varrição das ruas, coleta de lixo e iluminação pública.

Quanto à dependência de fontes não asseguradas por lei, ou seja, de fontes financeiras (valores imobiliários, operações de crédito, de alienação de ativos e de amortização de empréstimos), Iguaçu apresenta índice (10,78%) bem acima da cidade núcleo (1,86%) e da média das demais cidades (4,73%), o que indica dificuldades para o desenvolvimento de projetos de mais longo prazo, enquanto Marialva e Mandaguçu apresentam os menores índices (0,72% e 0,53%, respectivamente).

Em relação à parcela mínima de vinculação das receitas municipais para saúde e educação (transferências vinculadas na origem como SUS, FNAS e Fundef), a cidade núcleo apresenta índices inferiores à média das demais cidades, tanto sobre a Receita total como sobre a Receita fiscal, enquanto Paiçandu e Sarandi apresentam os maiores índices de vinculação da receita com saúde dentre as cidades consideradas na análise (*Tabela 9*).

Os indicadores de despesa demonstram a estrutura de utilização dos recursos por grupo de despesas e por função de governo. Na RMM, a cidade núcleo apresenta índice (43,01%) na rubrica despesa com pessoal próximo da média do total da Região (43,98%) e da média das demais cidades (44,15%), mas tem índice relacionado a outras despesas

correntes (46,65%) superiores à média do total da Região (38,95%) e à média das demais cidades excluía a cidade núcleo (37,66%). O destaque é Sarandi, que apresenta índice de 48,25% comprometido com despesa de pessoal, superando a média das demais cidades, excluía a cidade núcleo (44,15%), ou a média do total da Região (43,98%).

Quanto à parcela correspondente ao serviço da dívida, a cidade núcleo tem comprometimento de 6,44% da receita total, enquanto a média do total da Região é 4,95% e, das demais cidades, é 4,70%. O índice de 3,72% de comprometimento da receita corrente líquida com serviço da dívida no caso de Mandaguari, é bem menor que o da cidade núcleo (5,80%), da média do total da Região (5,09%) e da média das demais cidades, excluía a cidade núcleo (4,98%). Vale lembrar que o serviço da dívida consome, em média, 7% da receita das grandes cidades, e um alto valor desse item compromete a capacidade de investimentos.

No indicador investimentos e outras despesas de capital, a cidade núcleo apresenta o menor índice (3,91%), bastante inferior à média do total da Região (12,11%) e à média das demais cidades, excluía a cidade núcleo (13,47%). Iguaraçu, Mandaguaçu e Mandaguari apresentaram despesas com investimentos e outras despesas de capital (17,08%, 18,55% e 18,05%, respectivamente) muito superiores ao índice da cidade núcleo (3,91%) e pouco maior que a média do total da Região (12,11%) e das demais cidades, excluía a cidade núcleo (13,47%).

Em relação à rigidez do orçamento total e do orçamento fiscal, que indica a parcela do orçamento que estaria comprometida na ausência de qualquer receita financeira, ou seja, a despesa resultante de obrigações legais (educação e saúde financiadas com recursos vinculados) e as despesas relacionadas ao serviço da dívida, legislativo e despesa de pessoal nas demais áreas, verifica-se que a cidade núcleo apresenta índices inferiores (52,29% sobre o orçamento total e 53,28% sobre o orçamento fiscal) à média do total da Região (61,77% e 63,94%, respectivamente) ou à média das demais cidades, excluía a cidade núcleo (63,35% e 65,71%).

No item prioridade dos gastos, confirma-se a tendência geral das cidades brasileiras de priorizar o gasto social, que envolve Assistência Social, Previdência, Direitos de Cidadania, Saúde, Educação, Cultura, Trabalho, Desporto e Lazer. Na cidade núcleo, o índice é de 68,63%, pouco inferior à média do total da Região (71,52%) e à média das

demais cidades, excluída a cidade núcleo (72,01%). O destaque nesse item é para Sarandi, que utiliza 81,50% da receita total com gastos sociais.

Quanto ao gasto urbano total, que envolve os gastos na função habitação e saneamento, além das obras de infra-estrutura, transportes e serviços como coleta e tratamento do lixo e iluminação pública, na cidade núcleo e no Município de Mandaguaçu, os índices de 8,61% e 9,64% são bem inferiores à média de gasto das demais cidades, excluída a cidade núcleo (19,33%), e à média do total da Região (17,80%), com destaque para Mandaguari (23,53%) e Marialva (22,09%).

Observe-se que as funções habitação e saneamento, em geral, absorvem poucos recursos. No caso da RMM, os Municípios de Marialva e Sarandi gastam 5,51% e 5,69%, respectivamente, na função saneamento. Enquanto a cidade núcleo, Mandaguari e Paiçandu nada gastam nessa função. Em relação aos gastos com a função habitação, a cidade núcleo despende 0,11% e Marialva 0,69% do gasto urbano total, e os demais municípios nada gastam nessa função.

Indicadores de endividamento e capacidade de investimento permitem examinar a sustentabilidade do investimento. No caso da RMM, o índice de investimento efetivo da cidade núcleo (3,50%) é muito inferior à média do total da Região (12,31%) e à média das demais cidades, excluída a cidade núcleo (13,78%), com destaque para Mandaguari e Mandaguaçu que apresentam índices bem superiores (19,58% e 19,27%, respectivamente). Vale destacar que Mandaguari disponibiliza o menor percentual (3,25%) da receita para pagamento do serviço da dívida dentre os municípios analisados.

Em relação ao equilíbrio de curto prazo, o índice sobre o total investido na cidade núcleo (400,06%) é muito superior à média do total da Região (156,78%) ou à média das demais cidades, excluída a cidade núcleo (112,74%). Mas, considerado o equilíbrio de curto prazo sobre o total da receita, o índice de Maringá (14%) é bem próximo à média do total da Região (13,10%) e das demais cidades, excluída a cidade núcleo (12,95%).

Quanto à sustentabilidade do investimento no curto e longo prazo, a cidade núcleo apresenta índices (384,52% e 363,59%, respectivamente) bem superiores à média do total da Região (129,59 no curto prazo e 116,50% no longo prazo) e à média das demais cidades, excluída a cidade núcleo (87,11% e 75,32%, respectivamente).

Mandaguari apresenta o maior índice de investimento efetivo (19,58%), dos quais, 32,52% sustentáveis no curto prazo e 29,85% no longo prazo, dentre os sete municípios em análise, muito acima do índice da cidade núcleo (3,50%), da média do total da Região (12,31%) e da média das demais cidades, excluída a cidade núcleo (13,78%) (*Tabelas 89 e 90*).

Conclusão

A análise indica que a disparidade dos índices relacionados à receita resultante da arrecadação municipal própria (que varia de 36,92% na cidade núcleo a 8,66% em Mandaguaçu), associada à forte vinculação das receitas que têm origem em fontes garantidas por lei (entre 69,68%, na cidade núcleo, e 93,28% da receita total, no caso de Paiçandu), e aos altos percentuais da receita consumidos com o serviço da dívida, que chega a 6,44% da receita total da cidade núcleo e média de 4,70% nas demais cidades, restringem a disponibilidade de recursos para investimentos em projetos de interesse comum na RMM.

Os índices de investimento efetivo sustentam a afirmação anterior. A cidade núcleo, que apresenta maior receita resultante de arrecadação de recursos próprios e o menor índice de vinculação das receitas garantidas por lei, consome percentual equivalente ao das grandes cidades com serviço da dívida (em média 7%), apresentando o menor percentual de investimento efetivo (3,50%), enquanto Mandaguari, que tem baixo grau na dinâmica da aglomeração e apresenta o menor índice de comprometimento da receita com serviço da dívida (3,72%), tem o maior índice (23,53%) de gasto urbano total e o maior índice de investimento efetivo (19,58%) dentre os municípios da RMM selecionados para análise.

Referências Bibliográficas

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. *Relatório de atividades 3c: Análise do Desempenho fiscal dos municípios das Áreas metropolitanas*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_4.pdf>.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. Lei Complementar 83, de 1998. Institui a Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: 1998.

RIBEIRO, L. C. Q. et. al. *Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2005.

Anexos

TABELA 82 – Indicadores Seleccionados para Identificação do Nível de Integração na Dinâmica da Aglomeração dos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros

Espaços Urbanos	Município	Condição Institucional	Indicadores					Integração na dinâmica da aglomeração	Fatorial	
			Taxa de crescimento pop. Total 1991/2000	Densidade (hab/km ²) 2000	Nº pessoas trabalham ou estudam outro município 2000	Percentual pessoas trabalham ou estudam em outro município	Percentual ocupados não agrícolas		Escore	Índice
Maringá	Ângulo	RM	1,93	27	283	13,71	56,25	Baixa	-0,71	0,29
	Floresta		1,38	32	575	16,34	74,90	Baixa	-0,42	0,36
	Iguaraçu		0,97	22	211	8,53	71,87	Baixa	-0,69	0,29
	Mandaguacu		1,52	57	2032	18,20	76,55	Baixa	-0,27	0,40
	Mandaguari		1,25	93	1200	5,52	83,27	Baixa	-0,38	0,37
	Marialva		2,68	60	1574	7,83	66,26	Baixa	-0,52	0,34
	Paiçandu		3,69	180	5927	30,11	90,72	Alta	0,54	0,61
	Sarandi		4,52	692	15184	32,64	94,10	Alta	0,84	0,69
	Maringá		2,06	592	4944	2,34	95,44	Pólo	0,03	0,48

Fonte: IBGE, apud. Relatório da Atividade 1 – Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias (versão abril/05) anexo 3 p. 87.

Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá

TABELA 83 – Regiões Metropolitanas do Grupo 6 na Hierarquização dos Espaços Metropolitanos

Categoria Institucional	Identificação	Caracterização da Rede Urbana segundo IPEA 2000	Nº de municípios	Nº de municípios segundo condição social				População Estimada 2004	Indicadores da densidade econômica			Condição Social Espaços Urbanos, segundo categorias	Distribuição percentual da população por condição do município p.59					Grau de Integração entre municípios	Grau de concentração intra-aglomerações segundo categoria na hierarquia dos espaços urbanos p. 48	
				Muito Boa	Boa	Média	Ruim		Muito Ruim	Muito Boa	Boa		Média	Ruim	Muito Ruim					
RM	Maringá (*)	CSR	12	1	-	11	-	539.076	54	1	6.535	Boa	(58,80)	0,0	41,20	0,0	0,0	0,0	Alto	Muito Concentrada
	Vale do Itajaí	CSR	16	8	7	1	-	612.783	90	1	11.465	Muito Boa	(88,40)	11,00	0,70	0,0	0,0	0,0	Muito Baixo	Menos Concentrada
	Foz do Itajaí	CSR	9	2	7	-	-	437.809	39	1	4.370	Boa	(58,80)	41,20	0,0	0,0	0,0	0,0	Alto	Menos Concentrada
	Carbonífera	CSR	10	2	8	-	-	348.757	50	1	3.469	Boa	(56,70)	43,30	0,0	0,0	0,0	0,0	Muito Baixo	Muito Concentrada
	Tubarão	S/C	18	2	7	8	1	343.481	46	0	2.178	Média Alta	(33,00)	36,30	26,60	4,10	0,0	0,0	Baixo	Muito Concentrada
	Vale do Aço	CSR	25	-	3	7	6	596.174	40	1	18.868	Média Baixa	0,0	67,70	12,50	12,50	6,80	0,0	Muito Baixo	Menos Concentrada

Fonte: IBGE, apud. Relatório da Atividade 1 – Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias (versão abril/05) anexo 1 p. 64.

Organização: Observatório das Metrópoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá

* CSR – Centro Sub-Regional S/C – Sem Classificação

TABELA 84 – Média do PIB Per Capita/1996 – Regiões Metropolitanas do Grupo 6

Região Metropolitana	Número de Cidades	Total da Região		Demais Cidades (excluída cidade núcleo)	
		Média PIB per capita (R\$ mil/2000)	Coefficiente de Variação* (%)	Média PIB per capita (R\$ mil/2000)	Coefficiente de Variação* (%)
Maringá	8	3,92	49	3,31	34
Vale do Itajaí	16	6,43	45	6,00	40
Foz do Itajaí	9	3,83	49	3,34	40
Carbonífera	10	5,44	36	5,33	38
Tubarão	18	5,29	81	5,23	84
Vale do Aço	26	3,03	111	2,64	112

Fonte: Ministério da Fazenda/SNT, Contas Públicas Municipais, 2003. Elaboração: Observatório das Metrôpoles. Relatório 1 – Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias – Anexos (versão abril de 2005). Organização: Observatório das Metrôpoles. * Coeficiente de Variação = Percentagem de desvio padrão em relação à média

TABELA 85 – População e PIB Per Capita – Região Metropolitana de Maringá

Região Metropolitana	Município	População 2004	Taxa de Crescimento 2000–2004	PIB per capita 1996 (R\$ mil/2000)
Maringá	Ângulo	3,066	1,43	4,05
	Iguaraçu	3,755	1,07	4,68
	Mandaguaçu	17,921	1,59	3,38
	Mandaguari	33,093	1,33	3,73
	Marialva	31,820	2,61	4,12
	Paiçandu	35,159	3,39	1,63
	Sarandi	83,449	3,97	1,58
	Maringá	313,465	2,08	8,18

Fonte: Ministério da Fazenda/SNT, Contas Públicas Municipais, 2003. Elaboração Observatório das Metrôpoles. Relatório 3C – Análise do Desempenho Fiscal (dezembro de 2004, anexos pág. 87-88). Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana

TABELA 86 – População e PIB Per Capita Segundo Média com e sem Cidade Pólo – Região Metropolitana

Região Metropolitana	Município	População 2004	Taxa de Crescimento 2000/2004	PIB per capita 1996 (R\$ mil/2000)
Maringá	Maringá	313.465	2,08	8,18
	Ângulo	3.066	1,93	4,05
	Iguaraçu	3.755	1,07	4,68
	Mandaguaçu	17.921	1,59	3,38
	Mandaguari	33.093	1,33	3,73
	Marialva	31.820	2,61	4,12
	Paiçandi	35.159	3,39	1,63
	Sarandi	83.449	3,97	1,58
Total população / Média RMM		521.728	2,25	3,92
Total pop. excluída cidade núcleo / Média		208.263	2,27	3,31

Fonte: Ministério da Fazenda/SNT, Contas Públicas Municipais, 2003. Elaboração Observatório das Metrôpoles. Relatório 3C – Análise do Desempenho Fiscal (dezembro de 2004, anexos pág. 87-88). Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana

TABELA 87 – PIB 1999 – 2002 Per Capita – Preços de 2002

Espaço Urbano	Município	PIB per capita (R\$/2002)				Variação Real Média 1999 – 2002 (%)
		1999	2000	2001	2002	
Maringá	Ângulo	6.665	6.109	6.521	6.791	0,67
	Floresta	6.239	5.767	6.587	8.513	2,09
	Iguaraçu	8.198	7.894	8.306	9.195	3,90
	Mandaguaçu	4.925	5.063	4.698	5.408	3,17
	Mandaguari	6.002	5.659	5.533	4.956	(6,18)
	Marialva	6.982	6.316	6.244	6.622	(1,75)
	Paiçandu	3.972	3.402	4.528	3.357	(5,46)
	Sarandi	3.966	3.405	3.348	3.181	(7,09)
	Maringá	9.684	9.402	8.756	9.058	(2,21)

Fonte: Metrodata 2005. Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

TABELA 88 – PIB 1999 – 2002 e Variação % no Período

Espaço Urbano	Município	PIB a preço corrente (R\$ mil)				Variação 1999 – 2002 (%)
		1999	2000	2001	2002	
Maringá	Ângulo	14.634	17.521	19.022	20.148	27,37
	Floresta	31.788	29.758	34.422	45.060	29,45
	Iguaraçu	22.911	28.562	30.334	33.893	32,40
	Mandaguaçu	64.250	85.901	80.805	94.310	31,87
	Mandaguari	146.208	178.874	176.901	160.305	8,79
	Marialva	154.739	183.763	185.847	201.613	23,25
	Paiçandu	94.075	106.548	146.099	111.523	15,65
	Sarandi	217.585	248.302	252.842	248.576	12,47
	Maringá	2.136.027	2.743.335	2.601.491	2.740.167	22,05

Fonte: Metrodata 2005. Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

TABELA 89 – Receita, Despesa, Endividamento e Capacidade de Investimento – RMM

Região Metropolitana de Maringá			Média Total Região	Média Excusoando Cidade Núcleo	Coeficiente de Variação (%)		
					Desvio Padrão Grupo 6	Desvio Padrão/Média Indicador Grupo 6	
Receita	Estrutura da Receita	Autonomia Base Tributária	16,20	12,92	11,64	37,69	
		Autonomia Base Territorial	25,51	20,21	12,43	25,34	
		Segurança Legal das Receitas	81,82	84,14	7,81	9,30	
		Dependência Fontes Financeiras	4,33	4,73	2,79	89,84	
	Vinculação da Receita	Vinculação Legal com Saúde 12 %	Sobre Receita Total	35,18	37,10	6,44	17,18
			Sobre Receita Fiscal	36,75	38,84	6,64	17,16
Vinculação Legal com Saúde 15 %		Sobre Receita Total	37,11	39,73	6,39	16,18	
		Sobre Receita Fiscal	38,84	41,00	6,58	16,13	
Despesa	Estrutura da Despesa	Pessoal	43,98	44,15	6,11	14,45	
		Outras despesas Correntes	38,95	37,66	7,24	16,39	
		Serviço da Dívida	4,95	4,70	2,45	61,89	
		Invest c/ Outras Despesas Capital	12,11	13,47	3,86	40,43	
	Rigidez do Orçamento Total		61,77	63,35	7,71	12,80	
	Rigidez do Orçamento Fiscal		63,94	65,71	8,52	13,69	
	Prioridade de Gastos	Gasto Social	Total	71,52	72,01	8,36	11,74
			Urbanismo	17,80	19,33	8,02	40,30
		Gasto Urbano	Habituação	13,55	14,71	8,50	65,85
			Transporte	–	–	0,65	102,38
			Saneamento	–	–	3,87	147,54
			Gestão Ambiental	–	–	4,16	173,22
			Investimento Efetivo	–	–	1,81	137,80
		Investimento Efetivo		12,31	13,78	4,05	42,45
Endividamento/ Capacidade de Investimento	Equilíbrio a Curto Prazo	Sobre Total Investido	156,78	112,74	78,48	81,93	
		Sobre Total Receita	13,10	12,95	5,55	64,43	
	Sustentabilidade e Investimento de Equilíbrio	Curto Prazo	129,59	87,11	76,41	96,27	
		Longo Prazo	116,50	75,32	72,56	111,70	
	Endividamento e Comprometimento da receita	Dívida Bruta/Receita Correção Líquida	40,59	38,21	57,80	111,22	
		Dívida Líquida/Receita Corr Líquida	34,03	30,86	58,19	142,67	
Serviço da Dívida/Receita Corr Líquida		5,09	4,98	2,73	66,01		

Fonte: Ministério da Fazenda/SNT, Contas Públicas Municipais, 2003. Elaboração Observatório das Metrôpoles. Relatório 3C – Análise do Desempenho Fiscal (dezembro de 2004, anexos p. 49-50).
Organização: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana

TABELA 90 – Estrutura da Receita, da Despesa, e Capacidade de Investimento por Município – Região Metropolitana de Maringá

Região Metropolitana de Maringá		Maringá	Iguaraçu	Mandaguaçu	Mandaguari	Manaiava	Paçandu	Sarandi	Total da Região (Média)	Média demais cidades (excluída cidade núcleo)
Receita	Autonomia Base Tributária	36,92	9,04	8,66	13,35	17,12	13,37	16,00	16,35	12,92
	Autonomia Base Territorial	50,31	14,35	17,44	20,84	27,64	19,59	21,41	24,51	20,21
	Segurança Legal das Receitas	69,68	81,58	89,28	79,39	81,53	93,28	79,81	82,08	84,15
	Dependência Fontes Financeiras	1,86	10,78	0,53	5,40	0,72	4,35	6,58	4,32	4,73
	Vinculação Legal com Sobre Receita Total	23,63	30,63	37,93	37,36	33,14	43,85	39,73	35,18	37,11
	Sobre Receita Fiscal	24,08	33,89	38,13	39,49	33,39	45,85	42,53	36,77	38,88
	Vinculação Legal	25,41	32,61	40,31	39,09	35,19	45,89	41,29	37,11	39,06
	Sobre Receita Fiscal com Saúde 15 %	25,90	36,55	40,53	41,32	35,45	47,97	44,20	38,85	41,00
	Pessoal	43,01	41,83	43,26	43,98	42,71	44,88	48,25	43,98	44,15
	Outras despesas Correntes	46,65	35,47	33,17	34,72	43,16	37,50	41,99	38,95	37,67
Despesa	Invest c/ Outras Despesas Capital	6,44	5,61	5,02	3,25	4,29	5,57	4,47	4,95	4,70
	Invest Total	3,91	17,08	18,55	18,05	9,84	12,06	5,28	12,11	13,47
	Rígidez do Orçamento Total	52,29	65,82	62,78	64,95	56,81	66,41	63,34	61,77	63,35
	Invest Total	53,28	68,09	63,12	68,66	57,22	69,42	67,80	63,94	65,71
	Rígidez do Orçamento Fiscal	68,63	68,09	62,61	74,98	71,40	73,48	81,50	71,53	72,01
	Gasto Social	8,61	21,25	9,64	23,53	22,09	19,34	20,17	17,80	19,33
	Total	6,58	20,14	7,35	21,56	9,98	15,64	13,68	13,56	14,73
	Urbanismo	0,11	-	-	-	0,69	-	-	-	-
	Habituação	1,21	-	0,69	0,11	4,63	3,35	-	-	-
	Transporte	-	1,11	1,61	-	5,51	-	5,69	-	-
de Investimento/ Capacidade	Saneamento	0,71	-	-	1,85	1,27	0,39	0,81	-	-
	Gestão Ambiental	3,50	17,09	19,27	19,58	9,58	12,24	4,95	12,32	13,79
	Investimento Efetivo	400,06	99,84	79,96	56,88	128,09	87,60	225,08	153,93	112,91
	Sobre Total Investido	14,00	17,06	15,41	11,14	12,27	10,72	11,14	13,11	12,96
	Sobre Total Receita	384,52	37,78	43,40	32,52	117,72	74,72	216,52	129,60	87,11
	Curto Prazo	363,59	37,43	42,42	29,85	110,15	59,43	172,64	116,50	75,32
	Longo Prazo	54,87	58,85	14,33	93,90	5,66	24,58	31,98	40,60	38,22
	Divida Bruta/Receita Corção Líquida	52,08	56,37	2,21	88,48	-9,63	20,62	27,13	33,89	30,86
	Divida Líquida/ Receita Líquida	5,80	6,27	5,64	3,72	4,26	5,78	4,21	5,10	4,98
	Receita Corr. Líquida/ Receita Corr. Líquida									

Fonte: Ministério da Fazenda/SNT, Contas Públicas Municipais, 2003. Elaboração Observatório das Metrópoles.

Relatório 3C – Análise do Desempenho Fiscal (dezembro de 2004, anexos pág. 49).

Organização: Observatório das Metrópoles – Núcleo Região Metropolitana

FICHA TÉCNICA – CURITIBA – VOLUME 7

Rosa Moura – Coordenação

Daniel Nojima

Débora Zlotnik Werneck

Eloise Machado

Josil R. V. Baptista

Maria Isabel de Oliveira Barion

Maria Luiza M. S. Marques Dias

Marley Vanice Deschamps

Paulo Roberto Delgado

Sandra Terezinha da Silva

APOIO TÉCNICO:

Déborah Ribeiro Carvalho

Frederico Barbosa Bez Batti

Lucrecia Zaninelli Rocha

Ricardo Kingo Hino

Sérgio Aparecido Inácio

Stella Maris Gazziero

Vilmar Gross

FICHA TÉCNICA – MARINGÁ – VOLUME 7

Ana Lúcia Rodrigues – Coordenação

Celene Tonella

Ivana Veraldo

Maria Cristina Rosa

Marivânia Conceição de Araújo

Simone Pereira da Costa

Fabiola Castelo de Souza Cordovil

Gislaine Elizete Beloto

Willian Antonio Borges

Adeir Archanjo da Mota

Altair Aparecido Galvão

Lígia Carla C. Ferrari

Luiz Modesto Costa

Silvio José Bondezan

Eliseu Pereira dos Santos

Revisão final: Egláisa Cunha e Roberto Pedreira
Revisão ortográfica: Henrique Pesch e Roanita Dalpiaz
Projeto gráfico e diagramação: Virtual Design
Impressão gráfica: Gráfica Capital Ltda